



Relatório Anual *Exercício de 2017*



Sumário

APRESENTAÇÃO	14
MENSAGEM AOS PARTICIPANTES	16
COMPORTAMENTO ECONÔMICO E VARIÁVEIS MACROECONÔMICAS	18
1.1 ASPECTOS GERAIS DE MERCADO:	18
1.1.1 Cenário Econômico	18
1.2 COMPORTAMENTO DAS VARIÁVEIS MACROECONÔMICAS INTERNAS:	24
1.2.1 Taxa Básica de Juros da Economia – SELIC	24
1.2.2 Taxa Real de Juros – 2017	26
1.2.3 Taxas de Inflação	26
1.2.4 Taxa de Câmbio	28
1.2.5 Indicadores Econômicos Financeiros – 2017	30
1.2.6 Ativo Total sob Gestão da SÃO FRANCISCO	30
1.2.6.1 EVOLUÇÃO DO ATIVO TOTAL CONSOLIDADO	30
2 DISTRIBUIÇÃO GEOGRÁFICA DE PARTICIPANTES E ASSISTIDOS	32
3 PLANO DE BENEFÍCIOS I – BENEFÍCIO DEFINIDO – BD	34
3.1 PREVIDENCIAL	34
3.1.1 Receitas Previdenciárias	39
3.1.2 Despesas Previdenciárias	46
3.2 INVESTIMENTO	48
3.2.1 Performance do Plano I – BD – Descontada da Meta Atuarial – 1994 a 2017	48
3.2.2 Enquadramento – Política de Investimento	50
3.2.3 Rentabilidade	51
3.2.3.1 SEGMENTO DE RENDA FIXA	52
3.2.3.2 SEGMENTO DE RENDA VARIÁVEL	53
3.2.3.3 SEGMENTO DE INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS	53
3.2.3.4 SEGMENTO DE IMÓVEIS	54
3.2.3.5 SEGMENTO DE OPERAÇÕES C/PARTICIPANTES	54
3.2.4 Detalhamento por Segmento	54
3.2.4.1 RENDA FIXA	56
3.2.4.2 RENDA VARIÁVEL	60

3.2.4.3 INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS	66
3.2.4.4 IMÓVEIS	69
3.2.4.5 OPERAÇÕES COM PARTICIPANTES - EMPRÉSTIMOS	71
3.2.5 Controle de Avaliação de Riscos	75
3.2.5.1 JUSTIFICATIVA SEGMENTO DE IMÓVEIS	76
3.2.5.2 JUSTIFICATIVA SEGMENTO DE RENDA VARIÁVEL	77
3.2.5.3 JUSTIFICATIVA SEGMENTO DE INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS	78
3.2.6 Operações Cursadas no Exercício de 2017:	78
3.2.7 Duration do Plano	80
3.2.8 Acompanhamento Orçamentário:	82
3.2.9 Rentabilidade Bruta X Rentabilidade Líquida do Plano - Instrução Previc Nº 5, de 01.11.2013:	86
3.3 CONTÁBIL	88
3.3.1 Notas Explicativas	94
3.3.1.1 COMPOSIÇÃO DO ATIVO	94
3.3.1.1.1 Gestão Previdencial	94
3.3.1.1.2 Gestão Administrativa	94
3.3.1.1.3 Gestão de Investimentos	94
3.3.1.2 COMPOSIÇÃO DO PASSIVO	106
3.3.1.2.1 Gestão Previdencial	106
3.3.1.2.2 Gestão de Investimentos	107
3.3.1.2.3 Exigível Contingencial	107
3.3.1.2.4 Patrimônio Social	107
3.3.1.2.5 Fundos.....	109
3.3.2 Fato Relevante 1:	110
3.3.3 Fato Relevante 2:	112
3.3.4 Fato Relevante 3:	113
3.3.5 Fato Relevante 4:	114
4 PLANO DE BENEFÍCIOS II – CODEPREV	117
4.1 PREVIDENCIAL	118
4.1.1 DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS E INSTITUTOS (CODEPREV)	120
4.2 INVESTIMENTO	121
4.2.1 Performance do CODEPREV - Descontada da Taxa Indicativa - 2014 a 2017	121
4.2.2 Enquadramento – Política de Investimento	123
4.2.3 Detalhamento Por Segmento	126

4.2.4 Rentabilidade	126
4.2.4.1 SEGMENTO DE RENDA FIXA	126
4.2.4.2 SEGMENTO DE RENDA VARIÁVEL	127
4.2.4.3 SEGMENTO DE INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS	127
4.2.5 Controle de Avaliação de Riscos	129
4.2.5.1 AVALIAÇÃO DE RISCO – DIVERGÊNCIA NÃO PLANEJADA – DNP	129
4.2.6 Operações Coursadas	130
4.2.7 Duration	132
4.2.8 Acompanhamento Orçamentário	132
4.2.9 Rentabilidade Bruta X Rentabilidade Líquida do Plano - Instrução Previc Nº 5, de 01.11.2013:	133
4.3 CONTÁBIL	134
4.3.1 Notas Explicativas	137
4.3.1.1 COMPOSIÇÃO DO ATIVO	137
4.3.1.1.1 Gestão Previdencial	137
4.3.1.1.2 Gestão Administrativa	137
4.3.1.1.3 Gestão de Investimentos	137
4.3.1.2 COMPOSIÇÃO DO PASSIVO	140
4.3.1.2.1 Gestão Previdencial	140
4.3.1.2.2 Gestão dos Investimentos	140
4.3.1.2.3 Patrimônio Social	140
4.3.1.2.4 Fundos	140
5 PLANO DE BENEFÍCIOS III – SALDADO	143
5.1 INVESTIMENTO	144
5.1.1 Enquadramento – Política de Investimento	145
5.1.2 Rentabilidade	146
5.1.2.1 SEGMENTO DE OPERAÇÕES C/PARTICIPANTES	148
5.1.3 Detalhamento Por Segmento	150
5.1.3.1 RENDA FIXA	150
5.1.3.2 RENDA VARIÁVEL	152
5.1.3.3 INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS	155
5.1.3.4 IMÓVEIS	158
5.1.3.5 OPERAÇÕES COM PARTICIPANTES - EMPRÉSTIMOS	158
5.1.4 Controle de Avaliação de Riscos	160
5.1.4.1 AVALIAÇÃO DE RISCO - DIVERGÊNCIA NÃO PLANEJADA – DNP	160

5.1.4.2 JUSTIFICATIVA - SEGMENTO DE IMÓVEIS	162
5.1.4.3 JUSTIFICATIVA - SEGMENTO DE RENDA VARIÁVEL	162
5.1.4.4 JUSTIFICATIVA - SEGMENTO DE INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS	163
5.1.5 Operações Coursadas no Exercício de 2017	164
5.1.6 Duration do Plano	166
5.1.7 Rentabilidade Bruta X Rentabilidade Líquida do Plano - Instrução Previc Nº 5, de 01.11.2013	168
5.2 CONTÁBIL	168
5.2.1 Notas Explicativas	173
5.2.1.1 COMPOSIÇÃO DO ATIVO	173
5.2.1.1.1 Gestão Previdencial	173
5.2.1.1.2 Gestão Administrativa	173
5.2.1.1.3 Gestão de Investimentos	173
5.2.1.2 COMPOSIÇÃO DO PASSIVO	180
5.2.1.2.1 Gestão Previdencial	180
5.2.1.2.2 Gestão de Investimentos	181
5.2.1.2.3 Exigível Contingencial	181
5.2.1.2.4 Patrimônio Social	181
5.2.1.2.5 Fundos	183
5.2.2 Fato Relevante 1:	184
6 PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA – PGA	185
6.1 ADMINISTRAÇÃO	186
6.1.1 Aspectos Gerais da Gestão	186
6.1.2 Indicadores de Gestão - Benchmarks	190
6.1.2.1 O IDG II – INDICADORES DE DESEMPENHO DE GESTÃO GERADOS PELA ABRAPP:	190
6.1.3 Remuneração dos Investimentos	192
6.2 INVESTIMENTO	195
6.2.1 Enquadramento	198
6.2.2 Rentabilidade	199
6.2.2.1 SEGMENTO DE RENDA FIXA	199
6.2.2.2 SEGMENTO DE INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS	199
6.2.3 Controle de Avaliação de Riscos	200
6.2.3.1 AVALIAÇÃO DE RISCO - DIVERGÊNCIA NÃO PLANEJADA – DNP	200
6.2.3.2 JUSTIFICATIVA - SEGMENTO DE INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS	201
6.2.4 Operações Coursadas	202

6.2.5 Duration	202
6.2.6 Acompanhamento Orçamentário	204
6.3 CONTÁBIL	206
6.3.1 Enquadramento	206
6.3.2 Custeio	210
6.3.3 Notas Explicativas	211
6.3.3.1 ATIVO REALIZÁVEL	211
6.3.3.1.1 Gestão Administrativa	211
6.3.3.1.2 Gestão de Investimentos	212
6.3.3.2 PASSIVO REALIZÁVEL	216
6.3.3.2.1 Gestão Administrativa	216
6.3.3.3 EXIGÍVEL CONTINGENCIAL	216
6.3.3.3.1 Gestão Administrativa	216
7. PARECERES ATUARIAIS	222
8. RELATÓRIOS AUDITORES INDEPENDENTES	272

Gráficos

GRÁFICO 1. ÍNDICE DE ATIVIDADE ECONÔMICA DO BANCO CENTRAL – MENSAL 2017	21
GRÁFICO 2. COMPORTAMENTO DO PRODUTO INTERNO BRUTO – PIB 2017 – %	22
GRÁFICO 3. DESEMPREGO EM 2017	23
GRÁFICO 4. TAXA BÁSICA DE JUROS DA ECONOMIA - SELIC - PERÍODO: 2016X2017	25
GRÁFICO 5. TAXA REAL DE JURO – 2017	26
GRÁFICO 6. ÍNDICES DE PREÇOS ACUMULADOS – 2017	28
GRÁFICO 7. COMPORTAMENTO DO DÓLAR - PERÍODO: 2016 X 2017	29
GRÁFICO 8. EVOLUÇÃO DO ATIVO TOTAL	31
GRÁFICO 9. PARTICIPANTES POR LOCALIDADE	32
GRÁFICO 10. ASSISTIDOS POR LOCALIDADE	33
GRÁFICO 11. SOCIAL – EMPREGADOS X PARTICIPANTES	34
GRÁFICO 12. SEGREGAÇÃO POR SEXO – PARTICIPANTES ATIVOS	36
GRÁFICO 13. ASSISTIDOS E PENSIONISTAS	36
GRÁFICO 14. ASSISTIDOS E PENSIONISTAS – ANUAL	37

GRÁFICO 15. ASSISTIDOS E PENSIONISTAS – FAIXA ETÁRIA	37
GRÁFICO 16. PERCENTUAL POR GRUPO DE FILIADOS EM RELAÇÃO AO TOTAL	38
GRÁFICO 17. CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS NORMAIS – EM MIL REAIS	39
GRÁFICO 18. CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS EXTRAORDINÁRIAS – EM MIL REAIS	40
GRÁFICO 19. CONTRIBUIÇÕES PARTICIPANTES ATIVOS – EM MIL REAIS	40
GRÁFICO 20. CONTRIBUIÇÕES PARTICIPANTES ASSISTIDOS – EM MIL REAIS	41
GRÁFICO 21. OUTRAS CONTRIBUIÇÕES – EM MIL REAIS	42
GRÁFICO 22. EVOLUÇÃO DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS – EM MIL REAIS	42
GRÁFICO 23. COMPARATIVO DA CONTRIBUIÇÃO PATRONAL X PARTICIPANTES – EM MIL REAIS	43
GRÁFICO 24. COMPARATIVO DAS CONTRIBUIÇÕES DOS PARTICIPANTES ATIVOS X PATROCINADORA – VALORES ACUMULADOS	44
GRÁFICO 25. COMPOSIÇÃO DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS	44
GRÁFICO 26. DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS POR TIPO DE BENEFÍCIO	46
GRÁFICO 27. EVOLUÇÃO DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS – EM MIL REAIS	47
GRÁFICO 28. RECEITAS X DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS – EM MIL REAIS	47
GRÁFICO 29. DEMPENHO ACUMULADO	48
GRÁFICO 30. ENQUADRAMENTO POR SEGMENTO	50
GRÁFICO 31. RENTABILIDADE ACUMULADA POR SEGMENTO	51
GRÁFICO 32. RENTABILIDADE NOMINAL COMPARATIVA – SEGMENTO DE RENDA FIXA	58
GRÁFICO 33. RENTABILIDADE NOMINAL COMPARATIVA - SEGMENTO DE RENDA VARIÁVEL	62
GRÁFICO 34. DESEMPENHO FIA SAGA SF – MAIO/14 À DEZEMBRO DE 2017	63
GRÁFICO 35. DESEMPENHO MAPFRE SF – MAIO/14 À DEZEMBRO DE 2017	64
GRÁFICO 36. RENTABILIDADE NOMINAL COMPARATIVA - SEGMENTO DE INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS	68
GRÁFICO 37. RENTABILIDADE NOMINAL COMPARATIVA - SEGMENTO DE IMÓVEIS	70
GRÁFICO 38. DEMANDA DE EMPRÉSTIMOS ACUMULADA POR ANO	73
GRÁFICO 39. DEMANDA DE EMPRÉSTIMOS NO TRIMESTRE	74
GRÁFICO 40. RENTABILIDADE NOMINAL COMPARATIVA – SEGMENTO DE OPERAÇÕES COM PARTICIPANTES	75
GRÁFICO 41. EVOLUÇÃO DA DURATION	80
GRÁFICO 42. RECEITAS DOS INVESTIMENTOS – REALIZADO X PROJETADO	84
GRÁFICO 43. CUSTEIO ADMINISTRATIVO DO INVESTIMENTO E FORMAÇÃO DE FUNDO - REALIZADO X PROJETADO	85
GRÁFICO 44. RENTABILIDADE EM 2017	106
GRÁFICO 45. SOCIAL	118

Quadros

GRÁFICO 46. CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS X PARTICIPANTES – EM MIL REAIS	119
GRÁFICO 47. ADESÃO	120
GRÁFICO 48. DESEMPENHO ACUMULADO ACIMA DA TAXA INDICATIVA	122
GRÁFICO 49. ENQUADRAMENTO POR SEGMENTO	124
GRÁFICO 50. RENTABILIDADE POR SEGMENTO ACUMULADA	128
GRÁFICO 51. EVOLUÇÃO DA DURATION	132
GRÁFICO 52. RENTABILIDADE ACUMULADA POR SEGMENTO	139
GRÁFICO 53. DESEMPENHO ACUMULADO DA COTA	142
GRÁFICO 54. ENQUADRAMENTO POR SEGMENTO	145
GRÁFICO 55. RENTABILIDADE ACUMULADA POR SEGMENTO	147
GRÁFICO 56. DESEMPENHO FIA SAGA SF - MAIO/14 À DEZEMBRO DE 2017	154
GRÁFICO 57. DESEMPENHO MAPFRE SF - MAIO/14 À DEZEMBRO DE 2017	155
GRÁFICO 58. EVOLUÇÃO DA DURATION	166
GRÁFICO 59. RECURSOS RECEBIDOS	186
GRÁFICO 60. DEMONSTRATIVO HISTÓRICO DAS RECEITAS	187
GRÁFICO 61. DESPESAS REALIZADAS	188
GRÁFICO 62. DEMONSTRATIVO HISTÓRICO DA DESPESA	189
GRÁFICO 63. INDICADORES DE DESEMPENHO COMPARADO	191
GRÁFICO 64. PARTICIPAÇÃO DO RESULTADO DOS INVESTIMENTOS	192
GRÁFICO 65. ENQUADRAMENTO LEGAL	198
GRÁFICO 66. RENTABILIDADE POR SEGMENTO	199
GRÁFICO 67. EVOLUÇÃO DA DURATION	202
GRÁFICO 68. RENTABILIDADE ACUMULADA NO ANO	215

QUADRO 1. BALANÇO PATRIMONIAL	88
QUADRO 2. DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO	89
QUADRO 3. DEMONSTRAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO	90
QUADRO 4. DEMONSTRAÇÃO DAS PROVISÕES TÉCNICAS DO PLANO DE BENEFÍCIOS	91
QUADRO 5. DEMONSTRAÇÃO DO PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA - CONSTITUIÇÃO/ REVERSÃO DO FUNDO ADMINISTRATIVO - PLANO DE BENEFÍCIO I – BD FECHADO	92
QUADRO 6. DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO PATRIMÔNIO SOCIAL CONSOLIDADO	93
QUADRO 7. GESTÃO DE INVESTIMENTOS	95
QUADRO 8. COMPOSIÇÃO DOS ATIVOS DE RENDA FIXA POR VENCIMENTO – 2016	97
QUADRO 9. COMPOSIÇÃO DOS ATIVOS DE RENDA FIXA POR VENCIMENTO – 2017	98
QUADRO 10. FUNDOS DE INVESTIMENTOS – 2016	98
QUADRO 11. FUNDOS DE INVESTIMENTOS – 2017	99
QUADRO 12. FUNDOS DE INVESTIMENTOS EM AÇÕES – FIA	100
QUADRO 13. FUNDOS DE INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS	100
QUADRO 14. SEGMENTO DE INVESTIMENTOS IMOBILIÁRIOS	101
QUADRO 15. SEGMENTO DE OPERAÇÕES C/ PARTICIPANTES	104
QUADRO 16. PROVISÕES PARA PERDA	104
QUADRO 17. DEMONSTRAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO	116
QUADRO 18. BALANÇO PATRIMONIAL	134
QUADRO 19. DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO	134
QUADRO 20. DEMONSTRAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO	135
QUADRO 21. DEMONSTRAÇÃO DAS PROVISÕES TÉCNICAS DOS PLANOS DE BENEFÍCIOS	135
QUADRO 22. DEMONSTRAÇÃO DO PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA - CONSTITUIÇÃO/ REVERSÃO DO FUNDO ADMINISTRATIVO - PLANO DE BENEFÍCIO II - CODEPREV	136
QUADRO 23. PROGRAMA DE INVESTIMENTOS	137
QUADRO 24. DISTRIBUIÇÃO DOS INVESTIMENTOS	138
QUADRO 25. FUNDOS DE INVESTIMENTOS	139
QUADRO 26. EVOLUÇÃO DA COTA	141

QUADRO 27. BALANÇO PATRIMONIAL.....	168
QUADRO 28. DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO	169
QUADRO 29. DEMONSTRAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO	170
QUADRO 30. DEMONSTRAÇÃO DAS PROVISÕES TÉCNICAS DOS PLANOS DE BENEFÍCIOS	171
QUADRO 31. DEMONSTRAÇÃO DO PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA - CONSTITUIÇÃO/REVERSÃO DO FUNDO ADMINISTRATIVO - PLANO DE BENEFÍCIO III – SALDADO	172
QUADRO 32. FUNDOS DE INVESTIMENTOS EM AÇÕES – FIA	176
QUADRO 33. FUNDOS DE INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS	176
QUADRO 34. SEGMENTO DE INVESTIMENTOS IMOBILIÁRIOS	177
QUADRO 35. SEGMENTO DE OPERAÇÕES C/ PARTICIPANTES	179
QUADRO 36. PROVISÕES PARA PERDA	179
QUADRO 37. ENQUADRAMENTO	206
QUADRO 38. DEMONSTRAÇÃO DO PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA - CONSTITUIÇÃO/REVERSÃO DO FUNDO ADMINISTRATIVO	206
QUADRO 39. DEMONSTRAÇÃO DO PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA - CONSTITUIÇÃO/REVERSÃO DO FUNDO ADMINISTRATIVO - PLANO DE BENEFÍCIO I – BD	207
QUADRO 40. DEMONSTRAÇÃO DO PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA - CONSTITUIÇÃO/REVERSÃO DO FUNDO ADMINISTRATIVO - PLANO DE BENEFÍCIO II – CODEPREV	208
QUADRO 41. DEMONSTRAÇÃO DO PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA - CONSTITUIÇÃO/REVERSÃO DO FUNDO ADMINISTRATIVO - PLANO DE BENEFÍCIO III – SALDADO	209
QUADRO 42. AVALIAÇÃO DO CUSTEIO TOTAL	210
QUADRO 43. VALORES APURADOS DO CUSTEIO ADMINISTRATIVO	210
QUADRO 44. PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA	212
QUADRO 45. DISTRIBUIÇÃO DOS INVESTIMENTOS	213
QUADRO 46. FUNDOS DE INVESTIMENTOS	213
QUADRO 47. INVESTIMENTOS IMOBILIÁRIOS	214
QUADRO 48. PROVISÃO PARA PERDA	215
QUADRO 49. RECEITAS X DESPESAS ADMINISTRATIVAS	217
QUADRO 50. GESTÃO ADMINISTRATIVA POR CENTRO DE CUSTO	219
QUADRO 51. RATEIO DO CUSTEIO POR PLANO DE BENEFÍCIO	220

Tabelas

TABELA 1. INDICADORES ECONÔMICO-FINANCEIROS – 2017	30
TABELA 2. EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO X RENTABILIDADE - ACUMULADA	49
TABELA 3. ENQUADRAMENTO LEGAL 2017	50
TABELA 4. RENTABILIDADE	52
TABELA 5. ALOCAÇÃO DE RECURSOS	56
TABELA 6. ALOCAÇÃO DE RECURSOS	60
TABELA 7. ALOCAÇÃO DE RECURSOS – INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS 2016	66
TABELA 8. ALOCAÇÃO DE RECURSOS – IMÓVEIS	70
TABELA 9. ALOCAÇÃO DE RECURSOS	72
TABELA 10. CONCESSÕES	72
TABELA 11. DEMANDA DE EMPRÉSTIMOS – ACUMULADA NO ANO	74
TABELA 12. DIVERGÊNCIA NÃO PLANEJADA – DNP	76
TABELA 13. OPERAÇÕES CURSADAS – TÍTULOS PÚBLICOS	79
TABELA 14. RECEITAS DOS INVESTIMENTOS	82
TABELA 15. RENTABILIDADE BRUTA X RENTABILIDADE LÍQUIDA – ACUMULADA 2017	87
TABELA 16. EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO X RENTABILIDADE – ACUMULADA	123
TABELA 17. ENQUADRAMENTO LEGAL	124
TABELA 18. ALOCAÇÃO DE RECURSOS	126
TABELA 19. RENTABILIDADE POR SEGMENTO	128
TABELA 20. DIVERGÊNCIA NÃO PLANEJADA – DNP	130
TABELA 21. OPERAÇÕES CURSADAS EM 2017	131
TABELA 22. ACOMPANHAMENTO ORÇAMENTÁRIO – RECEITAS DOS INVESTIMENTOS - CD	132
TABELA 23. RENTABILIDADE BRUTA X RENTABILIDADE LÍQUIDA – ACUMULADA 2017	133
TABELA 24. ENQUADRAMENTO LEGAL 2017	138
TABELA 25. RENTABILIDADE	139
TABELA 26. ALOCAÇÃO DE RECURSOS – RENDA FIXA	150
TABELA 27. ALOCAÇÃO DE RECURSOS – RENDA VARIÁVEL	152
TABELA 28. ALOCAÇÃO DE RECURSOS – INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS	156



TABELA 29. ALOCAÇÃO DE RECURSOS - IMÓVEIS	158
TABELA 30. ALOCAÇÃO DE RECURSOS – OPERAÇÕES COM PARTICIPANTES	158
TABELA 31. DIVERGÊNCIA NÃO PLANEJADA – DNP	161
TABELA 32. OPERAÇÕES CURSADAS – TÍTULOS PÚBLICOS	165
TABELA 33. RENTABILIDADE BRUTA X RENTABILIDADE LÍQUIDA	168
TABELA 34. PROGRAMA DE INVESTIMENTOS	174
TABELA 35. DISTRIBUIÇÃO DOS INVESTIMENTOS	174
TABELA 36. FUNDOS DE INVESTIMENTOS	175
TABELA 37. ACOMPANHAMENTO DO CUSTEIO	189
TABELA 38. CUSTEIO – BASE DE CÁLCULO E LIMITES LEGAIS	193
TABELA 39. ACOMPANHAMENTO ORÇAMENTÁRIO	194
TABELA 40. ALOCAÇÃO DE RECURSOS	196
TABELA 41. ENQUADRAMENTO LEGAL	198
TABELA 42. RENTABILIDADE POR SEGMENTO	200
TABELA 43. DIVERGÊNCIA NÃO PLANEJADA – DNP	201
TABELA 44. OPERAÇÕES CURSADAS EM 2017	202
TABELA 45. RECEITAS DOS INVESTIMENTOS	204





Apresentação

Os dados apresentados estão acumulados até o 4º Trimestre de 2017. Elaborado por determinação da Diretoria Executiva foi produzido pelas áreas administrativas gerenciais da Fundação São Francisco de Seguridade Social - SÃO FRANCISCO, subordinadas diretamente a cada Diretoria. Objetiva dar conhecimento aos Conselhos Deliberativo e Fiscal sobre as atividades desenvolvidas, e ainda, permitir comparar os resultados com outros de exercícios anteriores, relativamente ao mesmo período de tempos. Há também a análise e apresentação dos indicadores projetados linearmente, na tentativa de antever desvios a tempo de, em sendo necessário, proceder a ajustes necessários, que cotejados com as expectativas levantadas nas peças orçamentárias servem de balizadores aos gestores da entidade.

Os relatórios gerenciais trimestrais são os veículos destinados a atender os determinantes da Resolução CGPC Nº 13, de 01/10/04, em especial os seguintes:

Art. 7º: A estrutura organizacional deve permitir o fluxo das informações entre os vários níveis de gestão e adequado nível de supervisão.

Parágrafo único. A EFPC deve manter estrutura suficiente para administrar seus planos de benefícios, evitando desperdícios de qualquer natureza ou a prática de custos incompatíveis.

Art. 16. Observado o disposto em normas específicas, as políticas de investimento, as premissas e hipóteses atuariais estabelecidas para períodos de tempo determinados devem ser divulgadas aos patrocinadores, instituidores e empregados da EFPC e aos participantes e assistidos dos planos de benefícios, de modo a propiciar o empenho de todos para a realização dos objetivos estabelecidos.

§ 1º O orçamento da EFPC, segregado por plano de benefícios, deve ser elaborado considerando as especificidades de cada plano.

Art. 17. Sem prejuízo do disposto em normas específicas, a comunicação com os participantes e assistidos deve ser em linguagem clara e acessível, utilizando-se de meios apropriados, com informações circunstanciadas sobre a saúde financeira e atuarial do plano, os custos incorridos e os objetivos traçados, bem como, sempre que

solicitado pelos interessados, sobre a situação individual perante o plano de benefícios de que participam.

Parágrafo único. A divulgação dos custos a que se refere o caput deve abranger os gastos referentes à gestão de carteiras, custódia, corretagens pagas, acompanhamento da política de investimentos, consultorias, honorários advocatícios, auditorias, avaliações atuariais e outras despesas relevantes.

O material dele constante permite aos Conselhos o acompanhamento periódico das atividades e resultados produzidos pela gestão da entidade e dos Planos de Benefícios, sob a gestão da Fundação. Foca também o confronto das realizações com as projeções orçamentárias. Assim procedendo fornece subsídios para conhecimento e avaliação dos riscos assumidos, dos resultados alcançados vis-à-vis o que foi planejado, e também, demonstra o comportamento atual comparativamente aos trimestres de iguais períodos dos exercícios anteriores.

Como mencionado nos relatórios anteriores, à estrutura deste relatório contempla a cisão do Plano BD, proveniente do Saldamento, o que representa um novo plano sob a gestão da São Francisco. Dessa forma a sua estrutura segue a seguinte ordem: (i) Apresentação; (ii) Aspectos gerais; (iii) Os Planos de Benefícios - I BD; Plano II/CD-Codeprev e Plano III - Saldado; e, (iv) Plano de Gestão Administrativa-PGA.

Mensagem aos participantes

É com satisfação que a Diretoria da Fundação São Francisco encerra o ano de 2017 com a conclusão do saldamento dos Benefícios do Plano I, encerrado em 30 de novembro de 2017. Tratou-se de uma operação complexa que demorou três anos para ser autorizada - de 22/10/2014, quando a proposta foi encaminhada à Patrocinadora CODEVASF, à 25/09/2017, data de edição da Portaria nº 929 da PREVIC, que autorizou o saldamento.

Ressalte-se que esta Diretoria, durante esses três anos de tramitação do processo manteve sua convicção de que o saldamento era a alternativa a ser alcançada para resolver o problema de custeio elevado do Plano, posição essa em que se manteve firme, mesmo diante de várias outras demandas dos participantes e do sindicato.

No entanto, após a autorização, surgiu outro grande desafio para a SÃO FRANCISCO, que seria concluir a operação entre 30 de setembro de 2017, "Data de Cálculo", conforme define a legislação, até 30 de novembro, data de encerramento da operação estabelecida pelo Conselho Deliberativo. Esse prazo era muito curto considerando a necessidade que se tinha de oferecer a opção de saldamento aos 1.200 participantes ativos e assistidos do Plano, distribuídos por todo o território nacional. Esta missão necessitava de um planejamento adequado que proporcionasse,

além do processo de divulgação, para que houvesse o entendimento das opções oferecidas, também a busca pela opção de todos os nossos participantes ativos e assistidos do Plano I através da assinatura do Termo de Transação ou Declaração de Permanência assinados até 30/11.

Essa data de 30/novembro foi objeto de extensa discussão entre a Diretoria Executiva e o Conselho Deliberativo e pesaram na decisão de encurtar o prazo da operação no limite, a necessidade de se aliviar o quanto antes os participantes das elevadas contribuições, em especial os participantes ativos. Outro aspecto importante que permitiu esta decisão foi a possibilidade de se utilizar o sistema de videoconferências da Patrocinadora CODEVASF. Esta tecnologia foi fator determinante na agilidade das apresentações do saldamento para os empregados participantes, lotados nas várias unidades regionais da Patrocinadora.

Por fim, o saldamento foi concluído com êxito, dentro do prazo e também de acordo com a expectativa de opções, ou seja, de que a totalidade dos ativos optaria pelo Plano Saldado e de que totalidade dos assistidos, ao contrário, optaria por permanecer no Plano I. Vale registrar, que o sucesso do saldamento e o cumprimento do curtíssimo prazo para finalizá-lo só foram possíveis graças ao

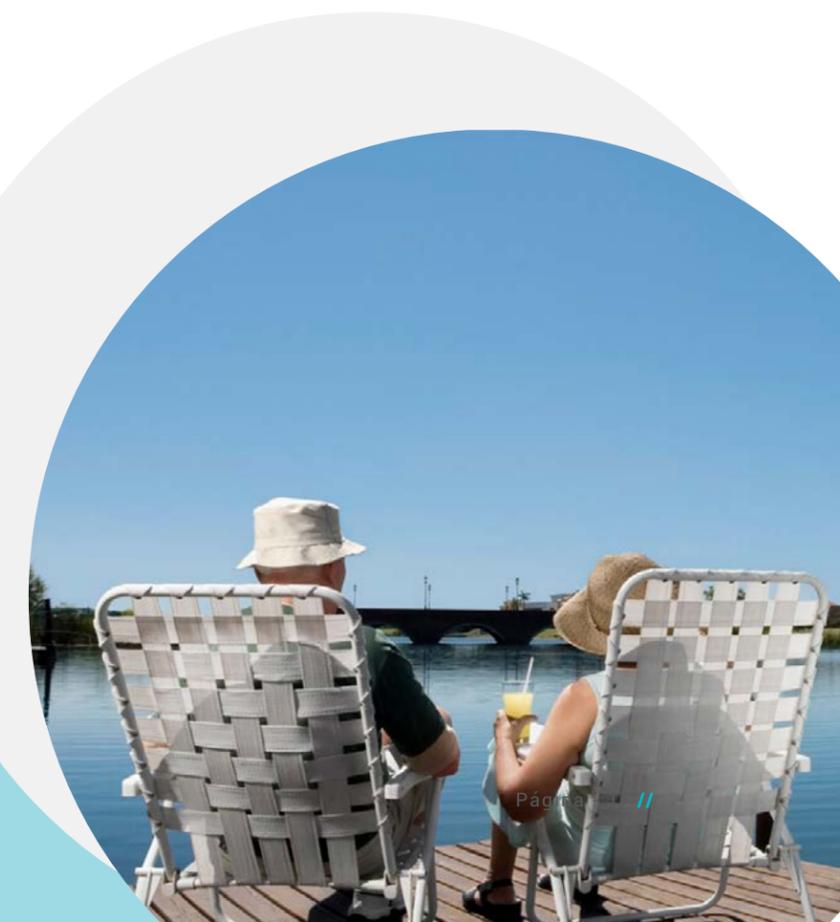
empenho e à dedicação não só dos colaboradores da SÃO FRANCISCO como também das várias unidades da Patrocinadora, em especial as de benefícios e de gestão de pessoas, que tiveram atuação destacada durante toda a execução dos procedimentos, atendendo aos participantes em suas dúvidas variadas e esclarecendo-os para que pudessem efetuar sua opção com segurança. Outro fator igualmente importante foi a disponibilização do sistema de videoconferência pela Patrocinadora, sem o que seria praticamente inviável o atendimento do prazo estabelecido pelo Conselho.

Cabe ressaltar ainda que na posição de 31/12/2017, os Planos I e III apresentaram resultado deficitário. No entanto, nas demonstrações atuariais do Plano I, consta que o Plano seria reavaliado extraordinariamente na posição de 31/3/2018. Assim o atuário efetuou essa reavaliação do Plano I, que foi estendida também ao Plano III, pois o mesmo surgiu de uma cisão do Plano I. Nessas reavaliações, na posição de 31/3/2018, o Plano I apresentou uma melhora no resultado, passando de um déficit técnico de R\$ 14,386 milhões para um déficit de R\$ 483 mil. Já o Plano III, passou de déficit de R\$ 8,893 milhões para um superávit de R\$ 4,315 milhões.

Ao longo deste relatório você terá acesso, não só as informações referentes ao saldamento dos planos, mas também, os dados e resultados referentes aos exercícios de 2017.

Desejamos a todos uma boa leitura.

Diretoria Executiva



1. Comportamento Econômico e Variáveis Macroeconômicas

1.1. ASPECTOS GERAIS DE MERCADO:

1.1.1. Cenário Econômico

Findo o exercício de 2017, a despeito de todas as turbulências políticas que marcaram as questões envolvendo o Poder Executivo e o Congresso Nacional, o Brasil, apesar de tímido, foi marcado pela retomada do crescimento econômico. A despeito dos sinais de recuperação nitidamente observados pelos agentes econômicos, em 2017 a agenda macro do Governo Federal, não conseguiu se desvencilhar da dependência do Poder Legislativo:

(i) Maio de 2017: A delação e Leniência dos executivos do Grupo JBS, que descortinou no front doméstico das grandes empresas financiadas com recursos públicos, via BNDES, as ligações nada republicana com os Poderes Executivo e Legislativo, culminando com as denúncias do empresário Joesley Batista publicadas no dia 17 de maio de 2017, quando a imprensa divulgou que o Presidente Michel Temer fora gravado em uma conversa em sua Residência Oficial (Palácio do Jaburu), com possíveis sinais de acusação ao chefe do Executivo Brasileiro por prevaricação.

(ii) Junho de 2017: o procurador-geral da República, Rodrigo Janot, denuncia o Presidente Michel Temer ao Supremo Tribunal Federal - STF pelo crime de corrupção passiva, com base na acusação a partir do acordo de delação premiada da JBS, abrindo a partir de então, uma nova e grande crise política para o governo, tornando-se o primeiro Presidente da República a responder por corrupção durante o mandato.

(iii) Agosto de 2017: o Governo do Presidente Michel Temer com a decisão da Câmara dos Deputados, conseguiu escapar das investigações relativas à denúncia promovida pelo procurador-geral da República, Rodrigo Janot ao Supremo Tribunal Federal - STF pelo crime de corrupção passiva, com base na acusação a partir do acordo de delação premiada da JBS.

(iv) Setembro de 2017: precisamente no dia 21.09.2017, em menos de 60 dias, descortinou-se pela segunda vez pela Procuradoria Geral da República - PGR a tentativa de obter autorização da Câmara dos Deputados para processar o Presidente por crimes que vão de corrupção passiva até a organização criminosa com atuação dentro do Congresso Nacional;

(v) Outubro de 2017: A Câmara dos Deputados livra, o Presidente Temer, pela segunda vez, de responder ao processo no Supremo Tribunal Federal - STF durante o mandato. Após decisão, Temer responderá na Justiça somente após a conclusão do mandato, em 31 de dezembro de 2018, e

(vi) Dezembro de 2017: Encerrado o ano, os fatos políticos, mais uma vez, se encarregaram de prejudicar diretamente a recuperação econômica do país, culminando com o adiamento do encaminhamento por parte do Governo Federal à Câmara, o Projeto de Reforma da Previdência. Principal bandeira do Governo Temer, a decisão por resistência dos parlamentares da base e dos partidos de esquerda, mutilaram fortemente os projetos das reformas estruturais pretendidas, contrariando as expectativas na redução do déficit previdenciário, que alçou em 2017 o rombo de R\$ 268,79 bilhões, incluindo o INSS, sistema que atende aos trabalhadores do setor privado, e dos Regimes Próprios dos Servidores Públicos (RPPS) da União. Os números acumularam 18,50% maior que 2016, quando a rubrica somou R\$ 226,88 bilhões. O agravamento do rombo foi de R\$ 41,91 bilhões, registrando o maior rombo da série histórica.

Porém, nem tudo foi marcado pelo

fracasso. A economia conseguiu, em parte, desvencilhar-lhe do processo político. Findo o quarto trimestre de 2017, a economia brasileira marcou mais uma vez, para surpresa do mercado, forte resistência às mazelas da política, sinalizando tímida recuperação dos indicadores macros, com novas e melhores expectativas de crescimento do PIB para o ano de 2017 e conseqüentemente para 2018, remetendo a recuperação do mercado de trabalho formal, sinais positivos e essenciais para que o país saia da pendência política observada no governo Michel Temer, agregando de forma positiva indicadores que sinalizam a retomada do crescimento econômico.

Apesar de todo o processo político envolvendo o Poder Executivo ao longo do ano de 2017, a economia surpreendeu de forma contundente em vários segmentos produtivos, com resultados contrários às expectativas dos agentes formadores de opinião em vários setores: (i) Queda acentuada na taxa de inflação, medida pelo IPCA, encerrando o ano com variação acumulada de 2,07%, contra 6,29% registrada em 2016 - queda de 4,22 p.p.; (ii) Queda na Taxa de Juro Real da economia, saindo de 7,46% em 2016 para 4,05% em 2017 - queda de 3,24 p.p. e (iii) Cenário positivo quanto a Taxa Básica de Juros da Economia-Selic, encerrando 2017 nos níveis de 7,00% a.a. contra 13,75% em 2016 - queda de 6,75 p.p., momento favorável ao Banco Central, com a possibilidade de extensão do ciclo de cortes de juros no COPOM para o exercício de 2018, animando de forma discreta os investidores internos. Assim, a política monetária continuará estimulativa para que a economia doméstica ratifique sua recuperação gradual.

Quanto ao Segmento Industrial, a Confederação Nacional da Indústria - CNI no relatório de Indicadores Industriais de dezembro de 2017 - "mostra que a recuperação da atividade industrial segue em curso, com variações positivas dos índices de atividade industrial, faturamento, emprego, horas trabalhadas e Utilização da Capacidade Instalada (UCI). Essa recuperação só se consolidou na segunda metade de 2017, quando esses índices passaram a mostrar sequências de crescimento, ainda que modestas. Com isso, o ano de 2017 se encerra ainda com queda da maioria das variáveis da indústria na comparação com 2016. O faturamento recuou 0,2%, as horas trabalhadas, 2,2% e o emprego industrial, 2,7%. A UCI média de 2017, por sua vez, ficou 0,4 ponto percentual (p.p.) acima da média de 2016. O rendimento médio real e massa salarial tiveram movimento contrário, com um segundo semestre mais negativo que o primeiro. O rendimento real ainda terminou o ano positivo (crescimento de 0,8% ante 2016), mas a massa salarial ainda terminou com queda (-1,9%)" – Fonte: Confederação Nacional da Indústria - CNI.

A economia brasileira completou o exercício de 2017 apresentando crescimento pela métrica do Banco Central, algo que não ocorria desde 2013. Com avanço de 1,41% em dezembro, o Índice de Atividade Econômica do Banco Central (IBC-BR) fechou o quarto trimestre do ano com alta de 1,04%, vindo de variações positivas de 0,58% no terceiro, 0,39% no segundo e 1,10% no primeiro, na série com ajuste sazonal. Conforme gráfico abaixo - indicador criado com objetivo de antecipar o resultado do Produto Interno Bruto (PIB) do país, constituindo-se em um parâmetro preliminar da evolução da atividade econômica brasileira. O cálculo do IBC-BR é considerado uma espécie de prévia do BACEN para o PIB por analistas, o índice serve como parâmetro para avaliar o ritmo da economia brasileira ao longo dos meses. A previsão oficial do BACEN para atividade doméstica em 2017 é de avanço de 1,04%. Para 2018, estima-se um crescimento de 2,60%. Ademais, houve em 2017, uma agenda positiva: Reforma Trabalhista; PEC do teto e melhor governança nas empresas públicas: Petrobrás; Caixa, BB, etc., que permitiu a queda dos juros e da inflação. A previsão do IBC-BR também auxilia a Autoridade Monetária a definir a meta da Taxa Básica de Juros da Economia – Fonte: BACEN.

GRÁFICO 1. ÍNDICE DE ATIVIDADE ECONÔMICA DO BANCO CENTRAL – MENSAL 2017

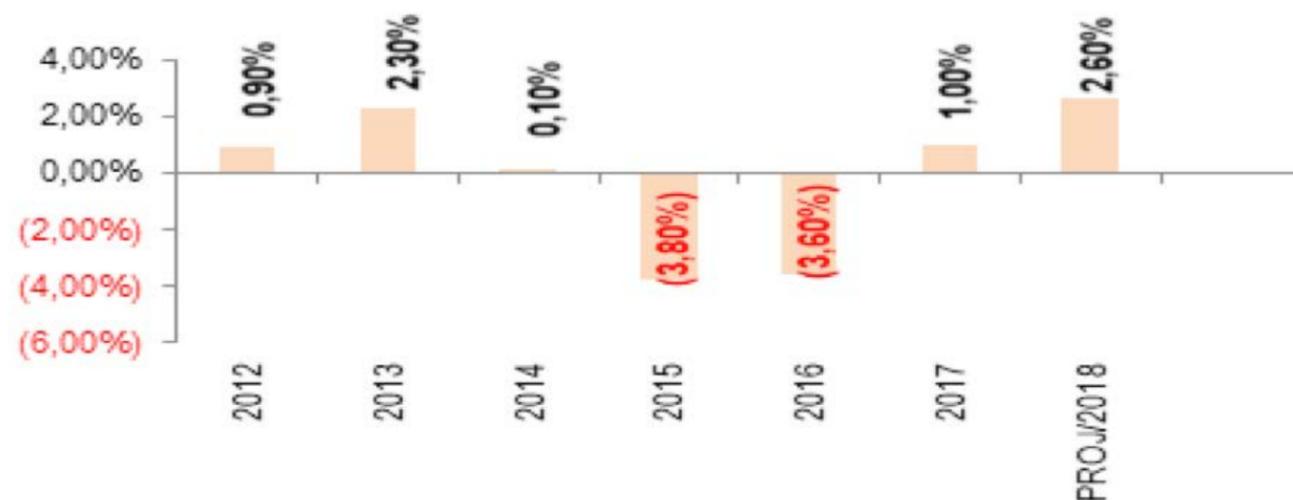


No Gráfico acima, observa-se que o nível de atividade da economia brasileira, medida trimestralmente pelo IBC-BR subiu 1,41% na comparação com o trimestre anterior. Esta foi a quarta alta no trimestre consecutiva registrada na economia brasileira. As perspectivas para o ano continuam positivas, dada à retomada do IBC-BR positivo em dezembro. Neste contexto, o mercado projeta crescimento positivo do PIB em 2017.

Segundo os dados divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a economia brasileira cresceu 1,00% em 2017, registrando a primeira alta após dois anos consecutivos de total retração. Os dados foram divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. O resultado mostra que a economia brasileira iniciou o processo de recuperação em 2017, mas ainda não repõe as perdas da atividade econômicas registradas em 2016 e 2015, quando o PIB recuou 3,60% e 3,80%, respectivamente, na maior recessão da história recente do país. "Para os técnicos do IBGE, o grande impulsionador do PIB de 2017 foi o agronegócio, que avançou 13,0% em 2017, puxado pela safra recorde registrada no ano. Em tese, o crescimento seria de 0,3% (sem o agronegócio), lembrando que a agropecuária tem influência em todos os outros setores" – Fonte: IBGE. – Vide gráfico a seguir:



GRÁFICO 2. COMPORTAMENTO DO PRODUTO INTERNO BRUTO – PIB 2017 – %



Os números a seguir registrados em 2017, buscam apontar sistematicamente uma economia doméstica em recuperação, passível de retrocessos, dado trata-se de um ano eleitoral, gerando incertezas e volatilidade para os mercados de capital e financeiro. Chamam a atenção os comportamentos verificados pelos indicadores a seguir:

• **Inflação:** o comportamento dos preços no encerramento de 2017 surpreender positivamente todas as expectativas do mercado, pressionando a Autoridade Monetária (BACEN) a acelerar o processo de queda da Selic. A alta da inflação observada no 4º trimestre de 2017, medida pelo IPCA, com variação de 1,14% - contra 0,74% registrada no mesmo período de 2016, não inviabilizou o processo de queda substancial acumulada, registrando no ano alta de 2,95%, contra 6,29% acumulada em 2016, com baixa de 3,34 p.p.

• **Taxa de Desemprego:** Segundo o IBGE, encerrado o ano de 2017 a taxa média de desocupação registrada foi de 12,70%, contra 11,50% registrada em 2016, a maior da série histórica do IBGE, que começou em 2012. A desocupação atinge cerca de 12,3 milhões de brasileiros.

GRÁFICO 3. DESEMPREGO EM 2017



• **Política:** No âmbito da política interna, a atenção do mercado no encerramento do exercício de 2017, encontra-se focada no ano eleitoral de 2018, com os olhos nos possíveis candidatos à Presidência da República. Neste contexto, o mercado considera enterrada a Reforma da Previdência, deixando-a para o próximo governo, o que leva a crer num ano de incertezas e bastante volátil, podendo comprometer o crescimento econômico, dado que um pacote econômico do Executivo, poderá não ter a chancela do legislativo.

• **Mercado Financeiro e de Capitais:** (i) Dada às condições macro, a Selic caiu, saindo de 13,75% a.a. em dezembro/16 para 7,00% a.a. em dezembro/17, registrando 6,75 ponto percentual de queda acumulada no ano e (ii) A contínua evolução do mercado acionário, encerrando o ano de 2017 com alta de 26,82%, medida pelo IBrX-50, contra, também uma alta de 36,82% em 2016, motivada diretamente pela queda da inflação e consequente redução da Selic.

Brasil – Perspectivas 1º Trimestre de 2018:

O cenário macroeconômico desenhado para o primeiro trimestre de 2018, apesar do foco político voltado para as eleições gerais que ocorrerão no segundo semestre de 2018, o mercado leva a crer que o crescimento do PIB em 2018, nos níveis projetados pelo BACEN (2,60%) é factível, visto pelos indicadores macros: Juros menores; maior disposição dos bancos em conceder empréstimos; melhora na confiança dos empresários e o cenário externo ainda favorável.

Por outro lado, a Reforma Fiscal está lenta, tratando-se de um ano eleitoral, gera elevada volatilidade dos mercados, em face das incertezas que estão por vir em relação ao processo de escolha dos representantes do povo no Congresso Nacional e o novo Presidente da República, assim, qualquer projeto do Executivo não terá respaldo do Legislativo. Portanto, no curto prazo vislumbra-se estabilidade na Taxa de Juros; queda da Inadimplência; Inflação Estável e Aumento do Consumo. Mas, nem tudo soa como céu de brigadeiro, o mercado assume que no curto prazo há riscos mensuráveis e visíveis, tais como: Possível revisão das notas das Agências Classificadoras de Risco, quanto ao "Risco Brasil", onde poderemos sofrer um novo "Downgrade" e Aumento dos Juros na economia americana, com reflexos negativos para o mercado interno, vis-à-vis as empresas de capital aberto com negociações no mercado acionário interno e seus ADRS negociados no mercado internacional.

1.2 COMPORTAMENTO DAS VARIÁVEIS MACROECONOMICAS INTERNAS:

1.2.1. Taxa Básica de Juros da Economia – SELIC

O Comitê de Política Monetária - COPOM, em sua última reunião realizada no 4º Trimestre de 2017, nos dias 05 e 06 de dezembro de 2017, a sexta do ano, sem surpresas, decidiu cortar a Selic em 0,50 pontos-base, de 7,50% a.a. para 7,00% a.a., sem viés, dando continuidade à política de afrouxamento monetário do Banco Central, contra 13,75% a.a. registrada em dezembro de 2016, isto é, a Autoridade Monetária encerrou o ano de 2017 acumulando um corte de 6,75 p.p. na Taxa Básica de Juros da Economia - Selic. Esta foi à décima redução seguida. Em seu comunicado da decisão os Diretores do Banco Central (BC) sinalizaram ainda que haverá um novo corte, em ritmo menor, em fevereiro de 2018, mas que ele está atrelado à continuidade das reformas, em especial a da Previdência.

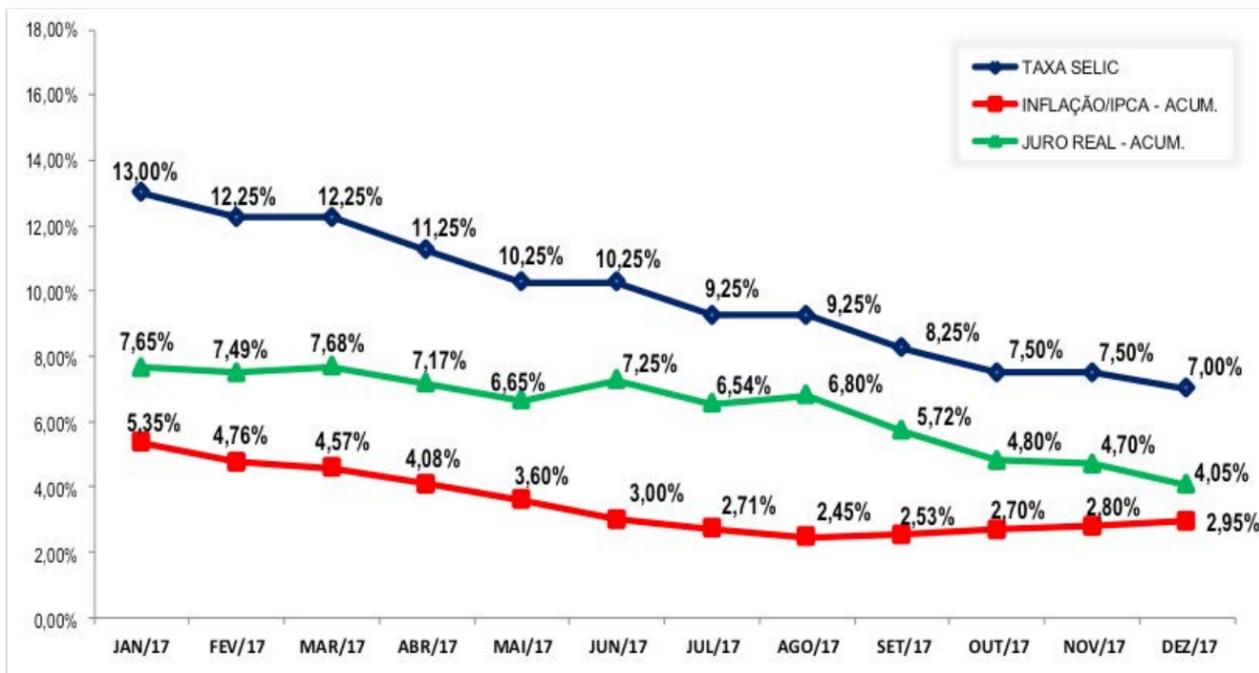
GRÁFICO 4. TAXA BÁSICA DE JUROS DA ECONOMIA - SELIC - PERÍODO: 2016X2017



1.2.2. Taxa Real de Juros – 2017

Com a decisão do Comitê de Política Monetária - COPOM em sua última reunião realizada no 4º Trimestre de 2017, nos dias 05 e 06 de dezembro de 2017, a Autoridade Monetária (BACEN) proporcionou corte de 0,50 pontos-base na Selic, reduzindo-a para 7,00% a.a. Mesmo com a redução, o Brasil destaca-se como sendo o 3º (terceiro) país com juros reais mais altos do mundo. Descontando a Taxa de Juros atuais da Inflação de 12 meses: (1º Turquia: 5,87%; 2º Rússia: 4,18%; 3º Brasil: 4,05% e 4º Argentina 3,00%). Os juros reais no Brasil (descontada a inflação) se situaram em 4,05%, contra 7,46% a.a. em dezembro de 2016 - Gráfico a seguir:

GRÁFICO 5. TAXA REAL DE JURO - 2017



1.2.3. Taxas de Inflação

Segundo publicação do IBGE, o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA (índice oficial de inflação do Governo Federal) foi positivo em 0,44% em dezembro de 2017. Com o resultado deste mês, a inflação oficial de 2017 foi de 2,95%, contra 6,29% registrados em 2016. Com este resultado, a inflação oficial acumulada no ano ficou abaixo do piso da meta estabelecida pelo Conselho Monetário Nacional - CMN, de 3,00% - com margem de 1,50 ponto percentual para mais ou para menos. A meta era manter os preços no centro da meta

- 4,50%, podendo variar entre 3% e 6%. Segundo as autoridades, é a quinta vez em que a meta é descumprida desde que o sistema de metas de inflação foi criado, em 1999. Sendo descumprida pela primeira vez para baixo.

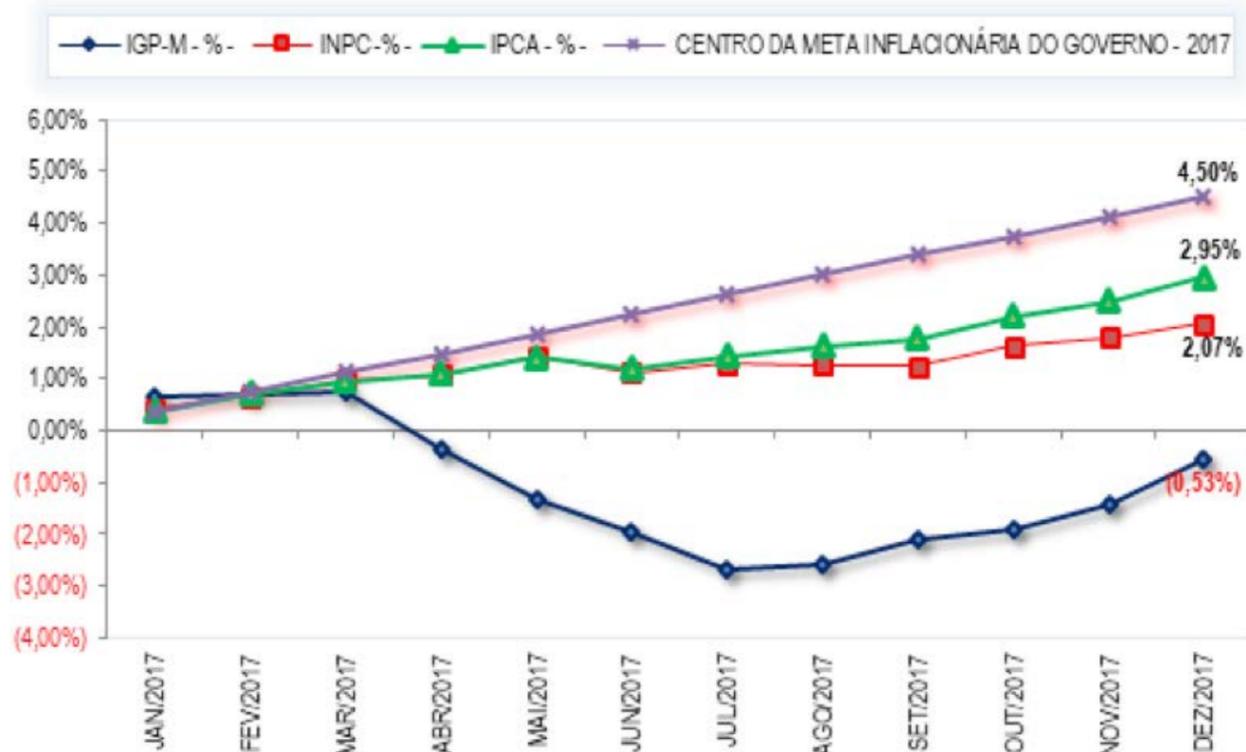
O descumprimento num determinado ano obriga o presidente do BACEN, Ilan Goldfajn, a escrever uma carta ao ministro da Fazenda, explicando os motivos que levaram o sistema de metas de inflação ter sido descumprido e apontando as medidas que serão adotadas para fazer a variação de preços convergirem para o centro da meta (4,50%). Segundo o IBGE, os bons resultados da safra agrícola puxaram para baixo os preços dos alimentos, o que ajudou a compensar a disparada de preços de outros produtos e serviços que compõe o respectivo índice.

De acordo com as previsões do BACEN (Focus - Relatório de Mercado - 05.01.2018), a inflação em 2018 iniciará um processo de alta moderada, dado que a safra agrícola não terá o mesmo desempenho de 2017, com expectativas de alta nos preços de 3,95%, abaixo, portanto, do centro da meta (4,50%) e do teto da meta (6,50%), porém, acima do piso de 3,00% estabelecido pelo Conselho Monetário Nacional - CMN. Por outro lado, o mercado tem plena convicção de que, a queda observada no IPCA em 2017 não foi fruto de um ambiente interno organizado, apesar da recuperação da atividade econômica no final do ano, mas, com baixo consumo da população. O ano de 2018 inicia-se com bastante expectativa, no entanto, o desemprego é muito elevado e isso representa uma grande barreira para o crescimento em 2018.

O Presidente do BACEN, em sua Carta Aberta ao ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, de 10.01.2018, evidenciou que: **“nos últimos 12 meses, o IPCA aumentou 0,49 ponto percentual em relação ao mínimo que chegou: 2,46% em agosto do ano passado. O BC afirma que tem tomado as providências para que a inflação atinja as metas para a inflação estabelecidas pelo CMN, de 4,50% para 2018; 4,25% para 2019 e 4% para 2020”.**



GRÁFICO 6. ÍNDICES DE PREÇOS ACUMULADOS – 2017



Observa-se que encerrado o ano de 2017, ocorreu depois de dois anos e meio consecutivos a reversão do persistente descolamento entre as variações dos índices INPC (utilizado para ajustar os valores das aposentadorias) e o IPCA (utilizado na apuração dos valores das NTN-B), em patamar acima dos historicamente observados até 2014. Como se observa no gráfico, as variações dos índices, no encerramento do ano, deixam visível a reversão do processo, quando o IPCA acumulou alta de 2,95% onde se encontram atrelados os Títulos Públicos do Plano, contra o INPC 2,07%, favorece os investimentos atrelados em IPCA em 0,88% acima da variação do INPC.

1.2.4. Taxa de Câmbio

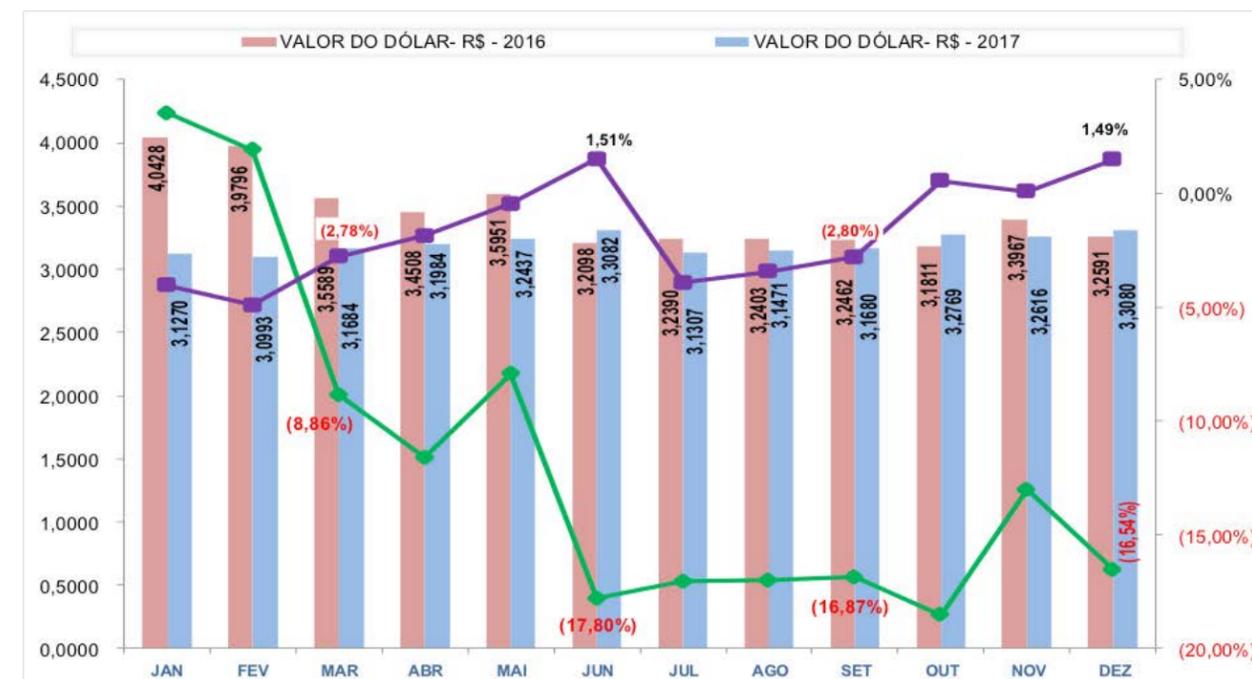
O preço do dólar (ptax) no mercado brasileiro fechou o 4º trimestre de 2017 valendo R\$ 3,3080 contra R\$ 3,1680 no 3º trimestre 2017, registrando alta de 4,42% no trimestre. Com este resultado, a moeda americana registrou alta acumulada no ano de 1,49%, ante desvalorização de 16,54% no mesmo período de 2016.

A variação positiva no câmbio deveu-se, em parte, pela aprovação no Congresso

Americano do projeto do governo Donald Trump - que trata do corte de impostos para famílias e empresas, com perspectivas de maior crescimento do investimento e aumento do déficit e da dívida pública. Neste contexto, o dólar voltou a ganhar força contra outras moedas, recuperando parte das perdas inicialmente registradas no decorrer do trimestre considerado.

O mercado trabalha com o monitoramento dos indicadores referentes à inflação nos Estados Unidos os quais determinarão o ritmo de normalização da política monetária norte-americana, aí incluindo possível aumento da taxa de juro, extremamente prejudicial para os países emergentes, que dependem diretamente dos investimentos estrangeiros nos segmentos produtivos internos.

GRÁFICO 7. COMPORTAMENTO DO DÓLAR - PERÍODO: 2016 X 2017



1.2.5. Indicadores Econômicos Financeiros – 2017

TABELA 1. INDICADORES ECONÔMICO-FINANCEIROS – 2017

INDICADORES ECONÔMICO-FINANCEIROS - 2017														
ATIVOS DE MERCADO	ACUMULADO 2016	VARIÇÕES NOMINAIS - 2017											NOMINAL NO ANO	
		jan/17	fev/17	mar/17	abr/17	mai/17	jun/17	jul/17	ago/17	set/17	out/17	nov/17		dez/17
IBOVESPA	38,91%	7,38%	3,08%	(2,52%)	0,64%	(4,12%)	0,30%	4,80%	7,46%	4,88%	0,02%	(3,15%)	6,16%	26,84%
IBrX-50	36,82%	7,12%	2,84%	(2,16%)	0,60%	(3,99%)	0,50%	4,76%	7,28%	4,95%	(0,01%)	(3,21%)	6,20%	26,83%
US\$ (PTAX) %	(16,54%)	(4,05%)	(0,89%)	2,23%	0,95%	1,42%	1,99%	(5,37%)	0,52%	0,66%	3,44%	(0,47%)	1,42%	1,49%
CDI	13,99%	1,08%	0,86%	1,05%	0,79%	0,93%	0,81%	0,80%	0,80%	0,64%	0,64%	0,57%	0,54%	9,93%
TAXA SELIC	14,03%	1,09%	0,87%	1,05%	0,79%	0,93%	0,81%	0,80%	0,80%	0,64%	0,64%	0,57%	0,54%	9,95%
POUPANÇA	8,30%	0,67%	0,53%	0,65%	0,50%	0,58%	0,55%	0,56%	0,55%	0,50%	0,47%	0,43%	0,43%	6,61%
ÍNDICES DE INFLAÇÃO		VARIÇÕES NOMINAIS - 2017												
IGP-M (FGV)	7,19%	0,64%	0,08%	0,01%	(1,10%)	(0,93%)	(0,67%)	(0,72%)	0,10%	0,47%	0,20%	0,52%	0,89%	(0,53%)
IGP-DI (FGV)	7,15%	0,42%	0,06%	(0,38%)	(1,24%)	(0,51%)	(0,96%)	(0,30%)	0,24%	0,62%	0,10%	0,80%	0,74%	(0,43%)
INPC (IBGE)	6,58%	0,42%	0,24%	0,32%	0,08%	0,36%	(0,30%)	0,17%	(0,03%)	(0,02%)	0,37%	0,18%	0,26%	2,07%
IPC-SP (FIPE)	6,55%	0,32%	-0,08%	0,14%	0,61%	-0,05%	0,05%	(0,01%)	0,10%	0,02%	0,32%	0,29%	0,55%	2,28%
IPCA (IBGE)	6,29%	0,38%	0,33%	0,25%	0,14%	0,31%	(0,23%)	0,24%	0,14%	0,16%	0,00%	0,28%	0,44%	2,90%
META ATUARIAL (*)	13,30%	0,57%	0,85%	0,67%	0,75%	0,51%	0,79%	0,13%	0,60%	0,40%	0,41%	0,80%	0,61%	7,31%
TAXA INDICATIVA (**)	10,31%	0,71%	0,53%	0,61%	0,37%	0,65%	(0,01%)	0,46%	0,26%	0,27%	0,66%	0,47%	0,55%	5,64%
REFERÊNCIA (***)	12,44%	0,85%	0,67%	0,75%	0,51%	0,79%	0,13%	0,60%	0,40%	0,41%	0,80%	0,61%	0,69%	7,44%
DOLAR PTAX (VENDA) US\$	3,2591	3,1270	3,0993	3,1684	3,1984	3,2437	3,3082	3,1307	3,1471	3,1680	3,2769	3,2616	3,3080	-

(*) INPC (com defasagem) + 5,26% a.a.

(**) INPC+3,5% a.a.

(***) INPC (sem defasagem) +5,26% a.a.

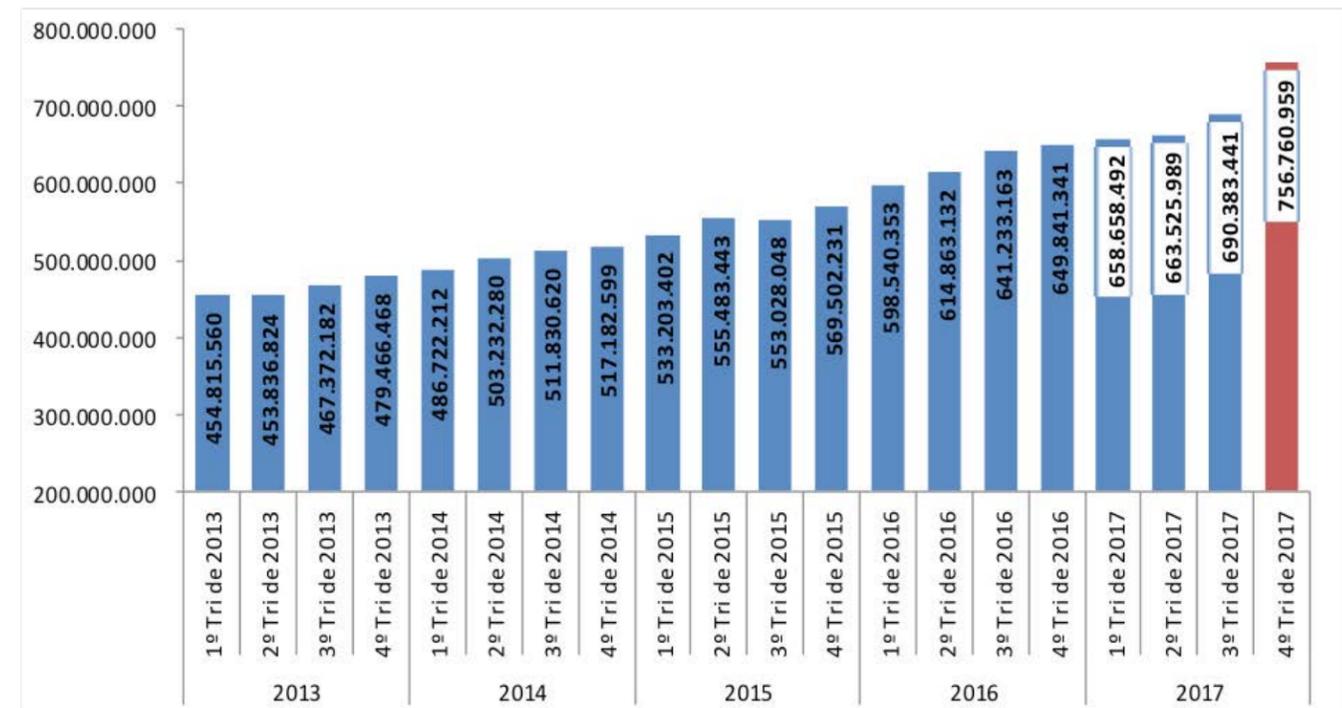
Na Tabela 1 acima, chama a atenção à retomada da alta do mercado acionário no encerramento de 2017- medido pelos índices IBOVESPA e IBrX-50, com alta acumulada de 26,84% e 26,83%, respectivamente, contra alta de 38,91% e 36,82%, respectivamente no ano de 2016, mantendo-se num canal de alta, com perspectivas futuras positivas, dado o processo lento, porém, gradual de recuperação da economia.

1.2.6. Ativo Total sob Gestão da SÃO FRANCISCO

1.2.6.1. Evolução do Ativo Total Consolidado

Encerrado o 4º trimestre de 2017, o Ativo Total Consolidado atingiu o montante de R\$ 756,7 milhões, contra R\$ 690,4 milhões ao fim do 3º trimestre de 2017, representando crescimento de 9,61%. Com este resultado, o Ativo Consolidado acumulou no ano alta de 16,45%, conforme pode ser observado no gráfico a seguir:

GRÁFICO 8. EVOLUÇÃO DO ATIVO TOTAL



2. Distribuição Geográfica de Participantes e Assistidos

GRÁFICO 9. PARTICIPANTES POR LOCALIDADE

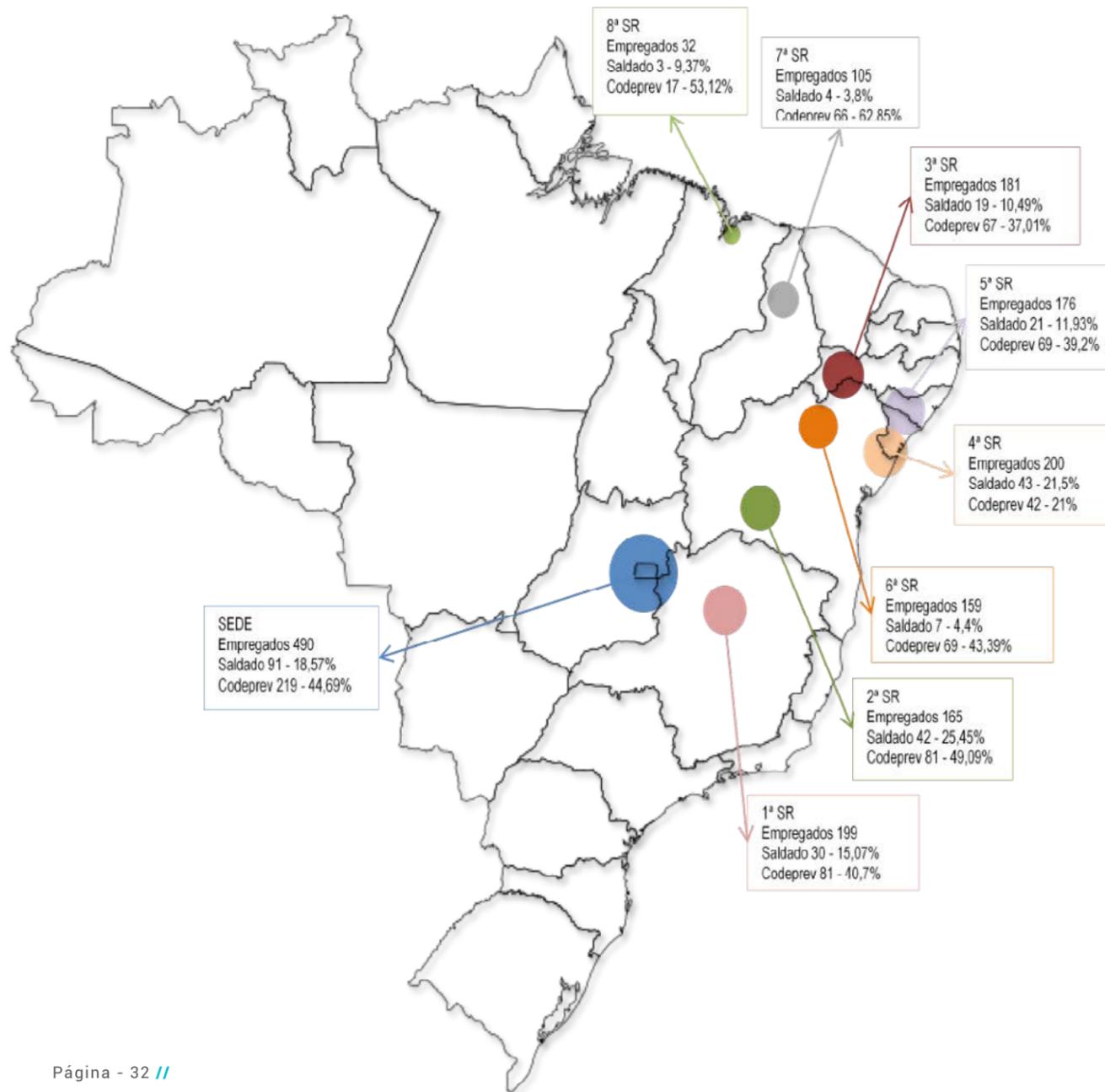
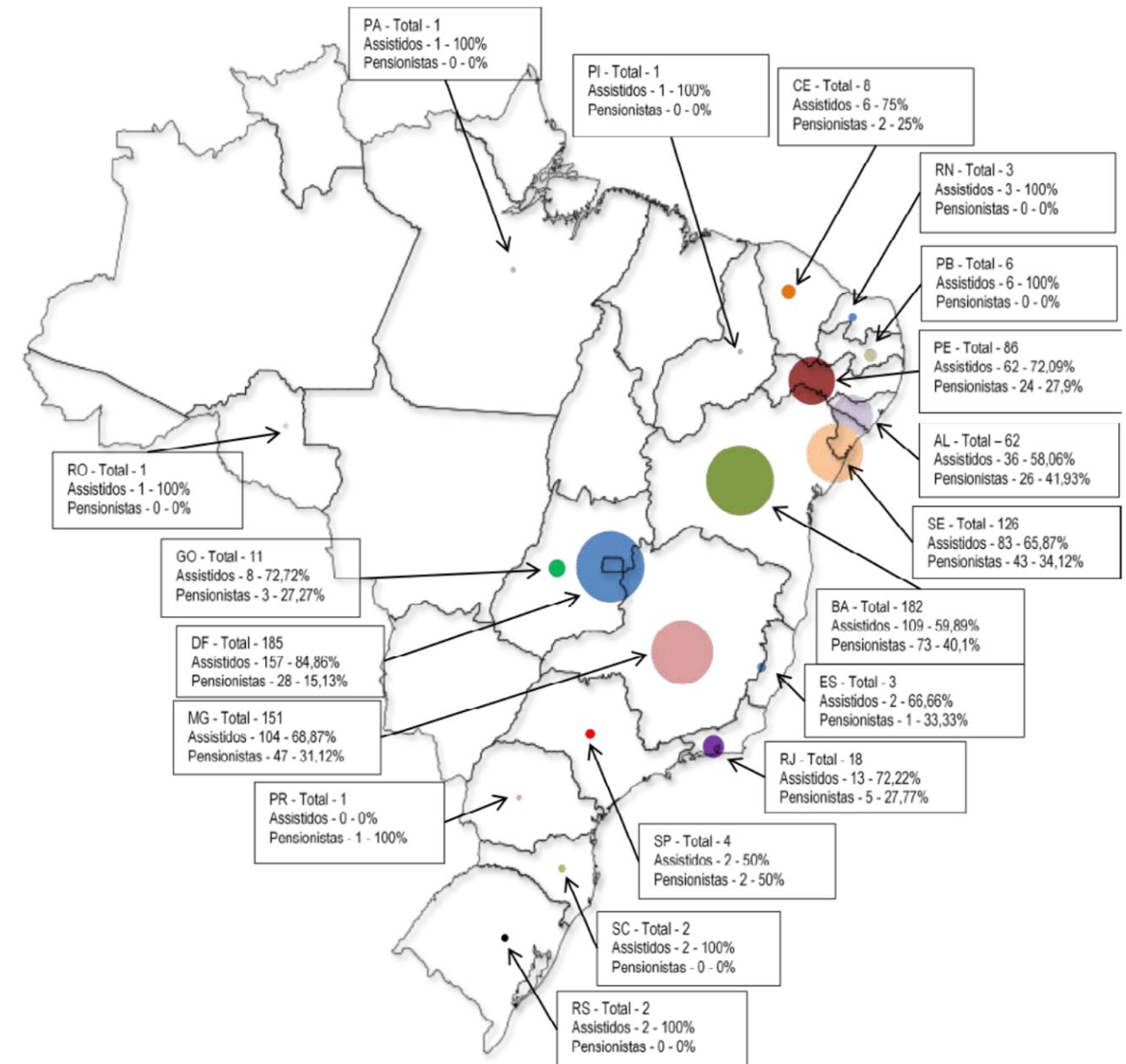


GRÁFICO 10. ASSISTIDOS POR LOCALIDADE



3. Plano de Benefícios I – Benefício Definido – BD

3.1. PREVIDENCIAL

No exercício de 2017 tivemos uma redução do número de participantes do Plano I que se deve, principalmente, ao processo de saldamento dos benefícios ocorrido no quarto trimestre de 2017.

Em comparação ao 4º trimestre do ano anterior, houve 65 pedidos de cancelamento, 3 pedidos de aposentadoria e 339 adesões ao Plano de Benefícios III – Saldado. Assim, restaram, no final do 4º trimestre, apenas 3 participantes ativos.

Em relação às hipóteses atuariais utilizadas na avaliação dos Planos I destaca-se a redução na taxa real anual de juros, de 5,26% para 4,90%, o que ocorreu também no Plano III – Plano saldado.

GRÁFICO 11. SOCIAL – EMPREGADOS X PARTICIPANTES



Cabe ressaltar ainda que na posição de 31/12/2017, os Planos I e III apresentaram resultado deficitário. No entanto, nas demonstrações atuariais do Plano I, consta que o Plano seria reavaliado extraordinariamente na posição de 31/3/2018. Assim, o atuário efetuou essa reavaliação do Plano I e o resultado apresentou uma melhora, passando de um déficit técnico de R\$ 14,386 milhões para um déficit de R\$ 483 mil.



GRÁFICO 12. SEGREGAÇÃO POR SEXO – PARTICIPANTES ATIVOS

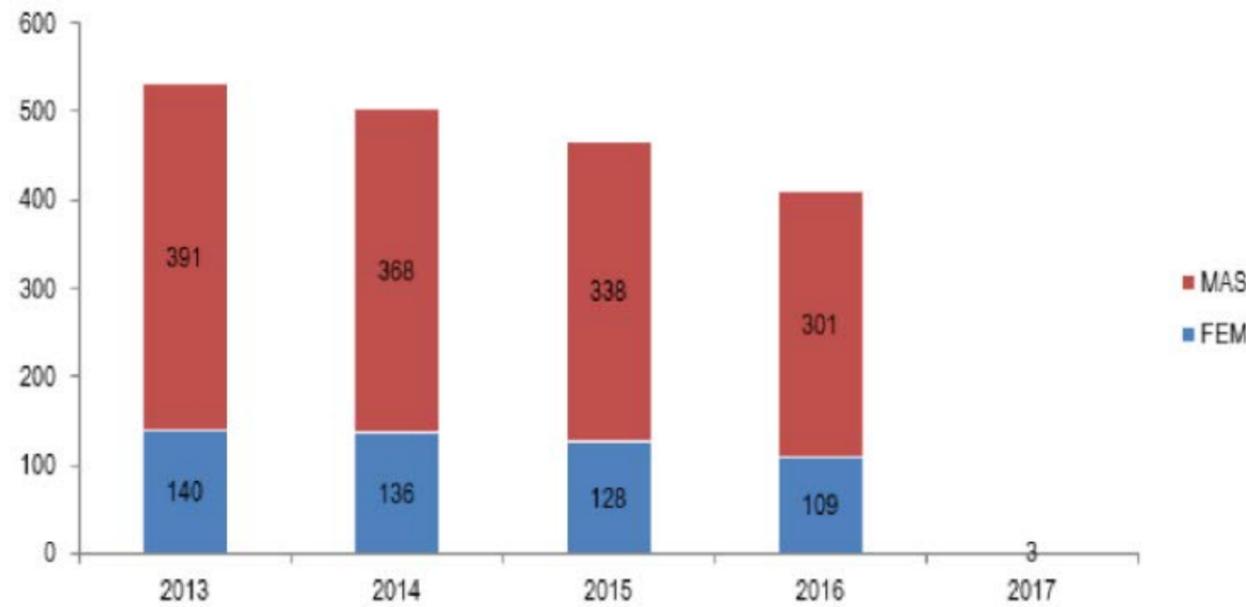


GRÁFICO 13. ASSISTIDOS E PENSIONISTAS



Em 2017 houve concessão de 3 benefícios de aposentadoria e 17 encerramentos por falecimento. Houve, também, 12 concessões de benefício de suplementação de pensão por morte e o encerramento por falecimento de 8 benefícios de pensão.

GRÁFICO 14. ASSISTIDOS E PENSIONISTAS - ANUAL

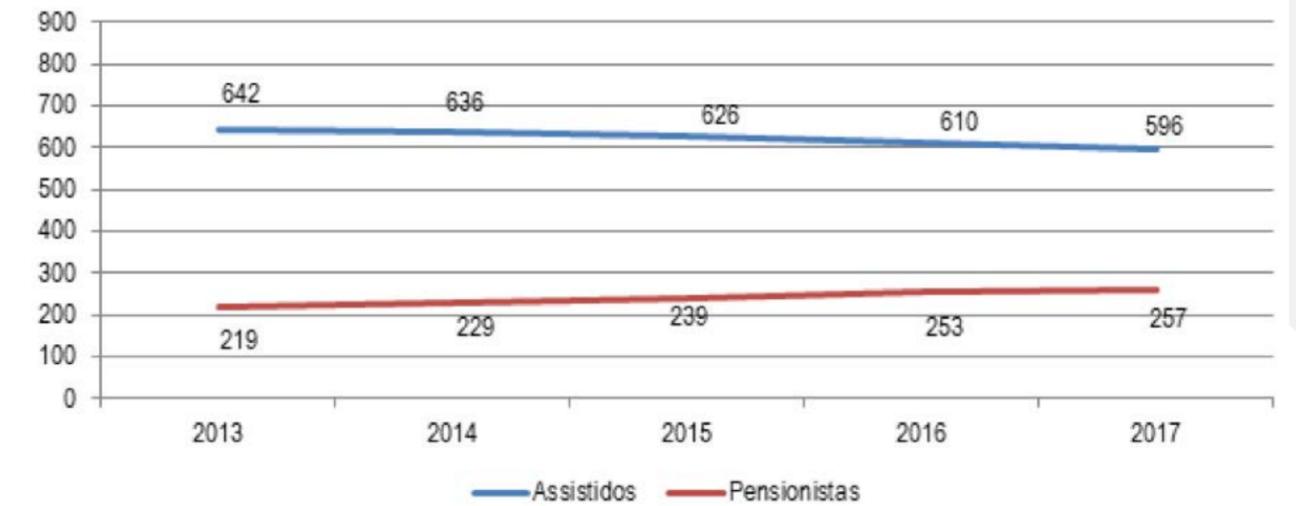


GRÁFICO 15. ASSISTIDOS E PENSIONISTAS - FAIXA ETÁRIA

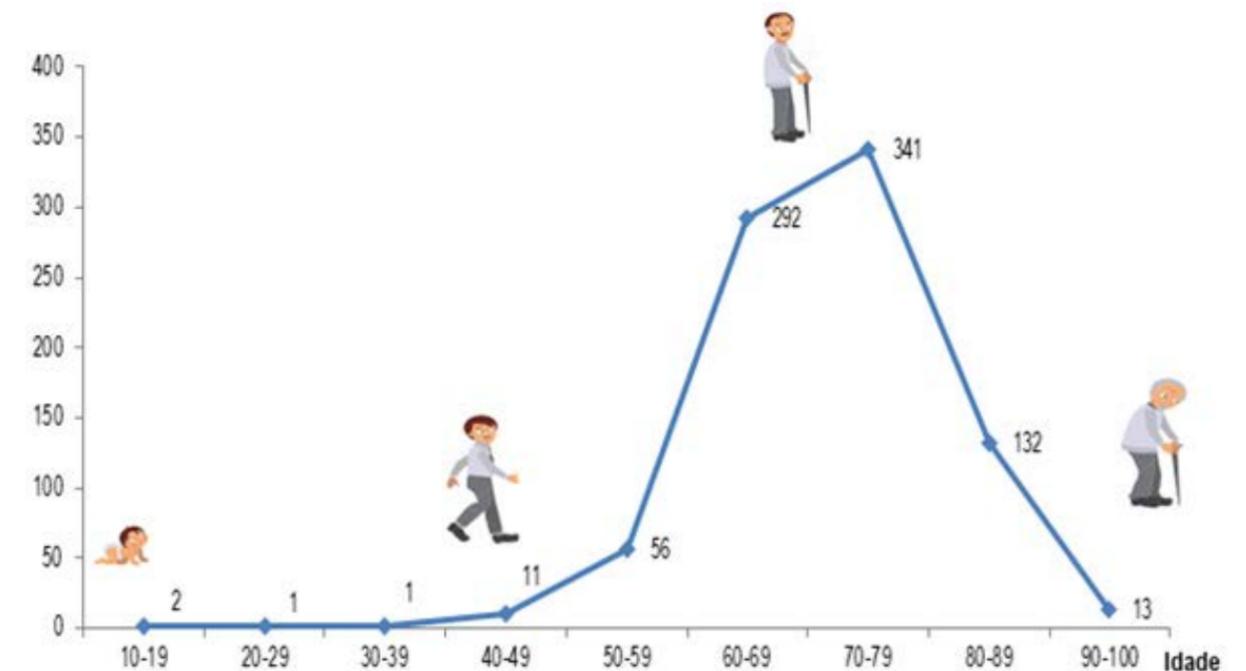
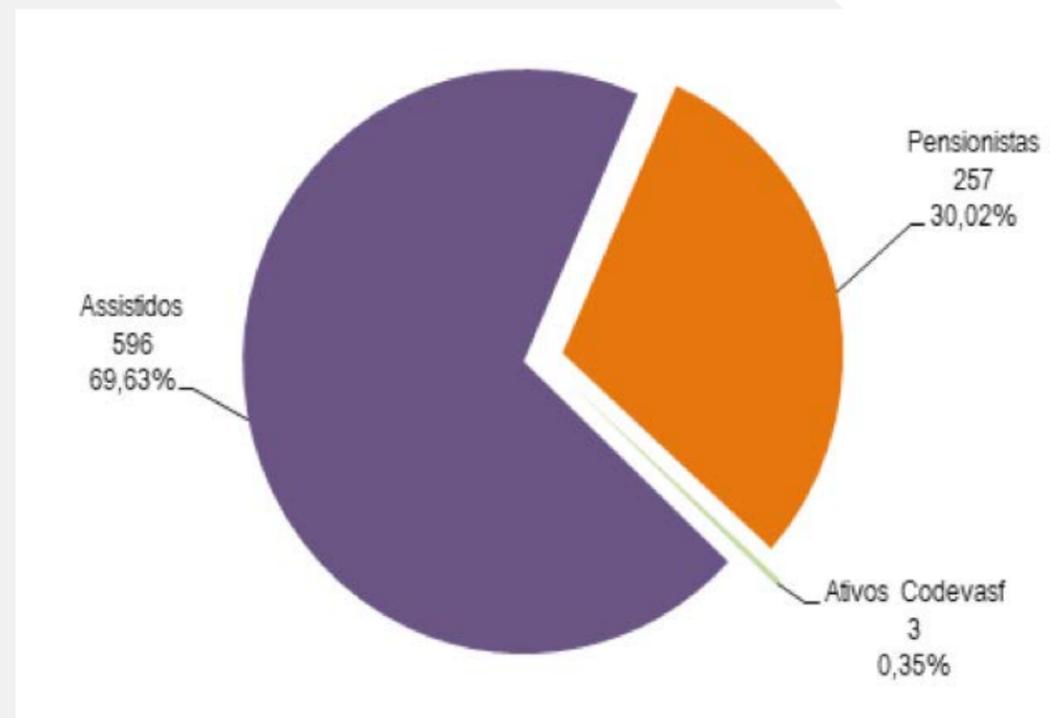
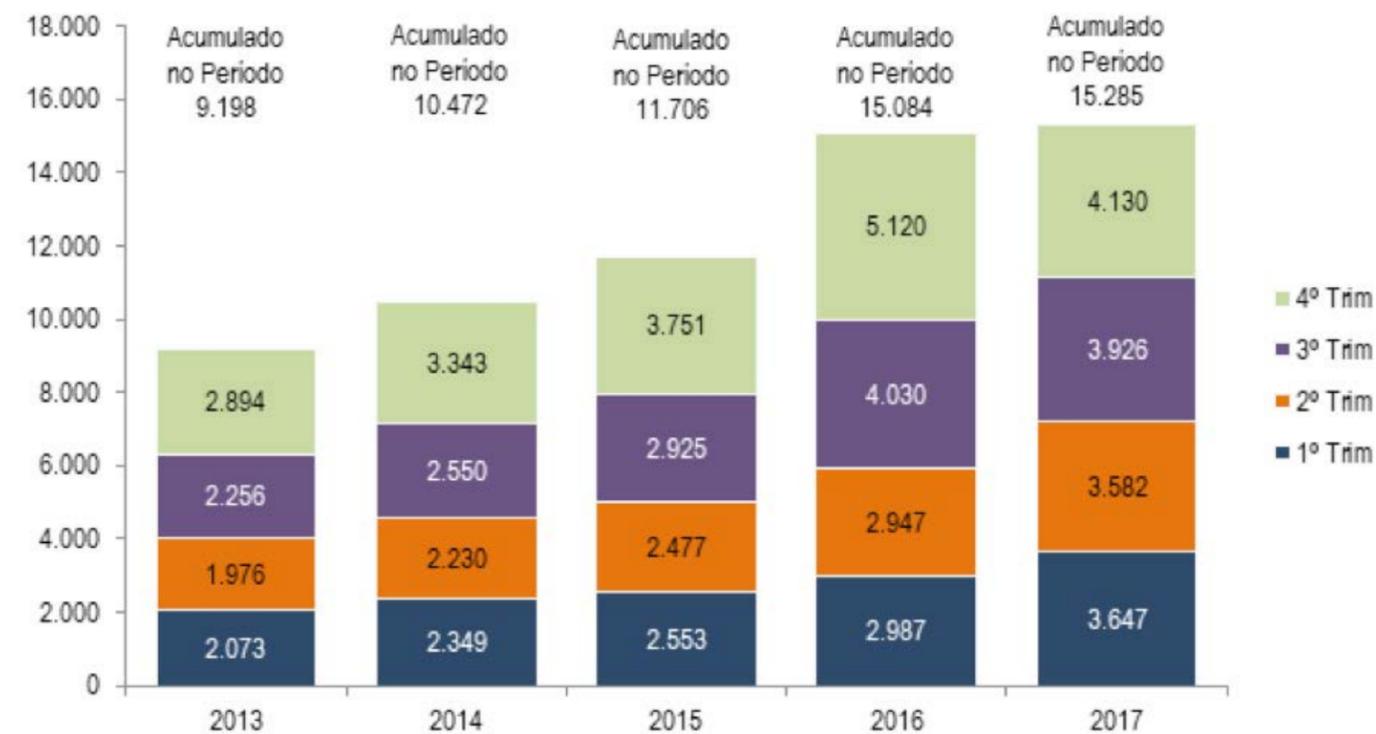


GRÁFICO 16. PERCENTUAL POR GRUPO DE FILIADOS EM RELAÇÃO AO TOTAL



3.1.1. RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS

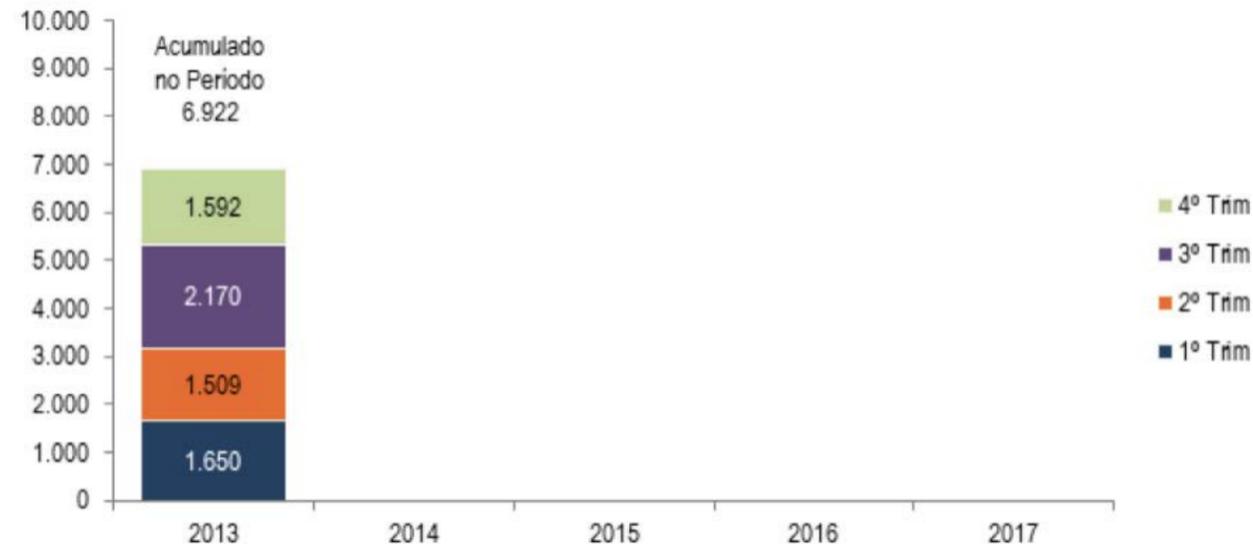
GRÁFICO 17. CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS NORMAIS – EM MIL REAIS



A redução do valor das contribuições deve-se ao processo de saldamento dos benefícios ocorrido no quarto trimestre de 2017.



GRÁFICO 18. CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS EXTRAORDINÁRIAS – EM MIL REAIS



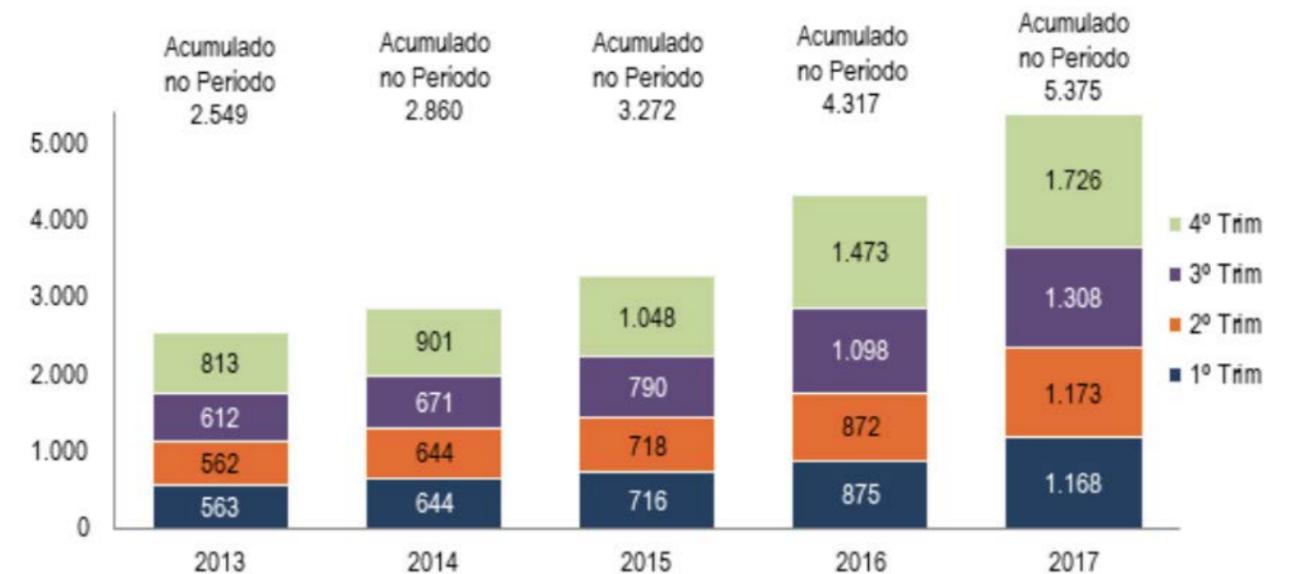
Em dezembro de 2013 foi paga a última parcela referente à Reserva a Amortizar para cobertura de serviço passado, dos participantes fundadores, firmado entre a Codevasf e a SÃO FRANCISCO.

GRÁFICO 19. CONTRIBUIÇÕES PARTICIPANTES ATIVOS – EM MIL REAIS



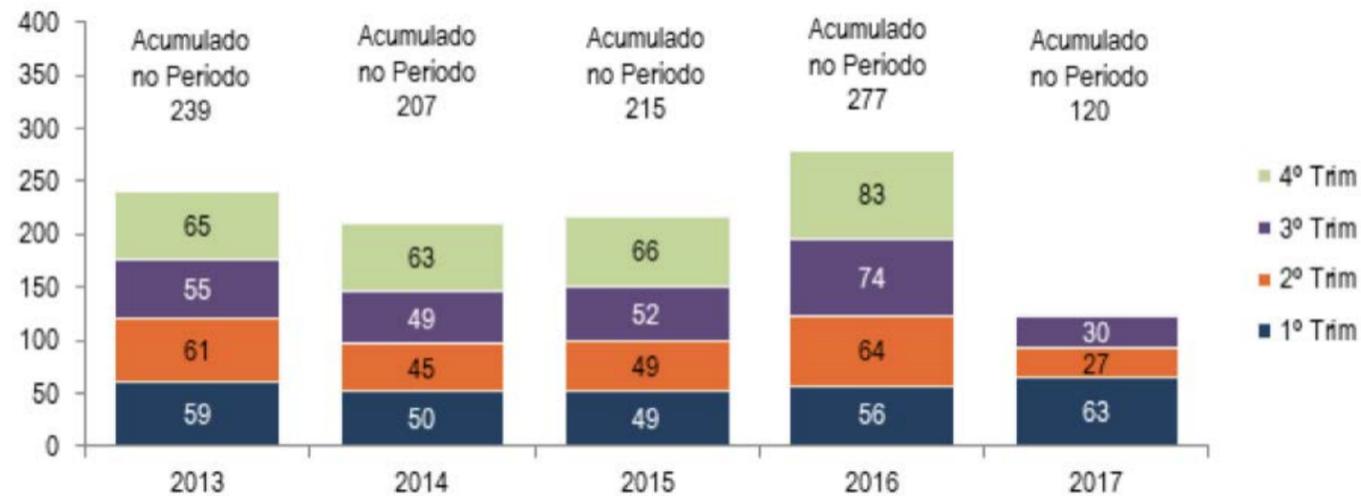
A redução do valor das contribuições deve-se ao processo de saldamento dos benefícios ocorrido no quarto trimestre de 2017. No 4º trimestre, houve a transferência do valor de R\$ 3.310.233,83, correspondente ao montante das contribuições realizadas pelos participantes, deduzidas das parcelas para o custeio dos benefícios de risco e das despesas administrativas, e devidamente atualizadas, para o Plano de Benefícios Codeprev, para aqueles que fizeram a opção ou para o Plano de Benefícios III.

GRÁFICO 20. CONTRIBUIÇÕES PARTICIPANTES ASSISTIDOS – EM MIL REAIS



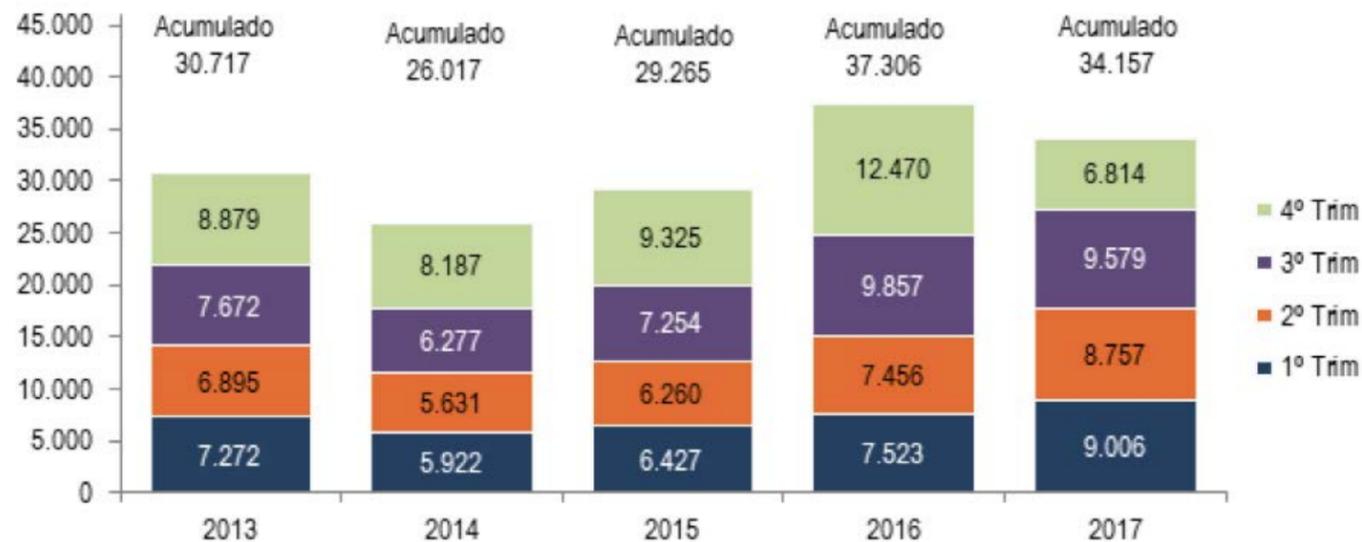
O crescimento das contribuições dos assistidos, no 3º trimestre, deve-se ao ajuste nas contribuições normais. No 4º trimestre, foram consideradas as contribuições de participantes assistidos sobre o 13º salário no valor de R\$ 431 mil.

GRÁFICO 21. OUTRAS CONTRIBUIÇÕES – EM MIL REAIS



Os valores de outras contribuições correspondem às parcelas de joia atuarial e autopatrocinados. No 4º trimestre, houve a transferência do valor de R\$ 30.382,54, correspondente ao montante das contribuições realizadas pelos participantes, deduzidas das parcelas para o custeio dos benefícios de risco e das despesas administrativas, e devidamente atualizadas, para o Plano de Benefícios III.

GRÁFICO 22. EVOLUÇÃO DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS – EM MIL REAIS

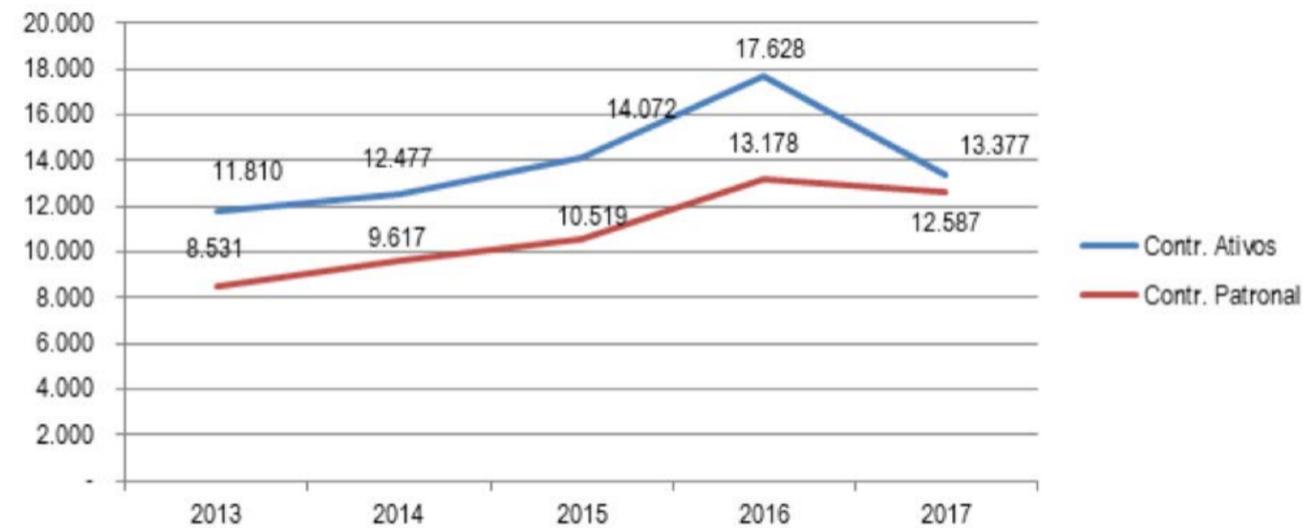


A partir de 2014 não há a parcela referente à Reserva a Amortizar para cobertura de serviço passado, dos participantes fundadores, firmado entre a Codevasf e a SÃO FRANCISCO. O crescimento das receitas previdenciárias no 3º trimestre deve-se ao ajuste nas contribuições normais. No 4º trimestre, houve a transferência do valor de R\$ 3.340.616,37, correspondente ao montante das contribuições realizadas pelos participantes, deduzidas das parcelas para o custeio dos benefícios de risco e das despesas administrativas, e devidamente atualizadas, para o Plano de Benefícios Codeprev, para aqueles que fizeram a opção ou para o Plano de Benefícios III.

GRÁFICO 23. COMPARATIVO DA CONTRIBUIÇÃO PATRONAL X PARTICIPANTES – EM MIL REAIS

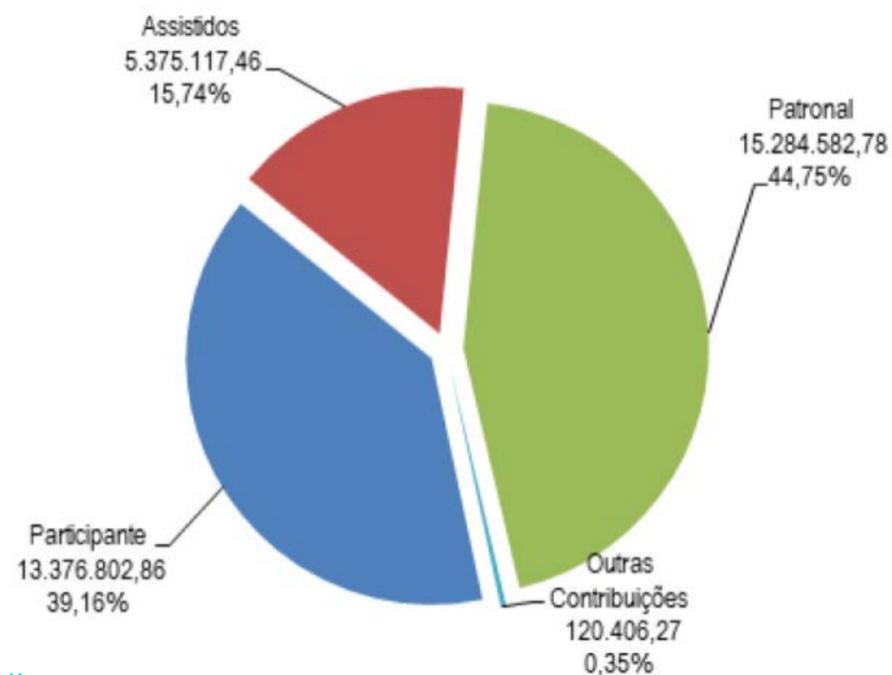


GRÁFICO 24. COMPARATIVO DAS CONTRIBUIÇÕES DOS PARTICIPANTES ATIVOS X PATROCINADORA – VALORES ACUMULADOS – EM MIL REAIS



Em média, sobre a contribuição total, verifica-se que a contribuição patronal equivale a 48,48% e a contribuição do participante a 51,52%.

GRÁFICO 25. COMPOSIÇÃO DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS



3.1.2. DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS

GRÁFICO 26. DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS POR TIPO DE BENEFÍCIO

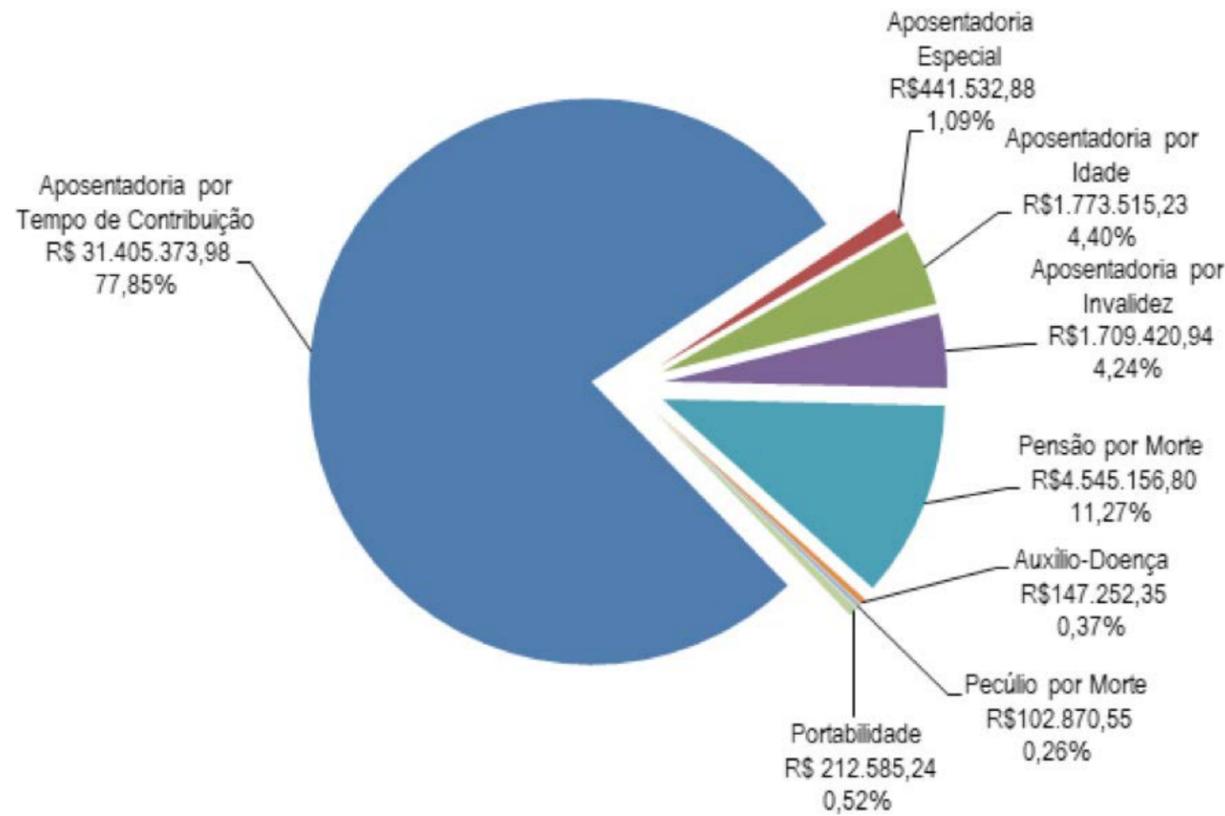
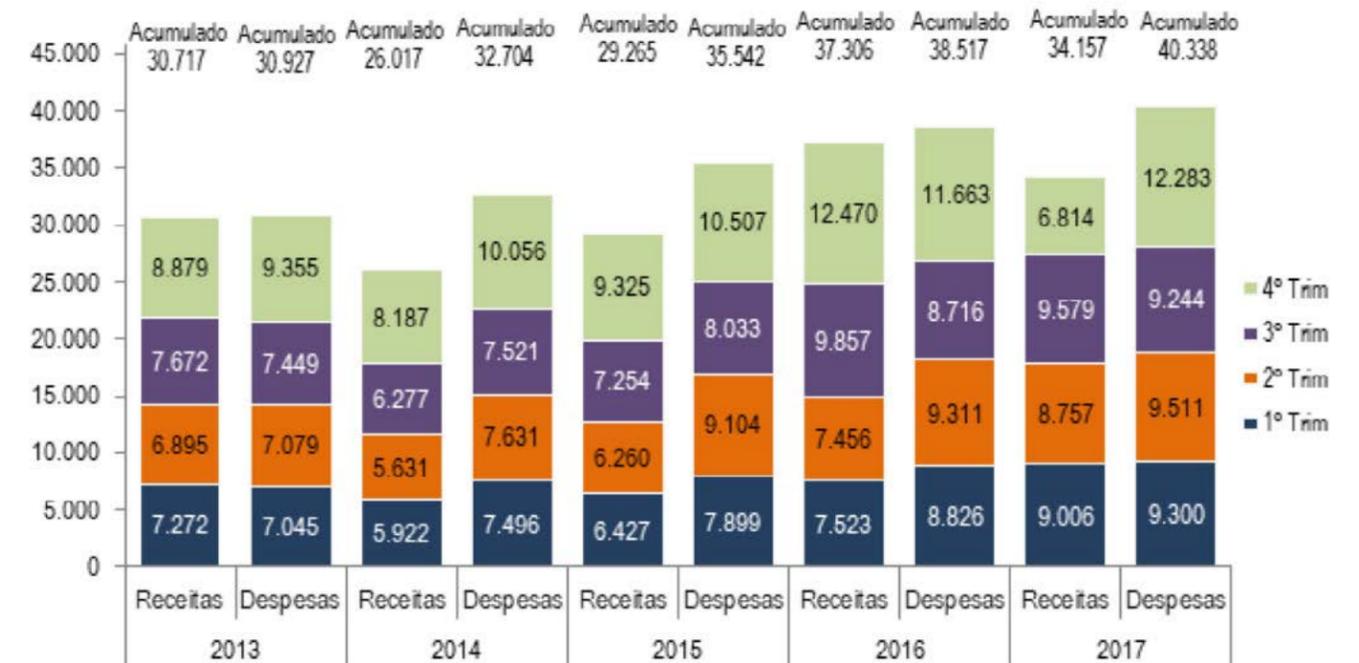


GRÁFICO 27. EVOLUÇÃO DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS – EM MIL REAIS



O crescimento das despesas previdenciárias corresponde à variação da inflação. No 4º trimestre, foram consideradas as despesas sobre o Abono-Anual no valor de R\$ 3.062 mil.

GRÁFICO 28. RECEITAS X DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS – EM MIL REAIS



3.2. INVESTIMENTO

3.2.1 PERFORMANCE DO PLANO I – BD – DESCONTADA DA META ATUARIAL – 1994 A 2017

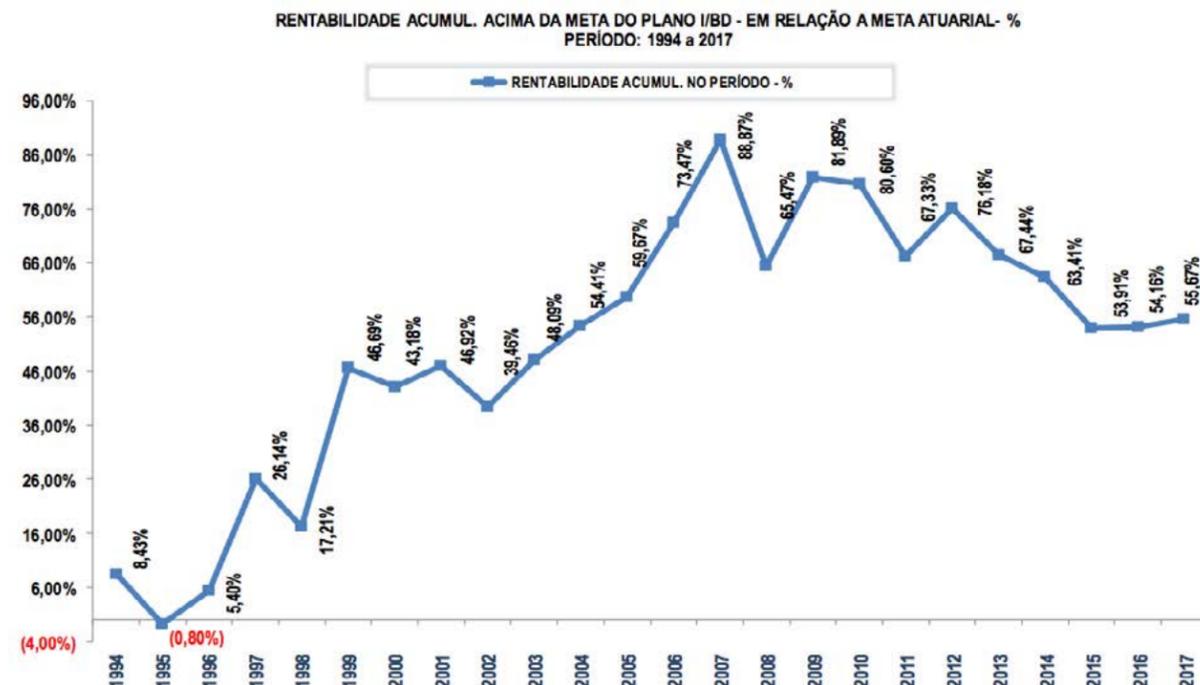
O Gráfico abaixo identifica o desempenho dos investimentos acumulados do Plano I/BD. As variações foram obtidas dos registros constantes do Demonstrativo Atuarial - DA, portanto, foram apuradas pelo Atuário no período de 1994 a 2017. Fica evidente que nos últimos vinte e três anos a rentabilidade mantém-se acima da Meta Atuarial.

Os resultados desfavoráveis (motivado pelo desempenho do mercado bursátil) observados no período de 2008 a 2013 reduziram os ganhos acumulados, mas, de nenhuma forma, foram capazes de zerar os ganhos auferidos pelos investimentos. Já em 2017, com a taxa superior a 55%, observa-se certa estabilidade, vindo desde 2015. Assim sendo, pode-se afirmar em definitivo que, os problemas ainda existentes no Plano se devem, exclusivamente, às suas condições “estruturais”. Essa identificação permitiu ao Comitê Estratégico de Investimentos-CEI manter os processos estratégicos de médio e longo prazo sem alteração em sua estrutura de alocação. A racionalidade das estratégias conservadoras adotadas seguiu guiada pelo entendimento de que o objetivo dos investimentos do Plano não poderia se pautar na busca de máximas rendas, mas, tendo a meta como padrão de desempenho adequado, alocar os recursos visando à segurança antes da rentabilidade.

TABELA 2. EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO X RENTABILIDADE - ACUMULADA

EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO DE COBERTURA DO PLANO x RENTABILIDADE DO PLANO I - BD - 1994 a 2017 -							
ANO	PATRIMÔNIO DE COBERTURA DO PLANO - R\$ - (1)	RENTAB.NOMINAL LÍQUIDA DO PLANO - ANUAL - % - (2)	META ATUARIAL DO PLANO - ANUAL - % - INPC + 5,26% a.a. (3)	RENTAB. REAL DO PLANO - % - (4)	JUROS REAIS ATUARIAL DO PLANO - % - (5)	RENTAB. ACIMA DA META - MÊS - (2/4) - % - (6)	RENTAB. ACIMA DA META ACUM. NO PERÍODO - % - (7)
1993	14.565.818						
1994	21.834.499	1001,84%	916,18%	14,94%	6,00%	8,43%	8,43%
1995	27.999.976	18,35%	29,36%	(3,02%)	6,00%	(8,51%)	(0,80%)
1996	37.005.152	24,43%	17,11%	12,63%	6,00%	6,25%	5,40%
1997	49.328.578	32,06%	10,35%	26,85%	6,00%	19,67%	26,14%
1998	50.632.967	2,39%	10,19%	(1,50%)	6,00%	(7,08%)	17,21%
1999	72.879.060	43,39%	14,57%	32,66%	6,00%	25,15%	46,69%
2000	78.882.804	9,12%	11,80%	3,46%	6,00%	(2,40%)	43,18%
2001	93.063.916	18,81%	15,78%	8,77%	6,00%	2,62%	46,92%
2002	106.172.413	13,25%	19,31%	0,62%	6,00%	(5,08%)	39,46%
2003	136.519.774	26,87%	19,48%	12,56%	6,00%	6,19%	48,09%
2004	161.911.021	16,93%	12,14%	10,53%	6,00%	4,27%	54,41%
2005	189.435.292	15,79%	11,98%	9,61%	6,00%	3,40%	59,67%
2006	226.260.110	18,25%	8,84%	15,16%	6,00%	8,65%	73,47%
2007	275.690.468	20,94%	11,08%	15,41%	6,00%	8,88%	88,87%
2008	274.494.972	(0,44%)	13,64%	(7,13%)	6,00%	(12,39%)	65,47%
2009	332.699.574	21,38%	10,42%	16,52%	6,00%	9,93%	81,89%
2010	367.881.588	11,93%	12,73%	5,25%	6,00%	(0,71%)	80,60%
2011	375.114.375	4,29%	12,56%	(1,79%)	6,00%	(7,35%)	67,33%
2012	435.829.532	18,25%	12,31%	11,61%	6,00%	5,29%	76,18%
2013	448.946.925	6,37%	11,92%	0,51%	5,75%	(4,96%)	67,44%
2014	473.598.929	8,96%	11,65%	2,96%	5,50%	(2,41%)	63,41%
2015	504.816.103	10,11%	16,91%	(0,64%)	5,50%	(5,82%)	53,91%
2016	548.050.368	13,53%	13,34%	5,68%	5,50%	0,17%	54,16%
2017	340.529.029	7,57%	6,53%	6,29%	5,26%	0,98%	55,67%

GRÁFICO 29. DESEMPENHO ACUMULADO



Observação:

A redução de 37,87% observada no Patrimônio de Cobertura do Plano em 2017 deveu-se ao processo de cisão autorizado pelo órgão fiscalizador Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC - Portaria Nº 929, de 25 de setembro de 2017.



3.2.2 ENQUADRAMENTO – POLÍTICA DE INVESTIMENTO

A estrutura de investimento vista pelas alocações nos Segmentos de Renda Fixa, Renda Variável, Investimentos Estruturados, Investimentos no Exterior, Imóveis e Operações C/ Participantes, encontrava-se, no encerramento do 4º Trimestre de 2017, em conformidade com os limites estabelecidos na Política de Investimento 2017/2021, aprovada pelo Conselho Deliberativo.

TABELA 3. ENQUADRAMENTO LEGAL 2017

SEGMENTOS DE APLICAÇÃO	DEZEMBRO/2017		POLÍTICA DE INVESTIMENTOS		LIMITE LEGAL
	VALOR (R\$)	% DE ALOCAÇÃO	LIMITE TÁTICO	LIMITE ESTRATÉGICO	RESOLUÇÃO Nº 3.792 - CMN
RENDA FIXA	254.950.646,23	70,37%	70,00%	100,00%	100,00%
RENDA VARIÁVEL	65.938.845,50	18,20%	20,00%	70,00%	70,00%
INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS	31.850.325,56	8,79%	10,00%	20,00%	20,00%
INVESTIMENTOS NO EXTERIOR	0,00	0,00%	0,00%	5,00%	10,00%
IMÓVEIS	6.259.079,26	1,73%	1,00%	2,00%	8,00%
OPERAÇÕES C/ PARTICIPANTES	3.318.641,27	0,92%	2,00%	5,00%	15,00%
PROGRAMA DE INVESTIMENTOS	362.317.537,82	100%			
(+) Disponível - Conta 11	60.095,41				
(-) Exigível de Investimentos	-156.386,33				
ATIVOS DE INVESTIMENTOS	362.221.246,90				

3.2.3 RENTABILIDADE

A rentabilidade nominal no 4º trimestre de 2017 foi de 3,06%, contra 3,71% alcançada no 3º trimestre, acumulando no ano desempenho positivo de 8,58%. Descontada a Meta Atuarial registrada no exercício - (INPC+5,26% a.a.), que atingiu 7,31%, o desempenho dos investimentos ficou acima do mínimo atuarial de 1,27 pontos-base, motivada pelo bom desempenho dos Segmentos de Renda Fixa e Variável, os quais compensaram as perdas registradas nos Segmentos de Investimentos Estruturados e Imóveis.

GRÁFICO 30. ENQUADRAMENTO POR SEGMENTO

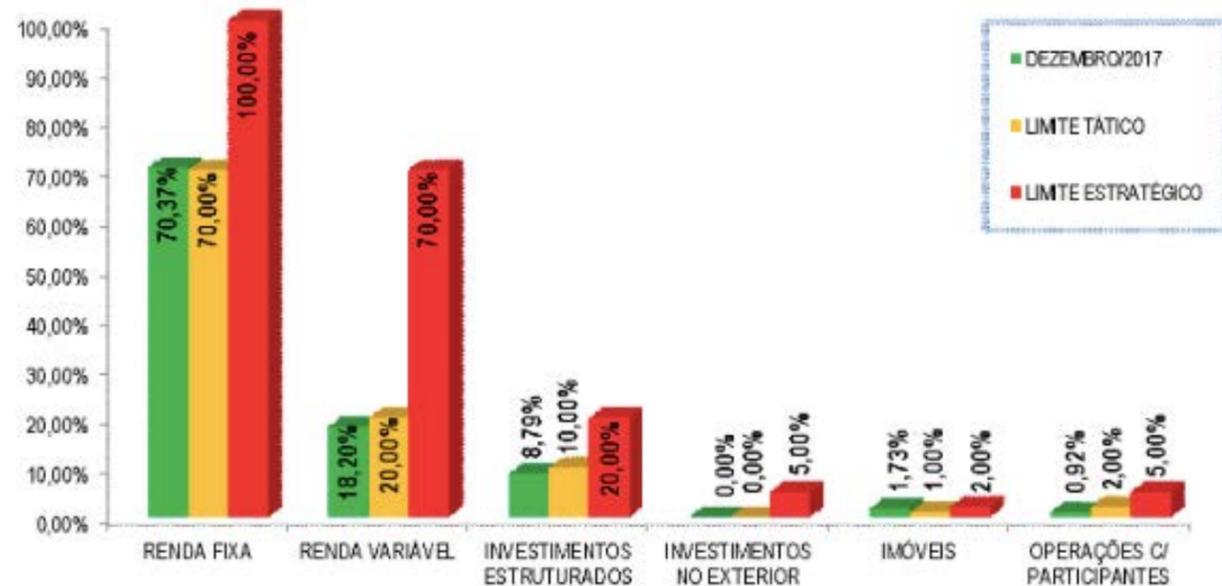


GRÁFICO 31. RENTABILIDADE ACUMULADA POR SEGMENTO

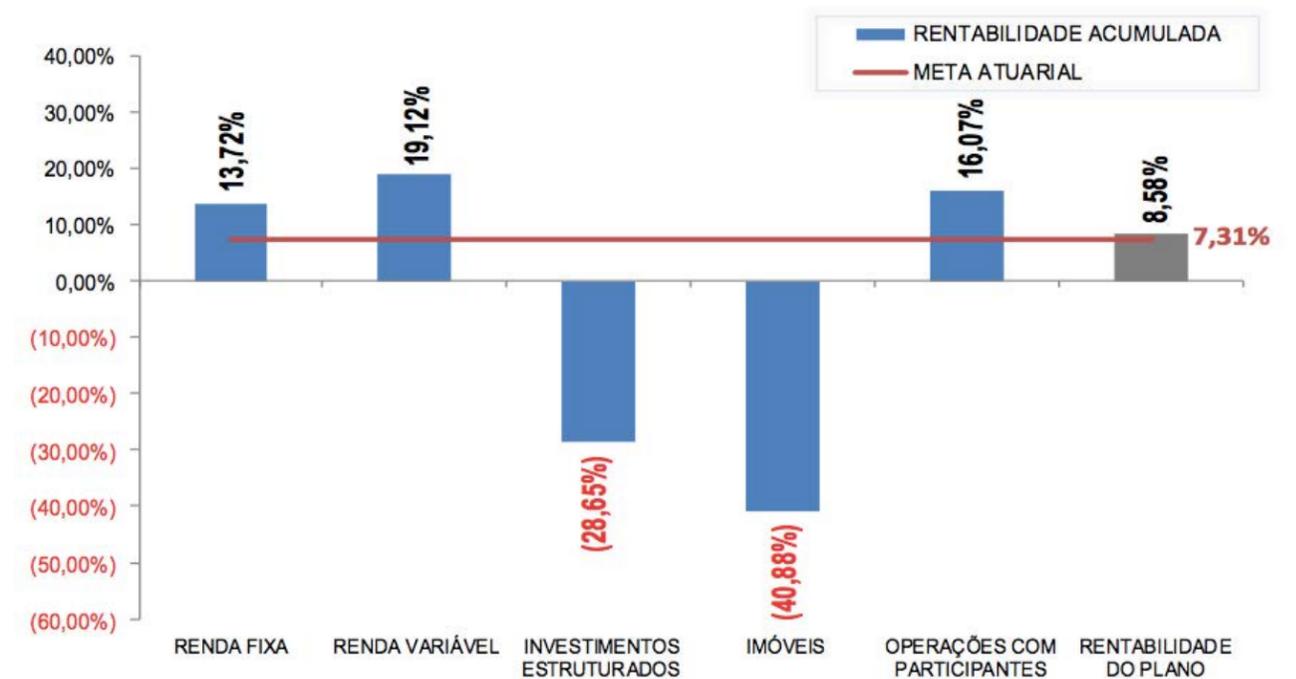


TABELA 4. RENTABILIDADE

SEGMENTOS DOS INVESTIMENTOS	4º TRIMESTRE DE 2017			
	NOMÊS	NO TRIMESTRE	NO ANO	EM 12 MESES
RENDA FIXA	0,77%	4,44%	13,72%	13,72%
RENDA VARIÁVEL	6,32%	0,04%	19,12%	19,12%
INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS	(5,54%)	(5,61%)	(28,65%)	(28,65%)
IMOVEIS	(0,20%)	18,59%	(40,88%)	(40,88%)
OPERAÇÕES COM PARTICIPANTES	1,63%	3,85%	16,07%	16,07%
RENTABILIDADE DO PLANO	1,15%	3,06%	8,58%	8,58%
META ATUARIAL	0,61%	1,83%	7,31%	7,31%
DIVERGÊNCIA	0,54%	1,23%	1,27%	1,27%

3.2.3.1 SEGMENTO DE RENDA FIXA

No 4º trimestre de 2017 a rentabilidade do Segmento de Renda Fixa alcançou 4,44% contra 1,82%, registrada no 3º trimestre, acumulando no ano alta de 13,72%, frente meta atuarial de 7,31%, superando a meta acumulada em 6,41 pontos-base. Apesar do ganho elevado no período, não é prudente contar com esse mesmo comportamento ao longo do próximo exercício. A queda nas taxas de juros verificada nas cotações indicativas dos títulos públicos federais - NTN/B se acentuaram no decorrer do quarto trimestre, favorecendo diretamente os títulos precificados a "Mercado" existentes em carteira e conseqüentemente a rentabilidade nominal do período.

Os índices de preços INPC e IPCA continuaram a registrar elevada constrição, demonstrando a queda vertiginosa da inflação observada em 2017, contribuindo diretamente para a queda nominal da Selic. Como a Diretoria de Finanças já havia identificado há algum tempo, o comportamento dos índices voltou ao intervalo de confiança que havia sido descortinado, logo, as defasagens entre eles verificadas no passado, não deverá ser problema doravante. Assim, as taxas de juros da carteira de NTN's não serão consumidas por descasamento considerável dos índices, ao menos é o que a estatística demonstra. O IPCA acumulou no ano variação de 2,95% e o INPC 2,07%, gerando uma diferença de 0,88 pontos-base favoráveis às taxas praticadas pelo mercado nas negociações dos Títulos Públicos Federais-NTN/B's.

3.2.3.2 SEGMENTO DE RENDA VARIÁVEL

O Segmento constituído pelos Fundos de Investimentos em Ações-FIA's (Saga SF e Mapfre SF), registrou no 4º trimestre de 2017 rentabilidade positiva de 0,04%, ante o desempenho positivo da Bolsa de Valores de 2,78% medida pelo Índice IBrX-50 (Benchmark). Com este resultado, a Carteira de Renda Variável acumulou no ano alta de 19,12%, contra alta de 26,82% do Benchmark no mesmo período, imputando divergência negativa de 7,70 pontos-base. Apesar da divergência desfavorável ao patrimônio, o mercado de capitais demonstrou no encerramento do quarto trimestre de 2017, fortes sinais de manter-se no canal de alta, confirmando o processo de reversão iniciado em março de 2016, fortalecendo a condição tática e estratégica de manter os investimentos em ações.

Ressalte-se que a alta registrada no mercado acionário em 2017, esteve diretamente relacionada às apostas dos investidores internos e externos na retomada da economia, relacionada ao processo de aprovação da Reforma da Previdência pelo Congresso Nacional, o que não ocorreu. Fato que poderá impactar negativamente no comportamento do mercado acionário no decorrer de 2018, elevando sistematicamente a volatilidade do mercado, aliada ao processo eleitoral para os Poderes Legislativo e Executivo, imputando ao mercado bursátil elevada volatilidade, na medida em que forem surgindo os potenciais candidatos ao Planalto. O processo poderá retardar o crescimento da economia e um lento processo de recuperação das empresas de capital aberto, podendo no curto prazo imputar perdas nas carteiras dos investidores institucionais.

3.2.3.3 SEGMENTO DE INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS

Apresentou no 4º trimestre de 2017 queda de 5,61%, contra variação negativa de 0,38% no 3º trimestre de 2017. Com este resultado, o Segmento de Investimentos Estruturados acumulou no ano queda de 28,65%, contra meta atuarial 7,31% no mesmo período, imputando divergência negativa de 35,96 pontos-base. Ressalte-se que, a Diretoria de Finanças encontra-se acompanhando o processo do ENERGIA PCH/FIP (principal ativo do Segmento) frente ao Administrador, após o mesmo utilizar-se de sua prerrogativa, utilizando-se do laudo de avaliação solicitado pela JURUENA PARTICIPAÇÕES para ajustar o valor da Cota do Fundo em 31.03.2017, causando distorções de preços entre os ativos que compõe do Segmento de Investimentos Estruturados do Plano. A São Francisco em conjunto com os demais Cotistas continua com o processo de parceria com objetivo de avaliar possíveis janelas de saída do ativo.

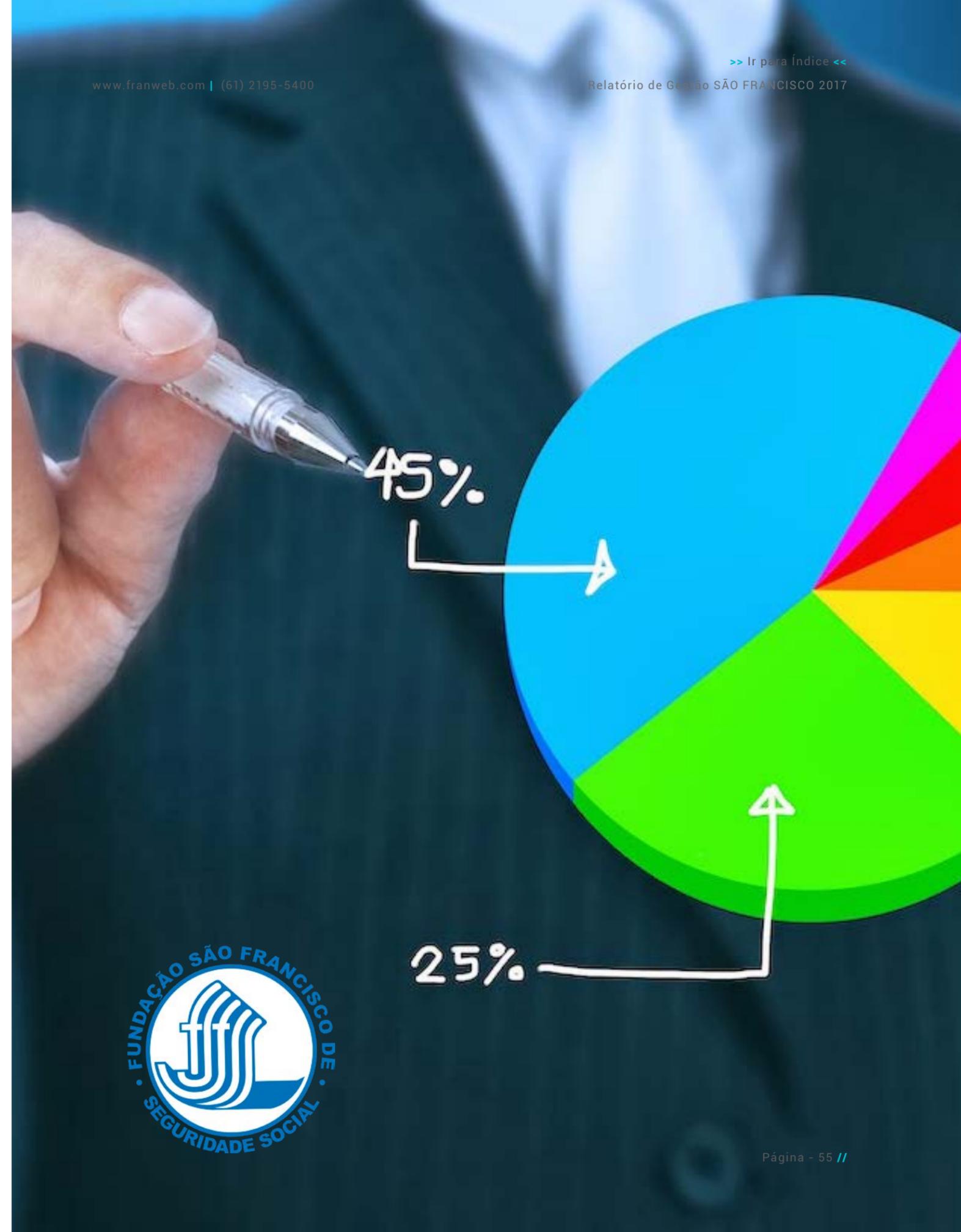
4.2.3.4 SEGMENTO DE IMÓVEIS

Apresentou no 4º trimestre, rentabilidade positiva de 18,59%, contra uma queda de 5,38% registrada no 3º trimestre. O bom desempenho do Segmento no período considerado deveu-se exclusivamente ao processo de avaliação dos Imóveis Para Renda, com objetivo de atender a legislação vigente. Com este resultado o segmento acumulou no ano queda de 40,88%, contra meta atuarial acumulada de 7,31%, imputando ao Segmento divergência negativa de 48,19 pontos-base abaixo da meta. A acentuada queda acumulada no período foi motivada diretamente pelas despesas arcadas pelo Plano com a vacância das salas, acrescida das depreciações das unidades lançadas pelo método linear, bem como o lançamento de parte das garantidas imobiliárias da M. Brasil constituídas por Imóveis na Cidade do Rio de Janeiro - RJ.

3.2.3.5 SEGMENTO DE OPERAÇÕES C/PARTICIPANTES

Apresentou rentabilidade no 4º trimestre de 3,85% contra 3,62% alcançada no 3º trimestre, acumulando no ano alta de 16,07%, superando a meta em 8,76 pontos-base.

3.2.4 DETALHAMENTO POR SEGMENTO



3.2.4.1 RENDA FIXA

Nesse segmento estão alocados 70,37% do total dos Ativos de Investimentos assim distribuídos:

TABELA 5. ALOCAÇÃO DE RECURSOS

ARTIGO / INCISO (RESOLUÇÃO 3.792)	SEGMENTOS DOS INVESTIMENTOS	VALORES ATUAIS INVESTIDOS	VALORES RELATIVOS EM % SOBRE		LIMITES % DEFINIDOS NA POLITICA			DURATION	RATING NOTA	RENTABILIDADE							
			ALOCAÇÃO SEGMENTO	TOTAL	MINIMO	MÁXIMO	ALVO			out/17	nov/17	dez/17	NO TRIMESTRE	NO ANO	EM 12 MESES	ANO	
																S/CDI e IBrX-50	S/META
Art. 18	RENDA FIXA	254.950.646,23	100,00%	70,37%	40%	100%	60%	11,56		0,57%	3,05%	0,77%	4,44%	13,72%	13,72%	3,79%	6,41%
I	Dívida Pública Mobiliária Federal	238.704.442,47	93,63%	65,88%	40,00%	100,00%	60,00%	11,56		0,56%	3,23%	0,76%	4,60%	12,96%	12,96%	3,03%	5,65%
	NOTAS DO TESOURO NACIONAL - NTN-B	226.905.168,60	89,00%	62,63%	-	-	-	12,13	Soberano	0,55%	3,46%	0,78%	4,84%	12,92%	12,92%	2,99%	5,61%
	NOTAS DO TESOURO NACIONAL - NTN-F (*)	0,00	0,00%	0,00%					Soberano				0,00%	12,64%	12,64%	4,61%	7,26%
	LETRAS FINANCERIAS DO TESOURO - LFT	11.799.273,87	4,63%	3,26%				0,67		0,65%	0,55%	0,54%	1,75%	2,37%	2,37%	-0,04%	0,14%
III	Emissão ou Coobrigação de Instituições Autorizadas pelo BACEN	0,00	0,00%	0,00%	80,00%	80,00%	80,00%	-		0,88%	0,86%	0,42%	2,17%	9,07%	9,07%	-0,86%	1,77%
	LF	0,00	0,00%	0,00%	-	-	-			0,88%	0,86%	0,42%	2,17%	9,07%	9,07%	-0,86%	1,77%
	Risco de Crédito Especulativo																
	BDMG (**)	0,00	0,00%	0,00%						0,88%	0,86%	0,42%	2,17%	9,07%	9,07%	-0,86%	1,77%
V	Emissão de Companhias Abertas	4.506.873,04	1,77%	1,24%	-	-	-	2,78		0,87%	0,82%	0,71%	2,42%	-15,07%	-15,07%	-25,00%	-22,37%
	DEBENTURES	4.506.873,04	1,77%	1,24%	-	-	-	2,78		0,87%	0,82%	0,71%	2,42%	-15,07%	-15,07%	-25,00%	-22,37%
	Alto Risco de Crédito (1)																
	CEMIG - GT	4.506.873,04	1,77%	1,24%	-	-	-	2,78	BB- (Fitch)	0,87%	0,82%	0,71%	2,42%	9,06%	9,06%	-0,87%	1,76%
	Risco de Crédito Especulativo																
	CONCESSIONÁRIA RODOVIAS DO TIETE (***)	0,00	0,00%	0,00%									0,00%	-33,63%	-33,63%	-41,66%	-39,01%
VII	Certificados de Recebíveis de Emissão de Companhias Securitizadora	8.353.855,35	3,28%	2,31%	0,00%	20,00%	20,00%	3,91		1,01%	0,88%	1,09%	3,01%	5,23%	5,23%	-4,70%	-2,08%
	CRI	8.353.855,35	3,28%	2,31%	0,00%	20,00%	20,00%	3,91		1,01%	0,88%	1,09%	3,01%	5,23%	5,23%	-4,70%	-2,08%
	Baixo Risco de Crédito (2)																
	BRC SECURITIZADORA	1.523.246,02	0,60%	0,42%	-	-	-	2,94	AA+ (Fitch)	0,96%	1,01%	1,34%	3,35%	7,20%	7,20%	-2,73%	-0,11%
	Alto Risco de Crédito (3)																
	INFRASEC SECURITIZADORA	6.830.609,33	2,68%	1,89%	-	-	-	4,13	AA (LFRating)	1,03%	0,85%	1,04%	2,95%	4,77%	4,77%	-5,16%	-2,53%
VIII	Fundos de Investimento em Direitos Creditórios	3.385.475,37	1,33%	0,93%	25,00%	25,00%	25,00%			-0,23%	0,04%	-0,08%	-0,27%	-27,57%	-27,57%	-37,50%	-34,88%
	EM COTA	3.385.475,37	1,33%	0,93%	-	-	-			-0,23%	0,04%	-0,08%	-0,27%	-27,57%	-27,57%	-37,50%	-34,88%
	Alto Risco de Crédito																
	ÁTICO FIDC (ÁTICO)	3.385.475,37	1,33%	0,93%	-	-	-			-0,23%	0,04%	-0,08%	-0,27%	-27,57%	-27,57%	-37,50%	-34,88%
§ 1º - IV	Cédula de Produto Rural	0,00	0,00%	0,00%						0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	8,18%	8,18%	0,15%	2,80%
	CPR-F	0,00	0,00%	0,00%	25,00%	25,00%	25,00%			0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	8,18%	8,18%	0,15%	2,80%
	Risco de Crédito Especulativo																
	USINAS ITAMARATI (****)	0,00	0,00%	0,00%	-	-	-						0,00%	8,18%	8,18%	0,15%	2,80%

(*) Posição zerada em 04/09/2017

(**) Vencimento final em 18/12/2017

(***) Alienado em 06/09/2017

(****) Vencimento final em 18/09/2017

Monitoramento:

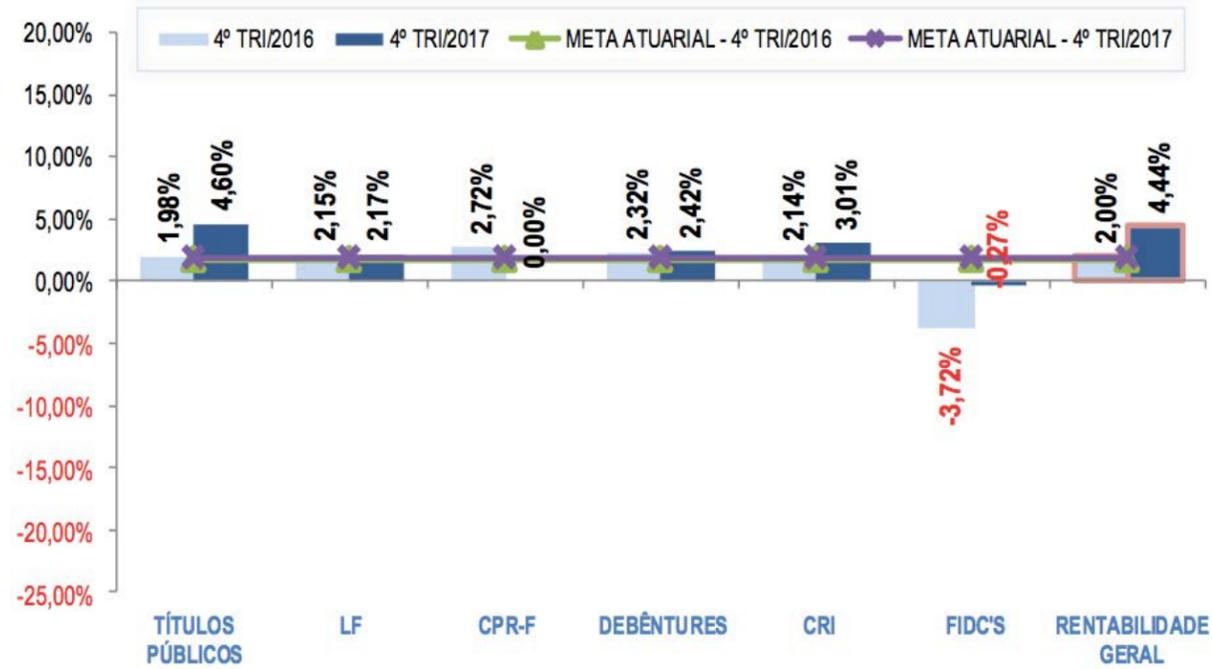
(1) Reclassificação em 22/11/2017

(2) Nota revisada em 21/02/2017 - não houve alteração

(3) Nota revisada em 21/08/2017 - não houve alteração

OBS.: O critério de avaliação por faixa de risco foi definido pelo comitê de investimentos da Fundação.

GRÁFICO 32. RENTABILIDADE NOMINAL COMPARATIVA – SEGMENTO DE RENDA FIXA



A Rentabilidade Geral do Segmento de Renda Fixa apresentou rendimento superior quando comparado com o mesmo período do ano anterior (2,00% contra 4,44%), motivado pela elevada volatilidade da precificação a “Mercado” dos Títulos Públicos Federais, com rentabilidade acumulada de 4,60% no trimestre considerado. A carteira no decorrer do 4º trimestre de 2017 foi extremamente pressionada pela volatilidade das taxas de juros de curto prazo, aliada ao processo de Saldamento do Plano, dado que todos os ativos se encontravam pelo valor a “Mercado”, com objetivo de imputar as mesmas condições de riqueza e valor aos participantes de planos distintos. No acumulado do trimestre, a rentabilidade dos ativos ficou acima da meta.



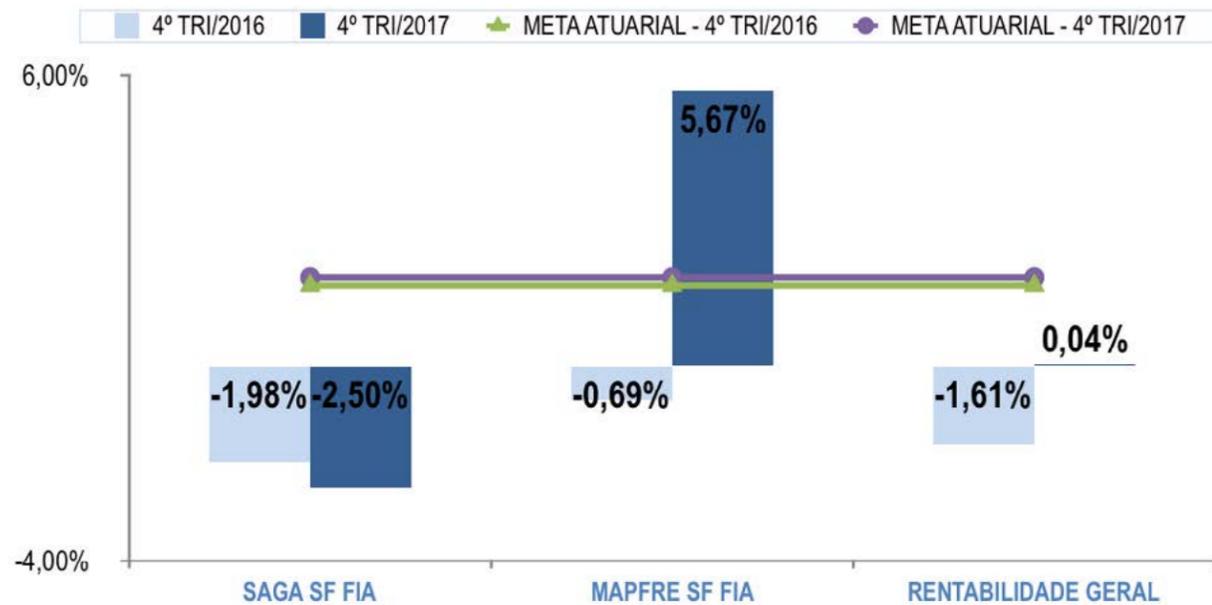
3.2.4.2 RENDA VARIÁVEL

Nesse segmento estão alocados 18,20% do total dos Ativos, alta de 0,37 pontos-bases se comparado com o trimestre anterior cuja alocação era de 17,83%.

TABELA 6 ALOCAÇÃO DE RECURSOS – SEGMENTO DE RENDA VARIÁVEL

ARTIGO / INCISO (RESOLUÇÃO 3.792)	SEGMENTOS DOS INVESTIMENTOS	VALORES ATUAIS INVESTIDOS	VALORES RELATIVOS EM % SOBRE		LIMITES % DEFINIDOS NA POLITICA			DURATION	RATING NOTA	RENTABILIDADE							
			ALOCAÇÃO SEGMENTO	TOTAL	MINIMO	MÁXIMO	ALVO			out/17	nov/17	dez/17	NO TRIMESTRE	NO ANO	EM 12 MESES	ANO	
																S/CDI e IBrX- 50	S/META
Art. 19	RENDA VARIÁVEL	65.938.845,50	100,00%	18,20%	0%	70%	40%	-		-0,85%	-5,10%	6,32%	0,04%	19,12%	19,12%	-7,71%	11,82%
I	Ações de Emissão de Companhias Abertas	65.938.845,50	100,00%	18,20%	0,00%	35,00%	35,00%	-		-0,85%	-5,10%	6,32%	0,04%	19,12%	19,12%	-7,71%	11,82%
	FUNDOS	65.938.845,50	100,00%	18,20%	0,00%	35,00%	35,00%	-		-0,85%	-5,10%	6,32%	0,04%	19,12%	19,12%	-7,71%	11,82%
	SAGA SF FIA	44.235.995,82	67,09%	12,21%	-	-	-	-		-0,74%	-6,77%	5,36%	-2,50%	13,61%	13,61%	-13,22%	6,30%
	MAPFRE SF	21.702.849,68	32,91%	5,99%	0,00%	10,00%	10,00%	-		-1,08%	-1,40%	8,34%	5,67%	32,26%	32,26%	5,43%	24,95%

GRÁFICO 33. RENTABILIDADE NÔMINAL COMPARATIVA - SEGMENTO DE RENDA VARIÁVEL



O Segmento encerrou o 4º trimestre de 2017 com 18,14% dos recursos, contra 17,83% em setembro de 2017 - alta de 0,31 pontos-base, motivado pela valorização 2,78% do mercado acionário no trimestre, medida pelo IBRX-50, com reflexos positivos nos FIA's que constituem o Segmento de Renda Variável da Fundação. Apesar de o resultado trimestral do Segmento encontrar-se abaixo do índice de referência no período considerado, motivado pelos efeitos das incertezas quanto à votação da Reforma Previdenciária criada nos últimos três meses do ano (0,04% contra 2,78%), deve-se afirmar que há eficiência na gestão dos recursos alocados nos fundos.

Nos gráficos abaixo é possível observar o desempenho acumulado dos Fundos que constituem o Segmento de Renda Variável do Plano, tomado desde o início das gestões, desenvolvido pela SAGA-Capital e Mapfre (março de 2014 a dezembro de 2017). A primeira manteve o comportamento prudencial, montando defesas para evitar perdas, caso adviesse alguma notícia surpresa; já a segunda se manteve na postura de acompanhar, com maior aderência, o desempenho do benchmark. É exatamente o mix das posturas dos gestores que reforça a convicção da existência de equilíbrio na composição da carteira.

GRÁFICO 34. DESEMPENHO FIA SAGA SF – MAIO/14 À DEZEMBRO DE 2017



GRÁFICO 35. DESEMPENHO MAPFRE SF – MAIO/14 À DEZEMBRO DE 2017



3.2.4.3 INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS

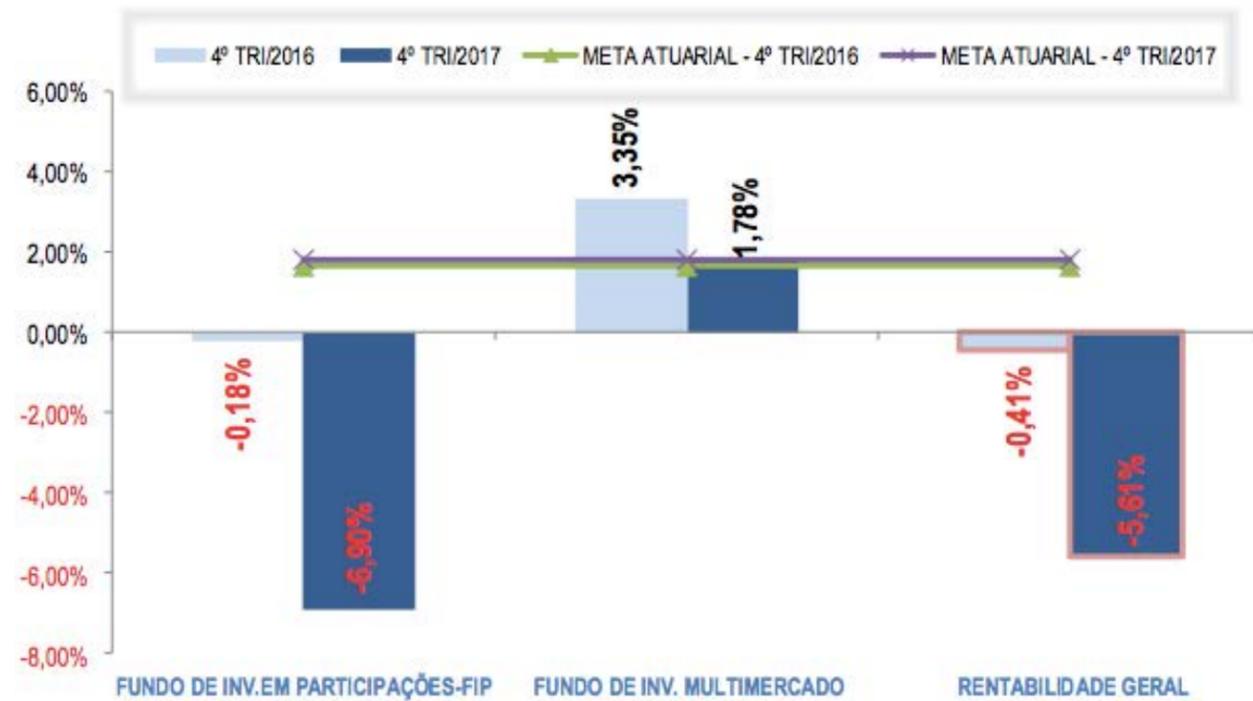
Nesse segmento estão alocados 8,79% do total dos Ativos de Investimentos. Apresentou no 4º trimestre de 2017 queda de 5,61%, contra variação negativa de 0,38% no 3º trimestre. Com este resultado, o Segmento de Investimentos Estruturados acumulou no ano queda de 28,65%, contra meta atuarial 7,31% no mesmo período, imputando divergência negativa de 35,96 pontos-base.

TABELA 7. ALOCAÇÃO DE RECURSOS – INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS 2016

ARTIGO / INCISO (RESOLUÇÃO 3.792)	SEGMENTOS DOS INVESTIMENTOS	VALORES ATUAIS INVESTIDOS	VALORES RELATIVOS EM % SOBRE		LIMITES % DEFINIDOS NA POLITICA			DURATION	RATING NOTA	RENTABILIDADE							
			ALOCAÇÃO SEGMENTO	TOTAL	MINIMO	MÁXIMO	ALVO			out/17	nov/17	dez/17	NO TRIMESTRE	NO ANO	EM 12 MESES	ANO	
																S/CDI e IBrX- 50	S/META
Art. 20	INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS	31.850.325,56	100,00%	8,79%	0%	20%	20%	-		-0,04%	-0,03%	-5,54%	-5,61%	-28,65%	-28,65%	-38,58%	-35,96%
I	Fundos de Investimento em Participações	24.474.429,79	76,84%	6,75%	0,00%	20,00%	20,00%	-		-0,08%	-0,08%	-6,75%	-6,90%	-30,99%	-30,99%	-40,92%	-38,30%
	ENERGIA PCH FIP - JURUENA (GESTOR: VINCI PARTNERS)	17.799.112,66	55,88%	4,91%	-	-	-	-		-0,06%	-0,05%	-0,09%	-0,20%	-33,94%	-33,94%	-43,87%	-41,25%
	ÁTICO GERAÇÃO DE ENERGIA - FIP - (GESTOR: ÁTICO ASSET MANAGEMENT)	6.675.317,13	20,96%	1,84%	-	-	-	-		-0,13%	-0,12%	-20,82%	-21,02%	-21,92%	-21,92%	-31,85%	-29,23%
IV	Fundos de Investimento Multimercado	7.375.895,77	23,16%	2,04%	0,00%	10,00%	10,00%	-		0,60%	0,59%	0,58%	1,78%	7,94%	7,94%	-1,99%	0,64%
	SAGA SNAKE FIM	7.375.895,77	23,16%	2,04%				-		0,60%	0,59%	0,58%	1,78%	7,94%	7,94%	-1,99%	0,64%



GRÁFICO 36. RENTABILIDADE NOMINAL COMPARATIVA - SEGMENTO DE INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS



3.2.4.4 IMÓVEIS

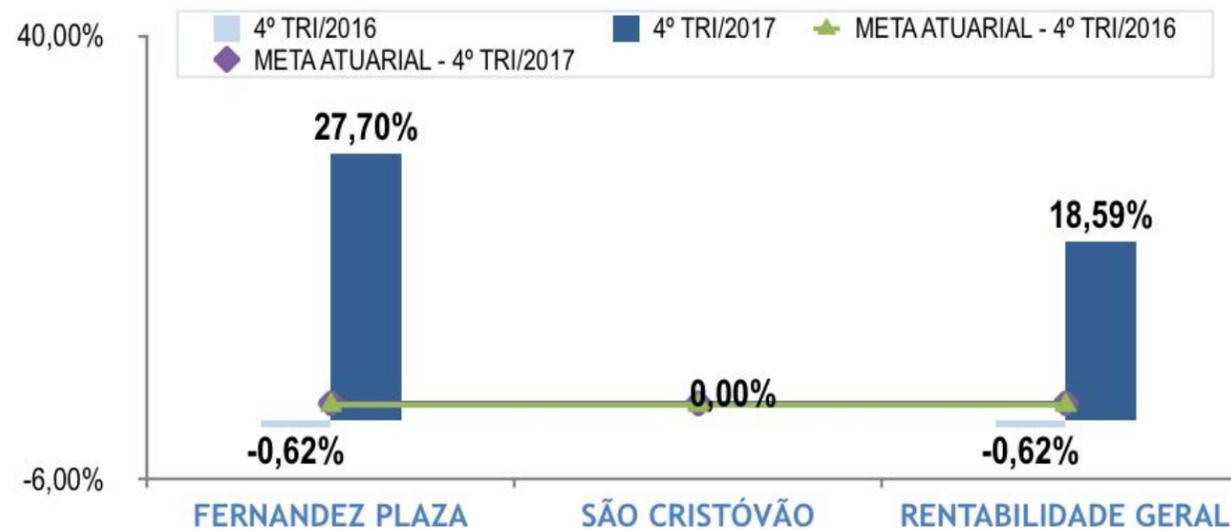
Neste Segmento estão alocados 1,73% do total dos Ativos de Investimentos, contra 1,23% registrado no encerramento do exercício de 2016. O incremento de 0,81% observado na alocação do ativo prendeu-se a dois fatores: (1) A primeira reversão a favor da Carteira de Imóveis do Plano, como parte das “Garantias Provisionadas” do ativo “Cédula de Crédito Imobiliário - CCI” da M. Brasil Empreendimentos, Marketing e Negócios Ltda, relativa ao processo de recuperação das Garantias constituídas por imóveis na Cidade do Rio de Janeiro - RJ e (2) O processo de avaliação dos “Imóveis Para Renda”, com objetivo de atender a legislação vigente. Ademais, a administração da carteira imobiliária até o momento prendia-se exclusivamente a posição já existente, constituída por 56 salas comerciais no Edifício Fernandez Plaza, em Salvador - BA. A definição contida na Política de Investimento do Plano é a de promover a alienação dos imóveis, desde que as condições de mercado assim permitam. O Segmento registrou variação negativa de 18,59% no 4º trimestre, contra 5,80% no 3º trimestre, acumulando no ano variação negativa de 40,88% contra meta atuarial de 7,31%, apresentando no ano uma variação de 48,19 pontos-base abaixo da meta.



TABELA 8. ALOCAÇÃO DE RECURSOS IMÓVEIS

ARTIGO / INCISO (RESOLUÇÃO 3.792)	SEGMENTOS DOS INVESTIMENTOS	VALORES ATUAIS INVESTIDOS	VALORES RELATIVOS EM % SOBRE		LIMITES % DEFINIDOS NA POLITICA			DURATION	RATING NOTA	RENTABILIDADE							
			ALOCAÇÃO SEGMENTO	TOTAL	MINIMO	MÁXIMO	ALVO			out/17	nov/17	dez/17	NO TRIMESTRE	NO ANO	EM 12 MESES	ANO	
																S/CDI e IBrX- 50	S/META
Art. 22	IMÓVEIS	6.259.079,26	100,00%	1,73%	0%	8%	0%	-		-0,42%	19,33%	-0,20%	18,59%	-40,88%	-40,88%	-50,81%	-48,19%
II	Imóveis para Aluguel e Renda	6.259.079,26	100,00%	1,73%	0%	8%	0%	-		-0,42%	19,33%	-0,20%	18,59%	-40,88%	-40,88%	-50,81%	-48,19%
	FERNANDEZ PLAZA	5.377.239,79	85,91%	1,48%	-	-	-	-		-0,63%	28,92%	-0,32%	27,70%	16,89%	16,89%	6,96%	9,58%
	SÃO CRISTÓVÃO	881.839,47	14,09%	0,24%	-	-	-	-		0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	-70,32%	-70,32%	-75,21%	-74,10%

GRÁFICO 37. RENTABILIDADE NOMINAL COMPARATIVA - SEGMENTO DE IMÓVEIS



3.2.4.5 OPERAÇÕES COM PARTICIPANTES - EMPRÉSTIMOS

Nesse segmento estão alocados 0,92% do total dos Ativos de Investimentos.

TABELA 9. ALOCAÇÃO DE RECURSOS

ARTIGO / INCISO (RESOLUÇÃO 3.792)	SEGMENTOS DOS INVESTIMENTOS	VALORES ATUAIS INVESTIDOS	VALORES RELATIVOS EM % SOBRE		LIMITES % DEFINIDOS NA POLITICA			DURATION	RATING NOTA	RENTABILIDADE							
			ALOCAÇÃO SEGMENTO	TOTAL	MINIMO	MÁXIMO	ALVO			out/17	nov/17	dez/17	NO TRIMESTRE	NO ANO	EM 12 MESES	ANO	
																S/CDI e IBrX- 50	S/META
	OPERAÇÕES COM PARTICIPANTES	3.318.641,27	100,00%	0,92%	0%	15%	5%	-		1,08%	1,09%	1,63%	3,85%	16,07%	16,07%	6,14%	8,77%
I	Empréstimos	3.318.641,27	100,00%	0,92%	0%	15%	5%	-		1,08%	1,09%	1,63%	3,85%	16,07%	16,07%	6,14%	8,77%

TABELA 10. CONCESSÕES

MÊS	SIMPLES		EMERGÊNCIA		TOTAL
	QUANTIDADE	VALOR CONCEDIDO	QUANTIDADE	VALOR CONCEDIDO	
OUTUBRO	4	125.100,00	2	24.500,00	149.600,00
NOVEMBRO	6	186.756,00	0	0,00	186.756,00
DEZEMBRO	3	52.822,00	0	0,00	52.822,00
TOTAL	13	364.678,00	2	24.500,00	389.178,00

O valor de concessão no 4º trimestre de 2017 alçou o valor de R\$ 389.178,00 contra R\$ 471.675,00 do 3º trimestre, queda de 17,49% na demanda. Esse comportamento identifica que os tomadores de empréstimos, nesse último trimestre, tiveram os valores contratados menores que no trimestre anterior. Apesar da redução, o Segmento é de grande importância para seus participantes. Vale ressaltar, que as concessões estão sendo realizadas apenas para os aposentados, ante a impossibilidade de se consignar as prestações de empréstimos pós-fixados junto à folha de pagamentos dos participantes ativos rodadas pelo SERPRO. Porém, o processo de abertura da Carteira encontra-se em análise, buscando atender as novas demandas pós Saldamento do Plano.

Encerrado o 4º trimestre de 2017, mantém-se a observação quanto à definição de que a "Provisão Para Perda" está relacionada à exigência determinada pela Resolução Nº 8 do CNPC de 2011. Porém, vale ressaltar que a Carteira de Empréstimos melhorou acentuadamente o seu perfil de qualidade frente aos demais ativos, motivada pelo pagamento de parte dos "Contratos Pendentes" liquidados pelos Participantes Desligados do Plano BD, com adesão ao Codeprev, totalizando 57 (cinquenta e sete) Contratos, no valor total de R\$ 1.477.229,99. O processo de cisão do Plano aliada às operações de pagamento dos Contratos Pendentes reduziu as "Provisões Para Perda" em 50,43%. Especificamente em relação ao Plano I/BD, no encerramento do exercício de 2017,

o montante pendente é da ordem de R\$ 184.572,43 - tornando-se mais acessível o processo de renegociação com os Participantes.

TABELA 38. DEMANDA DE EMPRÉSTIMOS ACUMULADA POR ANO

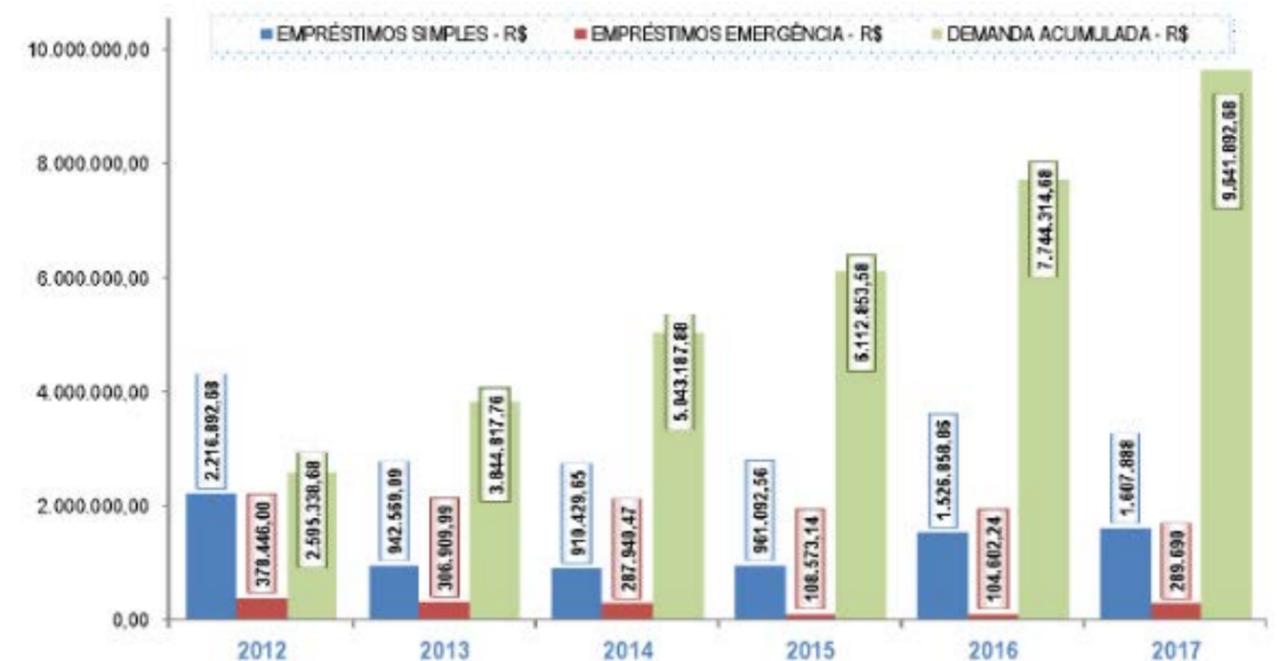


TABELA 11. DEMANDA DE EMPRÉSTIMOS – ACUMULADA NO ANO

MÊS/ANO	EMPRÉSTIMO SIMPLES - R\$ -		EMPRÉSTIMO EMERGÊNCIA - R\$ -		TOTAL GERAL - R\$ -		
	QUANTIDADE	VALOR CONCEDIDO	QUANTIDADE	VALOR CONCEDIDO	QUANTIDADE TOTAL CONCEDIDA	VALOR TOTAL CONCEDIDO	VALOR TOTAL ACUMULADO
2012	103	2.216.892,68	28	378.446,00	131	2.595.338,68	2.595.338,68
2013	73	942.569,09	26	306.909,99	99	1.249.479,08	3.844.817,76
2014	96	910.429,65	24	287.940,47	120	1.198.370,12	5.043.187,88
2015	81	961.092,56	15	108.573,14	96	1.069.665,70	6.112.853,58
2016	87	1.526.858,86	14	104.602,24	101	1.631.461,10	7.744.314,68
2017	62	1.607.888	23	289.690	85	1.897.578,00	9.641.892,68

GRÁFICO 39. DEMANDA DE EMPRÉSTIMOS NO TRIMESTRE

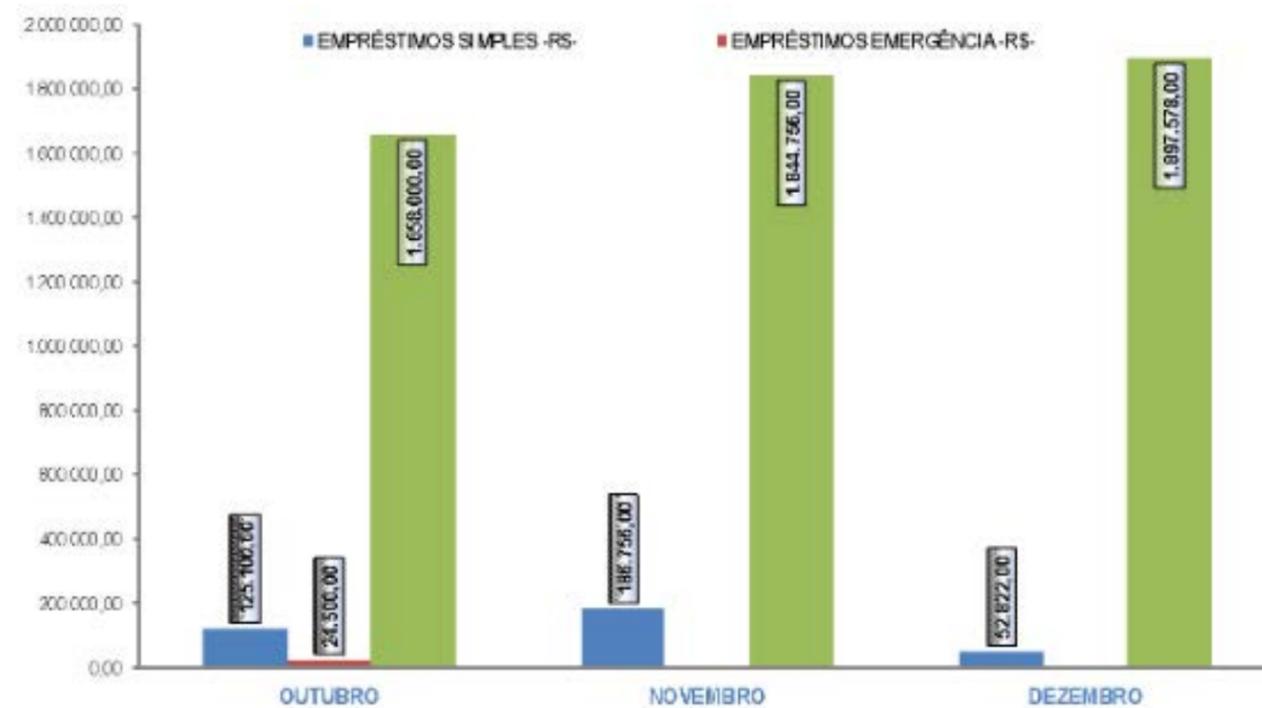
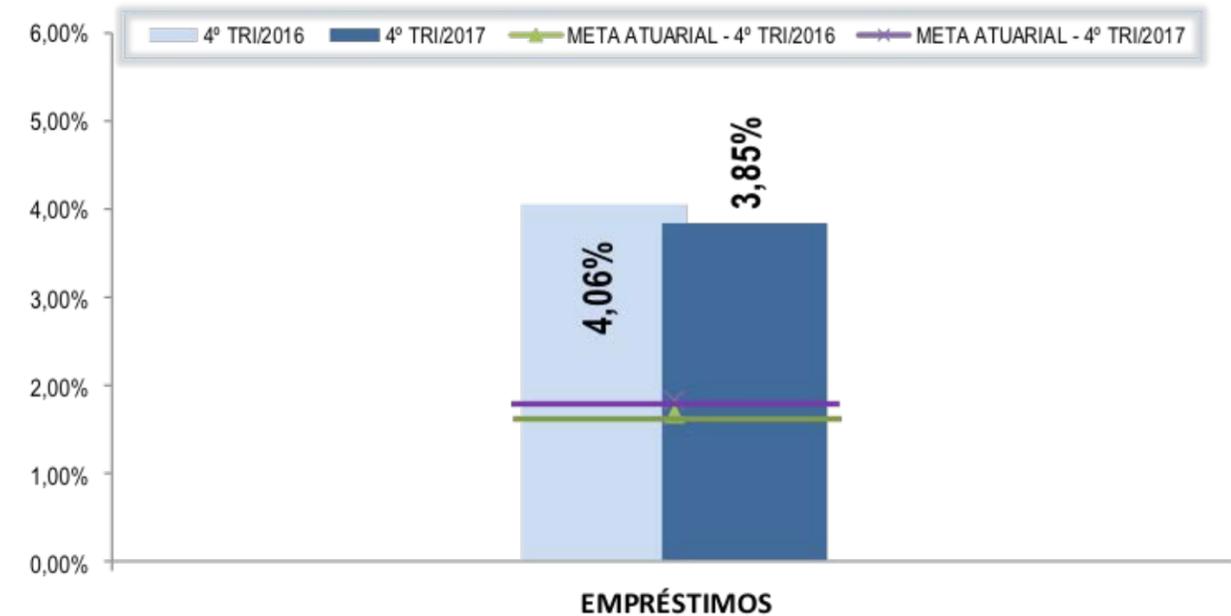


GRÁFICO 40. RENTABILIDADE NOMINAL COMPARATIVA – SEGMENTO DE OPERAÇÕES COM PARTICIPANTES



A Carteira de Empréstimos registrou no 4º trimestre, rentabilidade positiva de 3,85% contra meta atuarial de 1,78%. Esse resultado representa 2,07 pontos-base acima da meta.

3.2.5 CONTROLE DE AVALIAÇÃO DE RISCOS

Instrução PREVIC Nº 02, de 18 de maio de 2010.

Artigo 15 - A EFPC deve elaborar, no prazo máximo de 30 (trinta) dias após a apuração da DNP, para cada vez que for observada uma das situações relacionadas a seguir, justificativa técnica e relatório de providências adotadas quanto à manutenção ou não dos ativos que compõe os recursos do Plano.

- I - DNP de segmento negativa, apurada mensalmente, por doze meses consecutivos; ou
- II - DNP de segmento negativa, acumulada nos últimos trinta e seis meses.

Definição sintética do cálculo envolvido na apuração da DNP - diferença entre a rentabilidade verificada nos ativos e segmentos deduzidas da taxa de referência ou atuarial, definida para cada Plano por segmento ou não.

A norma determina que o Administrador Estatutário Tecnicamente Qualificado - AETQ, quando detectado a existência de infringência a qualquer das citadas regras, apresente justificativa técnica para ocorrência, e que a mesma seja por ele atestada.

TABELA 12. DIVERGÊNCIA NÃO PLANEJADA – DNP

PLANO I - BD												REFERÊNCIA: DEZEMBRO DE 2017			
SEGMENTO	Divergência Não Planejada Nos Últimos 12 Meses											Acumulado nos 12 Meses	Desvio Padrão dos Últimos 12 Meses	Acumulado nos Últimos 36 Meses	
	jan/17	fev/17	mar/17	abr/17	mai/17	jun/17	jul/17	ago/17	set/17	out/17	nov/17				dez/17
Renda Fixa	0,62%	0,55%	0,25%	-0,36%	-0,23%	1,80%	0,96%	-0,36%	0,08%	0,16%	2,25%	0,16%	5,89%	0,82%	6,03%
Renda Variável	4,51%	1,13%	-1,96%	0,15%	-4,31%	-0,34%	3,97%	5,94%	3,70%	-1,26%	-5,90%	5,71%	11,35%	3,90%	-2,27%
Estruturados	-0,54%	-0,83%	-24,79%	-0,78%	-0,53%	-0,80%	-0,18%	-0,90%	-0,43%	-0,45%	-0,83%	-6,15%	-37,20%	7,02%	-58,13%
Imóveis	-1,05%	-3,76%	-1,28%	-1,11%	-1,11%	-45,15%	-0,53%	-0,99%	-5,45%	-0,83%	18,53%	-0,81%	-43,52%	14,38%	-76,79%
Empréstimos	0,65%	0,39%	0,54%	0,60%	0,90%	0,40%	1,31%	0,27%	0,87%	0,67%	0,29%	1,02%	7,92%	0,32%	26,14%
PLANO	1,08%	0,45%	-2,65%	-0,31%	-0,92%	-0,17%	1,33%	0,63%	0,58%	-0,15%	0,82%	0,54%	1,24%	1,08%	-4,31%

METAATUARIAL INPC + 5,26% a.a.

Regra I :..... Os Segmentos de Imóveis e Estruturados apresentaram DNP negativa consecutivamente nos últimos 12 meses;

Regra II :..... DNP negativa acumulada nos últimos 36 meses, Segmentos de Renda Variável e Estruturados.

3.2.5.1 JUSTIFICATIVA SEGMENTO DE IMÓVEIS

A Fundação São Francisco no processo de alocação de recursos no Segmento Imobiliário, à época presumia como constava dos estudos dos projetos apresentados, elevada consistência na rentabilidade, segurança, solvabilidade e liquidez futura, frente às condições do cenário macroeconômico vividas pelo país e, via com expectativas positivas, o crescimento na demanda das Plantas de Escritórios e Projeções Comerciais (Shoppings, etc.). As expectativas e premissas de viabilidade econômico-financeira dos projetos adquiridos não se confirmaram ao longo do tempo, resultando, assim, em elevado custo financeiro de carregamento das posições imobiliárias para o Plano.

A Carteira de Aluguéis e Renda acumulou no período dos últimos doze meses, encerrada em dezembro de 2017 - DNP Negativa, conforme quadro acima, devido ao aumento acentuado das ofertas físicas de novos empreendimentos e a queda observada na demanda por locação de imóveis na Cidade de Salvador-BA, onde se localizam os únicos imóveis que lastreiam a carteira imobiliária para renda.

Estratégia:

No período de vigência da Política de Investimento 2017/2021, além de não destinar recursos para o Segmento de Imóveis, manterá política visando diminuir a vacância das salas,

busca de soluções e alternativas para alienação das unidades que, ainda, dependem fundamentalmente da melhoria do desempenho econômico, e liberação da sua escritura.

3.2.5.2 JUSTIFICATIVA SEGMENTO DE RENDA VARIÁVEL

O mercado de capitais demonstrou no encerramento de 2017, fortes sinais de alta, confirmando o processo de reversão iniciado em março de 2016, fortalecendo a condição tática e estratégica de manter os investimentos em ações. Como se observa, já há expectativa de que em breve a apuração da Divergência Não Planejada - DNP de 36 meses se reverta, haja vista a reversão ocorrida no espaço temporal dos últimos 12 (doze) meses.

No mercado acionário brasileiro desde abril de 2014 os fundos investidos apresentam forte correlação ao benchmark (IBrX-50). Os impactos sofridos por eles ao longo dos últimos 36 meses deverão perder significado, haja vista que as gestoras estão focadas em produzir posições defensivas para os momentos de stress do mercado acionário. A volatilidade dos retornos apresentados neste relatório demonstra inequivocamente que os fundos veem trabalhando defensivamente, minimizando os riscos de mercado.

Estratégia:

Considerada adequada para os objetivos do Plano no longo prazo, a Fundação perseguirá a concentração definida por estudo de ALM. Os desempenhos gerados pelos aspectos conjunturais da economia estão impactando o resultado global da estratégia, no entanto, não há ação imediata a ser tomada. As gestões dos Fundos Exclusivos - FIA's estão devidamente ajustadas à Política de Investimento de 2017/2021 estabelecida nos seus respectivos Regulamentos, e mais, os retornos gerados, analisado na relação Risco X Retorno, apresentam em vários momentos indicadores melhores que àqueles obtidos pela indústria, conforme demonstrado no item próprio deste relatório.



3.2.5.3 JUSTIFICATIVA SEGMENTO DE INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS

O Segmento de Investimentos Estruturados é detentor de 8,76% dos ativos do Plano, constituído pelos Fundos de Investimentos em Participações - FIP's e Fundo Multimercado, a saber:

Energia PCH-FIP – Projeto Juruena:

Os ativos existentes nos fundos são principalmente cotas das usinas hidrelétricas (PCH's) de Juruena.

Ático - Geração de Energia:

Ativos constituídos por ações da Bolt Energia S/A, principal ativo do Fundo.

Fundo Multimercado:

Ativo utilizado somente com vista à administração das disponibilidades para atender as despesas do Plano. Os recursos em D+1 dia são os motos principais para sua utilização.

A Diretoria de Finanças participa ativamente na busca de alternativas para possibilitar o desinvestimento dos FIP's acima identificados, prejudicada pela conjuntura do setor e da economia como um todo. O Comitê Estratégico de Investimentos - CEI encontra-se atento às ações dos Gestores e do Setor. Vale ressaltar que os Fundos encontram-se em processo de desinvestimento, com regras ainda a definir pelos potenciais investidores junto aos Gestores e Administradores dos ativos.

Estratégia:

Por se tratar de investimentos com visão de longo prazo e os projetos já terem sido finalizados, estando produzindo e vendendo energia, a Política de Investimento de 2017/2021 previu a sua permanência no portfólio, uma vez que não se esperava no contexto econômico dos próximos anos, ao menos até final de 2018, alteração que permita a venda dos ativos do fundo com apropriação da mais valia de ordem adequada. Seja como for, não se pode, objetivamente, prever a realização do desinvestimento dos ativos no momento atual, restando assim, somente manter a posição existente até que se encontrem interessados e os Gestores programem os planos de desinvestimentos, em conformidade com o regulamento dos respectivos Fundos.

3.2.6 OPERAÇÕES CURSADAS NO EXERCÍCIO DE 2017:

Este tópico explora os procedimentos operacionais da Diretoria de Finanças na gestão da carteira própria, apresentando como se deram as operações realizadas, envolvendo compra e venda de Títulos Públicos. No decorrer do 4º trimestre de 2017, as operações de "Arbitragem" entre vencimentos agregaram ganhos e, são operações táticas, dentro da manutenção da

estratégia contida na Política de Investimento 2017/2021.

As poucas operações realizadas no decorrer do 4º trimestre, haja vista o processo de Saldamento do Plano I, consistiu mais fortemente em concentrar as aplicações em papéis de vencimento mais curtos, com precificações a "Mercado", com objetivo de atender todo o processo de cisão, imputando as mesmas condições de riqueza e valor aos participantes de planos distintos.

Cumprindo a legislação vigente, Resolução CGPC nº 21 de 25/09/2007, apresenta-se abaixo a Tabela contendo as Operações Cursadas em Títulos Públicos Federais - NTN/B; NTN/Fe LFT no decorrer do exercício de 2017 as quais, se antecipa, respeitaram efetivamente o intervalo indicativo contido no relatório disponibilizado pela ANBIMA - "Mercado Secundário de Títulos Públicos":

TABELA 13. OPERAÇÕES CURSADAS – TÍTULOS PÚBLICOS

VENDAS						
Data	Título	Tx. Mínima	Tx. Indicativa	Tx. Máxima	Tx. Operação	Volume - R\$ -
13/01/2017	NTN-B 2045	5,2100	5,5931	5,8968	5,6900	6.243.225,09
	NTN-B 2050	5,1800	5,5700	5,8638	5,6400	6.178.238,82
18/01/2017	NTN-B 2055	5,0876	5,5546	5,7738	5,5700	5.951.271,69
15/03/2017	NTN-B 2019	4,7038	5,0846	5,5199	5,2200	8.988.010,36
26/04/2017	NTN-F 2027	9,7300	10,3200	10,7200	10,3700	4.045.862,17
03/05/2017	NTN-F 2027	9,6400	10,2400	10,6300	10,2600	4.515.710,80
22/05/2017	NTN-F 2027	9,4400	11,7400	12,3900	11,6800	2.193.877,33
17/07/2017	NTN-F 2027	9,6700	10,2000	10,8300	10,3200	6.439.840,25
20/07/2017	NTN-F 2027	9,5100	10,0500	10,6700	10,1500	6.440.461,55
01/09/2017	NTN-B 2016	4,6700	4,9800	5,2800	5,0200	22.591.608,21
06/09/2017	NTN-F 2027	9,4700	9,9900	10,6200	10,1000	4.015.259,06
	NTN-F 2027	9,4700	9,9900	10,6200	10,1000	1.916.903,53
17/11/2017	LFT 2018	-	0,0034	-	0,0005	12.806.926,73
TOTAL.....						92.327.195,59
COMPRAS						
Data	Título	Tx. Mínima	Tx. Indicativa	Tx. Máxima	Tx. Operação	Volume - R\$ -
13/01/2017	NTN-F 2027	10,3791	11,0622	11,6303	10,8500	6.241.212,72
	NTN-F 2027	10,3791	11,0622	11,6303	10,8500	6.174.205,83
18/01/2017	NTN-B 2028	5,2752	5,6927	5,9830	5,5700	5.950.949,09
02/02/2017	NTN-B 2022	5,4881	5,8300	6,1814	5,7200	2.237.896,03
16/02/2017	NTN-F 2027	9,6926	10,4376	10,9469	10,2000	3.975.543,28
15/03/2017	NTN-B 2026	5,0118	5,3255	5,6828	5,3300	8.986.212,53
05/04/2017	NTN-F 2027	9,8000	9,3500	9,9800	10,3400	1.966.141,08
26/04/2017	NTN-B 2045	5,1200	5,4200	5,6500	5,3100	4.045.636,20
03/05/2017	NTN-B 2045	5,0700	5,3500	5,6000	5,2800	6.830.064,63
15/05/2017	NTN-B 2035	4,8933	5,0900	5,3921	5,0200	4.167.445,93
22/05/2017	NTN-B 2026	4,8400	6,1700	6,5000	5,7000	2.192.808,06
02/06/2017	NTN-B 2026	5,4500	5,7400	6,0600	5,6400	2.438.606,49
07/07/2017	NTN-B 2026	5,3600	5,6800	5,9700	5,5500	998.905,16
17/07/2017	NTN-B 2026	5,1200	5,3200	5,7300	5,2800	6.437.607,52
20/07/2017	NTN-B 2045	5,1200	5,4000	5,7500	5,3300	6.038.226,57
17/08/2017	NTN-B 2045	4,9500	5,3100	5,5700	5,2400	3.580.878,76
01/09/2017	LFT 2018	-	0,0073	0,0101	-	22.586.778,05
04/09/2017	NTN-B 2022	4,2900	4,5100	4,9300	4,4000	6.442.395,74
06/09/2017	LFT 2018	-	0,0074	0,0020	-	5.932.109,23
17/11/2017	NTN-B 2045	5,2000	5,3700	5,7300	5,3000	18.329.550,21
TOTAL.....						125.553.173,11

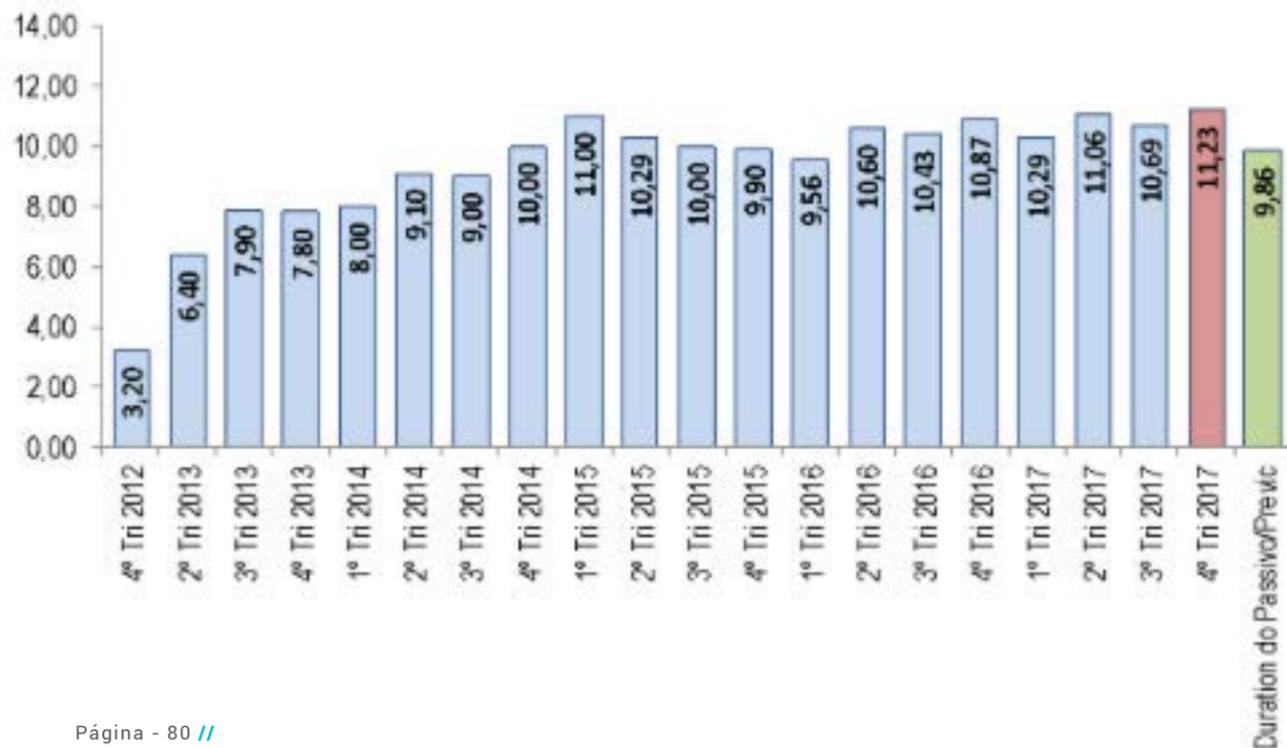
Todas as taxas negociadas na compra das NTN/B's ficaram dentro do intervalo indicativo disponibilizado pela ANBIMA - "Mercado Secundário de Títulos Públicos", o qual é utilizado como parâmetro para verificação da taxa de mercado, em consonância com o que determina a Resolução CGPC Nº 21, de 25/09/2007. O relatório da ANBIMA reflete a média dos preços das operações cursadas no mercado no dia da operação, portanto, as taxas das operações não apresentaram divergências em relação ao mercado.

Os documentos para a análise e precificação encontram-se devidamente arquivados na Gerência de Finanças podendo ser requisitados pelos órgãos de controle para apreciação quanto à veracidade das afirmações contidas neste relatório. Os quadros apresentados refletem a síntese da documentação, espelhando com fidedignidade dos fatos ocorridos.

3.2.7 DURATION DO PLANO

Vale lembrar, que o acompanhamento do indicador é apresentado pelo total dos ativos contidos no Segmento de Renda Fixa, entretanto, quando da elaboração dos elementos obrigatórios definidos pela PREVIC, esta leva em consideração somente a carteira de NTN's precificadas na "Curva".

GRÁFICO 41. EVOLUÇÃO DA DURATION



No encerramento do 4º trimestre de 2017 o índice alcançou 11,23 anos contra 10,87 anos, no mesmo período de 2016. Mesmo com o comportamento da curva de juros fora do padrão, muitas das aquisições das NTN's foram marcadas para serem levadas a resgate. Nesse rol estão papéis com vencimentos mais curtos e alguns longos (2023 a 2055), entretanto, absolutamente ajustados no sentido de atender as exigências do fluxo de caixa do passivo, o qual alçou 9,86 anos calculados pelo modelo Previc.

Duas observações importantes na estrutura do duration:

I. O aumento observado no encerramento do 4º trimestre de 2017 foi promovido devido à aplicação em vencimentos de maior prazo, visando aproveitar as elevações de taxas de longo prazo e fechamento das de curto prazo. A estratégia de se utilizar de arbitragem entre vencimentos produziu ganhos adicionais de rentabilidade. Essa estratégia é aplicada somente aos ativos necessários a manutenção da liquidez do Plano e, não produz descompasso entre a alocação de ativos e passivos;

II. A carteira mantida a resgate, devido a normas editadas pela PREVIC, como a recente Portaria 30 de 21/01/2016, está apresentando duration maior que a do passivo, fato natural, entretanto, a lógica da legislação obriga que essa carteira tenha o indicador menor que o do passivo, devido a isso a Diretoria de Finanças aproveita o rol de NTN's que possibilite atender adequadamente a Norma, sempre buscando aproveitar a diferença de precificação provocada pela taxa de juros do passivo aplicada sobre o ativo para evidenciar a ausência de déficit no Plano. A distorção identificada na legislação produz a necessidade de acompanhamento da carteira visando à adoção de medidas de ajustes necessários para melhor aproveitar os aspectos da norma em favor do plano, sempre focando em ações onde o investimento possa contribuir para reduzir as perspectivas de possíveis aumentos de encargos aos participantes.



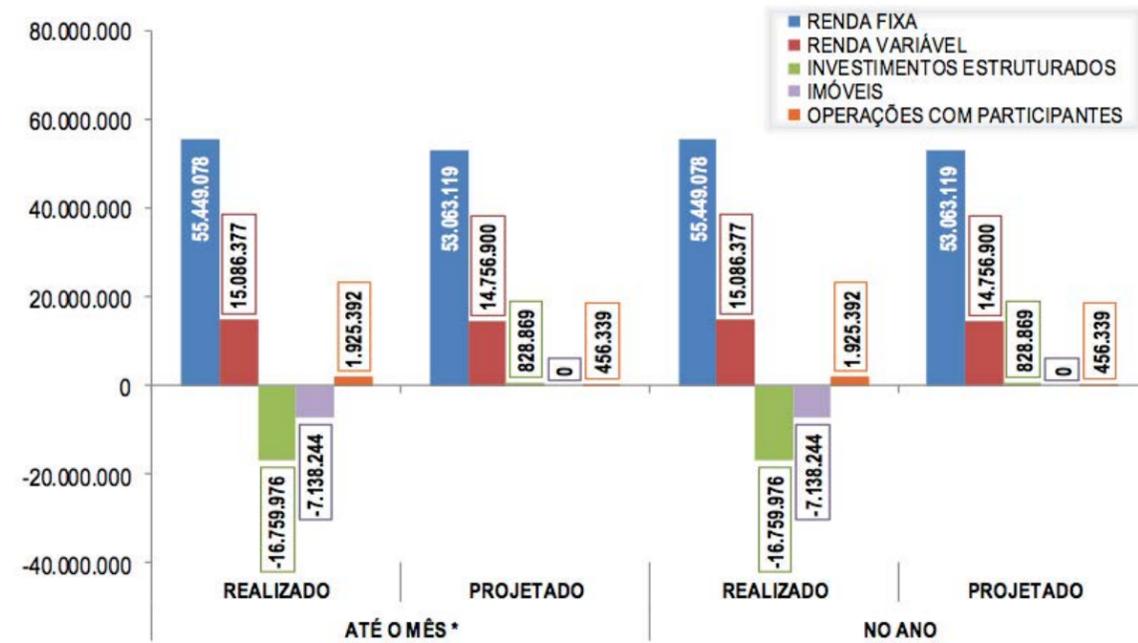
3.2.8 ACOMPANHAMENTO ORÇAMENTÁRIO

TABELA 14. RECEITAS DOS INVESTIMENTOS

PLANO BENEFÍCIO DEFINIDO I - BD									
	NO MÊS			ATÉ O MÊS			NO ANO		
	REALIZADO	PROJETADO	%	REALIZADO	PROJETADO	%	REALIZADO	PROJETADO	%
RENDA FIXA	1.950.578,90	3.980.408,08	49,00%	55.449.078,19	53.063.118,75	104,50%	55.449.078,19	53.063.118,75	104,50%
DÍVIDA PÚBLICA MOBILIÁRIA FEDERAL	1.809.445,17	3.547.826,23	51,00%	47.744.930,35	47.748.718,18	99,99%	47.744.930,35	47.748.718,18	99,99%
EMISSÃO OU COBRIGAÇÃO DE INSTITUIÇÕES AUTORIZADAS PELO BACEN	21.643,93	68.785,14	31,47%	584.368,61	812.592,35	71,91%	584.368,61	812.592,35	71,91%
LF	21.643,93	68.785,14	31,47%	584.368,61	812.592,35	71,91%	584.368,61	812.592,35	71,91%
EMISSÃO DE COMPANHIAS ABERTAS	31.609,21	192.057,73	16,46%	-2.757.010,11	2.256.297,91	É DESPESA	-2.757.010,11	2.256.297,91	É DESPESA
DEBENTURES	31.609,21	192.057,73	16,46%	-2.757.010,11	2.256.297,91	É DESPESA	-2.757.010,11	2.256.297,91	É DESPESA
CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS DE EMISSÃO DE COMPANHIAS SECURITIZADORAS	90.561,18	138.940,56	65,18%	623.170,03	1.778.426,47	35,04%	623.170,03	1.778.426,47	35,04%
CRI	90.561,18	138.940,56	65,18%	623.170,03	1.778.426,47	35,04%	623.170,03	1.778.426,47	35,04%
COMPANHIAS FECHADAS	0,00	0,00	NA	11.345.550,00	0,00	NA	11.345.550,00	0,00	NA
CCI	0,00	0,00	NA	11.345.550,00	0,00	NA	11.345.550,00	0,00	NA
CÉDULA DE PRODUTOS RURAIS	0,00	0,00	NA	36.917,19	49.598,94	74,43%	36.917,19	49.598,94	74,43%
CPR	0,00	0,00	NA	36.917,19	49.598,94	74,43%	36.917,19	49.598,94	74,43%
FUNDOS DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS	-2.680,59	32.798,42	É DESPESA	-2.128.847,88	417.484,90	É DESPESA	-2.128.847,88	417.484,90	É DESPESA
FIDC - EM COTA	-2.680,59	32.798,42	É DESPESA	-2.128.847,88	417.484,90	É DESPESA	-2.128.847,88	417.484,90	É DESPESA
RENDA VARIÁVEL	3.922.150,46	1.205.611,37	325,32%	15.086.376,85	14.756.900,27	102,23%	15.086.376,85	14.756.900,27	102,23%
AÇÕES DE EMISSÃO DE COMPANHIAS ABERTAS	3.922.150,46	1.205.611,37	325,32%	15.086.376,85	14.756.900,27	102,23%	15.086.376,85	14.756.900,27	102,23%
FUNDOS DE AÇÕES	3.922.150,46	1.205.611,37	325,32%	15.086.376,85	14.756.900,27	102,23%	15.086.376,85	14.756.900,27	102,23%
INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS	-1.751.046,30	56.179,82	É DESPESA	-16.759.976,43	828.869,15	É DESPESA	-16.759.976,43	828.869,15	É DESPESA
FUNDOS DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES	-1.771.211,17	0,00	É DESPESA	-17.098.989,51	0,00	É DESPESA	-17.098.989,51	0,00	É DESPESA
FUNDOS DE INVESTIMENTO MULTIMERCADO	20.164,87	56.179,82	35,89%	339.013,08	828.869,15	40,90%	339.013,08	828.869,15	40,90%
IMÓVEIS	-18.101,08	0,00	É DESPESA	-7.138.243,56	0,00	É DESPESA	-7.138.243,56	0,00	É DESPESA
IMÓVEIS PARA ALUGUEL E RENDA	-18.101,08	0,00	É DESPESA	-7.138.243,56	0,00	É DESPESA	-7.138.243,56	0,00	É DESPESA
OPERAÇÕES COM PARTICIPANTES	91.001,62	38.028,22	239,30%	1.925.392,19	456.338,64	421,92%	1.925.392,19	456.338,64	421,92%
EMPRÉSTIMOS	91.001,62	38.028,22	239,30%	1.925.392,19	456.338,64	421,92%	1.925.392,19	456.338,64	421,92%
COBERTURA DE DESPESAS ADMINISTRATIVAS	-132.020,39	-367.395,76	35,93%	-2.303.304,66	-4.408.749,12	52,24%	-2.303.304,66	-4.408.749,12	52,24%
CONSTITUIÇÃO/REVERSÃO DE FUNDOS	-528,22	0,00	É DESPESA	64.688,18	0,00	NA	64.688,18	0,00	NA
FLUXO DOS INVESTIMENTOS	4.062.034,99	4.912.831,73	82,68%	46.324.010,76	64.696.477,69	71,60%	46.324.010,76	64.696.477,69	71,60%

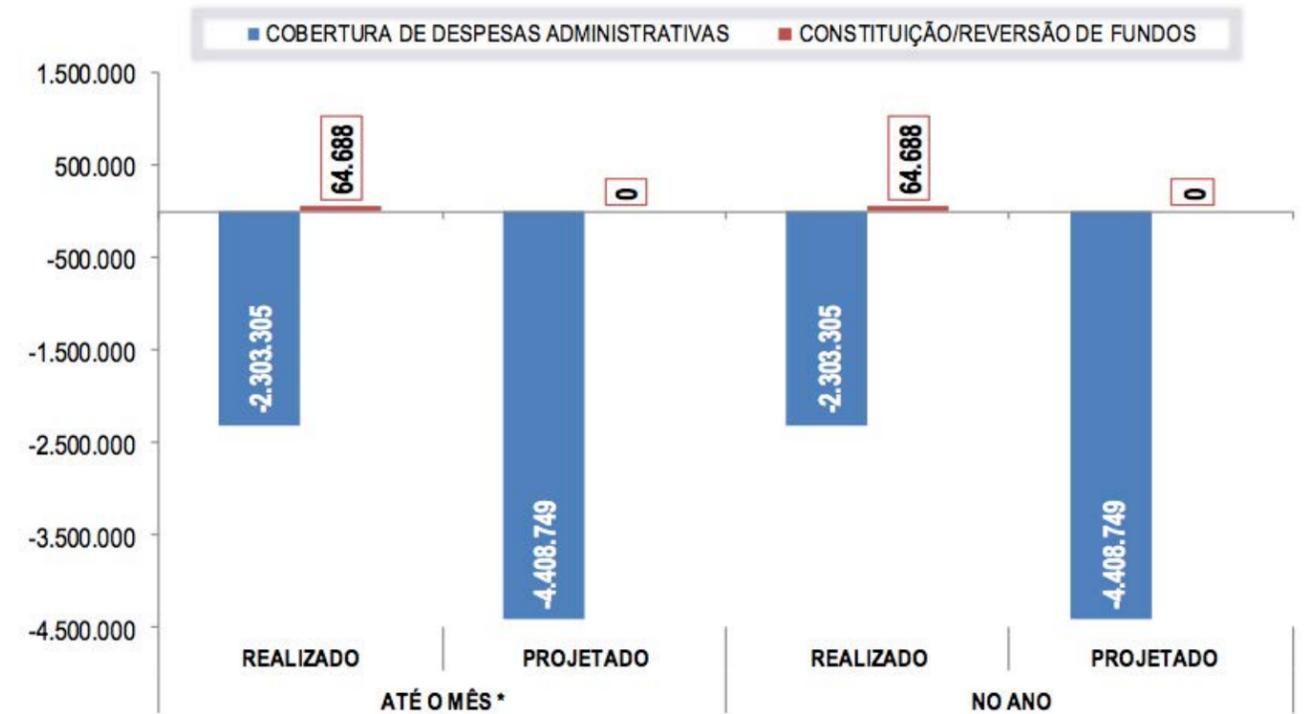
(i) NO MÊS: é a posição relativa ao último mês do trimestre de referência.
 (ii) ATÉ O MÊS: é a posição acumulada no ano até o último mês do trimestre de referência.

GRÁFICO 42. RECEITAS DOS INVESTIMENTOS – REALIZADO X PROJETADO



(*) último mês do Trimestre

GRÁFICO 43. CUSTEIO ADMINISTRATIVO DO INVESTIMENTO E FORMAÇÃO DE FUNDO - REALIZADO X PROJETADO



(*) último mês do Trimestre

Comentários:

O Fluxo dos "Investimentos Realizados" no encerramento do exercício de 2017 totalizou R\$ 46.324.010,76 contra o Valor Orçado de R\$ 64.696.477,69, ou seja, o realizado totaliza somente 71,60% daquele esperado no orçamento.

O Segmento de Renda Fixa obteve desempenho acima das previsões, as receitas encerraram o exercício com R\$ 55.449.078,19 contra R\$ 53.063.118,75 projetados, ou seja, 104,50% do valor previsto. Contribuiu para este resultado final, a queda dos juros dos Títulos Públicos Federais que compõem o portfólio de Renda Fixa, fundamentalmente a baixa dos juros das NTN/B's, precificadas a "Mercado".

O Segmento de Renda Variável, motivado pela alta de 26,82% da Bolsa de Valores em 2017, medida pelo IBrX-50, com reflexos positivos nos FIA's que constituem a Carteira do Plano, confirmando o processo de reversão iniciado em março de 2016, fortalecendo a condição tática e estratégica de manter os investimentos em ações. Portando, as previsões orçamentárias se confirmaram, gerando resultado positivo de R\$ 15.086376,85 - contra R\$ 14.756.900,27 projetados, ou seja, 102,23% do previsto no encerramento do exercício de 2017.



Os Segmentos de Investimentos Estruturados e Imóveis foram os principais causadores dos desvios negativos. O primeiro, ao acumular resultado de R\$ 16,7 milhões de variação negativa, motivado pelo ajuste na precificação das Cotas do Fundo PCH Juruena, quando no orçamento se esperava resultado próximo de "0" (zero) e o segundo, motivado pela primeira reversão a favor da Carteira de Imóveis do Plano, como parte das "Garantias Provisionadas" do ativo "Cédula de Crédito Imobiliário - CCI" da M. Brasil Empreendimentos, Marketing e Negócios Ltda, relativa ao processo de recuperação das Garantias constituídas por imóveis na Cidade do Rio de Janeiro - RJ. O Modus Operandi do lançamento contábil gerou a princípio valorização positiva da Carteira de Renda Fixa, a favor Plano. Porém, quando da transferência do "Crédito" para a Carteira de Imóveis sua reprecificação a valor de mercado, gerou variação negativa, com expectativa futura favorável ao Plano, por meio de nova avaliação, o que ocorrerá somente no encerramento do processo. Esperava-se resultado "0" (zero), porém, ao final do exercício de 2017 acumulou resultado negativo de R\$ 7,1 milhões.

O Segmento de Empréstimos obteve desempenho acima das previsões, as receitas encerraram o exercício com R\$ 1.925.392,19 contra R\$ 456.338,64 projetados, ou seja, 421,92% do valor previsto. Contribuiu para este resultado final, processo de cisão do Plano aliada às operações de pagamento de parte dos "Contratos Pendentes" liquidados pelos Participantes Desligados do Plano BD, com adesão ao Codeprev, totalizando 57 (cinquenta e sete) Contratos, no valor total de R\$ 1.477.229,99.

Com relação aos custos não se verificou nenhuma divergência acentuada, realizando-se 52,24% do orçado, algo auspicioso quando se mantém em mente que custeio é um gasto do investimento. A apuração do custeio é procedida tendo por lógica a aplicação dos rateios dos gastos administrativos da entidade com a gestão dos investimentos. A dinâmica da redução no custeio se fundou no fato de que o Saldamento só ocorreu em 30.11.2017, e assim, continuou a haver custeio incidente sobre as contribuições no decorrer dos meses anteriores, reduzindo a necessidade de cobrá-lo nos investimentos.

Já com relação à formação do fundo de investimento é preciso que se diga antes, que ele é destinado a cobertura dos falecimentos de participantes mutuários, relativamente aos valores por eles devidos à carteira de empréstimo. O número do resultado é inexpressivo e por isso mesmo sua projeção orçamentária era de "0" (zero).

3.2.9 RENTABILIDADE BRUTA X RENTABILIDADE LÍQUIDA DO PLANO - INSTRUÇÃO PREVIC Nº 5, DE 01.11.2013:

Em atendimento a Instrução Previc Nº 5, de 01.11.2013, que "dispõe sobre os procedimentos a serem adotados pelas entidades fechadas de previdência complementar na divulgação de

informações aos participantes e assistidos e dá outras providências", apresentamos a seguir a Rentabilidade Bruta x Rentabilidade Líquida do Plano I/BD administrado pela São Francisco, conforme descrito no Inciso III, do art. 6º da referida Instrução:

Art. 6º- As informações referentes à política de investimentos e o demonstrativo de investimento dos recursos garantidores do plano de benefícios administrado pela EFPC, bem como as informações referentes às revisões da política devem conter, no mínimo:

III - tabela contendo a rentabilidade bruta e líquida de cada um dos segmentos de aplicação dos planos de benefícios da EFPC e do PGA, comparados à taxa atuarial estipulada, se existir, e índices de referência estabelecidos na política de investimentos.

TABELA 15. RENTABILIDADE BRUTA X RENTABILIDADE LÍQUIDA – ACUMULADA 2017

SEGMENTOS	INVESTIMENTOS	RENTABILIDADE	
		LÍQUIDA	BRUTA
RENDA FIXA	254.950.646,23	13,72%	16,44%
RENDA VARIÁVEL	65.938.845,50	19,12%	22,83%
INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS	31.850.325,56	-28,65%	10,22%
IMÓVEIS	6.259.079,26	-40,88%	-38,00%
OPERAÇÕES COM PARTICIPANTES	3.318.641,27	16,07%	19,78%
TOTAL	362.317.537,82	8,58%	15,25%

a) **Rentabilidade Bruta:** Trata-se da rentabilidade produzida pelos ativos de investimentos, entretanto a PREVIC determinou a incorporação das Despesas registradas na Contabilidade dos Fundos de Investimentos no período considerado.

b) **Rentabilidade Líquida:** Trata-se da rentabilidade dos ativos de investimentos, deduzidos os custos da gestão interna.

3.3 CONTÁBIL

QUADRO 1. BALANÇO PATROMONIAL

Valores em R\$ mil

ATIVO	Exercícios		PASSIVO	Exercícios	
	2017	2016		2017	2016
DISPONÍVEL	60	5	EXIGÍVEL OPERACIONAL	21.224	42.797
REALIZÁVEL	371.636	606.720	Gestão Previdencial	21.067	42.526
Gestão Previdencial	666	3.049	Investimentos	156	271
Gestão Administrativa	8.346	13.264	EXIGÍVEL CONTINGENCIAL	606	767
Investimentos	362.624	590.407	Gestão Previdencial	147	33
Títulos Públicos	238.704	377.181	Investimento	458	733
Créditos Privados e Depósitos	12.861	38.142	PATRIMÔNIO SOCIAL	349.867	563.161
Fundos de Investimento	101.175	162.555	Patrimônio de Cobertura do Plano	340.529	548.050
Investimentos Imobiliários	6.259	7.268	Provisões Matemáticas	354.915	571.836
Empréstimos e Financiamentos	3.319	4.780	Benefícios Concedidos	352.754	343.810
Depos. Jud. Recursais	307	480	Benefícios a Conceder	2.161	228.027
			Equilíbrio Técnico	(14.386)	(23.786)
			Resultados Realizados	(14.386)	(23.786)
			(+) Superávit Técnico Acumulado	-	-
			(-) Déficit Técnico Acumulado	(14.386)	(23.786)
			Fundos	9.338	15.111
			Fundos Administrativos	8.346	13.264
			Fundos dos Investimentos	992	1.846
TOTAL DO ATIVO	371.696	606.725	TOTAL DO PASSIVO	371.696	606.725

QUADRO 2. DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO

Valores em R\$ mil

DESCRIÇÃO	Exercícios		Variação (%)
	2017	2016	
A) Ativo Líquido - início do exercício	548.050	504.816	8,56
1. Adições	115.467	104.641	10,35
(+) Contribuições	70.303	37.306	88,45
(+) Resultado Positivo Líquido dos Investimentos - Gestão Previdencial	45.164	67.335	(32,93)
2. Destinações	(322.988)	(61.407)	425,98
(-) Benefícios	(321.399)	(59.689)	438,46
(-) Constituição Líquida de Contingências - Gestão Previdencial	(147)	-	100,00
(-) Custeio Administrativo	(1.442)	(1.718)	(16,08)
3. Acréscimo/Decréscimo no Ativo Líquido (1+2)	(207.521)	43.234	(579,99)
(+/-) Provisões Matemáticas	216.921	60.962	255,83
(+/-) Superávit / Déficit Técnico do Exercício	(9.400)	(17.728)	(46,98)
B) Ativo Líquido - final do exercício (A+3)	340.529	548.050	(37,87)
C) Fundos não previdenciais	9.338	15.111	(38,20)
(+/-) Fundos Administrativos	8.346	13.264	(37,08)
(+/-) Fundos dos Investimentos	992	1.846	(46,27)

QUADRO 3. DEMONSTRAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO

Valores em R\$ mil

DESCRIÇÃO	Exercícios		Variação (%)
	2017	2016	
1. Ativos	371.696	606.725	(38,74)
Disponível	60	5	1.228,80
Recebível	9.012	16.313	(44,76)
Investimento	362.624	590.407	(38,58)
Títulos Públicos	238.704	377.181	(36,71)
Créditos Privados e Depósitos	12.861	38.142	(66,28)
Fundos de Investimento	101.175	162.555	(37,76)
Investimentos Imobiliários	6.259	7.268	(13,89)
Empréstimos e Financiamentos	3.319	4.780	(30,57)
Depos. Jud. Recursais	307	480	(36,08)
2. Obrigações	21.829	43.564	(49,89)
Operacional	21.224	42.797	(50,41)
Contingencial	606	767	(21,04)
3. Fundos não Previdenciais	9.338	15.111	(38,20)
Fundos Administrativos	8.346	13.264	(37,08)
Fundos dos Investimentos	992	1.846	(46,27)
4. Ativo Líquido (1-2-3)	340.529	548.050	(37,87)
Provisões Matemáticas	354.915	571.836	(37,93)
Superávit/Déficit Técnico	(14.386)	(23.786)	(39,52)
5. Apuração do Equilíbrio Técnico Ajustado	-	651,17	(100,00)
a) Equilíbrio Técnico	-	(23.786)	(100,00)
b) (+/-) Ajuste de Precificação	-	24.437	(100,00)
c) (+/-) Equilíbrio Técnico Ajustado = (a+b)	-	651	(100,00)

QUADRO 4. DEMONSTRAÇÃO DAS PROVISÕES TÉCNICAS DO PLANO DE BENEFÍCIOS

Valores em R\$ mil

DESCRIÇÃO	Exercícios		Variação (%)
	2017	2016	
Provisões Técnicas (1+2+3+4+5)	363.350	593.461	(38,77)
1. Provisões Matemáticas	354.915	571.836	(37,93)
1.1. Benefícios Concedidos	352.754	343.810	2,60
Benefício Definido	352.754	343.810	2,60
1.2. Benefício a Conceder	2.161	228.027	(99,05)
Benefício Definido	2.161	228.027	(99,05)
2. Equilíbrio Técnico	(14.386)	(23.786)	(39,52)
2.1. Resultados Realizados	(14.386)	(23.786)	(39,52)
(-) Déficit Técnico Acumulado	(14.386)	(23.786)	(39,52)
3. Fundos	992	1.846	(46,27)
3.1. Fundos dos Investimentos - Gestão Previdencial	992	1.846	(46,27)
4. Exigível Operacional	21.224	42.797	(50,41)
4.1. Gestão Previdencial	21.067	42.526	(50,46)
4.2. Investimentos - Gestão Previdencial	156	271	(42,20)
5. Exigível Contingencial	606	767	(21,04)
5.1. Gestão Previdencial	147	33	340,82
5.2. Investimentos - Gestão Previdencial	458	733	(37,52)

QUADRO 5. DEMONSTRAÇÃO DO PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA - CONSTITUIÇÃO/REVERSÃO DO FUNDO ADMINISTRATIVO - PLANO DE BENEFÍCIO I – BD FECHADO

Valores em R\$ mil

DESCRIÇÃO	Exercícios		Variação (%)
	2017	2016	
A) Fundo Administrativo do Exercício Anterior	13.264	13.067	1,51
1. Custeio da Gestão Administrativa	6.673	6.292	6,06
1.1. Receitas	6.673	6.292	6,06
Custeio Administrativo da Gestão Previdencial	1.442	1.718	(16,08)
Custeio Administrativo dos Investimentos	2.275	2.745	(17,11)
Taxa de Administração de Empréstimos e Financiamentos	28	33	(14,84)
Resultado Positivo Líquido dos Investimentos	2.928	1.796	63,04
2. Despesas Administrativas	5.853	6.095	(3,97)
2.1. Administração Previdencial	3.184	3.055	4,22
Pessoal e encargos	2.198	2.098	4,76
Treinamentos/congressos e seminários	4	18	(76,91)
Viagens e estadias	19	28	(31,74)
Serviços de terceiros	474	424	11,87
Despesas gerais	258	258	(0,11)
Depreciações e amortizações	42	55	(24,15)
Tributos	189	174	8,41
2.2. Administração dos Investimentos	2.669	3.040	(12,20)
Pessoal e encargos	1.634	1.856	(11,97)
Treinamentos/congressos e seminários	17	10	68,45
Viagens e estadias	14	16	(10,93)
Serviços de terceiros	495	620	(20,24)
Despesas gerais	292	291	0,57
Depreciações e amortizações	44	55	(20,22)
Tributos	113	132	(14,22)
Despesas Específicas - TAFIC	60	60	-
6. Sobra/Insuficiência da Gestão Administrativa (1-2-3-4-5)	820	197	316,55
7. Constituição/Reversão do Fundo Administrativo (4)	820	197	316,55
B) Fundo Administrativo do Exercício Atual (A+5)	14.084	13.264	6,18

QUADRO 6. DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO PATRIMÔNIO SOCIAL CONSOLIDADO

Valores em R\$ mil

DESCRIÇÃO	Exercícios		Variação (%)
	2017	2016	
A) Patrimônio Social - início do exercício	600.973	542.230	10,83
1. Adições	454.711	125.468	262,41
(+) Contribuições Previdenciais	393.242	46.885	738,74
(+) Resultado Positivo Líquido dos Investimentos - Gestão Previdencial	53.494	71.493	(25,18)
(+) Receitas Administrativas	5.047	5.294	(4,67)
(+) Resultado Positivo Líquido dos Investimentos - Gestão Administrativa	2.928	1.796	63,04
2. Destinações	(329.030)	(66.725)	393,11
(-) Benefícios	(321.462)	(59.707)	438,40
(-) Constituição Líquida de Contingências - Gestão Previdencial	(147)	-	100,00
(-) Despesas Administrativas	(7.238)	(6.893)	4,99
(-) Reversão de Fundos de Investimentos	(183)	(125)	46,39
3. Acréscimo/Decréscimo no Patrimônio Social (1+2)	125.681	58.743	113,95
(+/-) Provisões Matemáticas	123.042	75.048	63,95
(+/-) Superávit (Déficit) Técnico do Exercício	507	(17.728)	(102,86)
(+/-) Fundos Previdenciais	1.577	1.351	16,75
(+/-) Fundos Administrativos	737	197	274,60
(+/-) Fundos dos Investimentos	(183)	(125)	46,39
B) Patrimônio Social - final do exercício (A+3)	726.654	600.973	20,91

3.3.1 Notas Explicativas

3.3.1.1 Composição do Ativo

3.3.1.1.1 Gestão Previdencial

Constituída por provisões de contribuições a receber:

- a) Patrocinador – R\$ 245 mil;
- b) Participantes – R\$ 4 mil;
- c) Sobre 13º Salário – R\$ 239 mil.

As provisões citadas acima foram constituídas no mês de dezembro/2016 para serem liquidadas no mês de janeiro/2018.

O valor provisionado de R\$ 147 mil no ano de 2017 refere-se a um depósito judicial decorrente de um recurso no processo nº 20130710295777, em nome do ex-participante Franklin Delano Leite Gurgel ao juízo da 1ª vara cível de Taguatinga -DF.

3.3.1.1.2 Gestão Administrativa

O valor registrado corresponde à participação do Plano de Benefícios I no Fundo Administrativo, é de R\$ 8.345 mil. A constituição se deu basicamente pelo resultado produzido pelos investimentos do PGA, haja vista que todo o custeio foi consumido pelas despesas incorridas no exercício relativamente aos eventos necessários à gestão do plano.

3.3.1.1.3 Gestão de Investimentos

Os registros dos Investimentos estão detalhados nos quadros a seguir:

QUADRO 7. GESTÃO DE INVESTIMENTOS

Plano Benefício Definido	2017	2016
Investimentos	362.623	590.407
Títulos Públicos	238.704	377.181
A vencimento	0	262.122
A mercado	238.704	115.059
Créditos Privados e Depósitos	12.861	38.142
Instituições Financeiras	0	6.536
Companhias Abertas	12.861	31.155
Outros Emissores	0	452
Fundos de Investimento	101.174	162.555
Multimercado	7.376	3.645
Direitos Creditórios - FIDC	3.385	7.352
Ações - FIA	65.939	92.607
Participações/FIP	24.474	58.952
Investimentos Imobiliários	6.259	7.268
Empréstimos	3.319	4.780
Depos. Jud. Recursais	306	480

Em face do processo de Saldamento, o Plano de Benefícios I foi cindido, sendo uma parcela de seus ativos transferidos para o Plano de Benefício Saldado na razão de 40,2368%. Esse percentual foi consignado depois de transferida a carteira de empréstimo relativo aos participantes optantes pelo Plano de Benefícios III o montante das reservas matemáticas, apuradas pelo atuário, dos participantes e assistidos que optaram pelo Saldamento. A cisão, por consequência, fez com que o comparativo com o ano anterior ficasse prejudicado. Cabe enfatizar que os Títulos Públicos Federais, denominados NTN/B (conhecido nas negociações do Tesouro Direto com o nome Tesouro IPCA), fecharam o exercício precificados a mercado, e seus valores contabilizados correspondem a 65,62% do ativo total do plano.

A gestão praticada pela Diretoria, aprovada pelo Comitê Estratégico de Investimentos – CEI, sob a deliberação do Conselho Deliberativo, visou concentrar em Títulos Públicos Federais no decorrer do exercício de 2017, assim, o risco global do investimento está dominado pelo risco soberano.

a) Aspectos Gerais:

Os valores contábeis dos títulos e valores mobiliários e fundos de investimentos foram apurados segundo os critérios abaixo especificados:

>> Títulos de quaisquer emissores, até um ano para o vencimento: se na data da compra o prazo para o vencimento do título era inferior a 1 (um) ano, então, obrigatoriamente, estão precificados a mercado;

>> Títulos de quaisquer emissores, com mais de um ano para o vencimento: estão precificados de acordo com as estratégias colocadas e aprovadas no Comitê de Investimento, em função das necessidades dos passivos atuariais dos planos, excepcionalmente neste exercício pela marcação a mercados.

>> Fundos de investimento: seguem as regras estabelecidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM, segundo suas classificações, porém, como regra geral, os ativos integrantes da carteira dos fundos estão precificados a mercado. Os preços dos títulos que compõem as carteiras dos fundos estão contabilizados pelo preço praticado nas transações cursadas no dia da apuração da cota.

>> Fundos com ativos das suas carteiras sem cotação em bolsa estão com eles precificados segundo laudo de avaliação emitido em conformidade com as regras estabelecidas pela CVM e, laudos consubstanciados conformados segundo as normas da ABNT;

b) Composição dos Ativos de Renda Fixa por Vencimento:

A composição dos investimentos no encerramento de 2017, por vencimento, identifica que a gestão continua a focar o longo prazo, entretanto, a alocação de curto prazo com valores a vencer em até um ano evidencia também, a realidade quanto a maturidade do plano, tendo em vista o aumento de desembolsos previstos para atender as estimativas do crescente número de beneficiários em aposentadoria.

QUADRO 8. COMPOSIÇÃO DOS ATIVOS DE RENDA FIXA POR VENCIMENTO – 2016

Valores em R\$ mil

EXERCÍCIO 2016			
DESCRIÇÃO	Até 1 ano	de 1 a 5 anos	Mais de 5 anos
Dívida Pública Mobiliária Federal	5.088	18.370	353.724
NOTAS DO TESOUREO NACIONAL - NTN-B	5.088	18.370	343.288
NOTAS DO TESOUREO NACIONAL - NTN-F	-	-	10.436
Emissão ou Coobrigação de Instituições Autorizadas pelo BACEN	6.536	-	17.783
LETRAFINANCEIRA - LF	6.536	-	17.783
BANCO SAFRAS/A	-	-	17.783
BANCO BDMG S/A	6.536	-	-
Emissão de Companhias Abertas	-	-	17.678
DEBÊNTURES	-	-	17.678
CEMIG - GT	-	-	7.347
RODOMAS TIETÉ	-	-	10.331
Certificados de Recebíveis de Emissão de Companhias Securitizadoras	-	-	13.477
CRI	-	-	13.477
BRC SECURITIZADORA	-	-	2.982
INFRASEC SECURITIZADORA	-	-	10.495
Cédula de Produto Rural	452	-	-
CPR-F	452	-	-
USINAS ITAMARATI	452	-	-
TOTAL	12.076	18.370	402.661

QUADRO 9. COMPOSIÇÃO DOS ATIVOS DE RENDA FIXA POR VENCIMENTO – 2017

Valores em R\$ mil

EXERCÍCIO 2017			
DESCRIÇÃO	Até 1 ano	de 1 a 5 anos	Mais de 5 anos
Dívida Pública Mobiliária Federal	11.799	12.420	214.485
NOTAS DO TESOURO NACIONAL - NTN-B	-	12.420	214.485
LETRA FINANCEIRA DO TESOURO - LFT	11.799	-	-
Emissão de Companhias Abertas	-	4.507	-
DEBÊNTURES	-	4.507	-
CEMIG - GT	-	4.507	-
Securizadoras	-	1.523	6.831
CRI	-	1.523	6.831
BRC SECURITIZADORA	-	1.523	-
INFRASEC SECURITIZADORA	-	-	6.831
TOTAL	11.799	18.450	221.316

c) Fundos de Investimentos:

QUADRO 10. FUNDOS DE INVESTIMENTOS – 2016

Valores em R\$ mil

EXERCÍCIO 2016			
DESCRIÇÃO	SEM VENCIMENTO	VENCIMENTO - 2017	VENCIMENTO - 2022
Direitos Creditórios	-	-	7.352
ÁTICO FIDC - Gestor: ÁTICO	-	-	7.352
Multimercado	3.645	-	-
FIM - SAGA SNAKE - Gestor: SAGA	3.645	-	-
Ações	92.607	-	-
FIA SAGA SF (SAGA)	65.150	-	-
FIA MAPFRE SF - Gestor: MAPFRE	27.456	-	-
Participações	44.646	14.306	-
ENERGIAPCH JURUENA-Gestor: INFRA ASSET	44.646	-	-
GERAÇÃO DE ENERGIA - Gestor: ÁTICO	-	14.306	-
TOTAL	140.898	14.306	7.352

QUADRO 11. FUNDOS DE INVESTIMENTOS – 2017

Valores em R\$ mil

EXERCÍCIO 2017				
DESCRIÇÃO	SEM VENCIMENTO	Até 1 ano	de 1 a 5 anos	Mais de 5 anos
Direitos Creditórios	-	-	3.385	-
ÁTICO FIDC - Gestor: ÁTICO	-	-	3.385	-
Multimercado	7.376	-	-	-
FIM - SAGA SNAKE - Gestor: SAGA	7.376	-	-	-
Ações	65.939	-	-	-
FIA SAGA SF (SAGA)	44.236	-	-	-
FIA MAPFRE SF - Gestor: MAPFRE	21.703	-	-	-
Participações	24.474	-	-	-
ENERGIAPCH JURUENA-Gestor: INFRA ASSET	17.799	-	-	-
GERAÇÃO DE ENERGIA - Gestor: ÁTICO	6.675	-	-	-
TOTAL	97.789	-	3.385	-

d) Segmento de Renda Variável – AÇÕES:

Os Fundos de Investimento em Ações – FIA SAGA SF - É um Fundo com gestão da SAGA - Consultoria e Gestão de Investimentos Financeiros Ltda.; FIA MAPFRE SF - É um Fundo com gestão da MAPFRE - Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S/A. Ambos foram construídos com segregação das funções de custódia, administração e gestão, observando-se o fato de que as instituições participantes não fizessem parte dos mesmos grupos econômicos, em obediência a determinação do órgão fiscalizador (PREVIC), constante do Relatório de Fiscalização - RF N° 7/13/CFDF/PREVIC, de 13.09.2013. Para a consecução nos moldes definidos, a São Francisco contratou, e assim consta dos respectivos regulamentos, o Banco Itaú na figura de responsável pela custódia e, o BNY – Mellon como administrador. Os fundos foram constituídos sob a forma de condomínio aberto e com prazo indeterminado, com comunhão de recursos destinados à aplicação em títulos de valores mobiliários, admitidos pela legislação em vigor para classificá-los como fundos de ações, inclusive as Instruções nº 409/2004; 450/2007; 456/2007; 465/2008; 512/2011 e 522/2012 publicadas pela CVM, observando ainda, as limitações contidas nas Políticas de Investimentos dos planos. Os Fundos destinam-se especificamente a receber os investimentos, direta e indiretamente dos planos geridos e administrados pela Fundação São Francisco de Seguridade Social - SÃO FRANCISCO. Ficou ainda consignado nos regulamentos deles que o benchmark (referencial de rentabilidade a ser perseguido pela gestão do fundo) será o Índice IBrX-50.

QUADRO 12. FUNDOS DE INVESTIMENTOS EM AÇÕES – FIA

Valores em R\$ mil

ITENS	ATIVOS	INSTITUIÇÕES	2017	2016
1	FUNDO DE INVESTIMENTO EM AÇÕES - FIA/SAGA SF	SAGA - CONSULTORIA E GESTÃO DE INVESTIMENTOS	44.236	65.151
2	FUNDO DE INVESTIMENTO EM AÇÕES - FIA/MAPFRE SF	MAPFRE - DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VAL. MOB.	21.703	27.456
TOTAL			65.939	92.607

e) Segmento de Investimentos Estruturados:

Os investimentos no Segmento de Investimentos Estruturados, classificação criada somente a partir da edição da Resolução N° 3.792, de 24.09.2009 – CMN. Essa modalidade de investimento, por definição da norma aqui citada, deve abrigar os ativos com as seguintes características:

Art. 20. São classificados no Segmento Investimentos Estruturados:

I. As cotas de fundos de investimento em participações e as cotas de fundos de investimentos em cotas de fundos de investimento em participações;

II. As cotas de fundos de investimento em empresas emergentes;

III. As cotas de fundos de investimento imobiliário; e

IV. As cotas de fundos de investimento e as cotas de fundos de investimento em cotas de fundos de investimento classificados como multimercado cujos regulamentos observem exclusivamente a legislação estabelecida pela CVM, aplicando-se os limites, requisitos e condições estabelecidos a investidores que não sejam considerados qualificados, nos termos da regulamentação da CVM

QUADRO 13. FUNDOS DE INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS

Valores em R\$ mil

ITENS	ATIVOS	INSTITUIÇÕES	2017	2016
1	PARTICIPAÇÕES - FIP's		24.474	58.952
1.1	ENERGIAPCH FIP/JURUENA	GESTORA VINCI PARTNERS	17.799	44.646
1.2	ÁTICO GERAÇÃO DE ENERGIA - FIP	GESTORA ÁTICO - ASSET MANAGEMENT	6.675	14.306
3	MULTIMERCADO		7.376	3.645
3.1	SAGA - SNAKE - FIM	SAGA - CONSULTORIA E GESTÃO DE INVESTIMENTOS	7.376	3.645
TOTAL			31.850	62.597

f) Segmento de Investimentos Imobiliários:

O quadro abaixo evidencia a distribuição dos investimentos no Segmento de Imóveis ainda existentes na carteira:

QUADRO 14. SEGMENTO DE INVESTIMENTOS IMOBILIÁRIOS

Valores em R\$ mil

ITENS	CARTEIRA DE ALUGUÉIS E RENDA	2017	2016
1	VALOR DO IMÓVEL (2 + 3 + 4)	6.178	7.227
2	TERRENOS	2.844	1.456
3	CONSTRUÇÃO	3.619	6.074
4	(-) DEPRECIÇÃO	-285	-304

Valores em R\$ mil

ITENS	CARTEIRA DE ALUGUÉIS E RENDA FERNANDEZ	2017	2016
1	VALOR DO IMÓVEL (2 + 3)	5.296	7.531
2	TERRENOS	1.962	1.456
3	CONSTRUÇÃO	3.334	6.074

Observações:

O imóvel de propriedade da Fundação São Francisco (56 Salas do Empreendimento Ed. Fernandez Plaza – Salvador-BA), foi reavaliado pela empresa Instituto Urbano Métrica Pesquisa e Desenvolvimento de Projetos Ltda., com laudo de avaliação 6766/17, reconhecendo-se os seus efeitos na apuração dos resultados no respectivo exercício social. A reavaliação tem seus laudos datados de 24 de novembro de 2017, em conformidade com o art. 36 da Resolução CMN n° 3.792, de 24 de setembro de 2009. Os documentos apresentados pela empresa, referentes ao laudo emitido, obedecem às diretrizes fixadas pela ABNT, na NBR n° 14653, de 2004, tendo sido utilizado como critério de avaliação o “Método Comparativo”, visando apurar o “Valor de Mercado” de cada unidade.

Valores em R\$ mil

ITENS	CARTEIRA DE ALUGUÉIS E RENDA SÃO CRISTOVÃO	2017
1	VALOR DO IMÓVEL (2)	882
2	TERRENOS	882

Observações:

Destaca-se que no mês de junho de 2017, foi processado o ingresso do imóvel na carteira do Plano de Benefício I, localizado na Rua São Cristóvão nº 950, cidade do Rio de Janeiro/RJ, adjudicado, como resultado da hasta pública sem arrematante. Havia na carteira do plano, provisão para perdas com investimento representadas pelas Cédulas de Crédito Imobiliário - CCI de emissão da M. Brasil Empreendimentos, Marketing e Negócios Ltda, tais cédulas contavam com Garantias Fiduciárias representadas por imóveis, sendo um deles o acima descrito. Em batalha processual travada na comarca do Rio de Janeiro, o deslinde da ação culminou no mês de junho, quando depois dos leilões disciplinados pelo código civil, onde não apareceram 3º interessados, só restou às entidades, entre elas a Fundação São Francisco, proceder a adjudicação do bem visando algum ressarcimento da perda. Importante salientar que no todo o processo ainda não findou, as fundações credoras ainda devem levar a leilão mais dois imóveis, tão logo liberados pela justiça daquele estado.

A participação da São Francisco, em função dos Planos de Benefícios I e III, o plano Codeprev ainda não existia na época em que se deu a aquisição dos citados títulos, corresponde a 17,59% do total dos créditos representados pelas CCI's, logo, esse percentual é o correspondente a parte que cabe a fundação sobre o imóvel.

O montante dos créditos representados pela CCI foi apurado pelo agente fiduciário da emissão em R\$ 64,5 milhões, portanto, a cota parte dos planos correspondia a R\$ 11,3 milhões. A dívida existente até o momento reside no valor atual do bem, cuja impossibilidade de ser avaliado reside no fato de as entidades não possuírem a posse do bem. A propriedade já se encontra devidamente escriturada em nome dos credores com o competente registro no Cartório de Registro de imóveis, assim sendo a tradição já ocorreu. A Fundação São Francisco por determinação do Conselho Fiscal e de seu AETO, estabeleceram como sendo o preço mais apropriado para o custo do bem o valor constante do carnê do IPTU. Isso tendo em vista não se poder atender, no formato definido na IN 34/2009 – CGPC, anexo A, Inciso 19, letra J, o valor justo. A base de cálculo para apuração do valor do citado imposto, como consta do carnê é de R\$ 8.388.610,00, apurando-se os 17,59% desse valor chega-se a R\$ 1.475.556,50, valor adotado como custo do bem. Diante desse procedimento, até que seja apurado o valor justo do imóvel, a situação da recuperação parcial das perdas com a CCI fica assim apresentada, olhando-se somente a parte relativa aos 17,59% da participação dos planos I e III da São Francisco: valor de quitação apurado dos créditos em R\$ 11,3 milhões; valor de custo admitido atualmente para o bem em R\$ 1,475 milhões; perda provável, em relação a parte da dívida quitada, sem ainda a avaliação do bem a preço justo corresponde a R\$ 9,896 milhões.

Importante ressaltar que o resultado do exercício depois de cotejado todos os eventos relatados, foi impactado positivamente em R\$ 1.475 milhões, distribuídos entre os planos na razão da cisão, 40,2368%. A prática adotada teve como fundamento o procedimento melhor, visando não superavaliar nem subavaliar as receitas, mas, encontrar o seu valor mais próximo ao justo. Prudência e neutralidade foram os conceitos mais buscados, respeitando o reconhecimento do Princípio da Competência, para que o plano BD pudesse transferir também, o valor justo para o plano III, em face da operação de Saldamento. Isso foi possível tendo em vista que mesmo as provisões para perda existente no primeiro sofrassem o rateio no momento da cisão nos mesmos 40,2368%.

g) Segmento de Operações C/ Participantes:

Distribuição dos investimentos no Segmento de Operações C/ Participantes ("Empréstimos"):



QUADRO 15. SEGMENTO DE OPERAÇÕES C/ PARTICIPANTES

Valores em R\$ mil

ITENS	CARTEIRA DE EMPRÉSTIMOS	2017	2016
1	VALOR DA CARTEIRA (2 + 3)	3.503	7.823
2	ADIMPLENTES	3.503	5.227
3	INADIMPLENTES	-	2.595
4	(-) PROMSÃO PARA PERDA	-184	-3.043
LIQUIDO DA CARTEIRA (1 + 4)		3.319	4.780

h) Provisões para Perda:

Diante da inadimplência de emissores estão constituídas provisões para perda em estrita observação à legislação vigente, conforme demonstra-se no quadro a seguir. Esclarece-se por oportuno que, o resultado produzido pelos investimentos e consignados como patrimônio social estão líquidos das referidas provisões, portanto, seu impacto já está consignado como resultado dos exercícios em que ocorreram.

QUADRO 16. PROVISÕES PARA PERDA

Valores em R\$ mil

ITENS	DATA	ATMOS	INSTITUIÇÕES	VALOR PROVISIONADO	
				2017	2016
1	01/09/2009	DEBÊNTURES	ULBRA RECEBÍVEIS S/A	3.005	5.029
2	01/06/2011	CÉDULAS DE CRÉDITO IMOBILIÁRIO - CCI's	M.BRASIL - EMPREEND. MARKETING E NEGÓCIOS LTDA	6.821	13.214
3	30/06/2011	CDB's / PÔS-FIXADOS	BANCO MORADAS/A	1.673	2.800
4	SPC nº 34 de 24/09/2009	EMPRÉSTIMOS P/ PARTICIPANTES	FUNDAÇÃO SÃO FRANCISCO DE SEGURIDADE SOCIAL-SF	184	3.043
TOTAL				11.683	24.087

As provisões para perdas sobre a carteira de empréstimos são calculadas segundo a Instrução SPC nº 34 de 24/09/2009, Anexo A, II Procedimentos Operacionais, item 11:

11. Na constituição da provisão referente aos direitos creditórios de liquidação duvidosa devem ser adotados os seguintes percentuais sobre os valores dos créditos vencidos e vincendos:

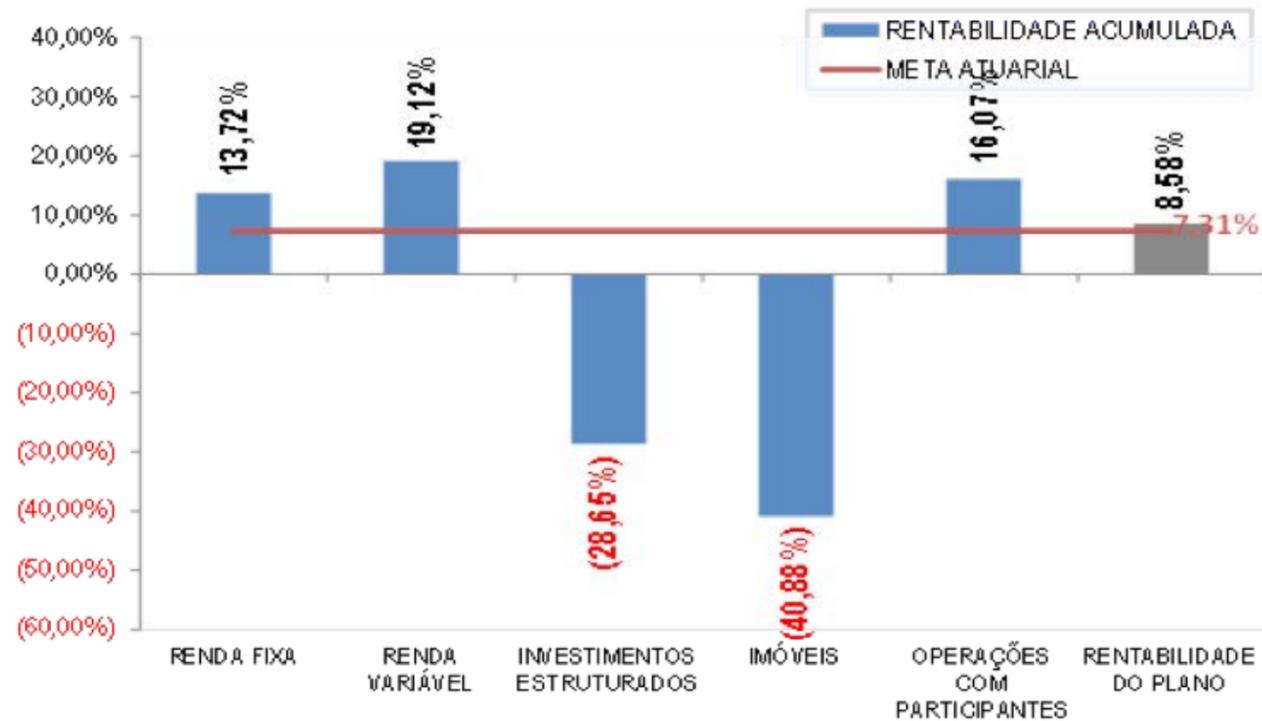
- a. 25% (vinte e cinco por cento) para atrasos entre 61 (sessenta e um) e 120 (cento e vinte) dias;
- b. 50% (cinquenta por cento) para atrasos entre 121 (cento e vinte e um) e 240 (duzentos e quarenta) dias;
- c. 75% (setenta e cinco por cento) para atrasos entre 241 (duzentos e quarenta e um) e 360 (trezentos e sessenta) dias; e
- d. 100% (cem por cento) para atrasos superiores a 360 (trezentos e sessenta) dias.

A administração da entidade possui entendimento de que os registros das provisões são um ato de prudência e conservadorismo, entretanto, dado que as reservas de poupança são consignadas como garantia aos mútuos concedidos, o plano se tiver alguma perda ela será em monta muito menor do que os valores provisionados. Numa análise com um pouco mais de acuidade fica evidente duas possibilidades na perda do vínculo empregatício: - i) resgate da reserva: - na oportunidade faz-se o confronto de conta entre os haveres e o saldo devedor do mutuo, entregando-se a sobra ao ex-participante; - ii) entrada em gozo de benefício: - nesse caso, as prestações do mutuo descontadas na folha da patrocinadora passarão a ser descontadas na folha de benefício. Como se observa o saldo devedor terminará por ser liquidado, sem produzir qualquer perda para os investimentos do plano.

i) Rentabilidade em 2017:

Com base no Fluxo dos Investimentos, a Rentabilidade do Plano I/BD relativa ao exercício de 2017 foi de 8,58%, contra 13,47% alcançada em 2016. Já a Meta Atuarial equivalente a INPC + 5,26 % a.a., para o exercício de 2017, ficou em 7,31% - contra 13,30% em 2016. Evidencia-se que no exercício de 2017 os investimentos superaram a meta atuarial em 1,27 pontos-base.

GRÁFICO 44. RENTABILIDADE EM 2017



3.3.1.2 Composição do Passivo

3.3.1.2.1 Gestão Previdencial

Corresponde aos fatos inerentes à atividade previdencial, pagamentos de benefícios e resgates de reserva, estando composta dos seguintes registros:

- Retenções a Recolher (IR S/Benefícios) – R\$ 337 mil;
- Seguro de Vida – Folha de Benefício – R\$ 37 mil
- Contribuição para Custeio do PGA – R\$ 2 mil;
- Credores Diversos de Benefícios – R\$ 20.689 mil.

Os IR S/Benefícios tiveram como base de cálculo os benefícios pagos dentro do mês de

Dezembro/2017, que por determinação legal, devem ser recolhidos (repassados a Receita Federal) no mês de janeiro/2018.

O seguro de vida referente à folha de benefícios refere-se à consignação em folha, cujos montantes são posteriormente transferidos para os gestores das apólices. Respeitando o princípio da competência, com a liquidação junto aos gestores ocorrendo no início do mês subsequente.

As contribuições p/Custeio são representadas pela taxa de carregamento, atualmente em 10% das contribuições vertidas para o Plano de Benefícios (definido no plano de custeio pelo atuário), liquidados no mês de janeiro/2018.

Na conta de Credores Diversos de Benefícios foi provisionado o valor de R\$ 20.689 mil referente às reservas de poupança dos ex-participantes do Plano de Benefícios I que ainda não efetuaram o resgate, conforme relatório emitido pelo Gerente de Benefícios.

3.3.1.2.2 Gestão de Investimentos

- Investimentos Imobiliários – R\$ 21 mil;
- Custeio Administrativo dos Investimentos – R\$ 131 mil;

Merece destaque o montante de R\$ 131 mil que corresponde à provisão para a cobertura do custeio dos investimentos (Taxa de administração) a ser pago pelo Plano de Benefício. O montante apurado com base nos gastos incorridos na gestão administrativa dos investimentos, apropriado no mês dezembro/2017 e liquidado em janeiro/2018.

3.3.1.2.3 Exigível Contingencial

O valor de R\$ 605 mil representa o montante de demandas ajuizadas. Para a maioria delas foram realizados depósitos judiciais registrados no ativo, à conta de depósitos judiciais, em respeito às definições legais.

3.3.1.2.4 Patrimônio Social

Representado pela soma das reservas registradas nos planos de Benefício Definido e Contribuição Definida tendo sua formação composta conforme a seguir:

a) Provisões Atuariais

Conforme determina a Lei nº 109, de 29 de maio de 2001, que dispõe sobre o regime de previdência complementar, as avaliações das reservas matemáticas devem ser realizadas a cada exercício social. Neste sentido as reservas matemáticas do Plano foram avaliadas em 31/12/2017, e os valores devidamente registrados no balanço são os encontrados como resultado da aplicação das premissas atuariais, definidas pelo atuário externo em estudo técnico de adequação. Esclarece-se ainda que os elementos estatístico-financeiros empregados foram devidamente avaliados pelas instâncias de governança da entidade: - Conselho Deliberativo e a Diretoria Executiva aprovaram o estudo técnico de adequação; o Conselho Fiscal emitiu parecer sobre a adequação; tudo em conformidade com os dispositivos normativos vigentes.

O cálculo atuarial leva em consideração fatores biométricos da massa – expectativa de vida e composição familiar, e fatores econômicos - crescimento real de salários, rotatividade (desligamento do Plano de Benefícios) e taxa de inflação. Nos cálculos desenvolvidos tendo por base as hipóteses aprovadas no estudo de adequação destacam-se as Reservas de Benefícios Concedidos (reservas já constituídas relativas ao valor presente dos desembolsos futuros com benefícios já em gozo) e a Reserva de Benefícios a Conceder (valor presente gerado pelo fluxo dos valores de benefícios a serem pagos deduzidos das contribuições a receber dos participantes, atualmente ativos, empregados nas patrocinadoras). Em síntese pode-se definir o total das reservas como sendo o valor presente dos compromissos futuros.

Alterações na composição de dados biométricos impactam mais ou menos fortemente o resultado da avaliação e fica claramente identificado que se trata de dados apurados "ex-post", ou seja, depois de observados. O atuário elabora o plano de custeio, por estimativa, mas, somente ao final de cada exercício social, coteja o que foi previsto com o que se obteve de concreto, daí as divergências são ajustadas e devidamente identificadas em cada avaliação processada. São variáveis absolutamente livres, fora de controle, ao longo do exercício social, e as suas divergências em relação ao observado versus o estimado são consideradas como fatos estruturais a impactar o plano.

Em dezembro de 2017 o atuário reavaliou as reservas de benefícios concedidos e a conceder, as quais perfazem respectivamente R\$ 352.753 mil e R\$ 2.161 mil, como sendo os montantes necessários para cobrirem as obrigações do plano para com seus participantes.

Cabe relatar que a taxa de juros real do Plano I, utilizada para a avaliação atuarial de

31/12/2017 de 4,90% a.a., teve sua aderência confirmada por meio de estudo técnico preconizado na Instrução Previc nº 23, de 26 de junho de 2015.

Destaque-se que a contabilidade tem somente a obrigação de proceder ao registro, depois de as reservas terem sido devidamente aprovadas pelos órgãos de governança da entidade, como define os diplomas normativos. Nesse contexto, estão a cargo do atuário as necessárias explicações dos fenômenos que produziram o resultado, como estampa o conteúdo do Anexo I, parte integrante destas NOTAS EXPLICATIVAS, de responsabilidade do escritório Jessé Montello – Serviços Técnicos em Atuária e Economia Ltda., atuário externo elaborador das avaliações atuariais do Plano de Benefícios I signatário da mesma.

b) Equilíbrio Técnico

O resultado do exercício de 2017 foi à formação de um déficit de R\$ 14.386 mil. O qual foi encontrado devido a vários fatores como consta das Demonstrações Atuariais - DA. Sem descer a detalhes, que podem ser obtidos na competente explicação contida no DA, refere-se o comentário contido como fato relevante adiante descrito, mais, a redução da taxa real de juros empregada para desconto do fluxo atuarial.

3.3.1.2.5 Fundos

a) Previdencial:

Por se tratar de plano na modalidade benefício definido e não constar em seu plano de custeio a existência de fundos da natureza especificada, não há qualquer registro contábil.

b) Administrativo:

A existência de Fundo Administrativo no plano identifica que ao longo da vida do mesmo, a contribuição para o custeio administrativo acrescidas de remuneração provocadas pela aplicação dos recursos deduzida dos gastos administrativos incorridos na gestão do plano apresentou sobras. A sua formação é vital para que ao cessarem as contribuições ao plano, cessando as contribuições para a gestão administrativa, a entidade possua recursos para manter as atividades funcionando até o falecimento do último participante, sem que os seus agora somente assistidos sofram processo de descontinuidade na percepção dos seus benefícios, ou seja, impactados por custos que possam reduzir o valor de seus benefícios.

O Fundo Administrativo foi constituído pelo saldo apurado cotejando-se as receitas com os gastos administrativos. A técnica tem respaldo na Resolução CNPC nº 8, de 31 de outubro de 2011 e, no exercício, fechou com R\$ 8.345 mil.

É importante destacar que esse registro no ativo do Plano confere-lhe tratamento semelhante ao lançamento advindo do resultado da equivalência patrimonial existente nas empresas detentoras de parte do capital de outra empresa. O resultado apresentado é a parte que coube ao plano, originado do resultado do PGA.

Deve-se ressaltar, ainda, que o saldo apurado do fundo está composto pelo saldo remanescente do permanente, apurados pelo encontro do custo de aquisição menos as depreciações acumuladas, mais os valores investidos nos mercados financeiros e de capitais pelo próprio PGA.

c) Investimento:

O Fundo de Investimento possui a finalidade de quitar os saldos devedores dos empréstimos na eventualidade do falecimento de mutuário. Trata-se, em última análise, de um seguro constituído para cobrir o infortúnio. Os recursos para a formação desse Fundo são provenientes única e exclusivamente por sobrecarga imposta aos participantes mutuários, não tendo, portanto, fonte previdencial. O saldo atual perfaz R\$ 1.846 mil e está convenientemente adequada à frequência e impacto esperados, segundo aprecia a área de investimento da fundação.

3.3.2 Fato Relevante 1:

No Exigível Operacional o valor registrado de R\$ 20.689 mil consiste em “Valores a Restituir” a participantes que cancelaram a inscrição no plano e mantiveram o seu vínculo empregatício junto às patrocinadoras, conforme estabelece a RESOLUÇÃO MPS/CGPC Nº 06, DE 30 DE OUTUBRO DE 2003, em ser art. 22. A área responsável pelas atividades de seguridade é a responsável por emitir relatório no qual estão registrados os valores atualizados para 31/12/2017, conforme as regras ditadas pelo regulamento do plano.

Há, tramitando na justiça, 19 processos onde ex-participantes que ainda mantêm vínculo empregatício com a Patrocinadora CODEVASF, pleiteiam o resgate de valores referentes ao saldo de poupança resgatável, são eles:

- (2011.56.001502);
- (2011.56.501781);
- (2011.56.501771);
- (2012.75.000767);
- (2011.56.501333);
- (2013.07.1.029577-7);
- (2012.75.000768);
- (2012.75.000769);
- (2011.56.501334);
- (2012.75.000766);
- (2011.56.501336);
- (2012.56.000260);
- (2012.75.000774);
- (2012.75.000593);
- (2011.56.001969);
- (2011.56.001510);
- (2016.01.10381258);
- (2016.01.10451615);
- (2016.01.10381313).

A defesa da Fundação São Francisco nesses processos encontra-se internalizada sob o patrocínio da advogada empregada da entidade e, até o momento, foi condenada a liberar o saldo de poupança de apenas uma ex-participante, sendo que em todos os demais processos, as sentenças 1ª instância foram favoráveis à São Francisco e esses encontram-se em grau de recursos. Nos casos da espécie já existe consenso junto aos tribunais, na qual reza o entendimento de que o código de defesa do consumidor não se aplica nas relações entre os participantes e suas entidades de previdência complementar, ou ainda o disciplinamento de que as reservas de poupança só devem ser restituídas aos participantes quando ocorre a perda do seu vínculo empregatício junto à patrocinadora do plano de benefícios.

Ressalte-se que os valores pleiteados em juízo pelos ex-participantes encontram-se provisionados, não havendo, assim, impacto no resultado do passivo em caso de a Fundação ser condenada.

3.3.3 Fato Relevante 2:

ALTERAÇÃO DEVIDO A RECLASSIFICAÇÃO DE RATING DE DEBENTURE

Seguindo os ditames da RESOLUÇÃO CGPC Nº 04, de 30 de janeiro de 2002, em seu artigo 5º, inciso II: "Para o caso de título e valor mobiliário classificado na categoria títulos mantidos até o vencimento..."; "Caso seja verificada pela entidade fechada de previdência complementar, com base em classificação efetuada por agência classificadora de risco em funcionamento no País, alteração no risco do título e valor mobiliário de baixo risco para médio ou alto risco de crédito, deverá ocorrer imediata transferência da categoria títulos mantidos até o vencimento para a categoria títulos para negociação..."; em 19/05/2017, depois de constatar a redução do rating atribuído as debêntures da Concessionária Rodovia Tietê pela agência MOODY'S (nota: Caa1/B3.br – Papéis de fraca condição), o ativo foi retirado da classificação de mercado a vencimento para mercado a mercado em 08/06/2017.

Nessa condição a Diretoria de Finanças passou a acompanhar a sua negociação no mercado. Ocorre que a emissora declinou em diversos periódicos, de forma peremptória, que sua situação era tal que ou o mercado aceitava as novas condições, estipuladas por ela, para repactuação das condições de resgate das debentures, ou não haveria como honrar os compromissos assumidos. Analisada as condições postas à mesa, restou identificado que elas não atenderiam as necessidades do plano, primeiro pela dilação do prazo, segundo pela redução da taxa. Não era cabível, no entendimento exarado na reunião do Comitê de Investimento da Fundação, um emissor com maior risco de crédito exigir taxa de juros remuneratórios mais baixos para prazo maior, um verdadeiro contrassenso.

O Comitê de Investimento deliberou, então, a venda do ativo no mercado secundário, caso e se houvesse comprador, o que a essa altura se mostrava bastante improvável. Entretanto, em 06/09/2017 a entidade recebeu proposta para a aquisição integral do lote do papel, sendo dessa forma procedida a venda. Com isso o risco total do portfólio foi reduzido e a vulnerabilidade de perda, quanto ao principal investido, foi definitivamente afastada.

3.3.4 Fato Relevante 3:

REAVALIAÇÃO DOS IMÓVEIS:

Na sucessão de fatos coincidentes, os imóveis deveriam ser reavaliados no exercício de 2017, uma vez que a legislação define que assim se proceda a cada 3 anos, no máximo, prazo esse adotado pela entidade desde a existência dos imóveis na carteira do plano. No entanto, a Diretoria Executiva e o Comitê de Investimento deliberaram que a sua ocorrência se desse na mesma data em que se faria a cisão dos ativos do Plano, o que de fato ocorreu.



Com laudos elaborados pela Urbanométrica Estudos Patrimoniais e de Mercado Ltda., tendo o CNPJ nº 32.085.334/0001-00, apresentou tanto as avaliações dos imóveis sediados em Salvador quanto em Brasília. Neste plano estavam 56 salas do Ed. Fernandez, N° 1901 a 1914; 2001 a 2014; 2010 a 2114; 2201 a 2214; situado a Av. Antonio Carlos Magalhães nº 2487, Brotas – Salvador/BA. As unidades citadas não foram identificadas a que plano deveriam pertencer, uma vez que isso poderia beneficiar a um plano em detrimento do outro quando da cisão dos ativos deste plano para gerar os ativos do Plano de Benefícios III (Saldado). Identificado o problema que poderia surgir, a Diretoria Executiva e o Comitê de investimento deliberaram que fosse mantido o controle unificado do bem, na forma como já ocorria antes da cisão e, em face do percentual encontrado pelos atuários sobre as reservas (40,236821), este se constituiria como fator de cisão aplicado sobre a carteira e eventos inerentes a ela, destinando aos planos os quinhões que cabem a cada um.

3.3.5 Fato Relevante 4:

ALTERAÇÃO NA PRECIFICAÇÃO DE TODAS AS NTN's – B PARA “A MERCADO”:

Tendo por base os disciplinamentos definidos na RESOLUÇÃO CGPC Nº 04, de 30 de janeiro de 2002, em seu artigo 6º, § 2º, in verbis: - “A reavaliação quanto à classificação dos títulos e valores mobiliários, de acordo com os critérios previstos no art. 1º desta Resolução, somente poderá ser efetuada por ocasião da elaboração dos balanços anuais.”; “A transferência da categoria títulos mantidos até o vencimento para a categoria títulos para negociação somente poderá ocorrer por motivo isolado, não usual, não recorrente e não previsto, ocorrido após a data da classificação, de modo a não descaracterizar a intenção evidenciada pela entidade fechada de previdência complementar quando da classificação nesta categoria.”; a Diretoria Executiva e o Comitê de Investimento deliberaram por alterar a marcação de preço de toda a carteira de NTN-B do Plano de Benefício I – BD para títulos marcados a “Mercado”. A decisão foi implementada ainda no curso do mês de novembro de 2017.

Essa tomada de decisão visou proteger todos os participantes desse plano, no sentido de que a transferência de recursos dele para o Plano de Benefício II – Codeprev, relativamente às reservas de poupança dos ex-participantes, já inscritos, ou optantes no curso do processo de Saldamento, ocorresse sem impacto na riqueza acumulada enquanto participantes do plano BD, nem mesmo permitir que os optantes levassem parcela maior do que aquela a que tinham direito. Dessa mesma forma, os participantes optantes por ingressarem no Plano de Benefícios III (Saldado), ao se proceder a cisão do Plano I (BD), não deixariam nem levariam ativos em valor superior àqueles que lhes cabiam.

Precificados os ativos a mercado, restava então, depois de procedida todas as etapas do processo de Saldamento, a cisão dos títulos existentes no Plano I (BD). Primeiramente transferiu-se o valor de ativos proporcional às reservas de poupança dos ex-participantes em relação a carteira de NTN-B, respeitando o registro existente lote a lote. Na sequência o saldo remanescente das NTN's-B e os demais ativos foram fracionados na razão da reserva matemática apurada pelos atuários, relativamente aos participantes optantes por ingressar no Plano de Benefício Saldado.

Como evento subsequente, que somente ocorrerá em 2018, diante da exiguidade do tempo para se obter o resultado do estudo adiante apontado e poder implementá-lo, serão identificados os ativos que devem atender a necessidade futura de desembolsos do fluxo do passivo, o denominado estudo de ALM – Asset Liability Management, por isso alguns dos títulos serão novamente precificados a vencimento. Todo o trabalho está a cargo da I9ADVISORY CONSULTORIA FINANCEIRA LTDA, CNPJ nº 23.828.090/0001-09, já contratada e com os trabalhos em desenvolvimento em 31/12/2017.

Esclarece-se por oportuno que a marcação de títulos a vencimento terminou por ocorrer em fevereiro de 2018, restando assim distribuído:

As taxas consignadas no quadro acima estampam o “preço indicativo” apresentado pela ANBIMA - Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais, através do quadro Mercado Secundário de Títulos Públicos - Taxas Médias, disponível em seu Site na internet, para a data da marcação.

Os efeitos da precificação a “Vencimento” para “Mercado”, bem assim, o retorno a vencimento, impactam os exercícios em que ocorreram. Por isso, no resultado do plano em 2017 o efeito da marcação a mercado segundo o mesmo dispositivo da entidade acima referenciada, estão representadas no balanço desse exercício. O retorno à marcação a vencimento estará compondo o desempenho do exercício de 2018, tendo em vista que somente ocorrerá em fevereiro/2018.

Ressalto que em virtude da Cisão do Plano de Benefício I (BD), com o Plano de Benefício III (Saldado), o comparativo com o ano de 2016 ficou comprometido.

QUADRO 17. DEMONSTRAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO

Valores em R\$ mil

DESCRIÇÃO	Exercícios		Variação (%)
	2017	2016	
1. Ativos	371.696	606.725	(38,74)
Disponível	60	5	1.228,80
Recebível	9.012	16.313	(44,76)
Investimento	362.624	590.407	(38,58)
Títulos Públicos	238.704	377.181	(36,71)
Créditos Privados e Depósitos	12.861	38.142	(66,28)
Fundos de Investimento	101.175	162.555	(37,76)
Investimentos Imobiliários	6.259	7.268	(13,89)
Empréstimos e Financiamentos	3.319	4.780	(30,57)
Depos. Jud. Recursais	307	480	(36,08)
2. Obrigações	21.829	43.564	(49,89)
Operacional	21.224	42.797	(50,41)
Contingencial	606	767	(21,04)
3. Fundos não Previdenciais	9.338	15.111	(38,20)
Fundos Administrativos	8.346	13.264	(37,08)
Fundos dos Investimentos	992	1.846	(46,27)
4. Ativo Líquido (1-2-3)	340.529	548.050	(37,87)
Provisões Matemáticas	354.915	571.836	(37,93)
Superávit/Déficit Técnico	(14.386)	(23.786)	(39,52)
5. Apuração do Equilíbrio Técnico Ajustado	-	651,17	(100,00)
a) Equilíbrio Técnico	-	(23.786)	(100,00)
b) (+/-) Ajuste de Precificação	-	24.437	(100,00)
c) (+/-) Equilíbrio Técnico Ajustado = (a+b)	-	651	(100,00)

4. plano de Benefícios II CodePrev



4.1 PREVIDENCIAL

GRÁFICO 45. SOCIAL



O aumento de inscrições no Codeprev deve-se, principalmente, ao processo de saldamento do Plano de Benefícios I, ocorrido no 4º trimestre.

GRÁFICO 46. CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS X PARTICIPANTES – EM MIL REAIS

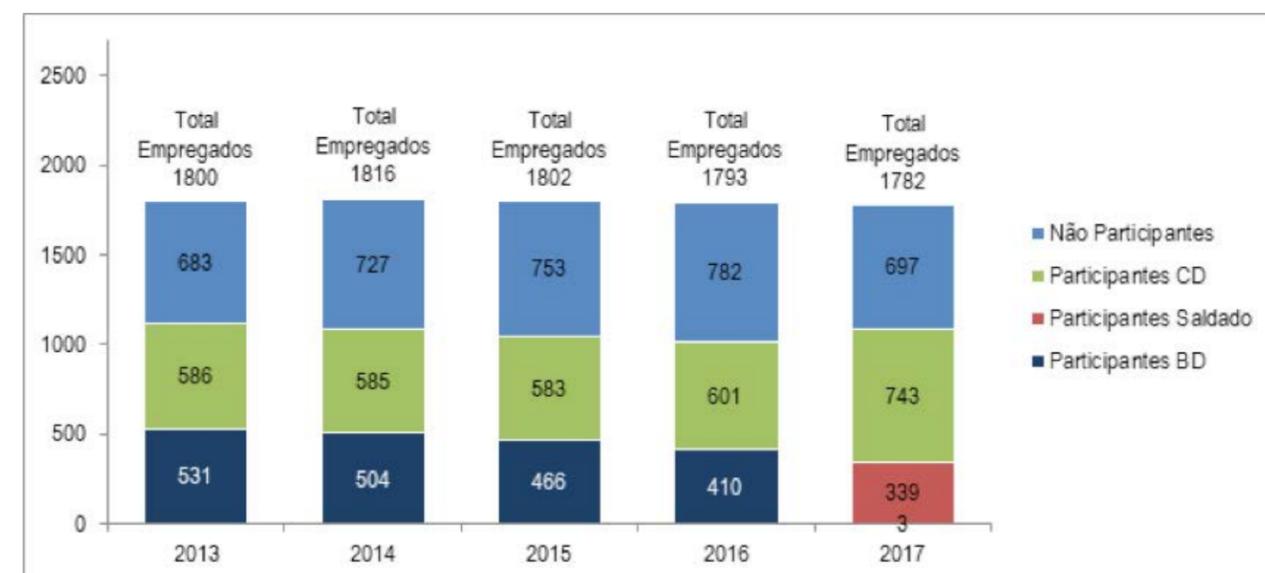


87 participantes do Codeprev contribuem com percentuais acima do limite de contribuição da patrocinadora que é de 8%. O aumento das contribuições no 4º trimestre deve-se ao ingresso de participantes que aderiram ao processo de Saldamento e da transferência de reserva de poupança, pendente de exercício de direito, dos ex-participantes do Plano de Benefícios I, no total de R\$ 36.146.298,24.

4.1.1 DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS E INSTITUTOS (CODEPREV)

No exercício de 2017 foi gasto com Resgate de Contribuições e Benefício de Incapacidade para o Trabalho um total de R\$ 55.028,31 e R\$ 7.059,78, respectivamente.

GRÁFICO 47. ADESÃO



Para o Plano CD foi considerado apenas os participantes que não estão inscritos, também, no Plano Saldado. Dos 339 participantes do Plano Saldado, 265 se inscreveram no Plano Codeprev, totalizando 1.008 inscritos neste Plano.

4.2 INVESTIMENTO

A estrutura atual dos investimentos do Plano de Benefícios II - Codeprev está concentrada nos Segmentos de Renda Fixa, Renda Variável e Investimentos Estruturados, esse último somente com recursos em trânsito para liquidez do Plano. Assim, no encerramento do 4º Trimestre de 2017, as alocações estavam em conformidade com os limites da sua Política de Investimento 2017/2021, aprovada pelo Conselho Deliberativo.

Seu valor total em 31.12.2017 de R\$ 91.184.479,52 contra R\$ 36.781.896,73 em 31.12.2016, registra um crescimento nominal no período de 147,91%. O crescimento acentuado observado no total dos ativos do Plano, prendeu-se, além da gestão tática implementada pela Diretoria de Finanças, somaram-se R\$ 35,5 milhões, relativos à adesão voluntária ao Codeprev dos participantes que no passado deligaram do Plano BD e mantiveram vínculo com a Patrocinadora e os Participantes já do Codeprev que, tendo reservas no Plano BD optaram por transferi-las para o Codeprev, nas condições previstas e autorizadas no processo de Saldamento aprovada pela Portaria Nº 929, de 25 de setembro de 2017, da Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC. Ademais, os ativos encontram-se ainda muito impactado pela entrada de recursos das contribuições, dado que elas apresentam, em valores relativos sobre o total acumulado, percentual elevado, podendo ser observada nos gráficos e tabelas a seguir:

4.2.1 Performance do CODEPREV - Descontada da Taxa Indicativa - 2014 a 2017

O Gráfico abaixo identifica o desempenho dos investimentos acumulados do CODEPREV acima da Taxa Indicativa (INPC+3,30% a.a.). As variações foram obtidas dos registros constantes do Demonstrativo Atuarial - DA, portanto, foram apuradas pelo Atuário no período de 2014 a 2017. Fica evidente que nos quatro anos de existência do Plano a rentabilidade mantém-se acima da Taxa Indicativa. Os resultados favoráveis observados no período de 2014 a 2017 são frutos da gestão proativa da Diretoria Executiva, aliada às operações estratégicas traçadas no âmbito do Comitê Estratégico de Investimentos - CEI.

Assim sendo, pode-se afirmar que, inexistência de problemas no Plano, aliada ao seu baixo tempo de existência, se deve, exclusivamente, às suas condições "Estruturais" robustas. Essa identificação permitiu ao Comitê Estratégico de Investimentos-CEI manterem os processos estratégicos de médio e longo prazo sem alteração em sua estrutura de alocação. A

racionalidade das estratégias conservadoras adotadas seguiu guiada pelo entendimento de que o objetivo dos investimentos do plano não poderia se pautar na busca de máximas rendas, mas, tendo a meta como padrão de desempenho adequado, alocar os recursos visando à segurança antes da rentabilidade.

GRÁFICO 48. DESEMPENHO ACUMULADO ACIMA DA TAXA INDICATIVA

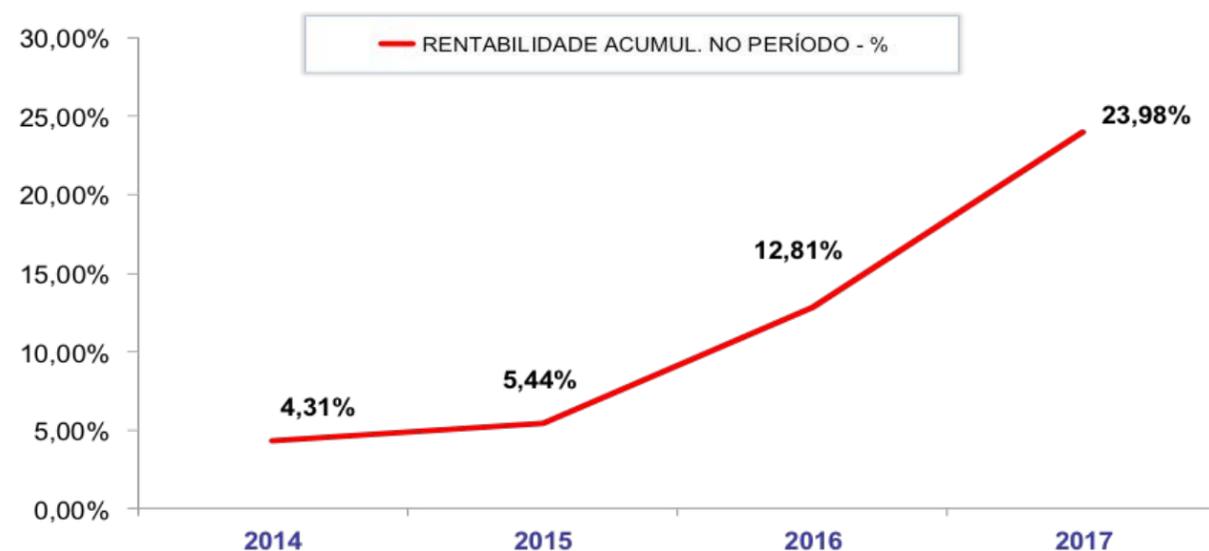


TABELA 16. EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO X RENTABILIDADE – ACUMULADA

EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO DE COBERTURA DO PLANO x RENTABILIDADE DO CODEPREV - DEZ/2013 a DEZ/2017 -								
ANO	PATRIMÔNIO DE COBERTURA DO PLANO - R\$	VALOR DA COTA - R\$ -	RENTAB.NOMINAL LÍQUIDA DO PLANO - ANUAL - %	TAXA INDICATIVA DO PLANO - ANUAL - %	RENTAB. REAL DO PLANO - %	JUROS REAIS INDICATIVA DO PLANO - %	RENTAB. ACIMA DA TAXA INDICATIVA - ACUM. ANO - (2/4) - %	RENTAB. ACIMA DA TAXA INDICATIVA ACUMULADA NO PERÍODO - %
2013	1.456.461	1,011179	1,13%	1,01%	0,41%	0,29%	0,12%	0,12%
2014	9.410.607	1,143162	14,55%	9,95%	7,83%	3,50%	4,18%	4,31%
2015	20.201.937	1,315641	16,42%	15,17%	4,62%	3,50%	1,09%	5,44%
2016	34.288.058	1,538242	18,02%	10,31%	10,73%	3,50%	6,99%	12,81%
2017	88.244.907	1,746768	16,10%	5,64%	13,75%	3,50%	9,90%	23,98%

4.2.2 Enquadramento – Política de Investimento

A estrutura de investimento vista pelas alocações nos Segmentos de Renda Fixa, Renda Variável e Investimentos Estruturados, encontrava-se no encerramento do 4º Trimestre de 2017, em conformidade com os limites estabelecidos na Política de Investimento 2017/2021, aprovada pelo Conselho Deliberativo.

GRÁFICO 49. ENQUADRAMENTO POR SEGMENTO

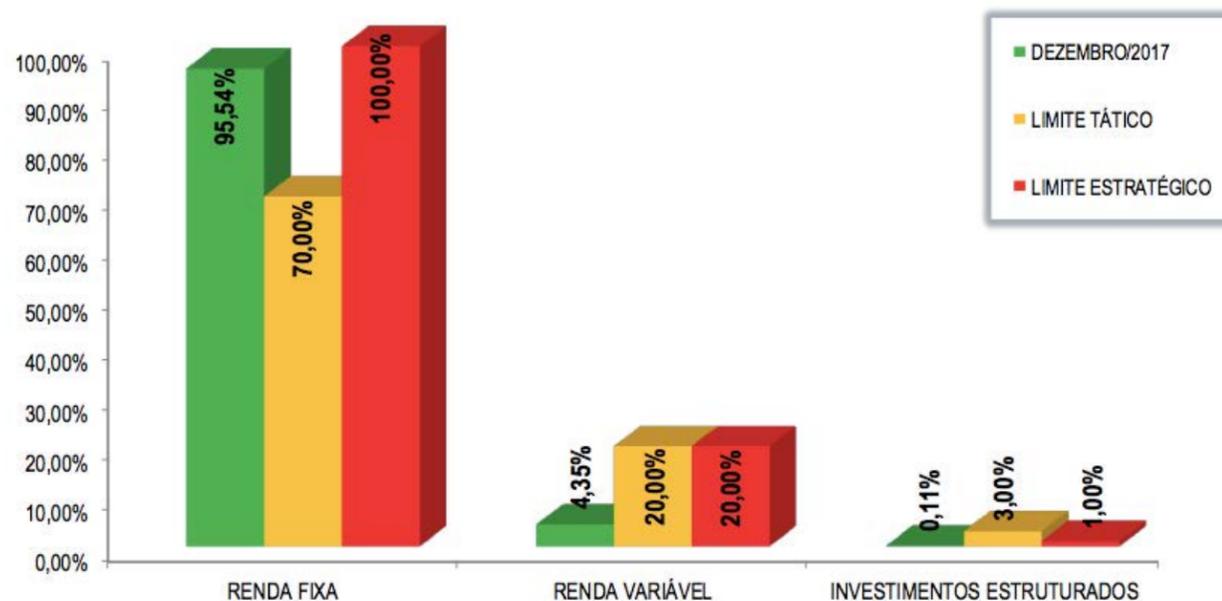


TABELA 17. ENQUADRAMENTO LEGAL

SEGMENTOS DE APLICAÇÃO	2016		DEZEMBRO/2017		POLÍTICA DE INVESTIMENTOS		LIMITE LEGAL
	VALOR (R\$)	% DE ALOCAÇÃO	VALOR (R\$)	% DE ALOCAÇÃO	LIMITE TÁTICO	LIMITE ESTRATÉGICO	RESOLUÇÃO Nº 3.792 - CMN
RENDA FIXA	35.082.575,88	95,38%	87.117.655,04	95,54%	70,00%	100,00%	100,00%
RENDA VARIÁVEL	1.482.246,10	4,03%	3.964.871,07	4,35%	20,00%	20,00%	70,00%
INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS	217.074,75	0,59%	101.953,41	0,11%	3,00%	1,00%	20,00%
PROGRAMA DE INVESTIMENTOS	36.781.896,73	100%	91.184.479,52	100%			
(+) Disponível - Conta 11	1.253,29	CRESCIMENTO NOMINAL	76.846,81				
(-) Exigível de Investimentos	-37.888,82		-53.874,95				
ATIVOS DE INVESTIMENTOS	36.745.261,20	↑ 147,91%	91.207.451,38				



4.2.3 Detalhamento Por Segmento

TABELA 18. ALOCAÇÃO DE RECURSOS

ARTIGO / INCISO (RESOLUÇÃO 3.792)	SEGMENTOS DOS INVESTIMENTOS	VALORES ATUAIS INVESTIDOS CARTEIRA PRÓPRIA	VALORES RELATIVOS EM % SOBRE		LIMITES % DEFINIDOS NA POLITICA			DURATION	RATING	RENTABILIDADE								
			ALOCAÇÃO SEGMENTO	TOTAL	MINIMO	MÁXIMO	ALVO			out/17	nov/17	dez/17	NO TRIMESTRE	NO ANO	EM 12 MESES	ANO		
																S/CDI e IBrX-50	S/REFERÊNCIA *	S/TAXA INDICATIVA
Art. 18	RENDA FIXA	87.117.655,04	100,00%	95,54%	100%	100%	100%	11,51		0,36%	4,20%	0,77%	5,38%	16,00%	16,00%	6,07%	8,57%	10,36%
I	Dívida Pública Mobiliária Federal	87.117.655,04	100,00%	95,54%	100,00%	100,00%	100,00%	11,51		0,36%	4,20%	0,77%	5,38%	16,00%	16,00%	6,07%	8,57%	10,36%
	NOTAS DO TESOURO NACIONAL - NTN-B	82.206.706,28	94,36%	90,15%	-	-	-	12,17	Soberano	0,25%	5,87%	0,78%	6,96%	17,32%	17,32%	7,39%	9,89%	11,68%
	NOTAS DO TESOURO NACIONAL - NTN-F (*)	0,00	0,00%	0,00%					Soberano				0,00%	14,55%	14,55%	4,62%	9,34%	10,66%
	LETRAS FINANCEIRAS DO TESOURO - LFT	4.910.948,76	5,64%	5,39%				0,92	Soberano	0,65%	0,55%	0,54%	1,75%	2,37%	2,37%	-0,04%	-0,16%	0,42%
Art. 19	RENDA VARIÁVEL	3.964.871,07	100,00%	4,35%	0%	20%	15%			-0,93%	-3,79%	7,06%	2,04%	21,52%	21,52%	-5,31%	14,09%	15,88%
I	Ações de Emissão de Companhias Abertas	3.964.871,07	100,00%	4,35%	0,00%	20,00%	15,00%			-0,93%	-3,79%	7,06%	2,04%	21,52%	21,52%	-5,31%	14,09%	15,88%
	FUNDOS	3.964.871,07	100,00%	4,35%	-	0,20	0,15			-0,93%	-3,79%	7,06%	2,04%	21,52%	21,52%	-5,31%	14,09%	15,88%
	SAGA SF FIA	1.684.014,61	42,47%	1,85%	-	-	-	-		-0,74%	-6,77%	5,36%	-2,50%	13,61%	13,61%	-13,22%	6,17%	7,97%
	MAPFRE SF FIA	2.280.856,46	57,53%	2,50%	-	-	-	-		-1,08%	-1,40%	8,34%	5,67%	19,68%	19,68%	4,55%	13,86%	15,34%
Art. 20	INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS	101.953,41	100,00%	0,11%	0%	20%	20%			0,62%	0,61%	0,47%	1,71%	9,63%	9,63%	-0,30%	2,19%	3,99%
IV	Fundos de Investimento Multimercado	101.953,41	100,00%	0,11%	0,00%	10,00%	10,00%	-		0,62%	0,61%	0,47%	1,71%	9,63%	9,63%	-0,30%	2,19%	3,99%
	SAGA SNAKE FIM	101.953,41	100,00%	0,11%				-		0,62%	0,61%	0,47%	1,71%	9,63%	9,63%	-0,30%	2,19%	3,99%
PROGRAMA DE INVESTIMENTOS		91.184.479,52		100,00%				11,51		0,27%	3,46%	1,03%	4,81%	16,10%	16,10%	6,17%	8,66%	10,46%

4.2.4 Rentabilidade

A rentabilidade nominal do CODEPREV no 4º trimestre de 2017 foi de 4,81% - contra 5,55% registrada no 3º trimestre, acumulando no ano desempenho positivo de 16,10%. Descontada a Taxa Indicativa registrada no decorrer do ano - (INPC+3,50% a.a.), que atingiu 5,64%, o desempenho dos investimentos ficou acima da Taxa Indicativa 10,46 pontos-base. Os resultados favoráveis alcançados num ano de elevada volatilidade no mercado financeiro e de capitais, são frutos da gestão proativa da Diretoria Executiva, aliada às operações estratégicas traçadas no âmbito do Comitê Estratégico de Investimentos - CEI.

4.2.4.1 Segmento de Renda Fixa

No 4º trimestre de 2017 a rentabilidade do Segmento de Renda Fixa alcançou 5,38%, contra 4,67% registrada no 3º trimestre, acumulando no ano alta de 16,00%, frente à Taxa Indicativa de 5,64%, superando-a em 10,36 pontos-base.

4.2.4.2 Segmento de Renda Variável

O Segmento constituído pelas cotas dos Fundos de Investimentos em Ações-FIA's (Saga e Mapfre), registrou no 4º trimestre de 2017 rentabilidade de 2,04%, ante o desempenho positivo da Bolsa de Valores de 2,78% medida pelo Índice IBrX-50 (Benchmark). Com este resultado, a Carteira de Renda Variável acumulou no ano alta de 21,52%, contra alta de 26,82% do Benchmark no mesmo período.

4.2.4.3 Segmento de Investimentos Estruturados

Apresentou no 4º trimestre de 2017 alta de 1,71%, contra variação positiva de 1,99% no 3º trimestre. Com este resultado, o Segmento de Investimentos Estruturados acumulou no ano alta de 9,63%, contra Taxa Indicativa de 5,64% no mesmo período. A alocação neste Segmento encontra-se em um Fundo Multimercado utilizado somente com vista à administração das disponibilidades para pagamento de um único benefício e do Custeio do Plano. Seu desempenho próximo de 102% do CDI e a disponibilização dos recursos em D+1 dia são os motivos principais para sua utilização.

GRÁFICO 50. RENTABILIDADE POR SEGMENTO ACUMULADA

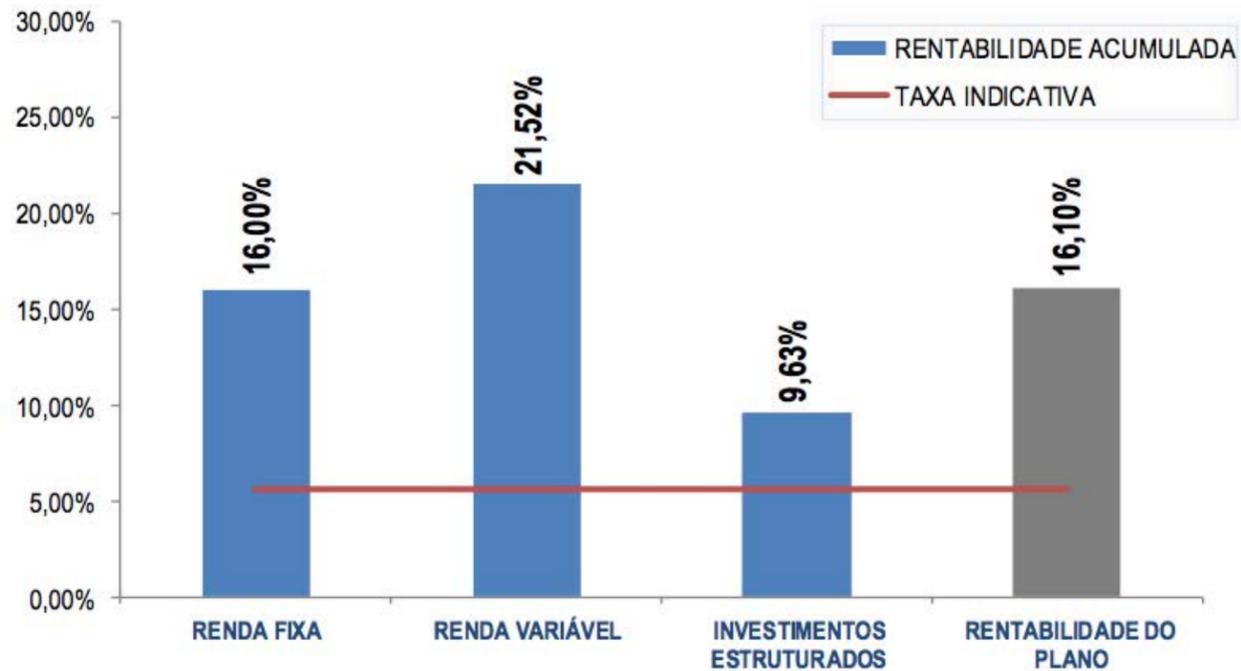


TABELA 19. RENTABILIDADE POR SEGMENTO

SEGMENTOS DOS INVESTIMENTOS	4º TRIMESTRE DE 2017			
	NO MÊS	NO TRIMESTRE	NO ANO	EM 12 MESES
RENDA FIXA	0,77%	5,38%	16,00%	16,00%
RENDA VARIÁVEL	7,06%	2,04%	21,52%	21,52%
INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS	0,47%	1,71%	9,63%	9,63%
RENTABILIDADE DO PLANO	1,03%	4,81%	16,10%	16,10%
TAXA INDICATIVA	0,55%	1,68%	5,64%	5,64%
DIVERGÊNCIA	0,48%	3,13%	10,46%	10,46%

4.2.5 Controle de Avaliação de Riscos

Instrução PREVIC Nº 02, de 18 de maio de 2010.

Artigo 15 - A EFPC deve elaborar, no prazo máximo de 30 (trinta) dias após a apuração da DNP, para cada vez que for observada uma das situações relacionadas a seguir, justificativa técnica e relatório de providências adotadas quanto à manutenção ou não dos ativos que compõe os recursos do Plano.

- I - DNP de segmento negativa, apurada mensalmente, por doze meses consecutivos; ou
- II - DNP de segmento negativa, acumulada nos últimos trinta e seis meses.

Definição sintética do cálculo envolvido na apuração da DNP - diferença entre a rentabilidade verificada nos ativos e segmentos deduzidas da taxa de referência ou atuarial, definida para cada Plano por segmento ou não.

A norma determina que o Administrador Estatutário Tecnicamente Qualificado - AETQ, quando detectado a existência de infringência a qualquer das citadas regras, apresente justificativa técnica para ocorrência, e que a mesma seja por ele atestada.

4.2.5.1 Avaliação de Risco – Divergência Não Planejada – DNP

A avaliação de risco, medida pela Divergência Não Planejada - DNP é definida pela diferença entre a rentabilidade verificada nos ativos e segmentos e a taxa mínima atuarial definida para o Plano. Tratando-se de um Plano CD/Codeprev, não há uma meta atuarial a ser alcançada. Existe a Taxa Indicativa pré-estabelecida e aprovada pelo Conselho Deliberativo: INPC + 3,50% a.a.

Não foi verificado no encerramento do 4º trimestre de 2017 no Codeprev, DNP de Segmento negativa, apurada mensalmente por doze meses consecutivos, tampouco DNP de Segmento negativa, acumulada nos últimos trinta e seis meses.

TABELA 20. DIVERGÊNCIA NÃO PLANEJADA – DNP

PLANO - CD												REFERÊNCIA : DEZEMBRO/2017			
Divergência Não Planejada nos últimos 12 meses												Acumulado nos 12 meses	Desvio Padrão dos Últimos 12 Meses	Acumulado nos Últimos 36 Meses	
SEGMENTO	jan/17	fev/17	mar/17	abr/17	mai/17	jun/17	jul/17	ago/17	set/17	out/17	nov/17				dez/17
Renda Fixa	0,67%	1,51%	0,88%	-0,22%	-1,06%	0,44%	2,07%	1,04%	0,51%	-0,30%	3,73%	0,22%	9,52%	1,24%	14,09%
Renda Variável	3,14%	1,24%	-2,03%	0,29%	-3,88%	0,57%	3,78%	7,70%	3,42%	-1,59%	-4,26%	6,51%	14,92%	3,82%	0,91%
Estruturado	0,39%	0,34%	0,44%	0,42%	0,30%	0,80%	0,21%	0,48%	0,30%	-0,04%	0,14%	-0,08%	3,73%	0,24%	1,29%
Imóveis	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
Empréstimos	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
PLANO:	0,77%	1,50%	0,77%	-0,19%	-1,30%	0,46%	2,19%	1,54%	0,74%	-0,39%	2,99%	0,48%	9,59%	1,16%	13,69%

REFERÊNCIA: INPC + 3,50% a.a.

Regra I: Os Segmentos não apresentaram DNP negativa, apurada mensalmente, por 12 meses consecutivos.

Regra II: DNP de Segmento negativa, acumulada nos últimos 36 meses.

Obs: No Segmento de RV, para o período de 36 meses não se aplica, dado que não havia recursos alocados nesse período no respectivo ativo.

4.2.6 Operações Coursadas

A tabela, a seguir, explora os procedimentos operacionais da área financeira na gestão da carteira própria, apresentando como ocorreram as operações realizadas envolvendo a Compra e Venda de Títulos Públicos. As operações de arbitragem no decorrer de 2017 agregaram ganhos e, são operações táticas, dentro da manutenção da estratégia contida na Política de Investimento 2017/2021. As operações realizadas consistiram em dar continuidade à concentração em investimentos de papéis mais curtos e de médio prazo, face às taxas de juros para vencimentos de longo prazo não apresentarem prêmios em relação às primeiras.

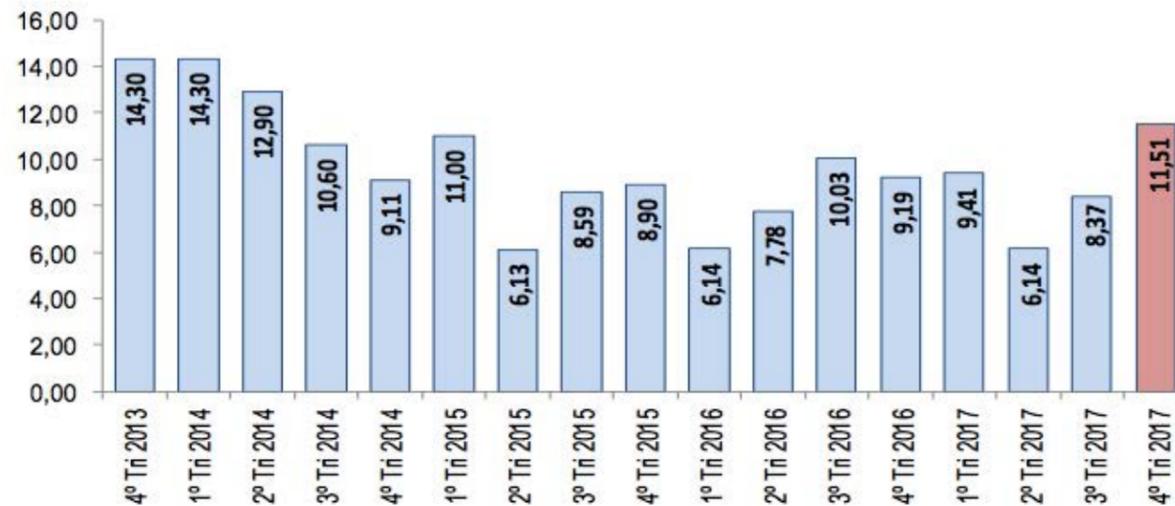
Cumprindo a legislação vigente, a Resolução CGPC nº 21 de 25/09/2007, apresenta-se abaixo o quadro das Operações Coursadas em Títulos Públicos Federais - NTN/B e LFT's, as quais se antecipam, tiveram suas taxas de aquisição respeitando o intervalo indicativo contido no relatório disponibilizado pela ANBIMA - "Mercado Secundário de Títulos Públicos".

TABELA 21. OPERAÇÕES CURSADAS EM 2017

VENDAS						
Data	Título	Tx. Mínima	Tx. Indicativa	Tx. Máxima	Tx. Operação	Volume - R\$ -
05/01/2017	NTN-B 2050	5,3854	5,7503	6,0713	5,8000	489.535,96
15/03/2017	NTN-B 2019	4,7038	5,0846	5,5199	5,2200	1.666.732,69
26/04/2017	NTN-F 2027	9,7300	10,3200	10,7200	10,3700	930.548,30
22/05/2017	NTN-F 2027	9,4400	11,7400	12,3900	11,6800	827.323,94
01/09/2017	NTN-B 2016	4,6700	4,9800	5,2800	5,0200	10.191.217,98
06/09/2017	NTN-F 2027	9,4700	9,9900	10,6200	10,1000	546.383,39
	NTN-F 2027	9,4700	9,9900	10,6200	10,1000	834.273,72
17/11/2017	LFT 2018	- 0,0034	-	0,0045	0,0005	7.853.564,70
TOTAL.....						52.274.102,19
COMPRAS						
Data	Título	Tx. Mínima	Tx. Indicativa	Tx. Máxima	Tx. Operação	Volume - R\$ -
05/01/2017	NTN-B 2026	5,4611	5,7985	6,1598	5,7100	1.751.600,03
02/02/2017	NTN-B 2022	5,4881	5,8300	6,1814	5,7200	958.215,15
16/02/2017	NTN-F 2027	9,6926	10,4376	10,9469	10,2000	540.979,00
15/03/2017	NTN-B 2026	5,0118	5,3255	5,6828	5,3300	1.666.797,49
05/04/2017	NTN-F 2027	9,8000	9,3500	9,9800	10,3400	855.702,86
26/04/2017	NTN-B 2045	5,1200	5,4200	5,6500	5,3100	929.721,56
15/05/2017	NTN-B 2035	4,8933	5,0900	5,3921	5,0200	1.500.280,53
22/05/2017	NTN-B 2026	4,8400	6,1700	6,5000	5,7000	826.185,47
02/06/2017	NTN-B 2026	5,4500	5,7400	6,0600	5,6400	867.129,65
07/07/2017	NTN-B 2026	5,3600	5,6800	5,9700	5,5500	964.133,14
17/08/2017	NTN-B 2045	4,9500	5,3100	5,5700	5,2400	1.541.908,13
01/09/2017	LFT 2018	- 0,0073	0,0020	0,0101	-	10.182.638,20
06/09/2017	LFT 2018	- 0,0074	0,0020	0,0101	-	2.349.260,66
17/11/2017	NTN-B 2045	5,2000	5,3700	5,7300	5,3000	9.997.936,47
18/12/2017	NTN-B 2035	5,1900	5,4100	5,7400	5,3000	1.947.552,38
TOTAL.....						103.141.134,93

4.2.7 Duration

GRÁFICO 51. EVOLUÇÃO DA DURATION



A evolução da "Duration" do Plano II/CD-Codeprev no encerramento do 4º trimestre de 2017 alcançou 11,51 anos, contra 9,19 anos no mesmo período de 2016.

4.2.8 Acompanhamento Orçamentário

TABELA 22. ACOMPANHAMENTO ORÇAMENTÁRIO – RECEITAS DOS INVESTIMENTOS - CD

SEGMENTOS DOS INVESTIMENTOS	NO MÊS			ATÉ O MÊS			NO ANO		
	REALIZADO	PROJETADO	%	REALIZADO	PROJETADO	%	REALIZADO	PROJETADO	%
RENDA FIXA	663.217,76	330.436,11	200,71%	6.436.622,67	4.728.609,12	136,12%	6.436.622,67	4.728.609,12	136,12%
DÍVIDA PÚBLICA MOBILIÁRIA FEDERAL	663.217,76	330.436,11	200,71%	6.436.622,67	4.728.609,12	136,12%	6.436.622,67	4.728.609,12	136,12%
RENDA VARIÁVEL	261.296,04	19.126,16	1366,17%	602.624,97	234.107,67	257,41%	602.624,97	234.107,67	257,41%
AÇÕES DE EMISSÃO DE EMPRESAS ABERTAS	261.296,04	19.126,16	1366,17%	602.624,97	234.107,67	257,41%	602.624,97	234.107,67	257,41%
FUNDOS DE AÇÕES	261.296,04	19.126,16	1366,17%	602.624,97	234.107,67	257,41%	602.624,97	234.107,67	257,41%
INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS	2.619,49	110.156,71	2,38%	19.878,66	701.611,79	2,83%	19.878,66	701.611,79	2,83%
FUNDOS DE INVESTIMENTO MULTIMERCADO	2.619,49	110.156,71	2,38%	19.878,66	701.611,79	2,83%	19.878,66	701.611,79	2,83%
COBERTURA DE DESPESAS ADMINISTRATIVAS	-53.874,95	-64.217,34	83,89%	-788.439,29	-1.024.143,57	76,99%	-788.439,29	-1.024.143,57	76,99%
FLUXO DOS INVESTIMENTOS	873.258,34	395.501,64	220,80%	6.270.687,01	4.640.185,01	135,14%	6.270.687,01	4.640.185,01	135,14%

(i) NO MÊS: é a posição relativa ao último mês do trimestre de referência.
(ii) ATÉ O MÊS: é a posição acumulada no ano até o último mês do trimestre de referência.

As receitas de investimentos projetadas para o exercício de 2017 registradas em Valor Orçado aparecem confrontadas com as efetivamente apuradas, registradas como Valor Realizado.

O Fluxo dos Investimentos no encerramento do exercício de 2017 fechou com Valor Realizado de R\$ 6.270.687,01 contra o Valor Orçado de R\$ 4.640.185,01, alcançando 135,14% do valor orçado. Contribuíram para este resultado final, as operações de arbitragens realizadas no Segmento de Renda Fixa decorrer do período com Títulos Públicos Federais que compõem o portfólio, fundamentalmente as NTN-B's, precificadas a "Mercado", responsáveis por gerarem R\$ 6,4 milhões de receita quando o esperado era de R\$ 4,7 milhões, logo, variação de 136,12% do projetado. O custeio administrativo dos investimentos atingiu R\$ 788,4 mil contra a expectativa orçamentária de R\$ 1,0 milhão. No geral o valor realizado encontra-se com 76,99% do valor projetado para 2017.

4.2.9 Rentabilidade Bruta X Rentabilidade Líquida do Plano - Instrução Previc N° 5, de 01.11.2013:

TABELA 23. RENTABILIDADE BRUTA X RENTABILIDADE LÍQUIDA – ACUMULADA 2017

SEGMENTOS	INVESTIMENTOS	RENTABILIDADE	
		LÍQUIDA	BRUTA
RENDA FIXA	87.117.655,04	16,00%	18,42%
RENDA VARIÁVEL	3.964.871,07	21,52%	23,10%
INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS	101.953,41	9,63%	10,18%
TOTAL	91.184.479,52	16,10%	18,68%

4.3 CONTÁBIL

QUADRO 18. BALANÇO PATRIMONIAL

Valores em R\$ mil

ATIVO	Exercícios		PASSIVO	Exercícios	
	2017	2016		2017	2016
DISPONÍVEL	77	1	EXIGÍVEL OPERACIONAL	120	71
REALIZÁVEL	93.389	37.882	Gestão Previdencial	66	33
Gestão Previdencial	2.205	1.100	Investimentos	54	38
Investimentos	91.184	36.782	PATRIMÔNIO SOCIAL	93.346	37.812
Títulos Públicos	87.118	35.083	Patrimônio de Cobertura do Plano	88.245	34.288
Fundos de Investimento	4.067	1.699	Provisões Matemáticas	88.245	34.288
			Benefícios Concedidos	34	37
			Benefícios a Conceder	88.211	34.251
			Fundos	5.101	3.524
			Fundos Previdenciais	5.101	3.524
TOTAL DO ATIVO	93.466	37.883	TOTAL DO PASSIVO	93.466	37.883

QUADRO 20. DEMONSTRAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO

Valores em R\$ mil

DESCRIÇÃO	Exercícios		Variação (%)
	2017	2016	
1. Ativos	93.466	37.883	146,72
Disponível	77	1	6.031,61
Recebível	2.205	1.100	100,48
Investimento	91.184	36.782	147,91
Títulos Públicos	87.118	35.083	148,32
Fundos de Investimento	4.067	1.699	139,32
2. Obrigações	120	71	69,09
Operacional	120	71	69,09
5. Ativo Líquido (1-2)	93.346	37.812	146,87
Provisões Matemáticas	88.245	34.288	157,36
Fundos Previdenciais	5.101	3.524	44,76

QUADRO 19. DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO

Valores em R\$ mil

DESCRIÇÃO	Exercícios		Variação (%)
	2017	2016	
A) Ativo Líquido - início do exercício	37.812	22.375	68,99
1. Adições	56.022	15.805	254,46
(+) Contribuições	49.751	11.646	327,18
(+) Resultado Positivo Líquido dos Investimentos - Gestão Previdencial	6.271	4.158	50,80
2. Destinações	(487)	(368)	32,53
(-) Benefícios	(62)	(18)	244,06
(-) Custeio Administrativo	(425)	(350)	21,62
3. Acréscimo/Decréscimo no Ativo Líquido (1+2)	55.534	15.437	259,74
(+/-) Provisões Matemáticas	53.957	14.086	283,05
(+/-) Fundos Previdenciais	1.577	1.351	16,75
B) Ativo Líquido - final do exercício (A+3)	93.346	37.812	146,87

QUADRO 21. DEMONSTRAÇÃO DAS PROVISÕES TÉCNICAS DOS PLANOS DE BENEFÍCIOS

Valores em R\$ mil

DESCRIÇÃO	Exercícios		Variação (%)
	2017	2016	
Provisões Técnicas (1+2+3)	93.466	37.883	146,72
1. Provisões Matemáticas	88.245	34.288	157,36
1.1. Benefícios Concedidos	34	37	(8,00)
Contribuição Definida	34	37	(8,00)
Benefício Definido	34	37	(8,00)
1.2. Benefício a Conceder	88.211	34.251	157,54
Contribuição Definida	88.211	34.251	157,54
Saldo de Contas - parcela patrocinador(es)	25.736	16.947	51,86
Saldo de Contas - parcela participantes	62.474	17.304	261,04
3. Fundos	5.101	3.524	44,76
3.1. Fundos Previdenciais	5.101	3.524	44,76
4. Exigível Operacional	120	71	69,09
4.1. Gestão Previdencial	66	33	99,97
4.2. Investimentos - Gestão Previdencial	54	38	42,19

QUADRO 22. DEMONSTRAÇÃO DO PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA - CONSTITUIÇÃO/REVERSÃO DO FUNDO ADMINISTRATIVO - PLANO DE BENEFÍCIO II - CODEPREV

Valores em R\$ mil

DESCRIÇÃO	Exercícios		Variação (%)
	2017	2016	
A) Fundo Administrativo do Exercício Anterior	-	-	-
1. Custeio da Gestão Administrativa	1.214	799	51,99
1.1. Receitas	1.214	799	51,99
Custeio Administrativo da Gestão Previdencial	425	350	21,62
Custeio Administrativo dos Investimentos	788	449	75,65
2. Despesas Administrativas	1.214	799	51,99
2.1. Administração Previdencial	819	645	27,05
Pessoal e encargos	493	496	(0,72)
Treinamentos/congressos e seminários	6	2	265,47
Viagens e estadias	8	3	169,91
Serviços de terceiros	180	110	64,20
Despesas gerais	70	16	326,85
Depreciações e amortizações	13	2	502,04
Tributos	44	13	234,49
Despesas Específicas - TAFIC	4	2	106,67
2.2. Administração dos Investimentos	395	154	156,34
Pessoal e encargos	255	104	145,66
Treinamentos/congressos e seminários	4	0	667,60
Viagens e estadias	3	1	167,08
Serviços de terceiros	41	25	62,80
Despesas gerais	60	12	423,16
Depreciações e amortizações	12	2	654,35
Tributos	20	10	88,01

4.3.1 Notas Explicativas

4.3.1.1 Composição do Ativo

4.3.1.1.1 Gestão Previdencial

Constituída por provisões de contribuições a receber:

- a) Patrocinador – R\$ 1.059 mil;
- b) Participantes – R\$ 1.144 mil.

As provisões citadas acima foram constituídas no mês de dezembro/2016 para serem liquidadas no mês de janeiro/2018, as quais respeitam o regime de competência.

4.3.1.1.2 Gestão Administrativa

O valor registrado na conta denominada de gestão administrativa corresponde integralmente à participação do Plano de Benefícios I no Fundo Administrativo, o plano CODEPREV não teve recursos em sobra para que se registrassem valores ao fundo, de formação pelo citado plano.

4.3.1.1.3 Gestão de Investimentos

Os registros do Programa de Investimentos detalham-se na tabela a seguir:

QUADRO 23. PROGRAMA DE INVESTIMENTOS

Valores em R\$ mil

Plano Codeprev	2017	2016
Investimentos	91.184	36.782
Títulos Públicos	87.117	35.083
A vencimento	0	17.780
A mercado	87.117	17.303
Fundos de Investimento	4.067	1.699
Ações	3.965	1.482
Multimercado	102	217

Do quadro acima, destaca em relação ao total do Programa de Investimentos, os Títulos Públicos Federais - NTN/B que correspondem a 95,54% e o Fundo de Investimento, com 446%.

A gestão praticada pela Diretoria de Finanças e aprovada pelo Comitê Estratégico de Investimentos – CEI, na Carteira de Títulos Públicos Federais - NTN/B existentes no Plano II/Codeprev no decorrer do exercício de 2016, também sofreu sensível processo de modificação, tendo em vista a continuidade do alongamento de seus vencimentos e a adequação ao comportamento da Taxa Básica de Juros - Selic administrada pelo Comitê de Política Monetária-COPOM, com objetivo de rentabilizar o Plano: (i) - Devidamente atestada pelo AETQ e (ii) - Processo precedido de avaliação do Comitê Estratégico de Investimento - CEI.

a) Aspectos Gerais:

Os valores contábeis dos títulos e valores mobiliários e fundos de investimentos foram apurados segundo os critérios abaixo especificados:

Títulos Públicos Federais - NTN/B: A reprecificação ocorreu em novembro antes dos aportes de recursos dos participantes que julgaram pertinentes migrarem as suas reservas do Plano de Benefício I para este, passando todos os ativos a contarem com a marcação a mercado, refletindo ganhos e perdas diretamente na cota do plano. Não haverá doravante ativos precificados a vencimento, pois, a probabilidade de ocorrência de saída de participantes com direito a percepção de benefícios encontra-se a partir de 2017 elevada;

Fundos de investimento: seguem as regras estabelecidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM, segundo suas classificações, porém, como regra geral, os ativos integrantes da carteira do fundo estão precificados a mercado. Os preços dos títulos que compõem a carteira do fundo estão contabilizados pelo preço praticado nas transações cursadas no dia da apuração da cota.

b) Distribuição dos Investimentos:

QUADRO 24. DISTRIBUIÇÃO DOS INVESTIMENTOS

EXERCÍCIO 2017				
DESCRIÇÃO		Até 1 ano	de 1 a 5 anos	Mais de 5 anos
Divida Pública Mobiliária Federal		4.911	4.978	77.228
NOTAS DO TESOURO NACIONAL - NTN-B	NTN-B	-	4.978	77.228
LETRA FINANCIADO TESOURO - LFT	LFT	4.911	-	-
TOTAL		4.911	4.978	77.228

c) Fundos de Investimentos:

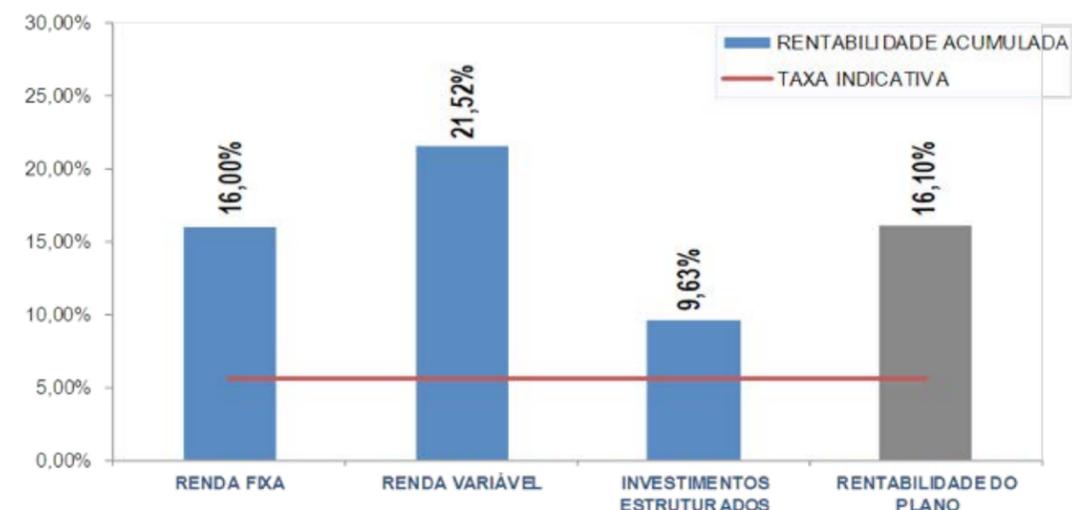
QUADRO 25. FUNDOS DE INVESTIMENTOS

EXERCÍCIO 2017					
DESCRIÇÃO		SEM VENCIMENTO	Até 1 ano	de 1 a 5 anos	Mais de 5 anos
Multimercado		102	-	-	-
FIM - SAGA SNAKE - Gestor: SAGA	SAGA SNAKE FIM	102	-	-	-
Ações		3.965	-	-	-
FIA SAGA SF (SAGA)	FIA SAGA SF	1.684	-	-	-
FIA MAPFRE SF - Gestor: MAPFRE	FIA MAPFRE SF	2.281	-	-	-
TOTAL		4.067	-	-	-

d) Rentabilidade:

Com base no Fluxo dos Investimentos, a Rentabilidade do Plano II/CD- Codeprev, relativa ao exercício de 2017 foi de 16,10%. Descontada a Taxa Indicativa registrada no decorrer do ano - (INPC+3,50% a.a.), que atingiu 5,64%, o desempenho dos investimentos ficou acima da Taxa Indicativa 10,46 pontos-base. Os resultados favoráveis alcançados num ano de elevada volatilidade no mercado financeiro e de capitais, são frutos da gestão proativa da Diretoria Executiva, aliada às operações estratégicas traçadas no âmbito do Comitê Estratégico de Investimentos - CEI.

GRÁFICO 52. RENTABILIDADE ACUMULADA POR SEGMENTO



4.3.1.2 Composição do Passivo

4.3.1.2.1 Gestão Previdencial

Corresponde aos fatos inerentes à atividade Previdencial, estando composta dos seguintes registros:

a) Contribuição para custeio do PGA – R\$ 65 mil;

As contribuições p/Custeio são representadas pela taxa de carregamento, atualmente em 3% das contribuições vertidas para o Plano de Benefícios (definido no plano de custeio pelo atuário), liquidados no mês de janeiro/2018.

4.3.1.2.2 Gestão dos Investimentos

a) Custeio Administrativo dos Investimentos – R\$ 53 mil;

O montante de R\$ 53 mil que corresponde à provisão para a cobertura do custeio dos investimentos (Taxa de administração) a ser pago pelo Plano de Benefícios. O montante apurado com base nos gastos incorridos na gestão administrativa dos investimentos, apropriado no mês dezembro/2017 e liquidado em janeiro/2018.

4.3.1.2.3 Patrimônio Social

a) Provisões Atuariais;

As reservas constituídas, diferentemente do Plano de Benefícios I (BD), não são apuradas por atuário independente, são na realidade apuradas segundo a quantidade adquirida de cotas ao longo de toda a vida laboral dos participantes. O valor resultante do total de cotas existente no plano multiplicada pelo valor da cota do plano define o montante das reservas.

Numa coisa os dois planos se igualam, nas existências das Reservas de Benefícios Concedidos e Reservas de Benefícios a Conceder, a primeira correspondente ao valor atualizado pela cota que, já devidamente depositado, pagará os aposentados até que cada participante consuma aquela relativa à sua própria posição detida; a segunda é o somatório dos valores de todas as contribuições depositadas até a data do balanço devidamente identificadas por participante e patrocinador, atualizadas pelo valor da cota do plano.

4.3.1.2.4 Fundos

a) Previdencial:

O Fundo Previdencial é constituído pelo saldo, devidamente rentabilizado, das contribuições

realizadas pelo participante e pelo patrocinador para cobertura dos benefícios de risco. O saldo atual perfaz R\$ 5.101 mil.

No CODEPREV pode-se identificar o Fundo Coletivo de Risco, formado pelas contribuições de participantes e patrocinadores e rendimentos gerados pelo investimento do plano, o qual se destina a cobrir sinistros que impeçam aos participantes, na forma disciplinada pelo regulamento do plano, verterem suas contribuições até completarem 58 anos;

O Fundo Patronal não Comprometido é formado somente pelas contribuições não resgatadas pelos participantes, oriundos das contribuições depositadas pelo patrocinador em nome do participante, quando da perda do vínculo empregatício com sua patrocinadora. Aponta-se por oportuno que o vesting das contribuições patronais para resgate pelos participantes, corresponde a 0,5% a.m. multiplicado pelo número de meses de vínculo empregatício junto à Patrocinadora.

b) Administrativo:

Neste exercício encerrado o CODEPREV ainda não acumulou recursos, oriundo dos custeios menos os seus gastos. Dito de outra forma, todo o valor de custeio, pelo plano transferido ao PGA, foi empregado na cobertura dos gastos administrativos com a gestão do plano, apurados por critérios de rateio definidos anualmente por oportunidade da elaboração dos orçamentos.

c) Investimento:

Neste plano não há contribuição para a formação desse Fundo, tendo em vista o fato de que não há ainda a constituição da carteira de empréstimo a participantes desse plano.

QUADRO 26. EVOLUÇÃO DA COTA

EVOLUÇÃO DA COTA			
MÊS	VALOR	VARIAÇÃO % MENSAL	VARIAÇÃO % ACUMULADA
dez/13	1,01	1,12	0,00%
dez/14	1,14	-2,14	13,05%
dez/15	1,32	1,48	30,11%
dez/16	1,54	1,11	52,12%
jan/17	1,56	1,37	54,21%
fev/17	1,59	1,86	57,08%
mar/17	1,60	0,76	58,28%
abr/17	1,60	-0,005	58,27%
mai/17	1,59	-0,84	56,94%
jun/17	1,59	0,31	57,44%
jul/17	1,63	2,52	61,40%
ago/17	1,66	1,65	64,06%
set/17	1,67	0,88	65,51%
out/17	1,68	0,12	65,72%
nov/17	1,73	3,24	71,09%
dez/17	1,75	0,97	72,75%

GRÁFICO 53. DESEMPENHO ACUMULADO DA COTA



A variação da cota no período de 01/12/2013 à 31/12/2017 apresentou uma variação de 72,75%, contra 58,48% do CDI, no mesmo período, ou seja, esse desempenho registra 124% do CDI, como se costuma abordar no mercado.

Importante identificar que a variação acima apontada se encontra totalmente livre dos encargos, quer sejam sobre as contribuições, ou sobre os investimentos, assim, dito de outra forma, ela representa o ganho líquido. Na forma apurada, cabe explicar ainda que, essa mesma remuneração é a experimentada pelas contribuições patronais.

Com a precificação a mercado adotada a partir de novembro espera-se para a cota maior oscilação de seu preço, ou seja, as variações dos preços dos ativos serão transferidas diretamente para a cota.

5. Plano de Benefício III Saldado



5.1 INVESTIMENTO

O Plano de Benefício III / Saldado refere-se ao terceiro Plano sob a gestão da Fundação São Francisco, originado a partir da cisão do escopo estratégico do Processo de Saldamento do Plano BD (Plano de Origem) - aprovado pela Portaria Nº 929, de 25 de setembro de 2017, da Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC. Portanto, os resultados dentro do exercício de 2017 do Plano III/Saldado e o Plano I/BD, são equivalentes.

Cabe ressaltar que na posição de 31/12/2017, os Planos I e III apresentaram resultado deficitário. No entanto, nas demonstrações atuariais do Plano I, consta que o Plano seria reavaliado extraordinariamente na posição de 31/3/2018. Assim o atuário efetuou essa reavaliação do Plano I, que foi estendida também ao Plano III, pois o mesmo surgiu de uma cisão do Plano I. Nessas reavaliações, na posição de 31/3/2018, o Plano III passou de um déficit técnico de R\$ 8,893 milhões para um superávit de R\$ 4,315 milhões.



5.1.1 Enquadramento – Política de Investimento

A estrutura de investimento vista pelas alocações nos Segmentos de Renda Fixa, Renda Variável, Investimentos Estruturados, Investimentos no Exterior, Imóveis e Operações C/ Participantes, encontrava-se, no encerramento do 4º Trimestre de 2017, em conformidade com os limites estabelecidos na Política de Investimento 2017/2021, aprovada pelo Conselho Deliberativo.

GRÁFICO 54. ENQUADRAMENTO POR SEGMENTO

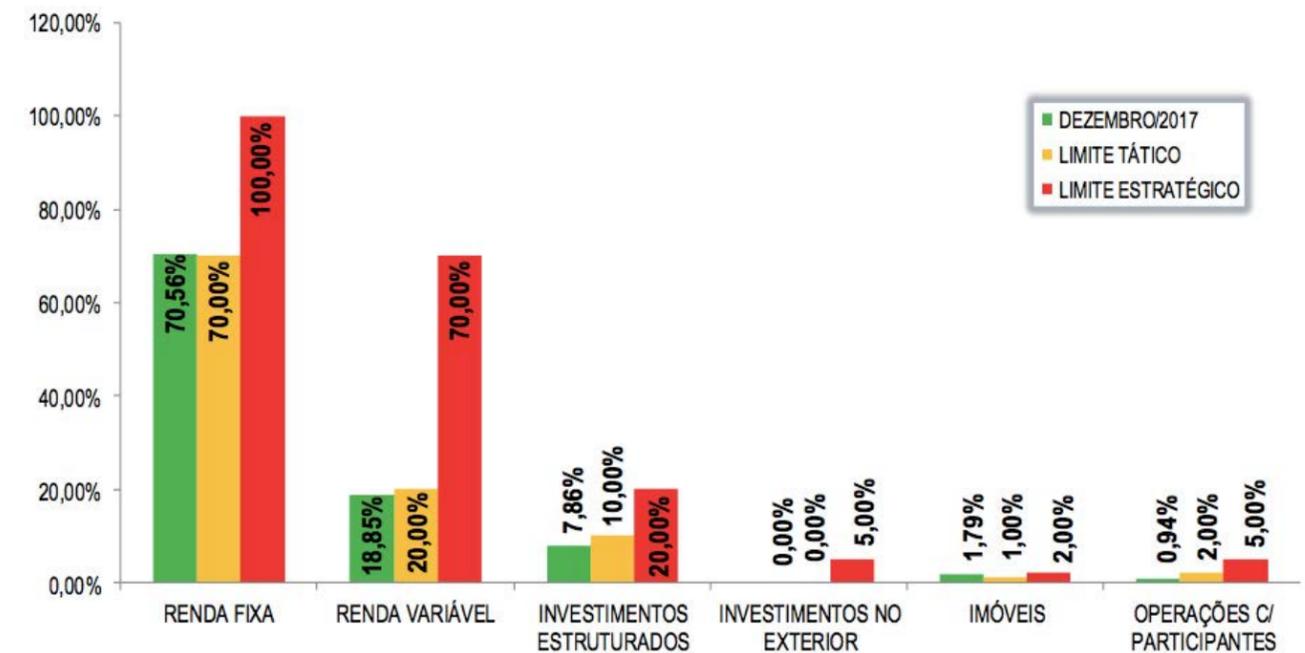


TABELA 24. ENQUADRAMENTO LEGAL 2017

SEGMENTOS DE APLICAÇÃO	DEZEMBRO/2017		POLÍTICA DE INVESTIMENTOS		LIMITE LEGAL
	VALOR (R\$)	% DE ALOCAÇÃO	LIMITE TÁTICO	LIMITE ESTRATÉGICO	RESOLUÇÃO Nº 3.792 - CMN
RENDA FIXA	166.187.040,48	70,56%	70,00%	100,00%	100,00%
RENDA VARIÁVEL	44.394.717,95	18,85%	20,00%	70,00%	70,00%
INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS	18.508.371,27	7,86%	10,00%	20,00%	20,00%
INVESTIMENTOS NO EXTERIOR	0,00	0,00%	0,00%	5,00%	10,00%
IMÓVEIS	4.214.057,18	1,79%	1,00%	2,00%	8,00%
OPERAÇÕES C/ PARTICIPANTES	2.211.510,11	0,94%	2,00%	5,00%	15,00%
PROGRAMA DE INVESTIMENTOS	235.515.696,99	100%			
(+) Disponível - Conta 11	8.100,65				
(-) Exigível de Investimentos	-102.840,05				
ATIVOS DE INVESTIMENTOS	235.420.957,59				

5.1.2 Rentabilidade

A rentabilidade nominal no 4º trimestre de 2017 foi de 3,03%, contra 3,71% alcançada no 3º trimestre de 2017, acumulando no ano desempenho positivo de 8,55%. Descontada a Meta Atuarial registrada no exercício - (INPC+5,26% a.a.), que atingiu 7,31%, o desempenho dos investimentos ficou acima do mínimo atuarial de 1,24 pontos-base, motivada pelo bom desempenho dos Segmentos de Renda Fixa e Variável, os quais compensaram as perdas registradas nos Segmentos de Investimentos Estruturados e Imóveis.

GRÁFICO 55. RENTABILIDADE ACUMULADA POR SEGMENTO

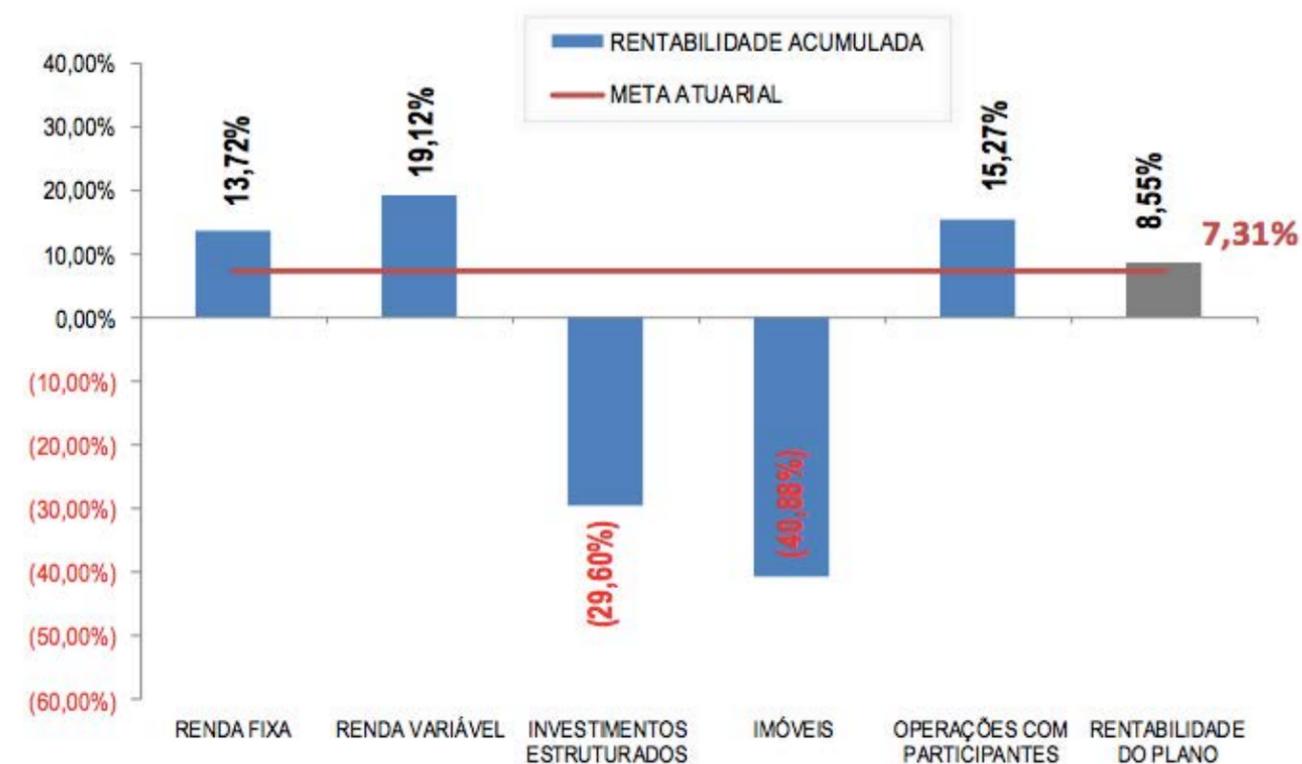


TABELA 25. RENTABILIDADE

SEGMENTOS DOS INVESTIMENTOS	4º TRIMESTRE DE 2017			
	NO MÊS	NO TRIMESTRE	NO ANO	EM 12 MESES
RENDA FIXA	0,77%	4,44%	13,72%	13,72%
RENDA VARIÁVEL	6,32%	0,04%	19,12%	19,12%
INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS	(6,75%)	(6,86%)	(29,60%)	(29,60%)
IMÓVEIS	(0,20%)	18,59%	(40,88%)	(40,88%)
OPERAÇÕES COM PARTICIPANTES	0,93%	3,13%	15,27%	15,27%
RENTABILIDADE DO PLANO	1,12%	3,03%	8,55%	8,55%
META ATUARIAL	0,61%	1,83%	7,31%	7,31%
DIVERGÊNCIA	0,51%	1,20%	1,24%	1,24%

5.1.2.1 Segmento de Operações C/Participantes

Apesar do desempenho dos Planos I/BD e III/Saldado serem equivalentes nos Segmentos de Renda Fixa; Renda Variável; Investimentos Estruturados e Imóveis, o Segmento de Operações C/Participantes cabe destacar o quesito de “Provisão Para Perda”, vis-à-vis a cisão do Plano.

Encerrado o 4º trimestre de 2017, mantém-se a observação quanto à definição de que a “Provisão Para Perda” está relacionada à exigência determinada pela Resolução Nº 8 do CNPC de 2011. Porém, vale ressaltar que a Carteira de Empréstimos melhorou acentuadamente o seu perfil de qualidade frente aos demais ativos, motivada pelo pagamento de parte dos “Contratos Renegociados Após o Saldamento”, totalizando 9 (nove) Contratos, no valor total de R\$ 359.659,26. O processo de cisão do Plano aliada às operações de pagamento dos Contratos Renegociados reduziu as “Provisões Para Perda” em 50,43%. Especificamente em relação ao Plano III/Saldado, no encerramento do exercício de 2017, o montante pendente é da ordem de R\$ 1.557.419,69 - tornando-se mais acessível o processo de renegociação com os Participantes.



5.1.3 Detalhamento Por Segmento

5.1.3.1 Renda Fixa

Nesse segmento estão alocados 70,56% do total dos Ativos de Investimentos assim distribuídos:

TABELA 26. ALOCAÇÃO DE RECURSOS – RENDA FIXA

ARTIGO / INCISO (RESOLUÇÃO 3.792)	SEGMENTOS DOS INVESTIMENTOS	VALORES ATUAIS INVESTIDOS	VALORES RELATIVOS EM % SOBRE		LIMITES % DEFINIDOS NA POLÍTICA			DURATION	RATING NOTA	RENTABILIDADE							
			ALOCAÇÃO SEGMENTO	TOTAL	MINIMO	MÁXIMO	ALVO			out/17	nov/17	dez/17	NO TRIMESTRE	NO ANO	EM 12 MESES	ANO	
																S/CDI e IBrX- 50	S/META
Art. 18	RENDA FIXA	166.187.040,48	100,00%	70,56%	40%	100%	60%	11,50		0,57%	3,05%	0,77%	4,44%	13,72%	13,72%	3,79%	6,41%
I	Dívida Pública Mobiliária Federal	157.127.735,11	94,55%	66,72%	40,00%	100,00%	60,00%	11,80		0,56%	3,23%	0,77%	4,61%	12,97%	12,97%	3,04%	5,66%
	NOTAS DO TESOUREO NACIONAL - NTN-B	152.643.825,37	91,85%	64,81%	-	-	-	12,13	Soberano	0,55%	3,46%	0,78%	4,84%	12,92%	12,92%	2,99%	5,61%
	NOTAS DO TESOUREO NACIONAL - NTN-F (*)	0,00											0,00%	12,64%	12,64%	4,61%	7,26%
	LETRAS FINANCEIRAS DO TESOUREO - LFT	4.483.909,74	2,70%	1,90%				0,67	Soberano	0,65%	0,55%	0,54%	1,75%	2,37%	2,37%	-0,04%	0,14%
III	Emissão ou Coobrigação de Instituições Autorizadas pelo BACEN	0,00	0,00%	0,00%	80,00%	80,00%	80,00%	-		0,88%	0,86%	0,42%	2,17%	9,07%	9,07%	-0,86%	1,77%
	LF	0,00	0,00%	0,00%	-	-	-	-		0,88%	0,86%	0,42%	2,17%	9,07%	9,07%	-0,86%	1,77%
	Risco de Crédito Especulativo																
	BDMG (*)	0,00	0,00%	0,00%				-		0,88%	0,86%	0,42%	2,17%	9,07%	9,07%	-0,86%	1,77%
V	Emissão de Companhias Abertas	3.032.225,39	1,82%	1,29%	-	-	-	2,78		0,87%	0,82%	0,71%	2,42%	-15,07%	-15,07%	-25,00%	-22,37%
	DEBENTURES	3.032.225,39	1,82%	1,29%	-	-	-	2,78		0,87%	0,82%	0,71%	2,42%	-15,07%	-15,07%	-25,00%	-22,37%
	Alto Risco de Crédito (1)																
	CEMIG - GT	3.032.225,39	1,82%	1,29%	-	-	-	2,78	BB- (Fitch)	0,87%	0,82%	0,71%	2,42%	9,06%	9,06%	-0,87%	1,76%
	Risco de Crédito Especulativo																
	CONCESSIONÁRIA RODOVIAS DO TIETE	0,00											0,00%	-33,63%	-33,63%	-41,66%	-39,01%
VII	Certificados de Recebíveis de Emissão de Companhias Securitizadora	3.747.741,08	2,26%	1,59%	0,00%	20,00%	20,00%	3,81		1,01%	0,88%	1,12%	3,04%	5,26%	5,26%	-4,67%	-2,05%
	CRI	3.747.741,08	2,26%	1,59%	0,00%	20,00%	20,00%	3,81		1,01%	0,88%	1,12%	3,04%	5,26%	5,26%	-4,67%	-2,05%
	Baixo Risco de Crédito (2)																
	BRC SECURITIZADORA	1.015.497,35	0,61%	0,43%	-	-	-	2,94	AA+ (Fitch)	0,96%	1,01%	1,34%	3,35%	7,20%	7,20%	-2,73%	-0,11%
	Alto Risco de Crédito (3)																
	INFRASEC SECURITIZADORA	2.732.243,73	1,64%	1,16%	-	-	-	4,13	AA (LFRating)	1,03%	0,85%	1,04%	2,95%	4,77%	4,77%	-5,16%	-2,53%
VIII	Fundos de Investimento em Direitos Creditórios	2.279.338,90	1,37%	0,97%	25,00%	25,00%	25,00%	-		-0,23%	0,04%	-0,08%	-0,27%	-27,57%	-27,57%	-37,50%	-34,88%
	EM COTA	2.279.338,90	1,37%	0,97%	-	-	-	-		-0,23%	0,04%	-0,08%	-0,27%	-27,57%	-27,57%	-37,50%	-34,88%
	Alto Risco de Crédito																
	ÁTICO FIDC (ÁTICO)	2.279.338,90	1,37%	0,97%	-	-	-	-		-0,23%	0,04%	-0,08%	-0,27%	-27,57%	-27,57%	-37,50%	-34,88%
§ 1º - IV	Cédula de Produto Rural	0,00											0,00%	8,18%	8,18%	0,15%	2,80%
	CPR-F	0,00											0,00%	8,18%	8,18%	0,15%	2,80%
	Risco de Crédito Especulativo																
	USINAS ITAMARATI	0,00											0,00%	8,18%	8,18%	0,15%	2,80%

(*) Vencimento final em 18/12/2017

Monitoramento:

- ✓ (1) Reclassificação em 22/11/2017
- ✓ (2) Nota revisada em 21/02/2017 - não houve alteração
- ✓ (3) Nota revisada em 21/08/2017 - não houve alteração

OBS.: O critério de avaliação por faixa de risco foi definido pelo comitê de investimentos da Fundação.

TABELA 27. ALOCAÇÃO DE RECURSOS – RENDA VARIÁVEL

ARTIGO / INCISO (RESOLUÇÃO 3.792)	SEGMENTOS DOS INVESTIMENTOS	VALORES ATUAIS INVESTIDOS	VALORES RELATIVOS EM % SOBRE		LIMITES % DEFINIDOS NA POLITICA			DURATION	RATING NOTA	RENTABILIDADE							
			ALOCAÇÃO SEGMENTO	TOTAL	MINIMO	MÁXIMO	ALVO			out/17	nov/17	dez/17	NO TRIMESTRE	NO ANO	EM 12 MESES	ANO	
																S/CDI e IBrX- 50	S/META
Art. 19	RENDA VARIÁVEL	44.394.717,95	100,00%	18,85%	0%	70%	40%	-		-0,85%	-5,10%	6,32%	0,04%	19,12%	19,12%	-7,71%	11,82%
I	Ações de Emissão de Companhias Abertas	44.394.717,95	100,00%	18,85%	0,00%	35,00%	35,00%	-		-0,85%	-5,10%	6,32%	0,04%	19,12%	19,12%	-7,71%	11,82%
	FUNDOS	44.394.717,95	100,00%	18,85%	0,00%	35,00%	35,00%	-		-0,85%	-5,10%	6,32%	0,04%	19,12%	19,12%	-7,71%	11,82%
	SAGA SF FIA	29.782.817,12	67,09%	12,65%	-	-	-	-		-0,74%	-6,77%	5,36%	-2,50%	13,61%	13,61%	-13,22%	6,30%
	MAPFRE SF	14.611.900,83	32,91%	6,20%	0,00%	10,00%	10,00%	-		-1,08%	-1,40%	8,34%	5,67%	32,26%	32,26%	5,43%	24,95%

5.1.3.2 Renda Variável

Nesse segmento estão alocados 18,85% do total dos Ativos, alta de 1,02 pontos-base se comparado com o trimestre anterior cuja alocação era de 17,83%.

O Segmento encerrou o 4º trimestre de 2017 com 18,79% dos recursos, contra 17,83% em setembro de 2017 - alta de 0,96 ponto percentual, motivado pela valorização 2,78% do mercado acionário no trimestre, medida pelo IBrX-50, com reflexos positivos nos FIA's que constituem o Segmento de Renda Variável da Fundação. Apesar de o resultado trimestral do Segmento encontrar-se abaixo do índice de referência no período considerado, motivado pelos efeitos das incertezas quanto à votação da Reforma Previdenciária criada nos últimos três meses do ano (0,04% contra 2,78%), deve-se afirmar que há eficiência na gestão dos recursos alocados nos fundos.

Nos gráficos abaixo é possível observar o desempenho acumulado dos Fundos que constituem o Segmento de Renda Variável do Plano, tomado desde o início das gestões, desenvolvido pela SAGA-Capital e Mapfre (março de 2014 a dezembro de 2017). A primeira manteve o comportamento prudential, montando defesas para evitar perdas, caso adviesse alguma notícia surpresa; já a segunda se manteve na postura de acompanhar, com maior aderência, o desempenho do benchmark. É exatamente o mix das posturas dos gestores que reforça a convicção da existência de equilíbrio na composição da carteira.

GRÁFICO 56. DESEMPENHO FIA SAGA SF - MAIO/14 À DEZEMBRO DE 2017

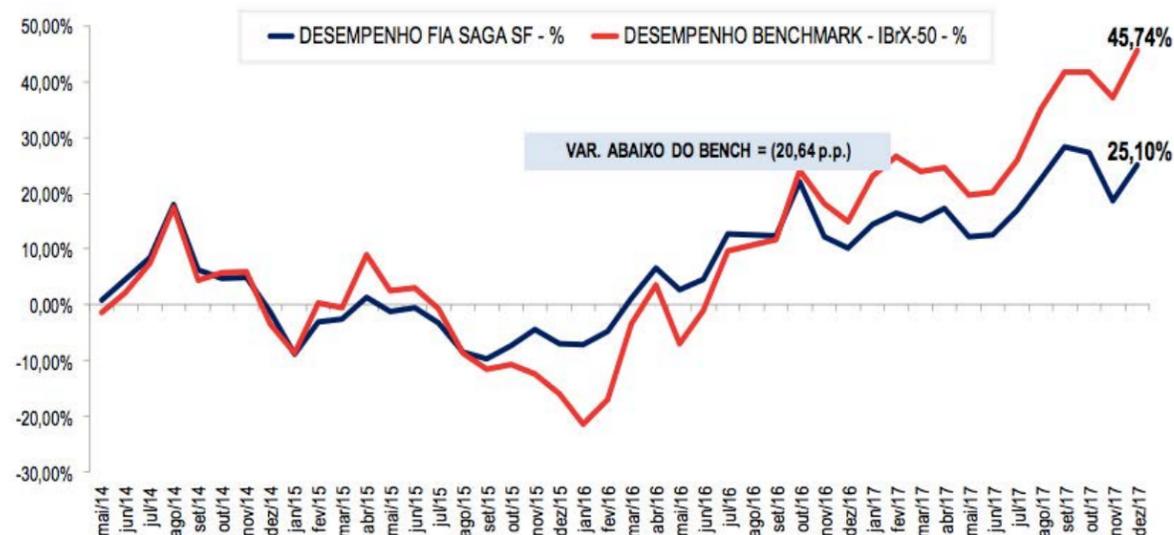


GRÁFICO 57. DESEMPENHO MAPFRE SF - MAIO/14 À DEZEMBRO DE 2017



5.1.3.3 Investimentos Estruturados

Nesse segmento estão alocados 7,86% do total dos Ativos de Investimentos. Apresentou no 4º trimestre de 2017 queda de 5,61%, contra variação negativa de 0,38% no 3º trimestre. Com este resultado, o Segmento de Investimentos Estruturados acumulou no ano queda de 28,65%, contra meta atuarial 7,31% no mesmo período, imputando divergência negativa de 35,96 pontos-base.



TABELA 28. ALOCAÇÃO DE RECURSOS – INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS

ARTIGO / INCISO (RESOLUÇÃO 3.792)	SEGMENTOS DOS INVESTIMENTOS	VALORES ATUAIS INVESTIDOS	VALORES RELATIVOS EM % SOBRE		LIMITES % DEFINIDOS NA POLITICA			DURATION	RATING NOTA	RENTABILIDADE							
			ALOCAÇÃO SEGMENTO	TOTAL	MINIMO	MÁXIMO	ALVO			out/17	nov/17	dez/17	NO TRIMESTRE	NO ANO	EM 12 MESES	ANO	
																S/CDI e IBrX- 50	S/META
Art. 20	INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS	18.508.371,27	100,00%	7,86%	0%	20%	20%	-		-0,04%	-0,08%	-6,75%	-6,86%	-29,60%	-29,60%	-39,53%	-36,91%
I	Fundos de Investimento em Participações	16.477.924,28	89,03%	7,00%	0,00%	20,00%	20,00%	-		-0,08%	-0,08%	-6,75%	-6,90%	-30,99%	-30,99%	-40,92%	-38,30%
	ENERGIA PCH FIP - JURUENA (GESTOR: VINCI PARTNERS)	11.983.627,77	64,75%	5,09%	-	-	-	-		-0,06%	-0,05%	-0,09%	-0,20%	-33,94%	-33,94%	-43,87%	-41,25%
	ÁTICO GERAÇÃO DE ENERGIA - FIP - (GESTOR: ÁTICO ASSET MANAGEMENT)	4.494.296,51	24,28%	1,91%	-	-	-	-		-0,13%	-0,12%	-20,82%	-21,02%	-21,92%	-21,92%	-31,85%	-29,23%
IV	Fundos de Investimento Multimercado	2.030.446,99	10,97%	0,86%	0,00%	10,00%	10,00%	-		0,60%	0,00%	0,02%	0,62%	6,71%	6,71%	-3,22%	-0,60%
	SAGA SNAKE FIM	2.030.446,99	10,97%	0,86%				-		0,60%		0,02%	0,62%	6,71%	6,71%	-3,22%	-0,60%



5.1.3.4 Imóveis

Neste Segmento estão alocados 1,79% do total dos Ativos de Investimentos, contra 1,23% registrado no encerramento do exercício de 2016. O incremento de 0,56 pontos-base observado na alocação do ativo prendeu-se a dois fatores: (1) A primeira reversão a favor da Carteira de Imóveis do Plano, como parte das "Garantias Provisionadas" do ativo "Cédula de Crédito Imobiliário - CCI" da M. Brasil Empreendimentos, Marketing e Negócios Ltda, relativa ao processo de recuperação das Garantias constituídas por imóveis na Cidade do Rio de Janeiro - RJ e (2) O processo de avaliação dos "Imóveis Para Renda", com objetivo

de atender a legislação vigente. Ademais, a administração da carteira imobiliária até o momento prendia-se exclusivamente a posição já existente, constituída por 56 salas comerciais no Edifício Fernandez Plaza, em Salvador - BA. A definição contida na Política de Investimento do Plano é a de promover a alienação dos imóveis, desde que as condições de mercado assim permitam. O Segmento registrou variação negativa de 18,59% no 4º trimestre, contra 5,80% no 3º trimestre, acumulando no ano variação negativa de 40,88% contra meta atuarial de 7,31%, apresentando no ano uma variação de 48,19 pontos-base abaixo da meta.

TABELA 29. ALOCAÇÃO DE RECURSOS - IMÓVEIS

ARTIGO / INCISO (RESOLUÇÃO 3.792)	SEGMENTOS DOS INVESTIMENTOS	VALORES ATUAIS INVESTIDOS	VALORES RELATIVOS EM % SOBRE		LIMITES % DEFINIDOS NA POLITICA			DURATION	RATING NOTA	RENTABILIDADE							
			ALOCAÇÃO SEGMENTO	TOTAL	MINIMO	MÁXIMO	ALVO			out/17	nov/17	dez/17	NO TRIMESTRE	NO ANO	EM 12 MESES	ANO	
																S/CDI e IBrX- 50	S/META
Art. 22	IMÓVEIS	4.214.057,18	100,00%	1,79%	0%	8%	0%	-		-0,42%	19,33%	-0,20%	18,59%	-40,88%	-40,88%	-50,81%	-48,19%
II	Imóveis para Aluguel e Renda	4.214.057,18	100,00%	1,79%	0%	8%	0%	-		-0,42%	19,33%	-0,20%	18,59%	-40,88%	-40,88%	-50,81%	-48,19%
	FERNANDEZ PLAZA	3.620.340,15	85,91%	1,54%	-	-	-	-		-0,63%	28,92%	-0,32%	27,70%	16,89%	16,89%	6,96%	9,58%
	SÃO CRISTÓVÃO	593.717,03	14,09%	0,25%	-	-	-	-		0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	-70,32%	-70,32%	-75,21%	-74,10%

5.1.3.5 Operações com Participantes - Empréstimos

Nesse segmento estão alocados 0,94% do total dos Ativos de Investimentos.

TABELA 30. ALOCAÇÃO DE RECURSOS – OPERAÇÕES COM PARTICIPANTES

ARTIGO / INCISO (RESOLUÇÃO 3.792)	SEGMENTOS DOS INVESTIMENTOS	VALORES ATUAIS INVESTIDOS	VALORES RELATIVOS EM % SOBRE		LIMITES % DEFINIDOS NA POLITICA			DURATION	RATING NOTA	RENTABILIDADE							
			ALOCAÇÃO SEGMENTO	TOTAL	MINIMO	MÁXIMO	ALVO			out/17	nov/17	dez/17	NO TRIMESTRE	NO ANO	EM 12 MESES	ANO	
																S/CDI e IBrX- 50	S/META
	OPERAÇÕES COM PARTICIPANTES	2.211.510,11	100,00%	0,94%	0%	15%	5%	-		1,08%	1,09%	0,93%	3,13%	15,27%	15,27%	5,34%	7,97%
I	Empréstimos	2.211.510,11	100,00%	0,94%	0%	15%	5%	-		1,08%	1,09%	0,93%	3,13%	15,27%	15,27%	5,34%	7,97%

5.1.4 Controle de Avaliação de Riscos

Instrução PREVIC Nº 02, de 18 de maio de 2010 - Artigo 15 - A EFPC deve elaborar, no prazo máximo de 30 (trinta) dias após a apuração da DNP, para cada vez que for observada uma das situações relacionadas a seguir, justificativa técnica e relatório de providências adotadas quanto à manutenção ou não dos ativos que compõe os recursos do Plano.

- I- DNP de segmento negativa, apurada mensalmente, por doze meses consecutivos; ou
- II- DNP de segmento negativa, acumulada nos últimos trinta e seis meses.

5.1.4.1 Avaliação de Risco - Divergência Não Planejada – DNP

A avaliação de risco, medida pela Divergência Não Planejada - DNP é definida pela diferença entre a rentabilidade verificada nos ativos e segmentos e a taxa mínima atuarial definida para o Plano.

Foi verificado que no encerramento do mês de dezembro de 2017 a DNP apresentou indicadores negativos para:

- Regra I: Segmento de Investimentos Estruturados - DNP Negativa, doze meses consecutivos;
- Regra II: Segmentos de Renda Variável; Investimentos Estruturados e Imóveis - DNP Negativa, acumulada nos últimos trinta e seis meses;

A norma determina que o Administrador Estatutário Tecnicamente Qualificado - AETQ, quando detectado a existência de infringência a qualquer das citadas regras, apresente justificativa técnica para ocorrência, e que a mesma seja por ele atestada.

TABELA 31. DIVERGÊNCIA NÃO PLANEJADA – DNP

SEGMENTO	PLANO III - BS												REFERÊNCIA: DEZEMBRO DE 2017		
	Divergência Não Planejada Nos Últimos 12 Meses												Acumulado nos 12 Meses	Desvio Padrão dos Últimos 12 Meses	Acumulado nos Últimos 36 Meses
	jan/17	fev/17	mar/17	abr/17	mai/17	jun/17	jul/17	ago/17	set/17	out/17	nov/17	dez/17			
Renda Fixa	0,62%	0,55%	0,25%	-0,36%	-0,23%	1,80%	0,96%	-0,36%	0,08%	0,16%	2,25%	0,16%	5,89%	0,82%	6,03%
Renda Variável	4,51%	1,13%	-1,96%	0,15%	-4,31%	-0,34%	3,97%	5,94%	3,70%	-1,26%	-5,90%	5,71%	11,35%	3,90%	-2,27%
Estruturados	-0,54%	-0,83%	-24,79%	-0,78%	-0,53%	-0,80%	-0,18%	-0,90%	-0,43%	-0,45%	-0,83%	-7,36%	-38,41%	7,07%	-59,34%
Imóveis	-1,05%	-3,76%	-1,28%	-1,11%	-1,11%	-45,15%	-0,53%	-0,99%	-5,45%	-0,83%	18,53%	-0,81%	-43,52%	14,38%	-76,79%
Empréstimos	0,65%	0,39%	0,54%	0,60%	0,90%	0,40%	1,31%	0,27%	0,87%	0,67%	0,29%	0,32%	7,22%	0,31%	25,44%
PLANO	1,08%	0,45%	-2,65%	-0,31%	-0,92%	-0,17%	1,33%	0,63%	0,58%	-0,15%	0,82%	0,51%	1,21%	1,07%	-4,34%

META ATUARIAL INPC + 5,26% a.a.

Regra I :..... Os Segmentos de Imóveis e Estruturados apresentaram DNP negativa consecutivamente nos últimos 12 meses;

Regra II :..... DNP negativa acumulada nos últimos 36 meses, Segmentos de Renda Variável e Estruturados.



5.1.4.2 Justificativa - Segmento de Imóveis

A Fundação São Francisco no processo de alocação de recursos no Segmento Imobiliário, à época presumia como constava dos estudos dos projetos apresentados, elevada consistência na rentabilidade, segurança, solvabilidade e liquidez futura, frente às condições do cenário macroeconômico vividas pelo país e, via com expectativas positivas, o crescimento na demanda das plantas de Escritórios e Projeções Comerciais (Shoppings, etc.). As expectativas e premissas de viabilidade econômico-financeira dos projetos adquiridos não se confirmaram ao longo do tempo, resultando, assim, em elevado custo financeiro de carregamento das posições imobiliárias para o Plano.

A Carteira de Aluguéis e Renda acumulou no período dos últimos doze meses, encerrada em dezembro de 2017 - DNP Negativa, conforme quadro acima, devido ao aumento acentuado das ofertas físicas de novos empreendimentos e a queda observada na demanda por locação de imóveis na Cidade de Salvador-BA, onde se localizam os únicos imóveis que lastreiam a carteira imobiliária para renda.

- **Estratégia:**

No período de vigência da Política de Investimento 2017/2021, além de não destinar recursos para o Segmento de Imóveis, manterá política visando diminuir a vacância das salas, busca de soluções e alternativas para alienação das unidades que, ainda, dependem fundamentalmente da melhoria do desempenho econômico, e liberação da sua escritura.

5.1.4.3 Justificativa - Segmento de Renda Variável

O mercado de capitais demonstrou no encerramento de 2017, fortes sinais de alta, confirmando o processo de reversão iniciado em março de 2016, fortalecendo a condição tática e estratégica de manter os investimentos em ações. Como se observa, já há expectativa de que em breve a apuração da Divergência Não Planejada - DNP de 36 meses se reverta, haja vista a reversão ocorrida no espaço temporal dos últimos 12 (doze) meses.

No mercado acionário brasileiro desde abril de 2014 os fundos investidos apresentam forte correlação ao benchmark (IBrX-50). Os impactos sofridos por eles ao longo dos últimos 36 meses deverão perder significado, haja vista que as gestoras estão focadas em produzir posições defensivas para os momentos de stress do mercado acionário. A volatilidade dos retornos apresentados neste relatório demonstra inequivocamente que os fundos veem trabalhando defensivamente, minimizando os riscos de mercado.

- **Estratégia:**

Considerada adequada para os objetivos do Plano no longo prazo, a Fundação perseguirá a concentração definida por estudo de ALM. Os desempenhos gerados pelos aspectos conjunturais da economia estão impactando o resultado global da estratégia, no entanto, não há ação imediata a ser tomada. As gestões dos Fundos Exclusivos – FIA's estão devidamente ajustadas à Política de Investimento de 2017/2021 estabelecida nos seus respectivos Regulamentos, e mais, os retornos gerados, analisado na relação Risco x Retorno, apresentam em vários momentos indicadores melhores que àqueles obtidos pela indústria, conforme demonstrado no item próprio deste relatório.

5.1.4.4 Justificativa - Segmento de Investimentos Estruturados

O Segmento de Investimentos Estruturados é detentor de 8,76% dos ativos do Plano, constituído pelos Fundos de Investimentos em Participações- FIP's e Fundo Multimercado, a saber:

- (i) **Energia PCH-FIP – Projeto Juruena:**

Os ativos existentes nos fundos são principalmente cotas das usinas hidrelétricas (PCH's) de Juruena.

- (ii) **Ático Geração Energia:**

Ativos constituídos por ações da Bolt Energia S/A, principal ativo do Fundo.

- (iii) **Fundo Multimercado:**

Ativo utilizado somente com vista à administração das disponibilidades para atender as despesas do Plano. Os recursos em D+1 dia são os motos principais para sua utilização.

A Diretoria de Finanças participa ativamente na busca de alternativas para possibilitar o desinvestimento dos FIP's acima identificados, prejudicada pela conjuntura do setor e da economia como um todo. O Comitê Estratégico de Investimentos - CEI encontra-se atento às ações dos gestores e do setor. Vale ressaltar que os Fundos encontram-se em processo de desinvestimento, com regras ainda a definir pelos potenciais investidores junto aos Gestores e Administradores dos ativos.

• **Estratégia:**

Por se tratar de investimentos com visão de longo prazo e os projetos já terem sido finalizados, estando produzindo e vendendo energia, a Política de Investimento de 2017/2021 previu a sua permanência no portfólio, uma vez que não se esperava no contexto econômico dos próximos anos, ao menos até final de 2018, alteração que permita a venda dos ativos do fundo com apropriação da mais valia de ordem adequada. Seja como for, não se pode, objetivamente, prever a realização do desinvestimento dos ativos no momento atual, restando assim, somente manter a posição existente até que se encontrem interessados e os Gestores programe os planos de desinvestimentos, em conformidade com o regulamento dos respectivos Fundos.

5.1.5 Operações Coursadas no Exercício de 2017

Este tópico explora os procedimentos operacionais da Diretoria de Finanças na gestão da carteira própria, apresentando como se deram as operações realizadas, envolvendo compra e venda de Títulos Públicos. No decorrer do 4º trimestre de 2017, as operações de "Arbitragem" entre vencimentos agregaram ganhos e, são operações táticas, dentro da manutenção da estratégia contida na Política de Investimento 2017/2021.

As poucas operações realizadas no decorrer do 4º trimestre, haja vista o processo de Saldamento Plano, consistiu mais fortemente em concentrar as aplicações em papéis de vencimento mais curtos, com precificações a "Mercado", com objetivo de atender todo o processo de cisão, imputando as mesmas condições de riqueza e valor aos participantes de planos distintos.

Cumprindo a legislação vigente, Resolução CGPC nº 21 de 25/09/2007, apresenta-se abaixo a Tabela contendo as Operações Coursadas em Títulos Públicos Federais - NTN/B; NTN/Fe LFT no decorrer do exercício de 2017 as quais, se antecipa, respeitaram efetivamente o intervalo indicativo contido no relatório disponibilizado pela ANBIMA - "Mercado

TABELA 32. OPERAÇÕES CURSADAS – TÍTULOS PÚBLICOS

VENDAS						
Data	Título	Tx. Mínima	Tx. Indicativa	Tx. Máxima	Tx. Operação	Volume - R\$ -
13/01/2017	NTN-B 2045	5,2100	5,5931	5,8968	5,6900	6.243.225,09
	NTN-B 2050	5,1800	5,5700	5,8638	5,6400	6.178.238,82
18/01/2017	NTN-B 2055	5,0876	5,5546	5,7738	5,5700	5.951.271,69
15/03/2017	NTN-B 2019	4,7038	5,0846	5,5199	5,2200	8.988.010,36
26/04/2017	NTN-F 2027	9,7300	10,3200	10,7200	10,3700	4.045.862,17
03/05/2017	NTN-F 2027	9,6400	10,2400	10,6300	10,2600	4.515.710,80
22/05/2017	NTN-F 2027	9,4400	11,7400	12,3900	11,6800	2.193.877,33
17/07/2017	NTN-F 2027	9,6700	10,2000	10,8300	10,3200	6.439.840,25
20/07/2017	NTN-F 2027	9,5100	10,0500	10,6700	10,1500	6.440.461,55
01/09/2017	NTN-B 2016	4,6700	4,9800	5,2800	5,0200	22.591.608,21
06/09/2017	NTN-F 2027	9,4700	9,9900	10,6200	10,1000	4.015.259,06
	NTN-F 2027	9,4700	9,9900	10,6200	10,1000	1.916.903,53
17/11/2017	LFT 2018	- 0,0034	-	0,0045	0,0005	12.806.926,73
TOTAL.....						92.327.195,59
COMPRAS						
Data	Título	Tx. Mínima	Tx. Indicativa	Tx. Máxima	Tx. Operação	Volume - R\$ -
13/01/2017	NTN-F 2027	10,3791	11,0622	11,6303	10,8500	6.241.212,72
	NTN-F 2027	10,3791	11,0622	11,6303	10,8500	6.174.205,83
18/01/2017	NTN-B 2023	5,2752	5,6927	5,9830	5,5700	5.950.949,09
02/02/2017	NTN-B 2022	5,4881	5,8300	6,1814	5,7200	2.237.896,03
16/02/2017	NTN-F 2027	9,6926	10,4376	10,9469	10,2000	3.975.543,28
15/03/2017	NTN-B 2026	5,0118	5,3255	5,6828	5,3300	8.986.212,53
05/04/2017	NTN-F 2027	9,8000	9,3500	9,9800	10,3400	1.966.141,08
26/04/2017	NTN-B 2045	5,1200	5,4200	5,6500	5,3100	4.045.636,20
03/05/2017	NTN-B 2045	5,0700	5,3500	5,6000	5,2800	6.830.064,63
15/05/2017	NTN-B 2035	4,8933	5,0900	5,3921	5,0200	4.167.445,93
22/05/2017	NTN-B 2026	4,8400	6,1700	6,5000	5,7000	2.192.808,06
02/06/2017	NTN-B 2026	5,4500	5,7400	6,0600	5,6400	2.438.606,49
07/07/2017	NTN-B 2026	5,3600	5,6800	5,9700	5,5500	998.905,16
17/07/2017	NTN-B 2026	5,1200	5,3200	5,7300	5,2800	6.437.607,52
20/07/2017	NTN-B 2045	5,1200	5,4000	5,7500	5,3300	6.038.226,57
17/08/2017	NTN-B 2045	4,9500	5,3100	5,5700	5,2400	3.580.878,76
01/09/2017	LFT 2018	- 0,0073	0,0020	0,0101	-	22.586.778,05
04/09/2017	NTN-B 2022	4,2900	4,5100	4,9300	4,4000	6.442.395,74
06/09/2017	LFT 2018	- 0,0074	0,0020	0,0101	-	5.932.109,23
17/11/2017	NTN-B 2045	5,2000	5,3700	5,7300	5,3000	18.329.550,21
TOTAL.....						125.553.173,11

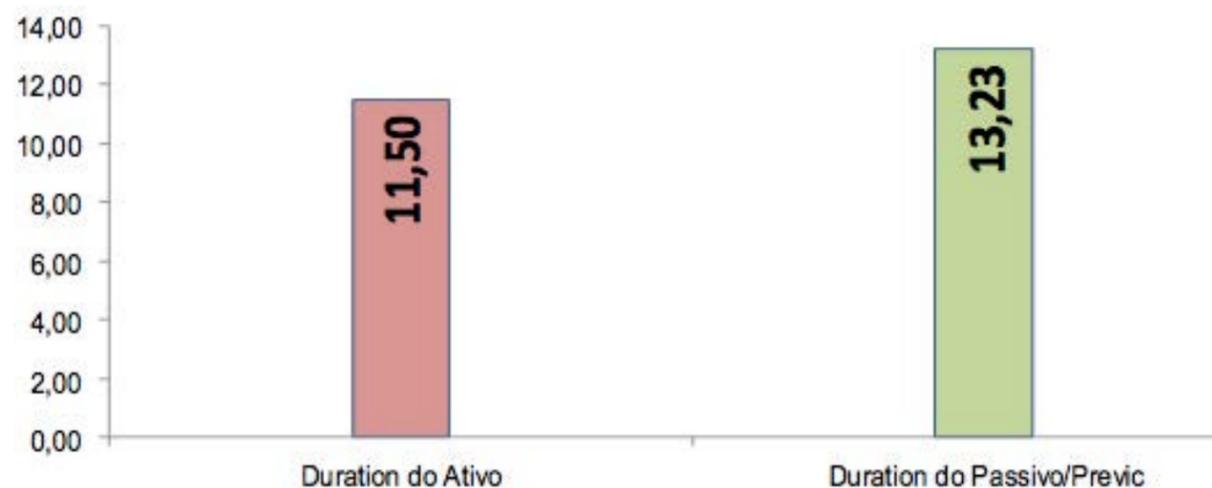
Todas as taxas negociadas na compra das NTN/B's ficaram dentro do intervalo indicativo disponibilizado pela ANBIMA - "Mercado Secundário de Títulos Públicos", o qual é utilizado como parâmetro para verificação da taxa de mercado, em consonância com o que determina a Resolução CGPC Nº 21 de 25/09/2007. O relatório da ANBIMA reflete a média dos preços das operações cursadas no mercado no dia da operação, portanto, as taxas das operações não apresentaram divergências em relação ao mercado.

Os documentos para a análise e precificação encontram-se devidamente arquivados na Gerência de Finanças podendo ser requisitados pelos órgãos de controle para apreciação quanto à veracidade das afirmações contidas neste relatório. Os quadros apresentados refletem a síntese da documentação, espelhando com fidedignidade dos fatos ocorridos.

5.1.6 Duration do Plano

Vale lembrar, que o acompanhamento do indicador é apresentado pelo total dos ativos contidos no Segmento de Renda Fixa, entretanto, quando da elaboração dos elementos obrigatórios definidos pela PREVIC, esta leva em consideração somente a carteira de NTN's precificadas na "Curva".

GRÁFICO 58. EVOLUÇÃO DA DURATION



No encerramento do 4º trimestre de 2017 o índice alcançou 11,50 anos, constituído pelos ativos proporcionais à cisão do Plano na data de 30.11.2017. Mesmo com o comportamento da curva de juros fora do padrão, muitas das aquisições das NTN's foram marcadas para serem levadas a resgate. Nesse rol estão papéis com vencimentos mais curtos e alguns longos (2023 a 2055), entretanto, absolutamente ajustados no sentido de atender as exigências do fluxo de caixa do passivo, o qual alçou 13,23 anos calculados pelo modelo Previc.

Duas observações importantes na estrutura do duration:

I. O Indicador apresentado no encerramento do 4º trimestre de 2017 do Plano III/ Saldado, após a cisão, foi devido à aplicação em vencimentos de maior prazo, visando aproveitar as elevações de taxas de longo prazo e fechamento das de curto prazo. A estratégia de se utilizar de arbitragem entre vencimentos produziu ganhos adicionais de rentabilidade. Essa estratégia é aplicada somente aos ativos necessários a manutenção da liquidez do Plano e, não produz descompasso entre a alocação de ativos e passivos;

II. A carteira mantida a resgate, devido a normas editadas pela PREVIC, como a recente Portaria 30 de 21/01/2016, está apresentando duration menor que a do passivo, fato que atende a lógica da legislação, onde a mesma obriga que essa carteira tenha o indicador menor que o do passivo, devido a isso a Diretoria de Finanças aproveita o rol de NTN's que possibilite atender adequadamente a Norma, sempre buscando aproveitar à diferença de precificação provocada pela taxa de juros do passivo aplicada sobre o ativo para evidenciar a ausência de déficit no Plano. A distorção identificada na legislação produz a necessidade de acompanhamento da carteira visando à adoção de medidas de ajustes necessários para melhor aproveitar os aspectos da norma em favor do plano, sempre focando em ações onde o investimento possa contribuir para reduzir as perspectivas de possíveis aumentos de encargos aos participantes.

5.1.7 Rentabilidade Bruta X Rentabilidade Líquida do Plano - Instrução Previc Nº 5, de 01.11.2013.

TABELA 33. RENTABILIDADE BRUTA X RENTABILIDADE LÍQUIDA

SEGMENTOS	INVESTIMENTOS	RENTABILIDADE	
		LÍQUIDA	BRUTA
RENDA FIXA	166.187.040,48	13,72%	14,78%
RENDA VARIÁVEL	44.394.717,95	19,12%	20,92%
INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS	18.508.371,27	-29,60%	7,91%
IMÓVEIS	4.214.057,18	-40,88%	-40,88%
OPERAÇÕES COM PARTICIPANTES	2.211.510,11	15,27%	15,27%
TOTAL	235.515.696,99	8,55%	13,33%

5.2 CONTÁBIL

QUADRO 27. BALANÇO PATRIMONIAL

Valores em R\$ mil

ATIVO	Exercício	PASSIVO	Exercício
	2017		2017
DISPONÍVEL	17	EXIGÍVEL OPERACIONAL	676
		Gestão Previdencial	573
		Investimentos	103
REALIZÁVEL	284.408	EXIGÍVEL CONTINGENCIAL	309
Gestão Previdencial	44.587	Investimento	309
Gestão Administrativa	5.656		
Investimentos	234.165	PATRIMÔNIO SOCIAL	283.441
Títulos Públicos	157.128	Patrimônio de Cobertura do Plano	277.113
Créditos Privados e Depósitos	6.780	Provisões Matemáticas	286.006
Fundos de Investimento	65.182	Benefícios Concedidos	196
Investimentos Imobiliários	4.214	Benefícios a Conceder	285.811
Empréstimos e Financiamentos	654	Equilíbrio Técnico	(8.893)
Depos. Jud. Recursais	207	Resultados Realizados	(8.893)
		(-) Déficit Técnico Acumulado	(8.893)
		Fundos	6.327
		Fundos Administrativos	5.656
		Fundos dos Investimentos	671
TOTAL DO ATIVO	284.426	TOTAL DO PASSIVO	284.426

QUADRO 28. DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO

Valores em R\$ mil

DESCRIÇÃO	Exercício	Variação
	2017	(%)
A) Ativo Líquido - início do exercício	-	-
1. Adições	277.115	100,00
(+) Contribuições	275.055	100,00
(+) Resultado Positivo Líquido dos Investimentos - Gestão Previdencial	2.060	100,00
2. Destinações	(1)	100,00
(-) Benefícios	(1)	100,00
3. Acréscimo/Decréscimo no Ativo Líquido (1+2)	277.113	100,00
(+/-) Provisões Matemáticas	286.006	100,00
(+/-) Superávit / Déficit Técnico do Exercício	(8.893)	100,00
B) Ativo Líquido - final do exercício (A+3)	277.113	100,00
C) Fundos não previdenciais	6.327	100,00
(+/-) Fundos Administrativos	5.656	100,00
(+/-) Fundos dos Investimentos	671	100,00

QUADRO 29. DEMONSTRAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO

Valores em R\$ mil

DESCRIÇÃO	Exercícios	Variação
	2017	(%)
1. Ativos	284.426	100,00
Disponível	17	100,00
Recebível	50.243	100,00
Investimento	234.165	100,00
Títulos Públicos	157.128	100,00
Créditos Privados e Depósitos	6.780	100,00
Fundos de Investimento	65.182	100,00
Investimentos Imobiliários	4.214	100,00
Empréstimos e Financiamentos	654	100,00
Depos. Jud. Recursais	207	100,00
2. Obrigações	985	100,00
Operacional	676	100,00
Contingencial	309	100,00
3. Fundos não Previdenciais	6.327	100,00
Fundos Administrativos	5.656	100,00
Fundos dos Investimentos	671	100,00
4. Ativo Líquido (1-2-3)	277.113	100,00
Provisões Matemáticas	286.006	100,00
Superávit/Déficit Técnico	(8.893)	100,00

QUADRO 30. DEMONSTRAÇÃO DAS PROVISÕES TÉCNICAS DOS PLANOS DE BENEFÍCIOS

Valores em R\$ mil

DESCRIÇÃO	Exercício	Variação
	2017	(%)
Provisões Técnicas (1+2+3+4+5)	278.770	100,00
1. Provisões Matemáticas	286.006	100,00
1.1. Benefícios Concedidos	196	100,00
Benefício Definido	196	100,00
1.2. Benefício a Conceder	285.811	100,00
Benefício Definido	285.811	100,00
2. Equilíbrio Técnico	(8.893)	100,00
2.1. Resultados Realizados	(8.893)	100,00
(-) Déficit Técnico Acumulado	(8.893)	100,00
3. Fundos	671	100,00
3.1. Fundos dos Investimentos - Gestão Previdencial	671	100,00
4. Exigível Operacional	676	100,00
4.1. Gestão Previdencial	573	100,00
4.2. Investimentos - Gestão Previdencial	103	100,00
5. Exigível Contingencial	309	100,00
5.2. Investimentos - Gestão Previdencial	309	100,00

QUADRO 31. DEMONSTRAÇÃO DO PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA - CONSTITUIÇÃO/REVERSÃO DO FUNDO ADMINISTRATIVO - PLANO DE BENEFÍCIO III – SALDADO

DESCRIÇÃO	Valores em R\$ mil	
	Exercícios 2017	Variação (%)
A) Fundo Administrativo do Exercício Anterior	-	-
1. Custeio da Gestão Administrativa	88	100,00
1.1. Receitas	88	100,00
Custeio Administrativo dos Investimentos	88	100,00
2. Despesas Administrativas	171	100,00
2.1. Administração Previdencial	83	100,00
Pessoal e encargos	55	100,00
Treinamentos/congressos e seminários	0	100,00
Serviços de terceiros	15	100,00
Despesas gerais	9	100,00
Depreciações e amortizações	0	100,00
Tributos	3	100,00
2.2. Administração dos Investimentos	88	100,00
Pessoal e encargos	52	100,00
Treinamentos/congressos e seminários	1	100,00
Viagens e estadias	1	100,00
Serviços de terceiros	23	100,00
Despesas gerais	9	100,00
Depreciações e amortizações	0	100,00
Tributos	2	100,00
3. Constituição/Reversão de Contingências Administrativas	-	-
4. Reversão de Recursos para o Plano de Benefícios	-	-
B) Fundo Administrativo do Exercício Atual (A+4)	(82,59)	-

5.2.1 Notas Explicativas

5.2.1.1 Composição do Ativo

5.2.1.1.1 Gestão Previdencial

Constituída por provisões de contribuições a receber:

- a) Codevasf – R\$ 44.396 mil;
- b) São Francisco – R\$ 191 mil.

5.2.1.1.2 Gestão Administrativa

O valor registrado corresponde à participação do Plano de Benefícios I no Fundo Administrativo é de R\$ 5.655 mil. A constituição se deu basicamente pelo resultado produzido pelos investimentos do PGA, haja vista que todo o custeio foi consumido pelas despesas incorridas no exercício relativamente aos eventos necessários a gestão do plano.

5.2.1.1.3 Gestão de Investimentos

Antes de identificarem-se os valores investidos, é importante observar que os quadros do plano não possuem a coluna relativa a 2016, haja vista que a data efetiva de sua constituição ocorreu em 30/11/2017.

Os registros dos Investimentos estão detalhados nos quadros a seguir:

TABELA 34. PROGRAMA DE INVESTIMENTOS

Valores em R\$ mil

Plano Benefício Saldado	2017
Investimentos	234.165
Títulos Públicos	157.128
A mercado	157.128
Créditos Privados e Depósitos	6.780
Companhias Abertas	6.780
Fundos de Investimento	65.182
Multimercado	2.030
Direitos Creditórios - FIDC	2.279
Ações - FIA	44.395
Participações/FIP	16.478
Investimentos Imobiliários	4.214
Empréstimos	654
Depos. Jud. Recursais	207

A composição dos investimentos no encerramento de 2017, por vencimento, identifica que a gestão continua a focar o longo prazo, entretanto, a alocação de curto prazo com valores a vencer em até um ano evidencia também, a realidade quanto à maturidade do plano, tendo em vista o grande número de participantes já elegíveis à aposentadoria.

a) Distribuição dos Investimentos:
TABELA 35. DISTRIBUIÇÃO DOS INVESTIMENTOS

Valores em R\$ mil

EXERCÍCIO 2017			
DESCRIÇÃO	Até 1 ano	de 1 a 5 anos	Mais de 5 anos
Dívida Pública Mobiliária Federal	4.484	8.346	144.298
NOTAS DO TESOURO NACIONAL - NTN-B	-	8.346	144.298
LETRA FINANCEIRA DO TESOURO - LFT	4.484	-	-
Emissão de Companhias Abertas	-	3.032	-
DEBÊNTURES	-	3.032	-
CEMIG - GT	-	3.032	-
Securizadoras	-	1.015	2.732
CRI	-	1.015	2.732
BRC SECURITIZADORA	-	1.015	-
INFRASEC SECURITIZADORA	-	-	2.732
TOTAL	4.484	12.394	147.030

TABELA 36. FUNDOS DE INVESTIMENTOS

Valores em R\$ mil

EXERCÍCIO 2017				
DESCRIÇÃO	SEM VENCIMENTO	Até 1 ano	de 1 a 5 anos	Mais de 5 anos
Direitos Creditórios	-	-	2.279	-
ÁTICO FIDC - Gestor: ÁTICO	-	-	2.279	-
Multimercado	2.030			
FIM - SAGASNAKE - Gestor: SAGA	2.030	-	-	-
Ações	44.395			
FIA SAGA SF (SAGA)	29.783	-	-	-
FIA MAPFRE SF - Gestor: MAPFRE	14.612	-	-	-
Participações	16.478	-	-	-
ENERGIAPCH JURUENA - Gestor: INFRAASSET	11.984	-	-	-
GERAÇÃO DE ENERGIA - Gestor: ÁTICO	4.494	-	-	-
TOTAL	62.903	-	2.279	-

b) Segmento de Renda Variável – AÇÕES:

Os Fundos de Investimento em Ações – FIA SAGA SF - É um Fundo com gestão da SAGA - Consultoria e Gestão de Investimentos Financeiros Ltda.; FIA MAPFRE SF - É um Fundo com gestão da MAPFRE - Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S/A. Ambos foram construídos com segregação das funções de custódia, administração e gestão, observando-se o fato de que as instituições participantes não fizessem parte dos mesmos grupos econômicos, em obediência a determinação do órgão fiscalizador (PREVIC), constante do Relatório de Fiscalização - RF N° 7/13/CFDF/PREVIC, de 13.09.2013. Para a consecução nos moldes definidos, a São Francisco contratou, e assim consta dos respectivos regulamentos, o Banco Itaú na figura de responsável pela custódia e, o BNY – Mellon como administrador. Os fundos foram constituídos sob a forma de condomínio aberto e com prazo indeterminado, com comunhão de recursos destinados à aplicação em títulos de valores mobiliários, admitidos pela legislação em vigor para classificá-los como fundos de ações, inclusive as Instruções n° 409/2004; 450/2007; 456/2007; 465/2008; 512/2011 e 522/2012 publicadas pela CVM, observando ainda, as limitações contidas nas Políticas de Investimentos dos planos. Os Fundos destinam-se especificamente a receber os investimentos, direta e indiretamente dos planos geridos e administrados pela Fundação São Francisco de Seguridade Social - SÃO FRANCISCO. Ficou ainda consignado nos regulamentos deles que o benchmark (referencial de rentabilidade a ser perseguido pela gestão do fundo) será o Índice IBrX-50.

QUADRO 32. FUNDOS DE INVESTIMENTOS EM AÇÕES – FIA

Valores em R\$ mil

ITENS	ATIVOS	INSTITUIÇÕES	2017
1	FUNDO DE INVESTIMENTO EM AÇÕES - FIA/SAGA SF	SAGA - CONSULTORIA E GESTÃO DE INVESTIMENTOS	29.783
2	FUNDO DE INVESTIMENTO EM AÇÕES - FIA/MAPFRE SF	MAPFRE - DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VAL. MOB.	14.612
TOTAL			44.395

c) Segmento de Investimentos Estruturados:

Os investimentos no Segmento de Investimentos Estruturados, classificação criada somente a partir da edição da Resolução N° 3.792, de 24.09.2009 – CMN, por definição da norma aqui citada, deve abrigar os ativos com as seguintes características:

Art. 20. São classificados no Segmento Investimentos Estruturados:

I. As cotas de fundos de investimento em participações e as cotas de fundos de investimentos em cotas de fundos de investimento em participações;

II. As cotas de fundos de investimento em empresas emergentes;

III. As cotas de fundos de investimento imobiliário; e

IV. As cotas de fundos de investimento e as cotas de fundos de investimento em cotas de fundos de investimento classificados como multimercado cujos regulamentos observem exclusivamente a legislação estabelecida pela CVM, aplicando-se os limites, requisitos e condições estabelecidos a investidores que não sejam considerados qualificados, nos termos da regulamentação da CVM.

QUADRO 33. FUNDOS DE INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS

Valores em R\$ mil

ITENS	ATIVOS	INSTITUIÇÕES	2017
1	PARTICIPAÇÕES - FIP's		16.478
1.1	ENERGIA PCH FIP/ JURUENA	GESTORA: MNCI PART NERS	11.984
1.2	ÁTICO GERAÇÃO DE NERGIA - FIP	GESTORA: ÁTICO - ASSET MANAGEMENT	4.494
3	MULTIMERCADO		2.030
3.1	SAGA- SNAKE - FIM	SAGA - CONSULTORIA E GESTÃO DE INVESTIMENTOS	2.030
TOTAL			18.508

d) Segmento de Investimentos Imobiliários:

O quadro abaixo evidencia a distribuição dos investimentos no Segmento de Imóveis ainda existentes na carteira:

QUADRO 34. SEGMENTO DE INVESTIMENTOS IMOBILIÁRIOS

Valores em R\$ mil

ITENS	CARTEIRA DE ALUGUÉIS E RENDA	2017
1	VALOR DO IMÓVEL (2 + 3 + 4)	4.159
2	TERRENOS	1.915
3	CONSTRUÇÃO	2.437
4	(-) DEPRECIÇÃO	-192

Valores em R\$ mil

ITENS	CARTEIRA DE ALUGUÉIS E RENDA FERNANDEZ	2017
1	VALOR DO IMÓVEL (2 + 3)	3.566
2	TERRENOS	1.321
3	CONSTRUÇÃO	2.245

Observações:

O imóvel de propriedade da Fundação São Francisco (56 Salas do Empreendimento Ed. Fernandez Plaza – Salvador-BA), foram todas reavaliados pela empresa Instituto Urbano Métrica Pesquisa e Desenvolvimento de Projetos Ltda., com laudo de avaliação 6766/17, reconhecendo-se os seus efeitos na apuração dos resultados no respectivo exercício social. A reavaliação tem seus laudos datados de 24 de novembro de 2017, em conformidade com o art. 36 da Resolução CMN nº 3.792, de 24 de setembro de 2009. Os documentos referentes ao laudo emitido pela empresa avaliadora obedecem às diretrizes fixadas pela ABNT, na NBR nº 14653, de 2004, tendo sido utilizado como critério de avaliação o “Método Comparativo”, visando apurar o “Valor de Mercado” de cada unidade.

Valores em R\$ mil

ITENS	CARTEIRA DE ALUGUÉIS E RENDA SÃO CRISTOVÃO	2017
1	VALOR DO IMÓVEL (2)	594
2	TERRENOS	594

Observações:

Destaca-se que no mês de junho de 2017, foi processado o ingresso do imóvel na carteira do Plano de Benefício I, localizado na Rua São Cristóvão nº 950, cidade do Rio de Janeiro/RJ, adjudicado, como resultado da hasta pública sem arrematante. Havia na carteira do plano, provisão para perdas com investimento representadas pelas Cédulas de Crédito Imobiliário - CCI de emissão da M. Brasil Empreendimentos, Marketing e Negócios Ltda, tais cédulas contavam com Garantias Fiduciárias representadas por imóveis, sendo um deles o acima descrito. Em batalha processual travada na comarca do Rio de Janeiro, o deslinde da ação culminou no mês de junho, quando depois dos leilões disciplinados pelo código civil, onde não apareceram 3º interessados, só restou às entidades, entre elas a Fundação São Francisco, proceder a adjudicação do bem visando algum ressarcimento da perda. Importante salientar que no todo o processo ainda não findou, as fundações credoras ainda devem levar a leilão mais dois imóveis, tão logo liberados pela justiça daquele estado.

A participação da São Francisco, em função dos Planos de Benefícios I e III, o plano Codeprev ainda não existia na época em que se deu a aquisição dos citados títulos, corresponde a 17,59% do total dos créditos representados pelas CCI's, logo, esse percentual é o correspondente a parte que cabe a fundação sobre o imóvel.

O montante dos créditos representados pela CCI foram apurados pelo agente fiduciário da emissão em R\$ 64,5 milhões, portanto, a cota parte dos planos correspondia a R\$ 11,3 milhões. A dúvida existente até o momento reside no valor atual do bem, cuja impossibilidade de ser avaliado reside no fato de as entidades não possuírem a posse do bem. A propriedade já se encontra devidamente escriturada em nome dos credores com o competente registro no Cartório de Registro de imóveis, assim sendo a tradição já ocorreu. A Fundação São Francisco por determinação do Conselho Fiscal e de seu AETQ, estabeleceram como sendo o preço mais apropriado para o custo do bem o valor constante do carnê do IPTU. Isso tendo em vista não se poder atender, no formato definido na IN 34/2009 – CGPC, anexo A, inciso 19, letra J, o valor justo. A base de cálculo para apuração do valor do citado imposto, como consta do carnê é de R\$ 8.388.610,00, apurando-se os 17,59% desse valor chega-se a R\$ 1.475.556,50, valor adotado como custo do bem. Diante desse procedimento, até que seja apurado o valor justo do imóvel, a situação da recuperação parcial das perdas com a CCI fica assim apresentada, olhando-se somente a parte relativa aos 17,59% da participação dos planos I e III da São Francisco: valor de quitação apurado dos créditos em R\$ 11,3 milhões; valor de custo admitido atualmente para o bem em R\$ 1,475 milhões; perda provável, em relação a parte da dívida quitada, sem ainda a avaliação do bem a preço justo corresponde a R\$ 9,896 milhões.

Importante ressaltar que o resultado do exercício depois de cotejado todos os eventos relatados, foi impactado positivamente em R\$ 1.475 milhões, distribuídos entre os planos na razão da cisão, 40,2368%. A prática adotada teve como fundamento o procedimento melhor, visando não superavaliar nem subavaliar as receitas, mas, encontrar o seu valor mais próximo ao justo.

Prudência e neutralidade foram os conceitos mais buscados, respeitando o reconhecimento do Princípio da Competência, para que o plano BD pudesse transferir também, o valor justo para o plano III, em face da operação de saldamento. Isso foi possível tendo em vista que mesmo as provisões para perda existente no primeiro sofressem o rateio no momento da cisão nos mesmos 40,2368%.

e) Segmento de Operações C/ Participantes:

Distribuição dos investimentos no Segmento de Operações C/ Participantes ("Empréstimos"):

QUADRO 35. SEGMENTO DE OPERAÇÕES C/ PARTICIPANTES

Valores em R\$ mil

ITENS	CARTEIRA DE EMPRÉSTIMOS	2017
1	VALOR DA CARTEIRA (2 + 3)	2.211
2	ADIMPLENTES	2.211
3	INADIMPLENTES	-
4	(-) PROVISÃO PARA PERDA	-1.557
LIQUIDO DA CARTEIRA (1 + 4)		654

f) Provisões para Perda:

Diante da inadimplência de emissores estão constituídas provisões para perda em estrita observação à legislação vigente, conforme demonstra-se no quadro a seguir. Esclarece-se por oportuno que, o resultado produzido pelos investimentos e consignados como patrimônio social estão líquidos das referidas provisões, portanto, seu impacto já está consignado como resultado dos exercícios em que ocorreram.

QUADRO 36. PROVISÕES PARA PERDA

Valores em R\$ mil

ITENS	DATA	ATIVOS	INSTITUIÇÕES	VALOR PROVISIONADO 2017
1	01/09/2009	DEBÊNTURES	ULBRA RECEBÍVEIS S/A	2.024
2	01/06/2011	CÉDULAS DE CRÉDITO IMOBILIÁRIO - CCI's	M.BRASIL - EMPREEND. MARKETING E NEGÓCIOS LTDA	4.593
3	30/06/2011	CDB's / PÓS-FIXADOS	BANCO MORADA S/A	1.126
4	SPC nº 34 de 24/09/2009	EMPRÉSTIMOS P/ PARTICIPANTES	FUNDAÇÃO SÃO FRANCISCO DE SEGURIDADE SOCIAL-SF	2
TOTAL				7.745

As provisões para perdas sobre a carteira de empréstimos são calculadas segundo a Instrução SPC nº 34 de 24/09/2009, Anexo A, II Procedimentos Operacionais, item 11:

11. Na constituição da provisão referente aos direitos creditórios de liquidação duvidosa devem ser adotados os seguintes percentuais sobre os valores dos créditos vencidos e vincendos:

- a. **25% (vinte e cinco por cento) para atrasos entre 61 (sessenta e um) e 120 (cento e vinte) dias;**
- b. **50% (cinquenta por cento) para atrasos entre 121 (cento e vinte e um) e 240 (duzentos e quarenta) dias;**
- c. **75% (setenta e cinco por cento) para atrasos entre 241 (duzentos e quarenta e um) e 360 (trezentos e sessenta) dias; e**
- d. **100% (cem por cento) para atrasos superiores a 360 (trezentos e sessenta) dias.**

A administração da entidade possui entendimento de que os registros das provisões são um ato de prudência e conservadorismo, entretanto, dado que as reservas de poupança são consignadas como garantia aos mútuos concedidos, o plano se tiver alguma perda ela será em monta muito menor do que os valores provisionados. Numa análise com um pouco mais de acuidade fica evidente duas possibilidades na perda do vínculo empregatício: - i) resgate da reserva: - na oportunidade faz-se o confronto de conta entre os haveres e o saldo devedor do mutuo, entregando-se a sobra ao ex-participante; - ii) entrada em gozo de benefício: - nesse caso, as prestações do mutuo descontadas na folha da patrocinadora passarão a ser descontadas na folha de benefício. Como se observa o saldo devedor terminará por ser liquidado, sem produzir qualquer perda para os investimentos do plano.

5.2.1.2 Composição do Passivo

5.2.1.2.1 Gestão Previdencial

Corresponde aos fatos inerentes à atividade Previdencial, pagamentos de benefícios e resgates de reserva, estando composta dos seguintes registros:

a) **Valores a Restituir – R\$ 573 mil;**

Na conta de Valores a Restituir foi provisionado o valor de R\$ 573 mil referente às reservas de

poupança dos ex-participantes do Plano de Benefícios I que ainda não efetuaram o resgate, conforme relatório emitido pelo Gerente de Benefícios.

5.2.1.2.2 Gestão de Investimentos

- a) **Investimentos Imobiliários – R\$ 14 mil;**
- b) **Custeio Administrativo dos Investimentos – R\$ 88 mil;**

Merece destaque o montante de R\$ 88 mil que corresponde à provisão para a cobertura do custeio dos investimentos (Taxa de administração) a ser pago pelo Plano de Benefício. O montante apurado com base nos gastos incorridos na gestão administrativa dos investimentos, apropriado no mês dezembro/2017 e liquidado em janeiro/2018.

5.2.1.2.3 Exigível Contingencial

O valor de R\$ 308 mil representa o montante de demandas ajuizadas. Para a maioria delas foram realizados depósitos judiciais registrados no ativo, à conta de depósitos judiciais, em respeito às definições legais.

5.2.1.2.4 Patrimônio Social

Representado pela soma das reservas registradas nos planos de Benefício Definido e Contribuição Definida tendo sua formação composta conforme a seguir:

a) **Provisões Atuariais**

Conforme determina a Lei nº 109, de 29 de maio de 2001, que dispõe sobre o regime de previdência complementar, as avaliações das reservas matemáticas devem ser realizadas a cada exercício social. Neste sentido as reservas matemáticas do Plano foram avaliadas em 31/12/2017, e os valores devidamente registrados no balanço são os encontrados como resultado da aplicação das premissas atuariais, definidas pelo atuário externo em estudo técnico de adequação. Esclarece-se ainda que os elementos estatístico-financeiros empregados foram devidamente avaliados pelas instâncias de governança da entidade: - Conselho Deliberativo e a Diretoria Executiva aprovaram o estudo técnico de adequação; o Conselho Fiscal emitiu parecer sobre a adequação; tudo em conformidade com os dispositivos normativos vigentes.

O cálculo atuarial leva em consideração fatores biométricos da massa – expectativa de vida e composição familiar, e fatores econômicos - crescimento real de salários, rotatividade (desligamento do Plano de Benefícios) e taxa de inflação. Nos cálculos desenvolvidos tendo por base as hipóteses aprovadas no estudo de adequação destacam-se as Reservas de Benefícios

Concedidos (reservas já constituídas relativas ao valor presente dos desembolsos futuros com benefícios já em gozo) e a Reserva de Benefícios a Conceder (valor presente gerado pelo fluxo dos valores de benéficos a serem pagos deduzidos das contribuições a receber dos participantes, atualmente ativos, empregados nas patrocinadoras). Em síntese pode-se definir o total das reservas como sendo o valor presente dos compromissos futuros.

Alterações na composição de dados biométricos impactam mais ou menos fortemente o resultado da avaliação e, fica claramente identificado que se trata de dados apurados "ex-post", ou seja, depois de observados. O atuário elabora o plano de custeio, por estimativa, mas, somente ao final de cada exercício social, coteja o que foi previsto com o que se obteve de concreto, daí as divergências são ajustadas e devidamente identificadas em cada avaliação processada. São variáveis absolutamente livres, fora de controle, ao longo do exercício social, e as suas divergências em relação ao observado versus o estimado são consideradas como fatos estruturais a impactar o plano.

Em dezembro de 2017 o atuário reavaliou as reservas de benefícios concedidos e a conceder, respectivamente em R\$ 195 mil e R\$ 285.810 mil, como sendo os montantes necessários para cobrirem as obrigações do plano para com seus participantes.

Cabe relatar que a taxa de juros real do Plano Saldado, utilizada para a avaliação atuarial de 31/12/2017 foi de 4,90% a.a. No estudo quanto a taxa de juros da carteira de ativos do plano, essa foi identificada como 5,02% a.a., diante disso propôs o AETQ que, a taxa para efeito de utilização atuarial passasse a ser de 4,90% a.a. O estudo devidamente aprovado pelos órgãos de governança da entidade, e identificados pelo atuário do plano com sendo a melhor expressão, foi aquele identificado preambularmente, já que atendia a aderência confirmada por meio de estudo técnico preconizado na Instrução Previc nº 23, de 26 de junho de 2015.

Destaque-se que a contabilidade tem somente a obrigação de proceder ao registro, depois de as reservas terem sido devidamente aprovadas pelos órgãos de governança da entidade, como define os diplomas normativos. Nesse contexto, estão a cargo do atuário as necessárias explicações dos fenômenos que produziram o resultado, como estampa o conteúdo do Anexo I, parte integrante destas NOTAS EXPLICATIVAS, de responsabilidade do escritório Jessé Montello – Serviços Técnicos em Atuária e Economia Ltda., atuário externo elaborador das avaliações atuariais do Plano de Benefícios I signatário da mesma.

b) Equilíbrio Técnico

O resultado do exercício de 2017 foi à formação de um déficit de R\$ 8.893 mil. O qual foi encontrado devido a vários fatores como consta das Demonstrações Atuariais - DA parte integrante desta nota. Sem descer a detalhes, que podem ser obtidos na competente explicação contida no DA, refere-se o comentário contido como fato relevante adiante descrito, mais, a redução das taxas real de juros empregada para desconto do fluxo atuarial.

5.2.1.2.5 Fundos

a) Previdencial:

Por se tratar de plano na modalidade benefício definido e não constar em seu plano de custeio a existência de fundos da natureza especificada, não há qualquer registro contábil.

b) Administrativo:

A existência de Fundo Administrativo decorre do processo de cisão do Plano I – plano de origem, e para seu valor foi aplicada a mesma proporcionalidade da cisão dos demais ativos no plano.

O Fundo Administrativo foi constituído pelo saldo apurado cotejando-se as receitas com os gastos administrativos. A técnica tem respaldo na Resolução CNPC nº 8, de 31 de outubro de 2011 e, no exercício, fechou com R\$ 5.655 mil.

É importante destacar que esse registro no ativo do Plano confere-lhe tratamento semelhante ao lançamento advindo do resultado da equivalência patrimonial existente nas empresas detentoras de parte do capital de outra empresa. O resultado apresentado é a parte que coube ao plano, originado do resultado do PGA.

Deve-se ressaltar, ainda, que o saldo apurado do fundo está composto pelo saldo remanescente do permanente, apurados pelo encontro do custo de aquisição menos as depreciações acumuladas, mais os valores investidos nos mercados financeiros e de capitais pelo próprio PGA.

c) Investimento:

O Fundo de Investimento possui a finalidade de quitar os saldos devedores dos empréstimos na eventualidade do falecimento de mutuário. Trata-se, em última análise, de um seguro constituído para cobrir o infortúnio. Os recursos para a formação desse Fundo são provenientes única e exclusivamente por sobrecarga imposta aos participantes mutuários, não tendo, portanto, fonte Previdencial. O saldo atual perfaz R\$ 671 mil e está convenientemente adequada à frequência e impacto esperados, segundo a Área de Finanças da Fundação.

5.2.2 Fato Relevante 1:

Em 30/11/2017, foi efetivada a cisão do Plano I (BD Fechado) dando origem ao Plano III (saldado), em conformidade com o "Relatório Circunstanciado Para o Saldamento dos Benefícios do Plano de Benefícios I e Criação do Plano Saldado" e com o "Termo de Cisão", que integra o processo administrativo nº 44011.000336/2016-94, tendo o Saldamento sido autorizado pela Portaria Nº 929, de 25/09/2017, da DILIC/PREVIC.



6. Plano de Gestão Administrativa - PGeA



6.1 ADMINISTRAÇÃO

6.1.1 Aspectos Gerais da Gestão

O Plano de Gestão Administrativa - PGA da São Francisco tem por finalidade a gestão de planos de benefícios previdenciais, com a prestação de serviços na gestão administrativa previdencial e administrativa de investimento.

GRÁFICO 59. RECURSOS RECEBIDOS



GRÁFICO 60. DEMONSTRATIVO HISTÓRICO DAS RECEITAS



As receitas do PGA são compostas exclusivamente por recursos procedentes das fontes definidas em seu Regulamento: taxas de carregamento incidente sobre as contribuições aos Planos I e II, conforme definidas nos respectivos Planos de Custeio; reembolso das despesas com a gestão dos investimentos; taxa de administração de Empréstimos a Participantes e remuneração dos recursos do próprio PGA.

As despesas com a gestão administrativa dos investimentos, objeto de reembolsos ao PGA pelos planos, encontram-se registradas na conta contábil 4.2.2. A sua formação advém da sistemática de rateio dos gastos administrativos apropriados conforme definido na Diretriz Orçamentária, com base no funcionograma da entidade, entre gestão administrativa previdencial e a gestão administrativa de investimentos.

A rentabilidade do Fundo Administrativo é proveniente dos recursos investidos pelo próprio PGA, e que estão contabilizados no seu realizável, portanto, ativos que formam o citado Fundo. Até o momento, os recursos nele existente foram constituídos integralmente pelo Plano I, tendo em vista que o Plano II encontra-se em fase inicial de acumulação de reservas e não há sobras para a formação de fundos específicos.

GRÁFICO 61. DESPESAS REALIZADAS

Despesas Administrativas

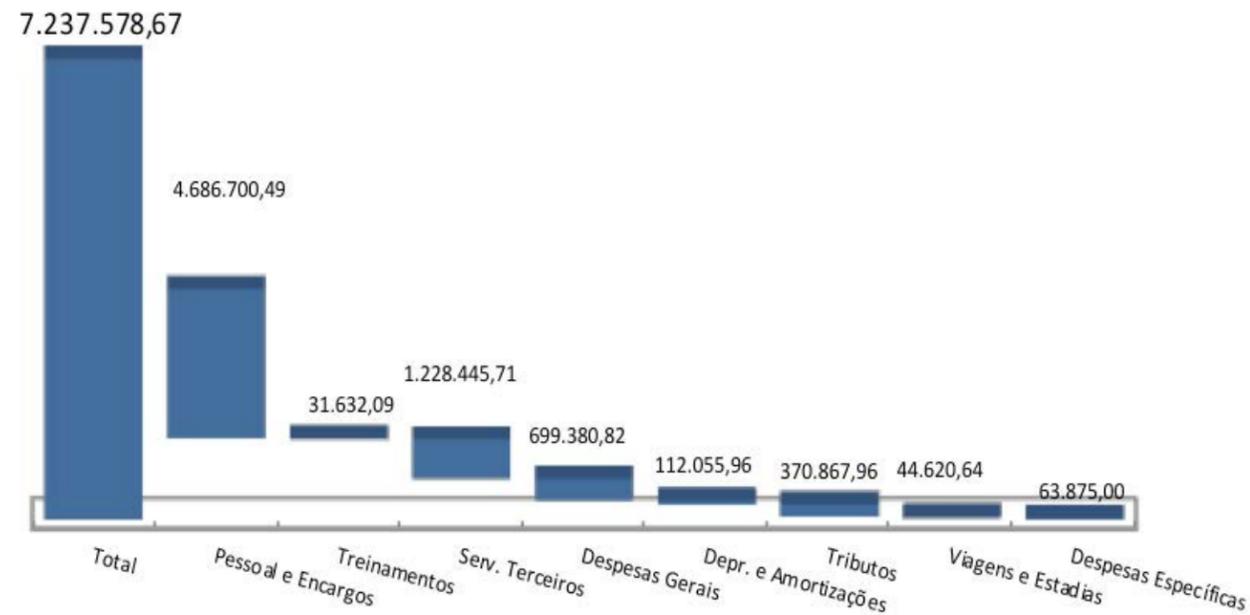
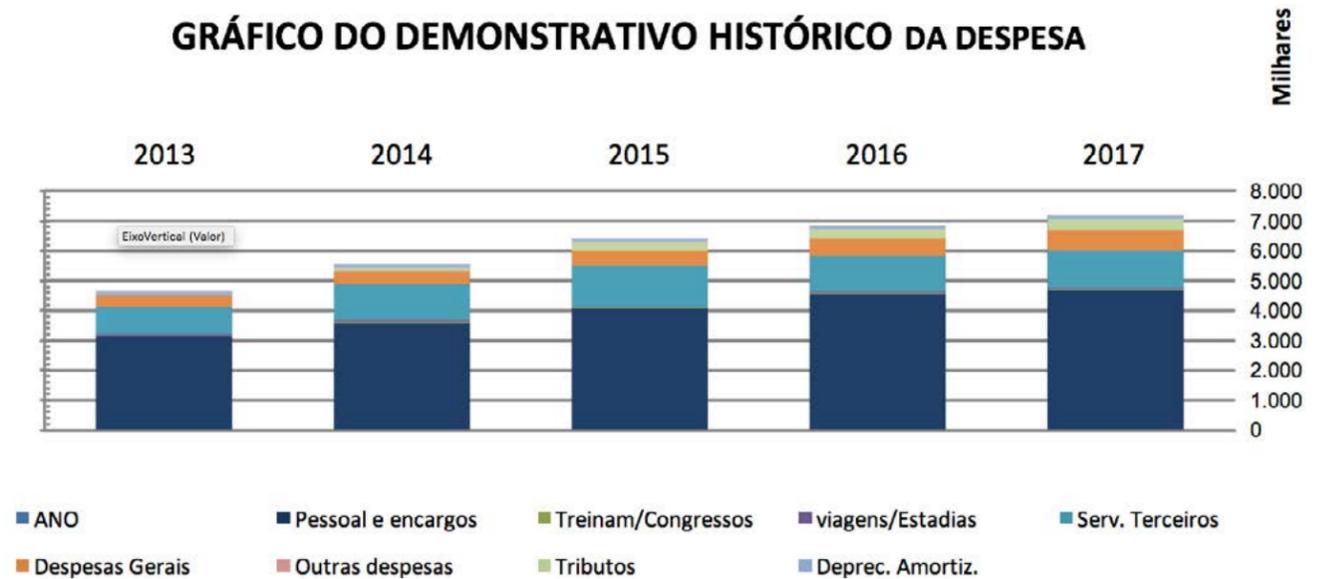


GRÁFICO 62. DEMONSTRATIVO HISTÓRICO DA DESPESA

GRÁFICO DO DEMONSTRATIVO HISTÓRICO DA DESPESA



Do quadro acima chama-se a atenção ao fato de que os exercícios são apresentados em moeda corrente, o que gera a percepção de haver um crescimento dos gastos globais de um ano para outro, entretanto, esse crescimento, em linhas gerais, é somente a reposição da inflação.

No que concerne a estratificação dos gastos fica evidente que os grupos se comportam semelhantemente ano a ano, entretanto, observando-se mais atentamente, é perceptível que o grupo tributos teve seu comportamento alterado ao longo do tempo, evidenciando a investida arrecadadora do Governo, principalmente a partir de 2015, quando a entidade deixou de promover o depósito judicial das incidências de PIS e COFINS, para passar a pagá-los, haja vista a alteração da lei que retirou os indicativos de que os recursos das EFPC não estavam apontados na norma vigente até 2014.

TABELA 37. ACOMPANHAMENTO DO CUSTEIO

DESCRIÇÃO	ADM PREVIDENCIAL	%	ADM INVESTIMENTOS	%	RESULTADO APLICAÇÃO	%	TOTAL	%
Receita	1.895.280,00	23,77	3.151.987,98	39,52	2.927.713,09	36,71	7.974.981,07	100
Despesa	4.085.590,69	56,45	3.151.987,98	43,55			7.237.578,67	100
Diferença	-2.190.310,69	(30,26)	0,00	0,00	2.927.713,09		737.402,40	9,25

A soma da receita arrecadada mais os rendimentos obtidos das aplicações financeiras do Fundo Administrativo cobriram todos os gastos. As ações realizadas no sentido de obter melhores rendimentos no mercado financeiro foram bastante produtivas, conduzindo ao excelente resultado no quarto trimestre.

As adequações dos investimentos às melhores oportunidades oferecidas pelo mercado financeiro resultaram no excelente rendimento que atingiu 58,01% do total dos recursos vertidos pelas demais fontes no quarto trimestre, cujo desempenho está evidenciado no quadro acima. A soma da receita arrecadada mais os rendimentos obtidos das aplicações financeiras do Fundo Administrativo, cobriram todos os gastos e geraram uma sobra equivalente a 9,25%, os quais foram destinados à constituição do Fundo Administrativo.

6.1.2 Indicadores de Gestão - Benchmarks

6.1.2.1 O IDG II - Indicadores de Desempenho de Gestão:

Este parágrafo se destina a mostrar os resultados do IDG II, são indicadores relevantes na avaliação do desempenho das entidades do segmento de previdência complementar fechada. Essa ferramenta disponibilizada pela Abrapp se constitui em um sistema de informações comparativas que permite a análise da posição de cada entidade no mercado de fundos de pensão.

Neste trimestre apresentamos os últimos resultados coletados entre as entidades filiadas a Abrapp, com dados atualizados até o mês novembro/2017. Eles permitem comparar o desempenho da São Francisco com outras entidades e proporciona uma visão geral do comportamento das fundações por região ou de acordo com seu porte.

Os Parâmetros usados para geração dos gráficos comparativos levaram em consideração a localização geográfica, porte financeiro e previdenciário das entidades e força de trabalho que compõem a base de dados do IDG II. Desta forma a base formada para comparação deste trimestre foi o resultado obtido pelos filtros: 1 – Entidades cadastradas no IDG II; Entidades com porte financeiro entre R\$ 500 milhões e 2 bilhões de Reais; 2 –; 3 – Número de Participantes e Assistidos 4.

GRÁFICO 63. INDICADORES DE DESEMPENHO COMPARADO



Gráfico 1 - Compara a despesa administrativa com 85 entidades com patrimônio de R\$ 100 mi a 2 bi. Nesse comparativo a despesa se estabeleceu acima da média, porém dentro do desvio padrão.



Gráfico 2 - Neste gráfico, os filtros usados para sua elaboração foram: Total de participantes e assistidos e Patrimônio entre 500 mi e 2 bilhões. O resultado mostra a Despesa Administrativa situada abaixo da média.

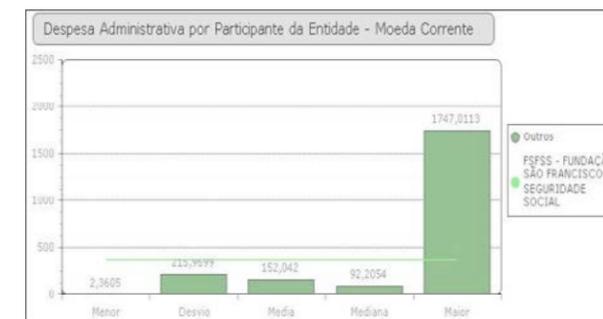


Gráfico 3 - A despesa administrativa por participante ficou acima da média comparada com as entidades participantes da base do IDGII.



Gráfico 4 - Esta análise demonstra a situação da Fundação, comparada com as entidades filiadas a Abrapp com até 25 colaboradores.



Gráfico 5 - A taxa de carregamento São Francisco calculada até novembro/2017, ficou um pouco acima da média verificada entre as entidades participantes da Abrapp.

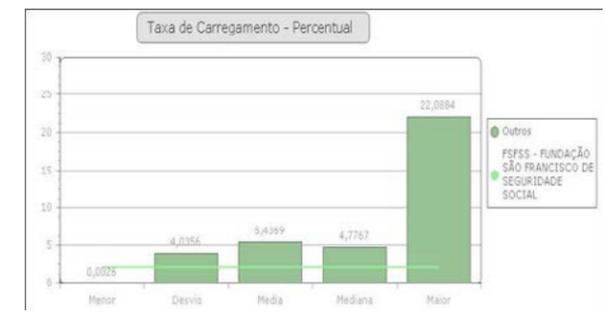
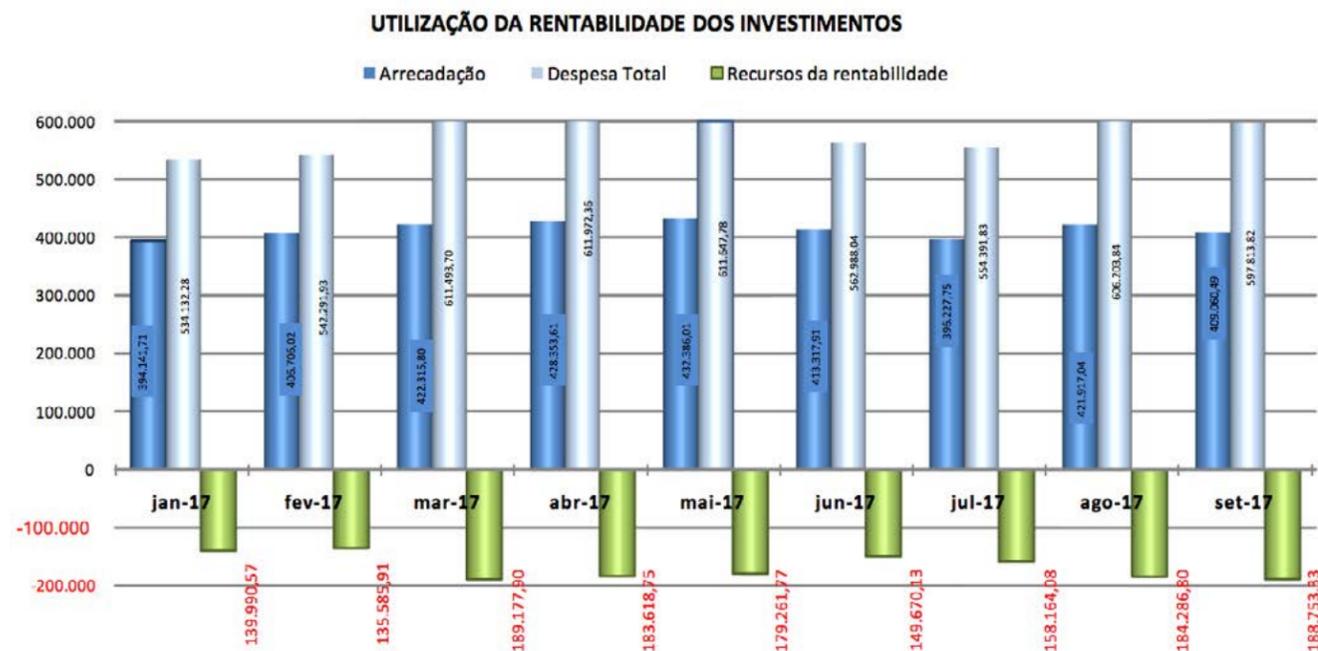


Gráfico 6 - A Taxa de Administração da Fundação situou-se acima da média quando comparada com as entidades participantes do IDGII da Abrapp.

As análises ilustradas acima demonstram que a despesa administrativa da São Francisco se mantém compatível quando comparada com as entidades que compõem a base do IDGII. Embora o gráfico da Despesa administrativa Em relação por participantes da entidade, demonstre que a Fundação se situou acima da média. Os demais indicadores mostram que o desempenho da Fundação se manteve em ótima situação, nessa comparação geral dos quatro trimestres de 2017.

6.1.3 Remuneração dos Investimentos

GRÁFICO 64. PARTICIPAÇÃO DO RESULTADO DOS INVESTIMENTOS



Conforme demonstrado no gráfico, houve necessidade de utilização de recursos provenientes dos rendimentos das aplicações para fazer face à cobertura do total dos gastos. Esses valores estão representados pelas colunas situadas abaixo do eixo zero.

No quarto trimestre de 2017, o total dos gastos administrativos foi executado dentro das estimativas orçamentárias. Contudo, devido às necessidades atinentes ao processo de saldamento dos benefícios do Plano BD 1, registramos alterações relevantes que descrevemos a seguir: despesas de consultorias relativas ao processo de saldamento do plano BD 1 superaram as estimativas orçamentárias em R\$ 51.771,33; despesas relativas a Serviços Gráficos situaram-se acima do valor orçado em R\$ 14.658,60; a conta Remessas e Correspondências, estimada em R\$ 44.701,68 terminou o exercício 52,03%, ou R\$ 23.260,00 acima do projetado; a atualização do Seguro de responsabilidade civil, estimado em R\$ 9.615,60 teve reajuste de 65,29% gerando uma diferença a maior de R\$ 7.779,00 acima do estimado no orçamento.

TABELA 38. CUSTEIO – BASE DE CÁLCULO E LIMITES LEGAIS

DADOS DOS PLANOS PARA O CUSTEIO ADMINISTRATIVO		LIMITE DE CUSTEIO ADMINISTRATIVO (RES/CGPC 29/2009)	VALOR LIMITE
Soma das contribuições e dos benefícios	R\$ 107.097.567	9%	R\$ 9.638.781,04
Montante dos recursos garantidores	R\$ 702.516.324	1%	R\$ 7.025.163,24
TRANSFERÊNCIA P/O CUSTEIO 1º SEMESTRE			
Valor transferido para o custeio administrativo p/fins de controle do limite		5.047.267,98	4,71
(Soma das receitas previdenciais e de investimentos)			0,72

O limite para o custeio administrativo, previsto na Resolução CGPC/Nº 29/2009, corresponde a 9% do somatório das despesas e receitas previdenciárias (taxa de carregamento) ou 1% do ativo total (taxa de administração). Assim, no quarto trimestre de 2017, como demonstrado no quadro acima, o custeio atendeu a ambos os limites.

Com relação aos indicadores de gestão, os mesmos constam do Regulamento do Plano de Gestão Administrativa, sendo que seus valores limites para 2017 foram estabelecidos pelo Conselho Deliberativo quando da aprovação do orçamento. Esses indicadores comportaram-se da seguinte forma:

- Custeio administrativo total em relação ao ativo total – limite estabelecido de 1,2%, sendo que esse percentual atingiu 1,05%.
- Despesa administrativa previdencial por número de participantes – limite de R\$ 2.300,00/participante/ano, sendo que esse valor ficou em R\$ 2.105,97/participante/ano.
- Despesa administrativa de investimentos em relação aos recursos garantidores – limite de 1%, sendo que percentual redundou em 0,45%.

Assim, três dos indicadores de gestão administrativa adotados para 2017, tiveram seus valores no exercício situados dentro dos limites fixados pelo Conselho Deliberativo.

TABELA 39. ACOMPANHAMENTO ORÇAMENTÁRIO

DISCRIMINAÇÃO DAS DESPESAS	ORÇADO		REALIZADO		DIFERENÇA	
	(R\$)	%	(R\$)	%	(R\$)	%
PESSOAL E ENCARGOS	4.723.490	66,90	4.686.700	64,72	36.790	0,78
DIRIGENTES	1.453.940	20,59	1.355.812	18,72	98.128	7,24
PESSOAL PRÓPRIO	3.269.550	46,31	3.330.888	46,00	(61.339)	-1,84
TREINAMENTOS/CONGRESSOS	40.350	0,57	31.632	0,44	8.717	27,56
VIAGENS E ESTADIAS	60.905	0,86	44.621	0,62	16.285	36,50
SERVIÇOS DE TERCEIROS	1.120.108	15,86	1.227.043	16,94	(106.935)	-8,71
DESPESAS GERAIS	604.574	8,56	700.784	9,68	(96.209)	-13,73
TAFIC - PLANO I	63.875	0,90	63.875	0,88	-	0,00
TAFIC - PLANO II	3.875	0,05	3.875	0,05	(3.875)	0,00
TRIBUTOS	334.358	4,74	370.868	5,12	(36.510)	-9,84
DEPRECIACIONES E AMORTIZACIONES	109.190	1,55	112.056	1,55	(2.866)	-2,56
T O T A L	7.060.725	100	7.241.454	100	(180.729)	-2,56

O orçamento de 2017 foi projetado com base nos gastos incorridos até o mês de outubro de 2016, último mês fechado contabilmente antes da elaboração do orçamento.

A execução orçamentária demonstrada no Quadro 3 mostra que neste exercício, o total da despesa situou-se acima da previsão orçamentária em 2,56%. As contas orçamentárias que tiveram maior participação nesse resultado estão explanadas no parágrafo que esclarece a utilização dos recursos oriundos dos rendimentos das aplicações do PGA, ilustradas no Gráfico 5-Participação Do Rendimento Dos Investimentos.

Concluimos que a projeção orçamentária se manteve aderente à despesa encerrando o exercício abaixo do orçado, mesmo considerando a atipicidade do período, caracterizada pelo processo de saldamento que gerou despesas não estimadas ou acima das estimativas adotadas. Desta forma, a Fundação cumpriu todo o exercício de 2017 sem eventos que prejudicassem sua operação.

6.2 INVESTIMENTO

6.2.1 Enquadramento

O Plano de Gestão Administrativa - PGA objetiva a cobertura dos gastos com a administração da Fundação São Francisco de Seguridade Social - SÃO FRANCISCO, necessários às gestões dos Planos de Benefícios.



TABELA 40. ALOCAÇÃO DE RECURSOS

ARTIGO / INCISO (RESOLUÇÃO 3.792)	SEGMENTOS DOS INVESTIMENTOS	VALORES ATUAIS INVESTIDOS CARTEIRA PRÓPRIA	VALORES RELATIVOS EM % SOBRE		LIMITES % DEFINIDOS NA POLITICA			DURATION	RATING	RENTABILIDADE								
			ALOCAÇÃO SEGMENTO	TOTAL	MINIMO	MÁXIMO	ALVO			out/17	nov/17	dez/17	NO TRIMESTRE	NO ANO	EM 12 MESES	ANO		
																S/CDI	S/REFERÊNCIA *	S/TAXA INDICATIVA
Art. 18	RENDA FIXA	10.917.569,59	100,00%	93,94%	100%	100%	100%	15,37		0,89%	13,04%	0,54%	14,66%	22,19%	22,19%	12,26%	14,75%	16,55%
I	Dívida Pública Mobiliária Federal	10.917.569,59	100,00%	93,94%	100,00%	100,00%	100,00%	15,37		0,89%	13,04%	0,54%	14,66%	22,19%	22,19%	12,26%	14,75%	16,55%
	NOTAS DO TESOURO NACIONAL - NTN-B	10.917.569,59	100,00%	93,94%	-	-	-	15,37	Soberano	0,89%	13,04%	0,54%	14,66%	22,38%	22,38%	12,45%	14,94%	16,74%
	NOTAS DO TESOURO NACIONAL - NTN-F (*)	0,00	0,00%	0,00%									0,00%	3,41%	3,41%	-1,46%	0,54%	1,41%
Art. 20	INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS	704.451,71	100,00%	6,06%	0%	20%	20%	-		0,62%	0,61%	0,57%	1,81%	9,97%	9,97%	0,04%	2,53%	4,33%
IV	Fundos de Investimento Multimercado	704.451,71	100,00%	6,06%	0,00%	10,00%	10,00%	-		0,62%	0,61%	0,57%	1,81%	9,97%	9,97%	0,04%	2,53%	4,33%
	SAGA SNAKE FIM	704.451,71	100,00%	6,06%				-		0,62%	0,61%	0,57%	1,81%	9,97%	9,97%	0,04%	2,53%	4,33%
PROGRAMA DE INVESTIMENTOS		11.622.021,30		100,00%				15,37		0,85%	11,96%	0,55%	13,53%	21,08%	21,08%	11,15%	13,64%	15,44%

O Enquadramento corresponde diretamente às decisões estratégicas e táticas de investimentos, as quais objetivaram alcançar rentabilidade compatível com a "Taxa de Referência do Plano" (INPC+5,26%), assim como os riscos compatíveis com os compromissos de cobertura dos gastos administrativos. A estrutura de investimento está concentrada nos "Segmentos de Renda Fixa" e "Investimentos Estruturados", encontrando-se no encerramento do 4º Trimestre de 2017, em conformidade com os limites da sua Política de Investimento 2017/2021, aprovada pelo Conselho Deliberativo.

Os Investimentos acumularam em dezembro de 2017 o valor total de R\$ 11.622.021,30 contra R\$ 11.607.950,69 em dezembro de 2016, acumulando no ano crescimento de 0,12%.

GRÁFICO 65. ENQUADRAMENTO LEGAL

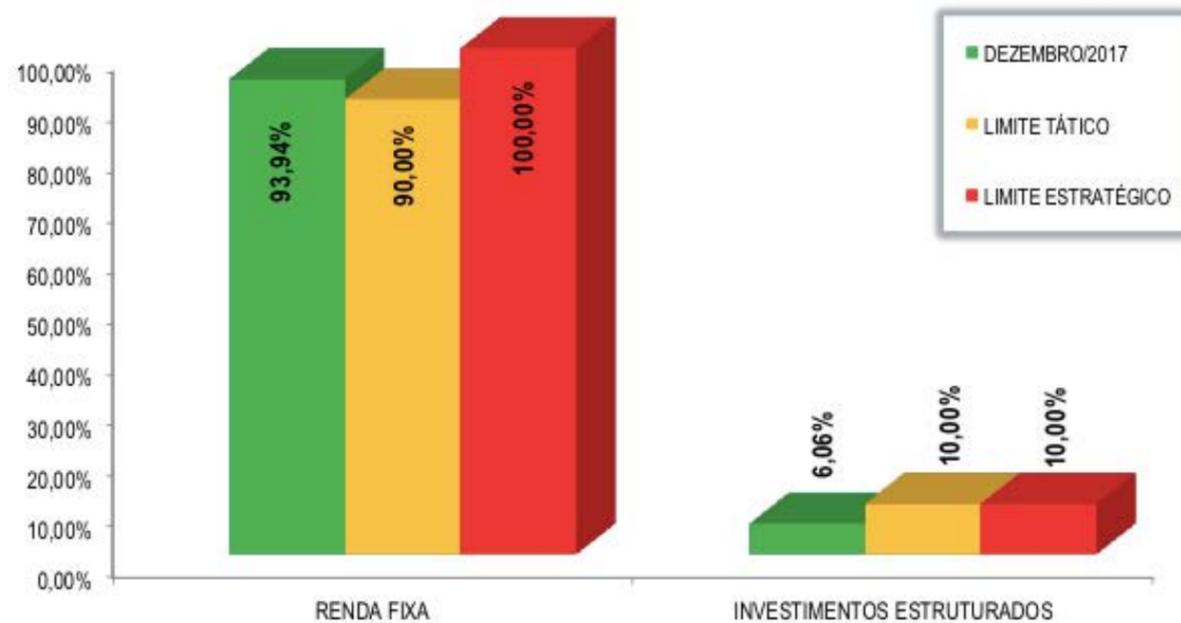


TABELA 41. ENQUADRAMENTO LEGAL

ENQUADRAMENTO ACUMULADO DOS INVESTIMENTOS - % - 2016 x 2017 - PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA - PGA							
SEGMENTOS DE APLICAÇÃO	2016		2017		POLÍTICA DE INVESTIMENTOS		LIMITE LEGAL
	VALOR (R\$)	% DE ALOCAÇÃO	VALOR (R\$)	% DE ALOCAÇÃO	LIMITE TÁTICO	LIMITE ESTRATÉGICO	RESOLUÇÃO Nº 3.792 - CMN
RENDA FIXA	10.768.176,62	92,77%	10.917.569,59	93,94%	90,00%	100,00%	100,00%
RENDA VARIÁVEL	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00%	0,00%	70,00%
INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS	839.774,07	7,23%	704.451,71	6,06%	10,00%	10,00%	20,00%
INVESTIMENTOS NO EXTERIOR	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00%	0,00%	10,00%
IMÓVEIS	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00%	0,00%	8,00%
OPERAÇÕES C/ PARTICIPANTES	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00%	0,00%	15,00%
PROGRAMA DE INVESTIMENTOS	11.607.950,69	100%	11.622.021,30	100%			
(+) Disponível - Conta 11	14.200,79	CRESCIMENTO NOMINAL	4.740,61				
(-) Exigível de Investimentos	0,00		-13.114,05				
ATIVOS DE INVESTIMENTOS	11.622.151,48	↑ 0,12%	11.613.647,86				

Comentários:

Destaca-se por oportuno que a elevada concentração no Segmento de Renda Fixa, alocado em Títulos Públicos Federais, com 93,94% dos ativos de investimentos e a baixa concentração no Segmento de Investimentos Estruturados com 6,06% dos ativos, se devem ao estrito cumprimento do Regulamento do PGA.

6.2.2 Rentabilidade

A rentabilidade nominal do Plano de Gestão Administrativa - PGA, relativa ao 4º trimestre de 2017 foi de 13,53%, acumulando no ano 21,08%. Descontada a Taxa de Referência (INPC sem defasagem + 5,26% a.a.), que acumulou no ano 7,44%, o desempenho dos investimentos do Plano ficou acima da Taxa de Referência em 13,64 pontos-base.

6.2.2.1 Segmento de Renda Fixa

No 4º trimestre de 2017 a rentabilidade do Segmento de Renda Fixa alcançou 14,66%, contra 2,22% registrada no 3º trimestre, acumulando no ano alta de 22,19%, frente à Taxa de Referência de 7,44%, superando-a em 14,75 pontos-base. Apesar do ganho elevado no período, não se deve contar com esse mesmo comportamento ao longo do próximo ano, dado as dificuldades do Governo central em aprovar junto ao Congresso as reformas Fiscal e Previdenciária, aliada as incertezas quanto aos resultados das eleições de 2018, com reflexos no comportamento das taxas de juros futuro, podendo aumentar acentuadamente a sua volatilidade.

6.2.2.2 Segmento de Investimentos Estruturados

O Segmento apresentou no 4º trimestre de 2017 alta de 1,81%, contra variação positiva de 2,24% no 3º trimestre de 2017. Com este resultado, o Segmento de Investimentos Estruturados acumulou no ano alta de 9,97%, contra Taxa de Referência de 7,44% no mesmo período, imputando divergência positiva de 2,53%. A alocação neste Segmento encontra-se em um Fundo Multimercado utilizado somente com vista à administração das disponibilidades para pagamento das despesas administrativas do Plano.

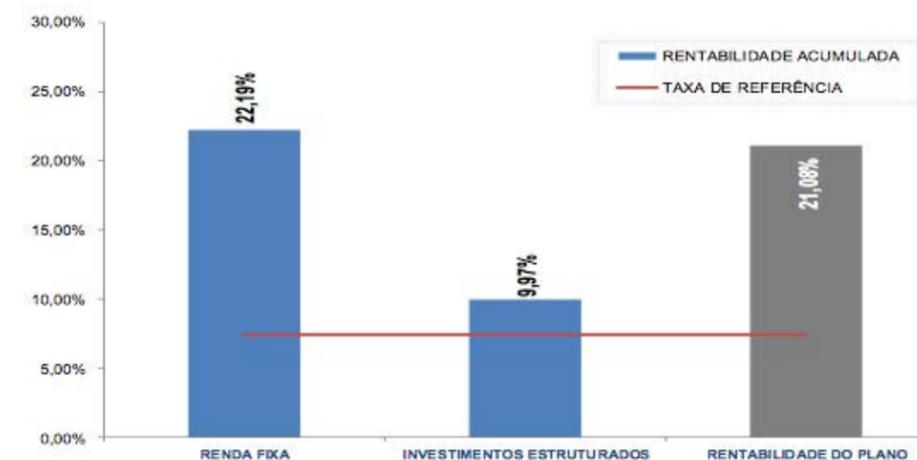


GRÁFICO 66. RENTABILIDADE POR SEGMENTO

TABELA 42. RENTABILIDADE POR SEGMENTO

SEGMENTOS DOS INVESTIMENTOS	4º TRIMESTRE DE 2017			
	NO MÊS	NO TRIMESTRE	NO ANO	EM 12 MESES
RENDA FIXA	0,54%	14,66%	22,19%	22,19%
INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS	0,57%	1,81%	9,97%	9,97%
RENTABILIDADE DO PLANO	0,55%	13,53%	21,08%	21,08%
TAXA DE REFERÊNCIA	0,69%	2,11%	7,44%	7,44%
DIVERGÊNCIA	(0,14%)	11,42%	13,64%	13,64%

6.2.3 Controle de Avaliação de Riscos

Instrução PREVIC Nº 02, de 18 de maio de 2010.

Artigo 15 - A EFPC deve elaborar, no prazo máximo de 30 (trinta) dias após a apuração da DNP, para cada vez que for observada uma das situações relacionadas a seguir, justificativa técnica e relatório de providências adotadas quanto à manutenção ou não dos ativos que compõe os recursos do Plano.

I- DNP de segmento negativa, apurada mensalmente, por doze meses consecutivos; ou

II- DNP de segmento negativa, acumulada nos últimos trinta e seis meses.

Definição sintética do cálculo envolvido na apuração da DNP - diferença entre a rentabilidade verificada nos ativos e segmentos deduzidas da taxa de referência ou atuarial, definida para cada Plano por segmento ou não.

A norma determina que o Administrador Estatutário Tecnicamente Qualificado - AETQ, quando detectado a existência de infringência a qualquer das citadas regras, apresente justificativa técnica para ocorrência, e que a mesma seja por ele atestada.

6.2.3.1 Avaliação de Risco - Divergência Não Planejada – DNP

A avaliação de risco, medida pela Divergência Não Planejada - DNP é definida pela diferença entre a rentabilidade verificada nos ativos e segmentos e a taxa mínima atuarial definida para o Plano. Tratando-se do Plano de Gestão Administrativa - PGA, não há uma meta atuarial a ser alcançada. Existe a Taxa de Referência pré-estabelecida e aprovada pelo Conselho Deliberativo: INPC + 5,26% a.a.

Não foi verificado no encerramento do 4º trimestre de 2017 no Plano de Gestão Administrativa - PGA, DNP de Segmento negativa, apurada mensalmente, por doze meses consecutivos. Por outro, foi detectado DNP de segmento negativa, acumulada nos últimos trinta e seis meses no Segmento de Investimentos Estruturados.

TABELA 43. DIVERGÊNCIA NÃO PLANEJADA – DNP

PGA - Programa de Gestão Administrativa													Referência: DEZEMBRO/2017		
Segmento	Divergência Não Planeja nos últimos 12 meses												Acumulado nos 12 meses	Desvio Padrão dos Últimos 12 Meses	Acumulado nos Últimos 36 Meses
	jan/17	fev/17	mar/17	abr/17	mai/17	jun/17	jul/17	ago/17	set/17	out/17	nov/17	dez/17			
Renda Fixa	0,10%	0,16%	0,17%	-0,24%	-0,23%	0,52%	0,23%	0,55%	0,01%	0,09%	12,43%	-0,15%	13,65%	3,57%	17,45%
Renda Variável	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
Estruturados	0,25%	0,20%	0,30%	0,28%	0,16%	0,63%	0,18%	0,38%	0,25%	-0,18%	0,00%	-0,12%	2,34%	0,22%	-0,04%
Imóveis	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
Empréstimos	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
Plano.....	0,11%	0,16%	0,18%	-0,21%	-0,22%	0,52%	0,23%	0,55%	0,03%	0,05%	11,35%	-0,14%	12,62%	3,25%	16,33%

Referência:..... INPC + 5,26% a.a.

Regra I: Os Segmentos não apresentaram DNP negativa, apurada mensalmente, por 12 meses consecutivos;

Regra II: O Segmento Estruturado apresentou DNP negativa, acumulada nos últimos 36 meses.

6.2.3.2 Justificativa - Segmento de Investimentos Estruturados

O Segmento de Investimentos Estruturados é detentor de 6,06% dos ativos do Plano, constituído pelo Fundo Multimercado, a saber:

(i) Fundo Multimercado:

Ativo utilizado somente com vista à administração das disponibilidades para atender as despesas do Plano.

• Estratégia:

Por se tratar de investimentos com visão de curto prazo e utilizado com vistas à administração das disponibilidades para atender as despesas do Plano, os recursos objetivamente serão mantidos no ativo.

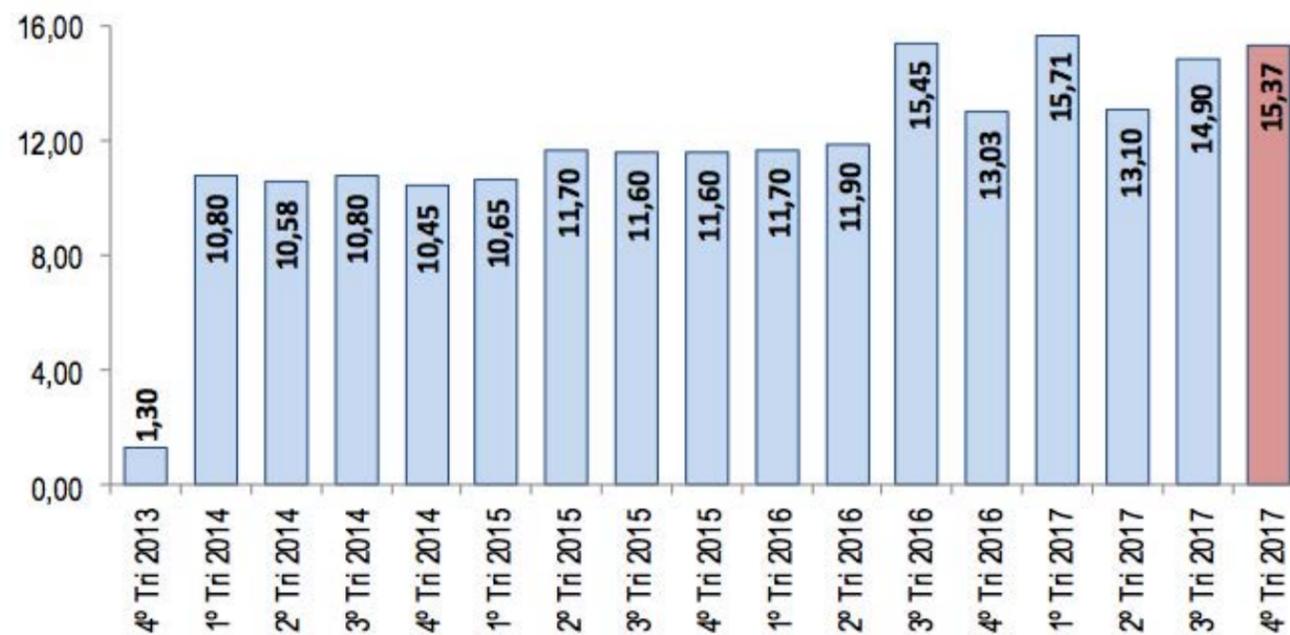
6.2.4 Operações Coursadas

TABELA 44. OPERAÇÕES CURSADAS EM 2017

VENDAS						
Data	Título	Tx. Mínima	Tx. Indicativa	Tx. Máxima	Tx. Operação	Volume - R\$ -
04/04/2017	NTN-B 2019	4,6000	4,9400	5,2400	5,0000	1.338.457,76
04/09/2017	NTN-F 2027	9,4700	9,9900	10,6200	10,1000	1.302.616,04
TOTAL.....						7.092.151,03
COMPRAS						
Data	Título	Tx. Mínima	Tx. Indicativa	Tx. Máxima	Tx. Operação	Volume - R\$ -
05/04/2017	NTN-F 2027	9,8000	9,3500	9,9800	10,3400	1.337.100,70
TOTAL.....						1.337.100,70

6.2.5 Duration

GRÁFICO 67. EVOLUÇÃO DA DURATION



No encerramento do 4º trimestre de 2017 o "Duration" alcançou 15,37 anos, contra 13,03 anos no mesmo período de 2016.



6.2.6 Acompanhamento Orçamentário

TABELA 45. RECEITAS DOS INVESTIMENTOS

SEGMENTOS DOS INVESTIMENTOS	NO MÊS			ATÉ O MÊS			NO ANO		
	REALIZADO	PROJETADO	%	REALIZADO	PROJETADO	%	REALIZADO	PROJETADO	%
RENDA FIXA	58.738,56	107.441,39	54,67%	2.093.133,96	1.357.509,39	154,19%	2.093.133,96	1.357.509,39	154,19%
DÍVIDA PÚBLICA MOBILIÁRIA FEDERAL	58.738,56	107.441,39	54,67%	2.093.133,96	1.357.509,39	154,19%	2.093.133,96	1.357.509,39	154,19%
INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS	4.476,95	9.230,31	48,50%	56.677,64	125.033,50	45,33%	56.677,64	125.033,50	45,33%
FUNDOS DE INVESTIMENTO MULTIMERCADO	4.476,95	9.230,31	48,50%	56.677,64	125.033,50	45,33%	56.677,64	125.033,50	45,33%
INVESTIMENTOS IMOBILIÁRIOS	0,00	0,00	NA	777.901,49	0,00	NA	777.901,49	0,00	NA
ALUGUÉIS E RENDA	0,00	0,00	NA	777.901,49	0,00	NA	777.901,49	0,00	NA
FLUXO DOS INVESTIMENTOS	63.215,51	116.671,70	54,18%	2.927.713,09	1.482.542,89	197,48%	2.927.713,09	1.482.542,89	197,48%
(i) NO MÊS: é a posição relativa ao último mês do trimestre de referência.									
(ii) ATÉ O MÊS: é a posição acumulada no ano até o último mês do trimestre de referência.									

As receitas de investimentos projetadas para o exercício de 2017 registradas em "Valor Orçado" aparecem confrontadas com as efetivamente apuradas, registradas como "Valor Realizado". O Fluxo dos Investimentos no encerramento do exercício de 2017 fechou com valor realizado de R\$ 2.927.713,09 - contra o "Valor Orçado" de R\$ 1.482.542,89 - maior em 97,48%.

6.3 CONTÁBIL

6.3.1 Enquadramento

QUADRO 37. ENQUADRAMENTO

Valores em R\$ mil

ATIVO	Exercícios		PASSIVO	Exercícios	
	2017	2016		2017	2016
DISPONÍVEL	5	14	EXIGÍVEL OPERACIONAL	516	597
REALIZÁVEL	15.769	15.800	Gestão Administrativa	503	597
Gestão Administrativa	4.147	4.192	Investimentos	13	-
Investimentos	11.622	11.608	EXIGÍVEL CONTINGENCIAL	5.057	5.057
Títulos Públicos	10.918	10.768	Gestão Administrativa	5.057	5.057
Fundos de Investimento	704	840	PATRIMÔNIO SOCIAL	14.002	13.264
PERMANENTE	3.801	3.104	FUNDOS	14.002	13.264
Imobilizado	3.784	3.080	Fundos Administrativos	14.002	13.264
Diferido	17	25			
TOTAL DO ATIVO	19.575	18.919	TOTAL DO PASSIVO	19.575	18.919

QUADRO 38. DEMONSTRAÇÃO DO PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA - CONSTITUIÇÃO/REVERSÃO DO FUNDO ADMINISTRATIVO

Valores em R\$ mil

DESCRIÇÃO	Exercícios		Variação (%)
	2017	2016	
A) Fundo Administrativo do Exercício Anterior	13.264	13.067	1,51
1. Custeio da Gestão Administrativa	7.975	7.090	12,48
1.1. Receitas	7.975	7.090	12,48
Custeio Administrativo da Gestão Previdencial	1.867	2.068	(9,70)
Custeio Administrativo dos Investimentos	3.152	3.194	(1,30)
Taxa de Administração de Empréstimos e Financiamentos	28	33	(14,84)
Resultado Positivo Líquido dos Investimentos	2.928	1.796	63,04
2. Despesas Administrativas	7.238	6.893	4,99
2.1. Administração Previdencial	4.086	3.700	10,43
Pessoal e encargos	2.746	2.595	5,82
Treinamentos/congressos e seminários	11	19	(45,43)
Viagens e estadias	27	31	(12,67)
Serviços de terceiros	670	534	25,51
Despesas gerais	338	275	22,86
Depreciações e amortizações	55	57	(3,03)
Tributos	236	187	25,88
Despesas Específicas	4	2	106,67
2.2. Administração dos Investimentos	3.152	3.194	(1,30)
Pessoal e encargos	1.941	1.960	(0,96)
Treinamentos/congressos e seminários	21	10	102,63
Viagens e estadias	18	17	4,50
Serviços de terceiros	559	645	(13,44)
Despesas gerais	362	302	19,72
Depreciações e amortizações	57	56	0,33
Tributos	135	142	(5,12)
Despesas Específicas	60	60	-
4. Sobre/Insuficiência da Gestão Administrativa (1-2-3)	737	197	274,60
5. Constituição/Reversão do Fundo Administrativo (4)	737	197	274,60
B) Fundo Administrativo do Exercício Atual (A+5)	14.002	13.264	5,56

QUADRO 39. DEMONSTRAÇÃO DO PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA - CONSTITUIÇÃO/REVERSÃO DO FUNDO ADMINISTRATIVO - PLANO DE BENEFÍCIO I - BD

Valores em R\$ mil

DESCRIÇÃO	Exercícios		Variação (%)
	2017	2016	
A) Fundo Administrativo do Exercício Anterior	13.264	13.067	1,51
1. Custeio da Gestão Administrativa	6.673	6.292	6,06
1.1. Receitas	6.673	6.292	6,06
Custeio Administrativo da Gestão Previdencial	1.442	1.718	(16,08)
Custeio Administrativo dos Investimentos	2.275	2.745	(17,11)
Taxa de Administração de Empréstimos e Financiamentos	28	33	(14,84)
Resultado Positivo Líquido dos Investimentos	2.928	1.796	63,04
2. Despesas Administrativas	5.853	6.095	(3,97)
2.1. Administração Previdencial	3.184	3.055	4,22
Pessoal e encargos	2.198	2.098	4,76
Treinamentos/congressos e seminários	4	18	(76,91)
Viagens e estadias	19	28	(31,74)
Serviços de terceiros	474	424	11,87
Despesas gerais	258	258	(0,11)
Depreciações e amortizações	42	55	(24,15)
Tributos	189	174	8,41
2.2. Administração dos Investimentos	2.669	3.040	(12,20)
Pessoal e encargos	1.634	1.856	(11,97)
Treinamentos/congressos e seminários	17	10	68,45
Viagens e estadias	14	16	(10,93)
Serviços de terceiros	495	620	(20,24)
Despesas gerais	292	291	0,57
Depreciações e amortizações	44	55	(20,22)
Tributos	113	132	(14,22)
Despesas Específicas - TAFIC	60	60	-
6. Sobre/Insuficiência da Gestão Administrativa (1-2-3-4-5)	820	197	316,55
7. Constituição/Reversão do Fundo Administrativo (4)	820	197	316,55
B) Fundo Administrativo do Exercício Atual (A+5)	14.084	13.264	6,18

QUADRO 40. DEMONSTRAÇÃO DO PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA - CONSTITUIÇÃO/REVERSAO DO FUNDO ADMINISTRATIVO - PLANO DE BENEFÍCIO II – CODEPREV

Valores em R\$ mil

DESCRIÇÃO	Exercícios		Variação
	2017	2016	(%)
A) Fundo Administrativo do Exercício Anterior	-	-	-
1. Custeio da Gestão Administrativa	1.214	799	51,99
1.1. Receitas	1.214	799	51,99
Custeio Administrativo da Gestão Previdencial	425	350	21,62
Custeio Administrativo dos Investimentos	788	449	75,65
2. Despesas Administrativas	1.214	799	51,99
2.1. Administração Previdencial	819	645	27,05
Pessoal e encargos	493	496	(0,72)
Treinamentos/congressos e seminários	6	2	265,47
Viagens e estadias	8	3	169,91
Serviços de terceiros	180	110	64,20
Despesas gerais	70	16	326,85
Depreciações e amortizações	13	2	502,04
Tributos	44	13	234,49
Despesas Específicas - TAFIC	4	2	106,67
2.2. Administração dos Investimentos	395	154	156,34
Pessoal e encargos	255	104	145,66
Treinamentos/congressos e seminários	4	0	667,60
Viagens e estadias	3	1	167,08
Serviços de terceiros	41	25	62,80
Despesas gerais	60	12	423,16
Depreciações e amortizações	12	2	654,35
Tributos	20	10	88,01

QUADRO 41. DEMONSTRAÇÃO DO PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA - CONSTITUIÇÃO/REVERSAO DO FUNDO ADMINISTRATIVO - PLANO DE BENEFÍCIO III – SALDADO

Valores em R\$ mil

DESCRIÇÃO	Exercícios		Variação
	2017		(%)
A) Fundo Administrativo do Exercício Anterior	-	-	-
1. Custeio da Gestão Administrativa	88		100,00
1.1. Receitas	88		100,00
Custeio Administrativo dos Investimentos	88		100,00
2. Despesas Administrativas	171		100,00
2.1. Administração Previdencial	83		100,00
Pessoal e encargos	55		100,00
Treinamentos/congressos e seminários	0		100,00
Serviços de terceiros	15		100,00
Despesas gerais	9		100,00
Depreciações e amortizações	0		100,00
Tributos	3		100,00
2.2. Administração dos Investimentos	88		100,00
Pessoal e encargos	52		100,00
Treinamentos/congressos e seminários	1		100,00
Viagens e estadias	1		100,00
Serviços de terceiros	23		100,00
Despesas gerais	9		100,00
Depreciações e amortizações	0		100,00
Tributos	2		100,00
3. Constituição/Reversão de Contingências Administrativas	-		-
4. Reversão de Recursos para o Plano de Benefícios	-		-
B) Fundo Administrativo do Exercício Atual (A+4)	(82,59)		-

6.3.2 Custeio

O quadro abaixo mostra os valores de receitas e despesas do PGA e seu enquadramento legal.

QUADRO 42. AVALIAÇÃO DO CUSTEIO TOTAL

Custeio Total				
Descrição		Valor	Despesas / Receitas em %	%DESPESA EM RELAÇÃO A RECEITA TOTAL
Receita	Custeio de Carregamento	1.867	23%	
	Custeio dos Investimentos	3.180	40%	
	Fluxo dos Investimentos - PGA	2.928	37%	
	Total	7.975	100%	
Despesa	Previdencial	4.086	56%	51%
	Investimentos	3.152	44%	40%
	Provisão PIS/CONFINS/CSLL	-	0%	0%
	Total	7.238	100%	90%

QUADRO 43. VALORES APURADOS DO CUSTEIO ADMINISTRATIVO

DESCRIÇÃO	VALORES APROPRIADOS R\$ mil	LIMITES LEGAIS R\$ mil	
		TAXA CARREGAMENTO 9%	TAXA ADMINISTRATIVA 1%
Recursos Garantidores	700.877		7.009
Recursos Previdenciais (Receita+Despesa)	107.098	9.639	
		LIMITES APURADOS %	
Custeio Total	7.975	7,45	1,14
Custeio Arrecadado do Exercício	5.047	4,71	0,72
Custeio Previdencial	1.867		
Custeio Investimento	3.180		
Fluxo dos Investimentos - PGA	2.928		

O total do custeio transferido dos planos para o PGA foi de R\$ 5.047 mil correspondendo a 4,71% do total dos Recursos Previdenciais representados pela soma das adições e utilizações (taxa de carregamento) ficou menor que seu limite legal de no máximo 9%. A taxa de carregamento foi estabelecida pelo Conselho Deliberativo como limite para o custeio administrativo, em atendimento ao Parágrafo único do art. 6º da Resolução/CGPC/ nº 29, de 31 de agosto de 2009.

Os fundamentos destas notas encontram-se detalhadas nos arts. 22 e 23 da Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001, no art. 2º, inciso III, da Lei nº 12.154, de 23 de dezembro de 2009, nos arts. 11, inciso VIII, e 25, inciso I, do Anexo I do Decreto nº 7.075, de 26 de janeiro de 2010, e no art. 3º da Resolução CGPC nº 18, de 28 de março de 2006.

Ainda que não sendo o limite estabelecido pelo Conselho como limítrofe, é importante identificar que no conceito de taxa de administração a Entidade também não atingiria o limite legal de 1%.

6.3.3 Notas Explicativas

6.3.3.1 Ativo Realizável

6.3.3.1.1 Gestão Administrativa

- a) Contribuição p/ Custeio do PGA – R\$ 68 mil;
- b) Adiantamentos a Empregados/Férias – R\$ 58 mil;
- c) Cobertura c/ Custeio dos Investimentos – R\$ 273 mil;
- d) Depósitos Judiciais e Recursais – R\$ 3.689 mil.

Na letra "a" os registros correspondem ao repasse da taxa de carregamento incidente sobre as contribuições realizadas no mês de dezembro/2017, as quais serão liquidadas no mês de janeiro/2018.

A letra "b" refere-se à provisão de adiantamento de férias paga aos empregados da Fundação. Os valores são ressarcidos em até 10 prestações, descontadas mensalmente na folha dos empregados.

A letra "c" refere-se à apropriação do repasse oriunda dos Planos de Benefícios a ser realizado no mês de janeiro/2018. Os valores foram provisionados em dezembro/2017 nos Planos de

Benefícios como custeio a pagar e, no PGA, como receita a receber.

A letra “d” corresponde aos depósitos de PIS, COFINS e IR, depositados em juízo. Destaque para o PIS e COFINS com os valores de R\$ 462 mil e R\$ 3.171 mil, respectivamente, conforme extrato judicial encaminhado pelo JCMB Advogados e Consultores.

6.3.3.1.2 Gestão de Investimentos

Os investimentos do Programa de Gestão Administrativa - PGA estão distribuídos da seguinte forma:

QUADRO 44. PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA

Valores em R\$ mil

Plano de Gestão Administrativa	2017	2016
Investimentos	11.622	11.608
Títulos Públicos	10.918	10.768
A vencimento	0	9.483
A mercado	10.918	1.285
Fundos de Investimento	704	840
Multimercado	704	840

Do quadro acima, destaca-se em relação ao total do Programa de Investimentos, os Títulos Públicos Federais - NTN/B que correspondem a 93,94% e o Fundo de Investimento Multimercado, com 6,06%.

No decorrer do exercício de 2017, a Carteira de Títulos Públicos Federais - NTN/B existentes no Plano de Gestão Administrativa - PGA, a gestão praticada pela Diretoria de Finanças e aprovada pelo Comitê Estratégico de Investimentos - CEI, também sofreu sensível processo de modificação, tendo em vista a continuidade do alongamento de seus vencimentos e a adequação ao comportamento da Taxa Básica de Juros - Selic administrada pelo Comitê de Política Monetária-COPOM, com objetivo de rentabilizar o Plano: (i) - Devidamente atestada pelo AETQ e (ii) - Processo precedido de avaliação do Comitê Estratégico de Investimento - CEI.

a) Aspectos Gerais:

Os valores contábeis dos títulos e valores mobiliários e fundos de investimentos foram apurados segundo os critérios abaixo especificados:

Títulos Públicos Federais - NTN/B: A Fundação São Francisco precificou-os pela curva de compra. Seus preços refletem o valor pago, acrescido do rendimento produzido pela aplicação da taxa de juros obtida na compra, deduzidos os valores eventualmente já recebidos;

Fundos de investimentos: seguem as regras estabelecidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM, segundo suas classificações, porém, como regra geral, os ativos integrantes da carteira do fundo estão precificados a “Mercado”. Os preços dos títulos que compõem a carteira do fundo estão contabilizados pelo preço praticado nas transações cursadas no dia da apuração da cota.

b) Distribuição dos Investimentos:

QUADRO 45. DISTRIBUIÇÃO DOS INVESTIMENTOS

Valores em R\$ mil

EXERCÍCIO 2017				
DESCRIÇÃO		Até 1 ano	de 1 a 5 anos	Mais de 5 anos
Divida Pública Mobiliária Federal		-	-	10.918
NOTAS DO TESOURO NACIONAL - NTN-B	NTN-B	-	-	10.918
TOTAL		-	-	10.918

c) Fundos de Investimentos:

QUADRO 46. FUNDOS DE INVESTIMENTOS

Valores em R\$ mil

EXERCÍCIO 2017					
DESCRIÇÃO		SEM VENCIMENTO	Até 1 ano	de 1 a 5 anos	Mais de 5 anos
Multimercado		704	-	-	-
FIM - SAGA SNAKE - Gestor: SAGA	SAGA SNAKE FIM	704	-	-	-
TOTAL		704	-	-	-

Observações:

Diante da inadimplência dos emissores estão constituídas provisões para perda em estrita observação à legislação vigente, conforme demonstrado no quadro a seguir. Esclarece-se por oportuno que, o resultado produzido pelos investimentos e consignados como patrimônio social estão líquidos das referidas provisões, portanto, seu impacto já está consignado como resultado do exercício em que ocorreram.

d) Investimentos Imobiliários:

O quadro abaixo evidencia a distribuição dos investimentos no Segmento de Imóveis existentes na carteira:

QUADRO 47. INVESTIMENTOS IMOBILIÁRIOS

Valores em R\$ mil

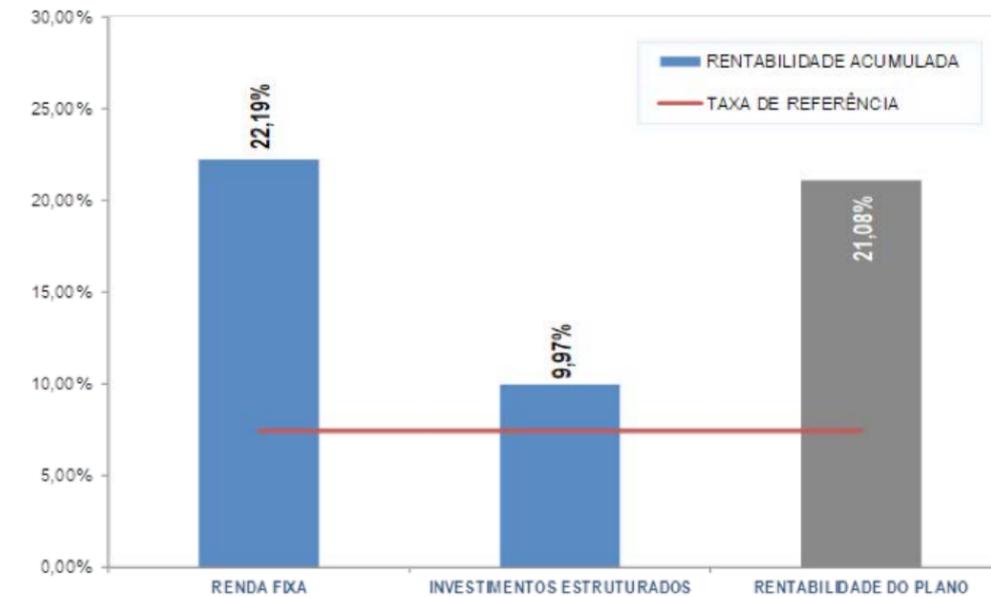
ITENS	DESCRIÇÃO DO BEM	2017	2016
1	SBN QUADRA02 - BLOCO "H" - EDIFÍCIO CENTRAL BRASÍLIA- BRASÍLIA-DF - 10 (DEZ) SALAS.	3.717	2.982
TOTAL		3.717	2.982

Os imóveis de propriedade da Fundação São Francisco (10 Salas do Empreendimento Ed. Central Brasília – Brasília-DF), foram todas reavaliados pela empresa Instituto Urbano Métrica Pesquisa e Desenvolvimento de Projetos Ltda., com laudo de avaliação 6765/17, reconhecendo-se os seus efeitos na apuração dos resultados no respectivo exercício social. A reavaliação tem seus laudos datados de 24 de novembro de 2017, em conformidade com o art. 36 da Resolução CMN nº 3.792, de 24 de setembro de 2009. Os documentos apresentados pela empresa “MM Central de Avaliações e Perícias Ltda.” do DF, relativamente ao laudo emitido, obedecem às diretrizes fixadas pela ABNT, na NBR nº 14653, de 2004, tendo sido utilizado como critério de avaliação o “Método Comparativo”, visando apurar o “Valor de Mercado” de cada unidade.

e) Rentabilidade do Plano:

Com base no Fluxo dos Investimentos, a Rentabilidade do Plano de Gestão Administrativa - PGA, relativa ao exercício de 2017 foi de 21,08%. Descontada a Taxa de Referência (INPC + 5,26% a.a.), que acumulou no ano 7,44%, o desempenho dos investimentos do Plano ficou acima da Taxa de Referência em 13,64 pontos-base.

GRÁFICO 68. RENTABILIDADE ACUMULADA NO ANO



f) Provisão para Perda

QUADRO 48. PROVISÃO PARA PERDA

Valores em R\$ mil

ITENS	DATA	ATIVOS	INSTITUIÇÕES	VALOR PROVISIONADO 2016	VALOR PROVISIONADO 2017
1	30/06/2011	CDB's / PÓS-FIXADOS	BANCO MORADA S/A	59	59
TOTAL				59	59

6.3.3.2 Passivo Realizável

6.3.3.2.1 Gestão Administrativa

a) Contas a Pagar/ Fornecedores/ Serviços de Terceiros/ Taxas – R\$ 438 mil. No entanto, as mais representativas correspondem a R\$ 58 mil relativo a Serviço de Terceiros e R\$ 275 mil referente às Provisões Salariais;

b) Retenções a Recolher (valores de IR retidos sobre salários e de IR, PIS e COFINS de fornecedores e prestadores de serviço a serem repassados fundamentalmente ao governo) – R\$ 43 mil. Nessa conta o mais representativo corresponde ao IR retido sobre salários R\$ 39 mil;

Os valores correspondem a provisões na competência relativamente ao mês de dezembro/2017, as quais serão liquidadas em janeiro/2018.

6.3.3.3 Exigível Contingencial

6.3.3.3.1 Gestão Administrativa

- a) Provisão de PIS – R\$ 462 mil;
- b) Provisão de COFINS – R\$ 3.171 mil;
- c) Provisão de IR – R\$ 56 mil;
- d) Provisão de CSLL – R\$ 1.368 mil.

Os valores especificados nas letras "a", "b" e "c", correspondem a depósitos judiciais. A Entidade, em 06 de março de 2006, moveu contra a Delegacia da Receita Federal de Brasília, mandado de segurança preventivo com pedido de medida liminar no processo nº 2009.34.00.008213-4, transitando na 4ª Vara Federal de Brasília/DF. O objetivo da ação é buscar o entendimento adequado ao tratamento tributário a vigorar sobre os recursos dos planos de previdência, uma vez que a entidade entende que as contribuições sociais - PIS e COFINS não têm por base de cálculo valores aportados por participantes e patrocinadora.

Com fulcro na Lei Complementar nº 109/2001, principalmente, se insurge a fundação contra a exigência de proceder ao pagamento das contribuições citadas, ante o fato de ela não possuir faturamento. A Lei 9.718/1998, que criou as contribuições sociais, fala de faturamento, logo, não havendo o pressuposto, a obrigatoriedade da exigência, por parte da Receita Federal, se configura como ato inconstitucional, na opinião da Fundação.

É vital apresentar o "modus operandis" para a constituição das provisões: (I) na competência

o registro é realizado como despesa da competência, tendo em vista que o pagamento é procedido até o dia 20 do mês subsequente, a contrapartida vai registrada como obrigações operacionais a pagar; (II) não se verificando o trânsito da sentença, a entidade reclassifica a despesa para a formação de contingência e o valor desembolsado como garantidor da ação, tendo em vista que é realizado o depósito judicial correspondente.

A partir de janeiro de 2015 com a publicação da Lei nº 12.973/14 no diz respeito à tese jurídica do PIS e da COFINS, a entidade passará a recolher as contribuições normalmente, e não mais deposita-las judicialmente. A nova legislação prevê a cobrança desses tributos sobre toda e qualquer receita inerente ao exercício da atividade da empresa ou instituição, tendo sido publicada sob a égide da EC no. 20/1998, que autoriza o legislador a cobrar o PIS e a COFINS sobre essa base (diferentemente do que ocorria com a Lei 9.718/98, publicada anteriormente à EC no. 20/1998, quando a base constitucional para a cobrança de tais contribuições era apenas o faturamento, assim entendido como a receita decorrente da venda de bens e mercadorias e da prestação de serviços).

Com relação à Provisão de CSLL, o registro foi realizado em função da reclassificação deste, antes existente no Plano de Benefícios em 2012.

QUADRO 49. RECEITAS X DESPESAS ADMINISTRATIVAS

DESCRIÇÃO	2017	2016
Custeios Totais Oriundos	7.975	7.090
CONTRIBUIÇÃO DOS PLANOS	1.867	2.068
INVESTIMENTO DOS PLANOS	3.180	3.227
RESULTADO DOS INVEST. DO PGA	2.928	1.796
Despesas Totais com a Gestão	7.238	6.893
PREVIDENCIAL	4.086	3.700
INVESTIMENTO	3.152	3.194

As receitas do PGA são compostas pela Taxa de Carregamento e Taxa de Administração dos Investimentos, elas totalizaram R\$ 5.047 mil enquanto os recursos existentes no próprio plano produziram receita de R\$ 2.928 mil, perfazendo assim a cifra total de R\$ 7.975 mil.

Na apuração dos gastos, registrados em centros de responsabilidades, por meio de critério de rateio, estabelecido pela Diretoria Executiva com aprovação do Conselho Deliberativo, por ocasião da formulação do orçamento previsto para o exercício findo, os valores foram distribuídos entre a Gestão Administrativa Previdencial R\$ 4.086 mil e Gestão Administrativa dos Investimentos R\$ 3.152 mil totalizando R\$ 7.238 mil.

A taxa de carregamento corresponde à aplicação de percentual definido pelo Atuário sobre as contribuições vertidas ao plano, e tem por finalidade custear as despesas administrativas da instituição São Francisco, vinculadas a atividade de previdência. Já a Taxa de Administração dos Investimentos corresponde das despesas relacionadas à Gestão Administrativa dos Investimentos, apuradas segundo a adoção de rateios para cada área de responsabilidade, além, da taxa de administração cobrada por ocasião da concessão dos empréstimos. Com relação a essa última, vem se notando sua redução devido ao menor número de contratos firmados a cada exercício.

Os critérios de rateio, citado preteritamente, estabelecido em função dos centros de custos (departamentalização organizacional) e de custeio, seguiram as tabelas abaixo:

QUADRO 50. GESTÃO ADMINISTRATIVA POR CENTRO DE CUSTO

UNIDADE	SIGLA	CONTA 4.2.1 Programa Previdenciário (%)	CONTA 4.2.2 Programa de Investimento (%)
Conselhos	DEL./FIS.	20	80
Diretor Superintendente	SUPER	50	50
Secretaria	SECDI	35	65
Assessor de Diretoria	ASSDI	90	10
Gerente de contabilidade	GECON	35	65
Contabilidade e Orçamento	STCOR	35	65
Diretor de Benefícios	DIBEN	70	30
Gerente de Benefícios	GEBEN	100	0
Setor de Cadastro	STCAD	100	0
Setor de Benefícios	STBEN	100	0
Diretor de Finanças	DIFIN	20	80
Gerente de Finanças	GEFIN	0	100
Setor Mercado financeiro de Capitais	STMFC	0	100
Imóveis	STIMO	0	100
Empréstimos	STEMP	0	100
Gerente de Administração	GERAD	40	60
Gerais	STGER	40	60
Tesouraria	STTES	20	80
TI	STTIN	40	60

QUADRO 51. RATEIO DO CUSTEIO POR PLANO DE BENEFÍCIO

UNIDADE	SIGLA	PLANO DE BENEFÍCIO I	PLANO DE BENEFÍCIO II	PLANO DE BENEFÍCIO III
		%	%	%
Conselhos	DEL./FIS	29	50	21
Diretor Superintendente	SUPER	42	30	28
Secretaria	SECDI	36	40	24
Assessor de Diretoria	ASSDI	57	5	38
Gerente de contabilidade	GECON	42	30	28
Contabilidade e Orçamento	STCOR	42	30	28
Diretor de Benefícios	DIBEN	42	30	28
Gerente de Benefícios	GEBEN	70	30	0
Setor de Cadastro	STCAD	24	60	16
Setor de Benefícios	STBEN	60	0	40
Diretoria de Finanças	DIFIN	42	30	28
Gerente de Finanças	GEFIN	42	30	28
Setor Mercado financeiro de Capitais	STMFC	51	15	34
Imóveis	STIMO	60	0	40
Empréstimos	STEMP	60	0	40
Gerente de Administração	GERAD	30	50	20
Gerais	STGER	30	50	20
Tesouraria	STES	51	15	34
TI	STTIN	48	20	32

Brasília-DF, 31 de dezembro de 2017.

Manoel Geraldo Dayrell
Diretor Superintendente
CPF: 249.313.496-68

Marcos Moreira
Diretor de Benefícios
CPF: 402.955.407-53

Marcos André Prandi
Diretor de Finanças
CPF: 152.433.621-15

Sérgio Luiz Salles
Contador CRC DF – 024117/0-8
CPF: 602.707.721-20

7. Pareceres Atuariais

Plano de Benefício I



Anexo 1 ao JM/0463/2018 de 12/03/2018

DEMONSTRAÇÕES ATUARIAIS (D.A.)

PLANO DE BENEFÍCIOS I DA FUNDAÇÃO SÃO FRANCISCO

I - INFORMAÇÕES CADASTRAIS:

CNPB: 19810010-18
CPF do atuário: 405.910.507-49
CNPJ da empresa de atuária: 30.020.036/0001-06

II - INFORMAÇÕES SOBRE A AVALIAÇÃO ATUARIAL:

Motivo da Avaliação: Avaliação Atuarial Anual de encerramento do exercício de 2017.
Data do Cadastro: 31/12/2017
Data da Avaliação: 31/12/2017
Observações: Base dezembro de 2017, já considerando a média corrigida para dezembro de 2017 dos últimos 12 Salários Reais de Contribuição, de cada participante não assistido. Os benefícios já concedidos estão provisionados em 1,80% correspondentes ao INPC do IBGE de janeiro/2017 a novembro/2017, para posicioná-los em dezembro/2017.

III - DEMONSTRATIVO DA AVALIAÇÃO ATUARIAL:

Grupo de Custeio: 1

Patrocinadores e Instituidores: CNPJ da São Francisco: 01.635.671/0001-91
CNPJ da CODEVASF: 00.399.857/0001-26

Participantes Ativos (Não Assistidos): 3 (1 ativos + 2 auxílios doença + 0 benefícios proporcionais diferidos).

Folha de Salário de Participação *1: $13 \times R\$ 34.984,85 = R\$ 454.803,05$

*1: Corresponde a Folha de Salário de Participação (média corrigida dos últimos 12 Salários Reais de Contribuição) dos Participantes Não Assistidos a preços de 31/12/2017.

Tempo médio de Contribuição para o Plano (Não Assistido) *2: 22,50 anos ou 270 meses

Tempo médio para a Aposentadoria (Programada) *2: 11,50 anos ou 138 meses

*2: Considera somente os participantes não assistidos classificados como risco não iminente, ou seja com tempo remanescente para aposentadoria programada superior ou igual a 1 (um) ano.

**a) Seção das hipóteses atuariais:****a.1) Hipótese: Taxa Real Anual de Juros**

Valor: 4,90% ao ano

Quantidade esperada no exercício seguinte: 4,90%

Quantidade ocorrida no exercício encerrado: 6,29%

Comentário sobre divergência entre o esperado e o ocorrido no exercício encerrado: A meta atuarial de rentabilidade real de 5,26% ao ano foi alcançada no exercício encerrado, sendo relevante destacar as colocações apresentadas, a seguir, como Opinião do Atuário e como Justificativa da EFPC.

Opinião do Atuário: A taxa real de juros foi alterada para 4,90% ao ano, em conformidade com o apresentado no JM/0421/2018, de 06/03/2018, através do Relatório de nossa Consultoria Atuarial referente ao Estudo de Adequação e Convergência da Taxa Real Anual de Juros, para a Avaliação Atuarial do ano de 2017, que considerou a Taxa Interna de Retorno da Carteira apontada pelo Estudo realizado pelo Sr. Marcos André Prandi com base na carteira de investimento registrada na apuração das demonstrações contábeis do exercício encerrado em 31/12/2017, encaminhado pelo AETQ da entidade através do ATESTADO DE CONFORMIDADE E VALIDAÇÃO DAS INFORMAÇÕES TÉCNICAS, por ele emitido, em 05 de março de 2018, acompanhado da respectiva planilha, devidamente preenchida, para fins de atendimento a Instrução PREVIC nº 23 de 26/06/2015. O resultado encontrado dos ativos a vencimento foi de rentabilidade estimada em 5,14% a.a. pelo prazo da "duration" do passivo de 9,86 anos. Assim sendo, a Fundação São Francisco, em seu Plano BD, optou por adotar a taxa real de juros de 4,90% a.a. (determinação contida no atestado aqui discriminado) para esta Avaliação Atuarial, uma vez que a mesma está compreendida entre o mínimo 4,38% a.a. e o máximo 6,66% a.a. (em conformidade com o estabelecido pela Portaria PREVIC nº 375 de 27/04/2017, considerando a "duration" do passivo de 9,86 anos, bem como abaixo da TIR calculada no estudo de 5,14%.

Justificativa EFPC: Considerando que o Relatório de Estudo de Adequação e Convergência da Taxa Real Anual de Juros, apresentado através do JM/0421/2018, de 06/03/2018, utilizou como subsídio o estudo de alocação do Plano de Benefícios Definidos (BD) realizado pela FUNDAÇÃO SÃO FRANCISCO, devidamente atestado pelo AETQ quando aos dados utilizados, nos termos contidos no art. 3º parágrafo 2º da Instrução nº 23 de 26/06/2015, PREVIC, nos posicionamos de forma favorável, dentro do cenário esperado para os anos futuros, à perspectiva de obtenção de retornos reais compatíveis com a meta atuarial de INPC + juros reais de 4,90% ao ano, levando em consideração os fluxos de receitas e de despesas, as rentabilidades dos títulos já existentes em carteira e as aplicações/reaplicações de recursos a serem realizadas no futuro, estando



o referido Estudo em conformidade com a Instrução PREVIC nº 23 de 26/06/2015.

a.2) Hipótese: Projeção de Crescimento Real de Salário (Anual)

Valor: 0,85% ao ano (ao longo dos anos remanescentes de atividade)

Quantidade esperada no exercício seguinte: 0,85% ao ano

Quantidade ocorrida no exercício encerrado: 1,84%

Comentário sobre divergência entre o esperado e o ocorrido no exercício encerrado: Os SRB's (Salários Reais de Benefícios) de dezembro de 2016 a novembro de 2017 cresceram em termos reais, ou seja, já descontado o INPC do IBGE, na média de 1,84%, sendo que foi projetado para o ano de 2017 e, também, para 2018, um crescimento real de 0,85% ao ano, consistente com a projeção da Patrocinadora de até 1% ao ano segundo o Ofício nº002/2018/AA/GGP da CODEVASF, de 18/01/2018, devendo-se observar que para o cálculo do reajuste real anual, a Patrocinadora pode considerar outros indexadores, como base de cálculo, diferente do referido INPC do IBGE.

Opinião do Atuário: Considerando o estabelecido pelo parágrafo 6º do item II do Artigo 3º da Instrução PREVIC nº 23, de 26/06/2015, devido o estudo realizado no expediente do JM/2867/2015, de 29/12/2015, possuir validade máxima de até 3 (três) anos, contados a partir da sua realização, a função logarítmica, que representa a Hipótese de Crescimento Real de Salário, utilizada nesta Demonstração Atuarial é a mesma utilizada na Demonstração Atuarial do exercício de 2015, do Plano BD da FUNDAÇÃO SÃO FRANCISCO, onde, com base nos salários de novembro de 2015 se recalculou a nova curva logarítmica, que avalia a evolução do salário médio em função da idade (uma vez que a idade tem forte correlação com o tempo de empresa), obtendo uma função com alta correlação, apresentando um crescimento real de salário médio, de 0,85% ao ano, ao longo dos anos remanescentes de atividade.

Justificativa EFPC: Considerando que a Patrocinadora se mostrou em conformidade com os procedimentos elaborados pelo atuário, nos posicionamos favorável à sua indicação que considerou, com base no parágrafo 6º do item II do Artigo 3º da Instrução PREVIC nº 23, de 26/06/2015, a manutenção da referida hipótese adotada na Demonstração Atuarial do exercício de 2015, já devidamente referendada pela Patrocinadora, através do Ofício nº002/2018/AA/GGP da CODEVASF, de 18/01/2018. É importante ressaltar que qualquer alteração positiva na projeção de crescimento real de salário dos empregados participantes resultará no aumento do custo previdenciário do Plano de Benefícios I.

a.3) Hipótese: Fator de Determinação do valor real ao longo do tempo dos salários

Valor: -

Quantidade esperada no exercício seguinte: Não foi adotada tal hipótese.

Quantidade ocorrida no exercício encerrado: Não foi adotada tal hipótese.

Comentário sobre divergência entre o esperado e o ocorrido no exercício encerrado: Não aplicável por não ter sido adotada tal hipótese, conforme colocado na opinião do atuário.



Opinião do Atuário: Como na avaliação atuarial se trabalha com o Salário Real de Benefício, que é a média, devidamente atualizada, dos últimos Salários Reais de Contribuição, já está embutido nessa média o Fator de Determinação do valor real ao longo do tempo dos salários, não sendo necessária a adoção dessa hipótese.

Justificativa EFPC: A colocação feita pelo atuário justifica plenamente não ser necessária a adoção dessa hipótese.

a.4) Hipótese: Fator de Determinação do valor real ao longo do tempo dos Benefícios da Entidade

Valor: 97% (compatível com uma inflação média de 5,5% ao ano, ao longo dos anos futuros).
Quantidade esperada no exercício seguinte: 97%
Quantidade ocorrida no exercício encerrado: 98,83%
Comentário sobre divergência entre o esperado e o ocorrido no exercício encerrado: O indexador do Plano INPC do IBGE para o ano de 2017 ficou em 2,07%, ou seja, abaixo do centro da meta de inflação do Governo Federal, enquanto que a inflação esperada para o ano de 2017 foi projetada com base entre o referido limite superior e o centro da meta de inflação de 4,5% do Governo Federal, ou seja, na ordem de 5,5%, que é compatível com o Fator de Capacidade de 97%.

Opinião do Atuário: Esse fator é compatível com uma inflação média anual da ordem de 5,5%, que está entre o centro da meta de inflação no Brasil (4,5% ao ano) e o Limite Superior dessa Meta (6,0% ao ano). Em todo caso, deve-se ficar atento à tendência de evolução ao longo do tempo da referida inflação brasileira para, se necessário, ajustar a projeção de inflação média anual.

Justificativa EFPC: No momento, o Fator de 97% se mostra aceitável, mas estaremos acompanhando a tendência da inflação para os anos futuros para, quando se configurar necessário, ajustar tal Fator as novas expectativas de inflações anuais futuras.

a.5) Hipótese: Rotatividade

Valor: 0,50% ao ano (média ao longo dos anos remanescentes de atividade).
Quantidade esperada no exercício seguinte: 0
Quantidade ocorrida no exercício encerrado: 1
Comentário sobre divergência entre o esperado e o ocorrido no exercício encerrado: A diferença, no exercício de 2017, de 0 (1-1) entre a quantidade ocorrida (1) e a quantidade esperada (1), reforça a tendência histórica de redução das saídas sem direito a benefícios de participantes ao longo dos últimos anos e a perspectiva da continuidade da sua redução nos anos futuros, num cenário onde o Instituto do Benefício Proporcional Diferido é um Fator Moderador para a ocorrência de saídas do Plano sem direito a benefício.

Opinião do Atuário: A redução do nível da Rotatividade, aqui entendida como saída do Plano sem direito a benefício, está em consonância com as expectativas que o Benefício Proporcional Diferido abre para os que deixam de trabalhar no Patrocinador antes de preencher as condições de requerer benefício pelo



Plano, configurando-se o Benefício Proporcional Diferido uma alternativa menos onerosa para o Participante permanecer no Plano após a perda do vínculo empregatício.

Justificativa EFPC: O raciocínio do atuário para justificar o ajuste para menor da rotatividade (saída sem direito a benefício) que vinha sendo adotada está em plena conformidade com a atitude esperada para os empregados participantes que venham a perder vínculo empregatício com a Patrocinadora.

a.6) Hipótese: Tábua de Mortalidade Geral

Valor: "q_x da SUSEP EMSsb 2010 (masculina)"
Quantidade esperada no exercício seguinte: 14
Quantidade ocorrida no exercício encerrado: 17
Comentário sobre divergência entre o esperado e o ocorrido no exercício encerrado: A diferença, no exercício de 2017, de 3 (17-14) entre a quantidade ocorrida (17) e a quantidade esperada (14) é compatível com o teste de Aderência de Tábua de Mortalidade apresentada pelo Anexo 1 ao JM/1410/2015 de 30/06/2015, cuja validade ainda não ultrapassou o limite dos 3 (três) anos, segundo o parágrafo 6º do item II do Artigo 3º da Instrução PREVIC nº 23, de 26/06/2015.

Opinião do Atuário: Em conformidade com o parágrafo 6º do item II do Artigo 3º da Instrução PREVIC nº 23, de 26/06/2015, o estudo de aderência de Tábuas de Mortalidade Geral, apresentado pelo Anexo 1 ao JM/1410/2015 de 30/06/2015, ainda está dentro da validade máxima de 3 (três) anos, viabilizando a manutenção da Tábua de Sobrevida / Mortalidade Geral da SUSEP EMSsb 2010 (masculina) para esta Demonstração Atuarial do exercício de 2017 do Plano BD da FUNDAÇÃO SÃO FRANCISCO.

Justificativa EFPC: Concordamos com os procedimentos elaborados pelo atuário, onde nos posicionamos favorável à sua indicação que considerou, com base no parágrafo 6º do item II do Artigo 3º da Instrução PREVIC nº 23, de 26/06/2015, a manutenção da referida hipótese adotada na Demonstração Atuarial do exercício de 2015.

a.7) Hipótese: Tábua de Mortalidade de Inválidos

Valor: "q_xⁱ = q_x da AT-2000 (masculina)".
Quantidade esperada no exercício seguinte: 0,70
Quantidade ocorrida no exercício encerrado: 0
Comentário sobre divergência entre o esperado e o ocorrido no exercício encerrado: A diferença, no exercício de 2017, de 1 (1-0) entre a quantidade esperada (1) e a quantidade ocorrida (0), é compatível com o teste de Aderência de Tábua de Mortalidade, apresentado pelo Anexo 1 ao JM/1410/2015 de 30/06/2015, cuja validade ainda não ultrapassou o limite dos 3 (três) anos, segundo o parágrafo 6º do item II do Artigo 3º da Instrução PREVIC nº 23, de 26/06/2015.



Opinião do Atuário: Em conformidade com o parágrafo 6º do item II do Artigo 3º da Instrução PREVIC nº 23, de 26/06/2015, o estudo de aderência de Tábuas de Mortalidade Geral, apresentado pelo Anexo 1 ao JM/1410/2015 de 30/06/2015, ainda está dentro da validade máxima de 3 (três) anos, viabilizando a manutenção da Tábua de Sobrevivência / Mortalidade de Inválidos “qxⁱ da AT-2000 (masculina)” para esta Demonstração Atuarial do exercício de 2017 do Plano BD da FUNDAÇÃO SÃO FRANCISCO.

Justificativa EFPC: Concordamos com os procedimentos elaborados pelo atuário, onde nos posicionamos favorável à sua indicação que considerou, com base no parágrafo 6º do item II do Artigo 3º da Instrução PREVIC nº 23, de 26/06/2015, a manutenção da referida hipótese adotada na Demonstração Atuarial do exercício de 2015.

a.8) Hipótese: Tábua de Entrada em Invalidez

Valor: “i_x da LIGHT (MÉDIA)”

Quantidade esperada no exercício seguinte: 0

Quantidade ocorrida no exercício encerrado: 0

Comentário sobre divergência entre o esperado e o ocorrido no exercício encerrado: A diferença, no exercício de 2017, de 6 (6-0) entre a quantidade esperada e a quantidade ocorrida, é compatível com o teste de Aderência de Tábua de Entrada em Invalidez, apresentado pelo Anexo 2 ao JM/1410/2015 de 30/06/2015, cuja validade ainda não ultrapassou o limite dos 3 (três) anos, segundo o parágrafo 6º do item II do Artigo 3º da Instrução PREVIC nº 23, de 26/06/2015.

Opinião do Atuário: Em conformidade com o parágrafo 6º do item II do Artigo 3º da Instrução PREVIC nº 23, de 26/06/2015, o estudo de aderência de Tábuas de Mortalidade Geral, apresentado pelo Anexo 2 ao JM/1410/2015 de 30/06/2015, ainda está dentro da validade máxima de 3 (três) anos, viabilizando a manutenção da Tábua de Entrada em Invalidez “i_x da LIGHT (MÉDIA)” para esta Demonstração Atuarial do exercício de 2017 do Plano BD da FUNDAÇÃO SÃO FRANCISCO.

Justificativa EFPC: Concordamos com os procedimentos elaborados pelo atuário, onde nos posicionamos favorável à sua indicação que considerou, com base no parágrafo 6º do item II do Artigo 3º da Instrução PREVIC nº 23, de 26/06/2015, a manutenção da referida hipótese adotada na Demonstração Atuarial do exercício de 2015.

a.9) Hipótese: Composição de Família de Pensionistas

Valor: Família Efetiva nos Benefícios Concedidos de Aposentadorias e Pensões por Morte e Experiência Regional atualizada em 2014 nos Benefícios a Conceder aos Participantes Não Assistidos.

Quantidade esperada no exercício seguinte: 1

Quantidade ocorrida no exercício encerrado: 1

Comentário sobre divergência entre o esperado e o ocorrido no exercício encerrado: Em função da manutenção da Composição Média de Família de Dependentes dos participantes

6



ativos, do Plano de Benefícios I da Fundação São Francisco, não há alteração entre a quantidade esperada e a ocorrida no exercício de 2017, sendo, em média, de 1 dependente por participante ativo (os valores informados representam a média de dependentes por família).

Opinião do Atuário: Estamos adotando, desde a avaliação atuarial de 2009, a família efetiva para os Benefícios de Aposentadorias e Pensões por Morte já concedidas. Portanto, tão-somente os Benefícios a Conceder aos Participantes Não Assistidos estão sendo avaliados pela Composição de Família correspondente à Experiência Regional atualizada em 2014, onde através do JM/2366/2017, de 12/12/2017, foi indicada a sua manutenção para esta Demonstração Atuarial, cuja sua validade será de 3 (três) anos, segundo o parágrafo 6º do item II do Artigo 3º da Instrução PREVIC nº 23, de 26/06/2015.

Justificativa EFPC: A adoção da família efetiva para avaliar os compromissos relativos aos Benefícios de Aposentadorias e Pensões por Morte já Concedidos, mantendo-se a adoção da composição de família correspondente à Experiência Regional tão-somente para os Benefícios a Conceder aos Participantes Não Assistidos traz maior realismo aos resultados da avaliação atuarial.

a.10) Hipótese: Indexador do Plano

Valor: INPC do IBGE (aplicado com 1 mês de defasagem).

Quantidade esperada no exercício seguinte: 5,5%

Quantidade ocorrida no exercício encerrado: 2,07%

Comentário sobre divergência entre o esperado e o ocorrido no exercício encerrado: Considerando o INPC o indexador do Plano, conforme estabelecido em Regulamento, para o ano de 2017, este índice acumulado resultou em 2,07%, ou seja, abaixo do centro da meta de inflação, sendo que a projeção de taxa de inflação esperada para o exercício de 2017 foi de 5,5% ao ano, que corresponde estar se trabalhando entre o limite superior e o centro da meta de inflação a longo prazo do Governo Federal.

Opinião do Atuário: O indexador em questão se baseia no fato de que o INPC do IBGE é o indexador regulamentar para os reajustes dos benefícios da prestação continuada do Plano e corresponde ao índice de inflação que mede a variação de preços ao consumidor calculado pelo órgão governamental competente (IBGE).

Justificativa EFPC: Concordamos com as colocações apresentadas na Opinião do Atuário.

7



a.11) Hipótese: Entrada em Aposentadoria

Valor: Calculado considerando que a entrada em gozo de aposentadoria programada do participante não assistido se dará no 1º momento em que ele preencha as condições para recebimento do benefício pleno, ou seja, sem aplicação de qualquer redução, com exceção dos participantes que já possuem condições plenas para entrar em gozo de aposentadoria programada (Risco Iminente), onde foi considerado 1(um) ano como tempo remanescente de atividade, ao invés de 0 (zero).

Quantidade esperada no exercício seguinte: 0

Quantidade ocorrida no exercício encerrado: 3

Comentário sobre divergência entre o esperado e o ocorrido no exercício encerrado: A diferença entre a quantidade esperada e a ocorrida no ano de 2017 foi de 280 (Ver "Opinião do Atuário").

Opinião do Atuário: Em conformidade com o parágrafo 6º do item II do Artigo 3º da Instrução PREVIC nº 23, de 26/06/2015, o estudo apresentado pelo JM/0013/2016 de 06/01/2016, ainda está dentro da validade máxima de 3 (três) anos, viabilizando a adoção da Hipótese de Entrada em Aposentadoria considerando que a entrada em gozo de aposentadoria programada do participante não assistido se dará no 1º momento em que ele preencha as condições para recebimento do benefício pleno, ou seja, sem aplicação de qualquer redução, com exceção dos participantes que já possuem condições plenas para entrar em gozo de aposentadoria programada (Risco Iminente), onde foi considerado 1(um) ano como tempo remanescente de atividade, ao invés de 0 (zero).

Justificativa EFPC: Concordamos com as colocações apresentadas na opinião do atuário.



b) Seção dos Benefícios (*1):

(*1) Com base nas informações cadastrais fornecidas pela Fundação São Francisco.

ESTATÍSTICAS	BENEFÍCIOS				
	TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO	IDADE	ESPECIAL	INVALIDEZ	PENSÃO
Qtd de benefícios concedidos	459	70	15	52	249
Valor médio do benefício	R\$ 5.317,14	R\$ 1.935,99	R\$ 2.305,00	R\$ 2.574,53	R\$ 1.433,91
Idade média dos assistidos (em anos)	72	80	75	65	77
Provisão Matemática Benefícios Concedidos					
VABF Programados - Assistidos	R\$ 281.706.179,06	R\$ 13.161.176,06	R\$ 3.520.231,86		R\$ 21.733.536,73
VABF Não Programados - Assistidos				R\$ 17.257.734,46	R\$ 15.374.655,50
Provisão Matemática Benefícios a Conceder					
BD Capitalização Programado					
VABF	R\$ 2.686.382,67				
VACF Patrocinadores	R\$ (226.666,90)				
VACF Participantes	R\$ (332.226,57)				
BD Capitalização Não Programado					
VABF				R\$ 41.715,04	R\$ 11.945,16
VACF Patrocinadores				R\$ (6.197,26)	R\$ (1.774,59)
VACF Participantes				R\$ (9.083,34)	R\$ (2.601,03)
Custo do Ano (em reais) * (1)	194.701,19			5.730,52	17.055,11
Custo do Ano (em % da Falha de Salário)* (1)	42,81%			1,26%	3,75%

* inclui sobrecarga administrativa.

(1) No custo de Invalidez está incluso o custo referente ao auxílio-doença e, no custo da pensão, está incluso o custo referente ao Pecúlio por Morte.

c) Seção das provisões matemáticas a constituir e contratos:

Déficit Equacionado

Patrocinador:
Valor: -
Prazo: -

Participantes ativos:
Valor: -
Prazo: -

Assistidos:
Valor: -
Prazo: -

Serviço Passado

Patrocinador:
Valor: -
Prazo: -

Participantes ativos:
Valor: -
Prazo: -



Assistidos:
Valor: -
Prazo: -

Outras Finalidades

Patrocinador:
Valor: -
Prazo: -

Participantes ativos:
Valor: -
Prazo: -

Assistidos:
Valor: -
Prazo: -

d) Seção do Patrimônio de Cobertura:

Patrimônio de Cobertura: R\$ 340.529.029,11 **(*1)**
Insuficiência de Cobertura: -
(*1) Informação fornecida pela Fundação São Francisco.

e) Seção dos fundos previdenciais atuariais:

Finalidade: -

Fonte de Custeio: -

Recursos Recebidos no Exercício: R\$ -
Recursos Utilizados no Exercício: R\$ -

Saldo: R\$ -

f) Subseção dos fundos previdenciais de destinação e utilização de reserva especial para revisão de plano:

Patrocinador: -
Participantes Ativos: -
Assistidos: -
Resultado positivo do exercício: R\$ 35.851.122,56
Resultado negativo do exercício: R\$ -
Déficit Técnico: R\$ (14.385.977,74)
Reserva de Contingência: R\$ -
Reserva Especial para Revisão de Plano: R\$ -

10



Apuração do Equilíbrio Técnico Ajustado

Resultado Realizado: R\$ (14.385.977,74)
Superávit Técnico Acumulado: R\$ -
Déficit Técnico Acumulado: R\$ (14.385.977,74)
Ajuste de Precificação: R\$ - (*)
Equilíbrio Técnico Ajustado: R\$ (14.385.977,74)

(*) Considerando que todos os títulos da Carteira estão marcados a valor de mercado, não há registro de ajuste de precificação a ser apurado conforme os termos da Instrução PREVIC nº 19 de 04/02/2015.

g) Duration do Passivo: 9,86 anos ou 118,32 meses

IV - PLANO DE CUSTEIO

1) Contribuições Previdenciais Normais do Patrocinador:

% Contribuição Normal do Patrocinador × (13 × Folha de Salário dos Participantes Não Assistidos em 31/12/2017)

$$(8,31\% \times 13 \times R\$ 34.984,85) = 37.794,13$$

$$37.794,13 + (156,10\% \times 37.794,13 \times 3/12) + (188,00\% \times 37.794,13 \times 9/12) + 0,852 \times [(156,10\% \times 2.225.694,56 \times 3/12) + (188,00\% \times 2.225.694,56 \times 9/12)] = \mathbf{RS 3.519.632,26}$$

2) Contribuições Previdenciais Extraordinárias do Patrocinador - Equacionamento de Déficit: (Ver Nota)

3) Contribuições Previdenciais Extraordinárias do Patrocinador – serviço passado: -

4) Contribuições Previdenciais Extraordinárias do Patrocinador – Outras Finalidades: -

5) Contribuições Previdenciais Normais dos Participantes Ativos:

% médio de Contribuição Normal do Participante Não Assistido × (13 × Folha de Salário dos Participantes Não Assistidos em 31/12/2017).

$$(12,20\% \times 13 \times 34.984,85) = 55.485,97$$

$$55.485,97 + (156,10\% \times 55.485,97 \times 3/12) + (188,00\% \times 55.485,97 \times 9/12) = \mathbf{RS 155.374,59}$$

6) Contribuições Previdenciais Extraordinárias dos Participantes Ativos - Equacionamento de Déficit: (Ver Nota)

7) Contribuições Previdenciais Extraordinárias dos Participantes Ativos - Serviço Passado: -

8) Contribuições Previdenciais Extraordinárias dos Participantes Ativos - Outras Finalidades: -

11

**9) Contribuições Previdenciais Normais dos Assistidos:**

% médio de Contribuição Normal do Assistido × (13 × Folha de Benefício dos Participantes Assistidos em 31/12/2017).

$$5,52\% \times (13 \times R\$ 3.101.581,05) = R\$ 2.225.694,56$$

$$2.225.694,56 + (156,10\% \times 2.225.694,56 \times 3/12) + (188,00\% \times 2.225.694,56 \times 9/12) = R\$ 6.232.501,19$$

10) Contribuições Previdenciais Extraordinárias dos Assistidos - Equacionamento do Déficit: (Ver Nota)**11) Contribuições Previdenciais Extraordinárias dos Assistidos - Serviço Passado: -****12) Contribuições Previdenciais Extraordinárias dos Assistidos - Outras Finalidades: -****13) Utilização de fundo de reversão de saldo por exigência regulamentar: -****14) Utilização de fundo de destinação de Reserva Especial - Patrocinador: -****15) Utilização de fundo de destinação de Reserva Especial - Participantes: -****16) Utilização de fundo de destinação de Reserva Especial - Assistidos: -****17) Início de vigência do plano de custeio: 1º de abril de 2018.**

NOTA: Conforme evidenciado pelo JM/0729/2015, de 06/04/2015, o Método Agregado do Regime de Capitalização, adotado na Avaliação Atuarial do Plano de Benefícios I da Fundação São Francisco, desde seu fechamento a novas adesões de participantes, possui tão somente o conceito de "Contribuição Normal", não prevendo a existência de "Contribuição Suplementar para Cobertura de Tempo de Serviço Passado" ou a existência de "Contribuição Extraordinária para Equacionamento de Déficit Técnico Acumulado Não Coberto pela Contribuição Normal", assim sendo, não está sendo considerado qualquer registro como Provisões Matemáticas a Constituir, uma vez que os ajustes provenientes do referido método, estão sendo registrados como "ajuste da contribuição normal" dos participantes, patrocinadoras e assistidos.

**V - PARECER ATUARIAL:****V.1. - Custos para o exercício seguinte em relação ao anterior:**

- 1) A aplicação da metodologia de cálculo atuarial das contribuições normais estabelecida para o Plano de Benefícios I da FUNDAÇÃO SÃO FRANCISCO, levando em consideração as hipóteses atuariais apresentadas nestas Demonstrações Atuariais (D.A.) e o cadastro de participantes fornecido pela referida FUNDAÇÃO, resultou no Custo Carregado (*1) de 50,42% da Folha de Salário de Participação dos Participantes Não Assistidos (incluído o custo administrativo e excluída a contribuição normal carregada de 15,26% dos Assistidos destinada a participar do custeio do Plano), conforme descrito a seguir:

(*1) Custo Carregado é o Custo já embutido do Carregamento destinado à cobertura das Despesas Administrativas.

TIPO DE BENEFÍCIO	CUSTO (%)	
	Ano Anterior	Ano Atual
APOSENTADORIAS *1	34,05%	42,81%
INVALIDEZ	2,98%	0,99%
PENSÃO POR MORTE	4,44%	3,62%
AUXÍLIO-DOENÇA	0,27%	0,27%
PECULIO POR MORTE	0,13%	0,13%
SUB-TOTAL (1)	41,87%	47,82%
CUSTO SUPLEMENTAR	-%	-%
ADMINISTRAÇÃO *2	2,60%	2,60%
SUB-TOTAL (2)	2,60%	2,60%
TOTAL (1)+(2)	44,47%	50,42%

*1: Incluído o Custo do Resgate, da Portabilidade e do Benefício Proporcional Diferido.

*2: Sobrecarga administrativa igual a 10% do total das Contribuições Normais Originais recolhidas pelos Participantes (Não Assistidos), pelos Assistidos e pelo Patrocinador.

NOTA: Na Avaliação Atuarial de 2017, a idade média dos participantes não assistidos é de 48 anos (considerando aqueles que ainda não se encontram em risco iminente de aposentadoria).

- 2) O Custo Carregado reavaliado de 50,42% da Folha de Salário de Participação dos Participantes Não Assistidos será custeado, no exercício de 2017, pelas contribuições descritas a seguir, dentro dos parâmetros definidos no Regulamento do Plano de Benefício I da FUNDAÇÃO SÃO FRANCISCO, que mantém as alíquotas vigentes tanto para os participantes, quanto para o Patrocinador, quais sejam:

Contribuição Normal/Suplementar	Em %	
	Ano Anterior	Ano Atual
Contribuição Normal Média dos Ativos (alíquotas variáveis) *1	25,35% *1	28,74% *1
Contribuição Normal da Patrocinadora *1/*2	19,12% *2	21,68% *2
Sub-total	44,47%	50,42%
Contribuição Suplementar (Ver inciso iv do numeral 5 do item V.3.)	- %	- %
Total Contribuições (Patrocinadoras + Partic. Ativos):	44,47%	50,42%
Contribuições Normais referente aos Participantes Assistidos:		
Aposentados	12,68%	15,26%
Pensionistas	12,68%	15,26%
Patrocinadora (*3)	9,57%	11,52%



- *1: 10% da Contribuição Normal Original se destina ao Custeio das Despesas Administrativas.
- *2: Em % da Folha do Salário de Participação dos Participantes Não Assistidos (que está limitado a 3 vezes o Teto Máximo do Salário de Benefício da Previdência Social, que é o que se estima ser equivalente a 8,31% da Folha Salarial dos Participantes Não Assistidos sem o referido limite de 3 vezes o Teto Máximo do Salário de Benefício de Previdência Social).
- *3: No Ajuste da Contribuição Normal se considerou a proporcionalidade contributiva da Contribuição Normal dos Participantes Ativos em relação à Contribuição Normal da Patrocinadora para se calcular o "delta" a ser aplicado na Contribuição Normal dos Participantes Assistidos. Assim sendo, tão somente em relação a esse "delta" da Contribuição Normal dos Participantes Assistidos é que, considerando a referida proporção entre a contribuição normal da Patrocinadora, se calculou a contrapartida patronal em relação ao ajuste ("delta") da Contribuição dos Participantes

FATO RELEVANTE: Conforme evidenciado pelo JM/0729/2015, de 06/04/2015, o Método Agregado do Regime de Capitalização, adotado na Avaliação Atuarial do Plano de Benefícios I da Fundação São Francisco, desde seu fechamento a novas adesões de participantes, possui tão somente o conceito de "Contribuição Normal", não prevendo a existência de "Contribuição Suplementar para Cobertura de Tempo de Serviço Passado" ou a existência de "Contribuição Extraordinária para Equacionamento de Déficit Técnico Acumulado Não Coberto pela Contribuição Normal", assim sendo, não está sendo considerado qualquer registro como Provisões Matemáticas a Constituir, uma vez que os ajustes provenientes do referido método, estão sendo registrados como "ajuste da contribuição normal" dos participantes, patrocinadoras e assistidos.

- 3) A Contribuição Normal Carregada de 50,42% da folha do Salário de Participação dos Participantes Não Assistidos corresponde exatamente ao Custo Normal Carregado atuarialmente verificado ao final de 2017, de 50,42% da referida Folha de Salário de Participação. Tal fato significa que a Contribuição Normal Carregada em vigor corresponde exatamente ao Custo Normal Carregado reavaliado no encerramento de 2017.

IMPORTANTE: A Contribuição Normal Original, aqui apresentada, a Contribuição Suplementar destinada a dar cobertura ao tempo de serviço passado e o Ajuste da Contribuição Normal, encontram-se detalhadas no numeral 5, do inciso IV, do item V.3..



V.2. - **Variação das Provisões Matemáticas no exercício encerrado em relação ao exercício anterior:**

- 1) A decomposição do Passivo Atuarial (Provisões Matemáticas) deste Plano, de dezembro de 2016 para dezembro de 2017, considerando a evolução das suas principais grandezas, é a seguinte:

Referência	Valores em R\$		
	31/12/2016	31/12/2017	Variação
Provisão de Benefícios Concedidos	343.809.622,95	352.753.513,67	2,60%
Provisão de Benefícios a Conceder	228.026.735,08	2.161.493,18	(99,05)%
Provisão Matemática a Constituir	- (*)	- (*)	
Provisões Matemáticas (Passivo Atuarial)	571.836.358,03	354.915.006,85	(37,93)%

- *1: Conforme evidenciado pelo JM/0729/2015, de 06/04/2015, o Método Agregado do Regime de Capitalização, adotado na Avaliação Atuarial do Plano de Benefícios I da Fundação São Francisco, desde seu fechamento a novas adesões de participantes, possui tão somente o conceito de "Contribuição Normal", não prevendo a existência de "Contribuição Suplementar para Cobertura de Tempo de Serviço Passado" ou a existência de "Contribuição Extraordinária para Equacionamento de Déficit Técnico Acumulado Não Coberto pela Contribuição Normal", assim sendo, não está sendo considerado qualquer registro como Provisões Matemáticas a Constituir, uma vez que os ajustes provenientes do referido método, estão sendo registrados como "ajuste da contribuição normal" dos participantes, patrocinadoras e assistidos.

V.3. - **Principais riscos atuariais e, se for o caso, medidas para sua mitigação:**

- 1) Com relação à situação financeiro-atuarial do Plano de Benefícios I vigente na Fundação São Francisco, a mesma apresentou um Equilíbrio Técnico (Deficitário), registrado contabilmente, de R\$ (14.385.977,74), sendo de igual valor o Equilíbrio Técnico Ajustado, uma vez que todos os títulos da Carteira de Investimento do Plano foram marcados a valor de mercado em razão do processo de saldamento do Plano de Benefícios I, que efetivou a segregação patrimonial entre o Plano de Benefícios I e o Plano de Benefícios III, assim sendo, não houve qualquer registro de ajuste de precificação apurado conforme os termos da Instrução PREVIC nº 19 de 04/02/2015.
- 2) Conforme consta no "Atestado de Conformidade e validação das informações técnicas referentes aos investimentos do Plano de Benefícios I / BD", realizado pelo Sr. Marcos Prandi, Diretor de Finanças da Fundação São Francisco, em 05/03/2018, que "O valor do ajuste de precificação, ainda que conhecido, não servirá para ser incorporado às demonstrações contábeis, pois, por definição legal, o mesmo só adviria da existência de ativos marcados a "Vencimento". No entanto, a sua apuração nos parece racional, haja vista que muitos desses ativos estavam marcados a "Vencimento" e voltarão a sé-los, depois de ajustados os fluxos do Plano, alterado pela cisão das massas de participantes. O conhecimento por estimativa do excesso de recurso entre a carteira precificada como está no fechamento do exercício e, como seria se procedida ao ajuste de precificação dos ativos, poderá explicar, ainda, a não implantação de novos reajustes de contribuições...", iremos verificar, diante deste cenário, quando da vigência do novo Plano de Custeio, em 1º de abril de 2018, se ao avaliarmos atuarialmente o Plano de Benefícios I na data base de março/2018, e tendo já dimensionado o valor do ajuste de precificação nesta mesma data base, se o mesmo irá apresentar um resultado positivo como Equilíbrio Técnico Ajustado ou não, para que possamos analisar respectivamente a manutenção do Plano de Custeio constante desta Demonstração



Atuarial, ou a sua revisão através de ajustes na Contribuição Normal, em função de se estar utilizando, na Avaliação Atuarial deste Plano, o Método Agregado no Regime de Capitalização, onde conceitualmente, tem-se a necessidade de se ajustar periodicamente a Contribuição Normal a fim de que se mantenha o Plano em Equilíbrio Técnico.

- 3) Nesta Avaliação Atuarial foram alteradas a taxa real de juros para 4,90% ao ano, ao invés dos 5,26% ao ano adotado na Avaliação Atuarial do exercício de 2016 e a hipótese de entrada em aposentadoria, considerando que a entrada em gozo de aposentadoria programada do participante não assistido se dará no 1º momento em que ele preencha as condições para recebimento do benefício pleno, exceto para aqueles que se encontram em risco iminente de aposentadoria plena, onde foi considerado 1(um) ano como tempo remanescente de atividade. Adicionalmente, já está refletida aqui, nesta Demonstração Atuarial, em função do processo de saldamento do Plano de Benefícios I, finalizado em 30/11/2017, a saída de 339 participantes não assistidos e de 1 assistido (pensionista) para o Plano de Benefícios III (Saldado), com reflexo no ajuste do Patrimônio de Cobertura do Plano de Benefícios I para resguardar os direitos daqueles que permaneceram no Plano. Estas alterações tiveram os seguintes impactos nas Provisões Matemáticas aqui avaliadas:

- a) Alteração da taxa real de juros para 4,90% ao ano: aumento de R\$ 11.337.156,84; e
- b) Alteração da Entrada em aposentadoria no 1º momento de elegibilidade pelo Plano, com exceção dos Riscos Iminentes, onde foi considerado 1(um) ano como tempo remanescente de atividade : redução de R\$ 98.399,81.
- c) Alteração referente à saída de 339 participantes não assistidos e de 1 assistido (pensionista) para o Plano de Benefícios III (Saldado), em função do processo de saldamento do Plano de Benefícios I: redução de R\$ 233.205.613,68.

- 4) Foram adotadas as seguintes hipóteses atuariais:

- i) Tábua de Mortalidade Geral: “ q_x da SUSEP EMSsb 2010 (masculina)”;
- ii) Tábua de Mortalidade de Inválidos: “ $q_x^i = q_x$ da AT-2000 (masculina);
- iii) Tábua de Entrada em Invalidez: “ i_x da LIGHT (MÉDIA);
- iv) Rotatividade: Cerca de 33% do valor da Tábua de Rotatividade adotada na Avaliação Atuarial de 31/12/2010, objetivando ficar em consonância com as maiores expectativas que o Benefício Proporcional Diferido abre para os que deixam de trabalhar no Patrocinador antes de preencher as condições para requerer benefício pelo Plano.
- v) Taxa real de juros/desconto: 4,90% a.a.;
- vi) Projeção de Crescimento Real de Salário: A mesma função logarítmica relativa a escala real de crescimento salarial, utilizada na Avaliação Atuarial de 31/12/2015 .



- vii) Em relação à composição familiar, da mesma forma que na Avaliação Atuarial de 31/12/2016, está sendo adotada a Família Efetiva para os Assistidos em gozo de Benefício de Aposentadoria e de Pensão por Morte, bem como está sendo adotada uma Experiência Regional de Composição de Família, onde através do JM/2366/2017, de 12/12/2017, foi indicada a sua manutenção para esta Demonstração Atuarial, cuja sua validade será de 3 (três) anos, segundo o parágrafo 6º do item II do Artigo 3º da Instrução PREVIC nº 23, de 26/06/2015; e

- viii) Fator de determinação do valor real dos benefícios da entidade ao longo do tempo: 97% (compatível com uma inflação média anual de 5,5% ao longo dos anos futuros)

- 5) Nesta reavaliação atuarial, foram consideradas as seguintes contribuições dos Participantes, Assistidos, e dos Patrocinadores.

- i) **Contribuição Normal Original Carregada dos Participantes (Não Assistidos):**
Corresponde a Contribuição Normal Original Carregada (ou seja, com sobrecarga para custeio das despesas administrativas) obtida para o conjunto dos Participantes (Não Assistidos) do Plano, aplicando-se os percentuais contributivos constante no Plano de Custeio Anual.

- ii) **Contribuição Normal Original Carregada dos Patrocinadores:**
8,31% da folha de salário dos Participantes (Não Assistidos) sem limite, o que, se projetado corresponder a 10,80% da folha do salário limitado a 3 (três) vezes o Teto Máximo do Salário de Benefícios da Previdência Social, observado o limite paritário contributivo estabelecido no Regulamento e na legislação aplicável.

- iii) **Contribuição Normal Original Carregada dos Assistidos:**
5,52% do valor dos benefícios recebidos pelos Aposentados Assistidos e pelos Pensionistas Assistidos.

- iv) **Contribuição Suplementar Carregada do Patrocinador (relativa ao Serviço Passado):**

Não há mais Contribuição Suplementar Carregada do Patrocinador referente ao Serviço Passado, uma vez que o contrato, firmado entre a Patrocinadora CODEVASF e a Fundação São Francisco em 28/11/2001, encerrou-se com a 114ª prestação em dezembro de 2013.

- v) **Ajuste nas Contribuições Normais dos Participantes (Não Assistidos), dos Assistidos e dos Patrocinadores:**

- v.1.) **Participantes Não Assistidos:**

Ajuste nas Contribuições Normais igual a $A\%$ (*1) do valor das contribuições calculadas com base nos percentuais contributivos normais originais dos Participantes Não Assistidos vigentes em 31/12/2009, incidentes sobre as faixas contributivas do Salário Real de Contribuição de cada Participante Não Assistido.

**v.2.) Patrocinador CODEVASF (em contrapartida ao ajuste na contribuição normal do Participante Não Assistido):**

Ajuste na Contribuição Normal correspondente a **A%** (*1) do valor das contribuições normais calculadas com base no percentual contributivo normal original da Patrocinadora CODEVASF vigente em 31/12/2009 e incidente sobre a totalidade dos salários dos Participantes Não Assistidos.

v.3.) Assistidos (Aposentados/Pensionistas):

Ajuste na Contribuição Normal correspondente a **A%** (*1) do valor das contribuições normais originais de cada participante calculadas com base no percentual contributivo vigente em 31/12/2009, incidente sobre o valor dos Benefícios dos Aposentados Assistidos e dos Pensionistas Assistidos.

v.4.) Patrocinador CODEVASF (em contrapartida ao ajuste nas contribuições normais dos Assistidos):

Ajuste na Contribuição Normal igual a **B** vezes o total do Ajuste na Contribuição Normal feitas pelos Aposentados Assistidos e pelos Pensionistas Assistidos, onde **B** é igual a 0,754 até junho de 2012 e é igual a 0,852 a partir de agosto de 2012.

(*1): A% = 65,10% de Julho de 2014 a Junho de 2015;
A% = 81,98% de Julho de 2015 a Junho de 2016;
A% = 129,65% de Julho de 2016 a Junho de 2017;
A% = 156,10% de Julho de 2017 a Março de 2018;
A% = 188,00% de Abril de 2018 em diante.

NOTA: 10% das Contribuições Normais Originais dos Participantes Não Assistidos, dos Assistidos (Aposentados e Pensionistas) e do Patrocinador, correspondem ao carregamento destinado ao custeio das Despesas Administrativas.

- 6) Desde o encerramento do exercício de 2015, visando manter fidelidade com os princípios do Método Agregado do Regime de Capitalização, deixamos de registrar os aumentos nas Contribuições Normais Originais como se fossem Contribuições Extraordinárias para Equacionamento do Déficit, mas sim, com Ajuste das Contribuições Normais, já que esse Método, em realidade, enquadra todos os ajustes contributivos, destinados ao Reequilíbrio Atuarial do Plano, no âmbito das Contribuições Normais.
- 7) A rentabilidade nominal líquida efetivamente obtida ao longo de 2017 pela FUNDAÇÃO SÃO FRANCISCO, na aplicação do Patrimônio de Cobertura do Plano de Benefícios I, foi de 7,57% contra uma meta atuarial de rentabilidade líquida de 6,53%, ou seja, o efetivo superou a meta em 0,98%, o que, em termos reais, representou obter mais 6,29%, alcançando assim a meta atuarial de rentabilidade real líquida de 5,26% ao ano. A variação do índice de inflação utilizado (INPC do IBGE) é aplicada com 1 (um) mês de defasagem. Na apuração das taxas de juros a metodologia empregada foi a Taxa Interna de Retorno (TIR), a partir dos fluxos mensais das adições e deduções previdenciárias registradas nas contas contábeis iniciadas em “3.”.



- 8) Os principais Riscos Atuariais do Plano em questão estão associados ao aumento de sobrevivência e à redução das taxas de retorno dos investimentos. Para mitigar esses riscos, no que se refere à sobrevivência, ano após ano, vem sendo feitos testes de aderência de tábuas de mortalidade/sobrevivência e implantados, sempre que necessários, os correspondentes ajustes na hipótese de sobrevivência adotada e, no que se refere à taxa de retorno dos investimentos, os consultores financeiros da FUNDAÇÃO SÃO FRANCISCO, levando em consideração os títulos existentes em carteira associados à cobertura dos benefícios previdenciários e às respectivas durações de seus pagamentos e as taxas de retornos esperadas para as novas aplicações e reaplicações a serem feitas nos anos futuros, tem de continuar se posicionando em relação à hipótese relativa ao retorno dos investimentos para a realização dos ajustes que se façam necessários.

V.4. - Qualidade da Base Cadastral Utilizada:

- 1) Com relação aos valores registrados como Provisões Matemáticas de Benefícios Concedidos e a Conceder, atestamos que os mesmos foram avaliados por esta Consultoria Atuarial Independente, adotando as hipóteses atuariais relacionadas no numeral 3 do item V.3. desta D.A. e os regimes atuariais de financiamento mencionados no item V.7. desta D.A., bem como utilizando os dados contábeis e cadastrais que nos foram enviados pela FUNDAÇÃO SÃO FRANCISCO, sendo que os dados cadastrais foram objeto de análise de consistência e de comparação com os dados cadastrais da Avaliação Atuarial do exercício anterior, os quais ainda foram submetidos à referida Entidade Fechada de Previdência Complementar para os ajustes necessários e posterior validação, tendo sido, tão somente após tal validação, utilizados na elaboração da avaliação atuarial refletida nesta D.A..

V.5. - Variação do Resultado Técnico de dezembro de 2016 para dezembro de 2017, apontando as causas mais prováveis:

Resultado Técnico (Superávit) observado considerando o valor Total das Provisões Matemáticas pelo método de recorrência em 31/12/2017 projetadas com base na Avaliação Atuarial de 31/12/2016	RS (2.424.580,34)
Impacto referente a redução da taxa real de juros de 5,26% para 4,90% ao ano	RS (11.337.156,84)
Impacto referente a revisão da hipótese de entrada em aposentadoria, considerando que a entrada em gozo de aposentadoria programada do participante não assistido se dará no 1º momento em que ele preencha as condições para recebimento do benefício pleno, com exceção dos Riscos Iminentes, onde foi considerado 1(um) ano como tempo remanescente de atividade.	RS 98.399,81
Alteração no Preço do Ativo determinado pelo Conselho Fiscal reduzindo o seu valor.	(1.160.422,64)
Outros Resultados de Origens Diversas e Pulverizadas (*1)	RS 437.782,27
Equilíbrio Técnico (déficit) registrado contabilmente em 31/12/2017	RS (14.385.977,74)
Ajuste na Precificação dos Ativos feito em conformidade com a Resolução CNPC 16/2014 (incluindo a Portaria PREVIC nº 186/2016), na Situação Atuarial do Plano em 31/12/2017.	RS 0,00
Equilíbrio Técnico Ajustado, registrado em 31/12/2017, após a aplicação do ajuste na precificação dos Ativos feita em conformidade com a Resolução CNPC 16/2014 e a Portaria 375/2017. (*2)	RS (14.385.977,74)

(*1) Equivalente a 0,12% do total das Provisões Matemáticas, registrado em 31/12/2017, no valor de RS 354.915.006,85. (Ver NOTA)

NOTA: Consiste nos desvios oriundos do cálculo das Provisões Matemáticas através da Avaliação Atuarial de um determinado mês, em relação às Provisões Matemáticas obtidas no mesmo mês, através de sua evolução pelo método da Recorrência, podendo resultar em um aumento ou redução das Provisões Matemáticas do Plano, em função da comparação com o comportamento



previsto, no exercício, dos principais decrementos da massa (morte do ativo, morte do aposentado, entrada em invalidez, entrada em aposentadoria, rotatividade), com o que realmente ocorreu de decremento no mesmo exercício.

(*2) R\$ (14.385.977,74) + R\$ 0,00 = R\$ (14.385.977,74)

V.6. - Natureza conjuntural ou estrutural do Resultado Acumulado:

O Equilíbrio Técnico registrado contabilmente do Plano de Benefício Definido vigente na FUNDAÇÃO SÃO FRANCISCO, em 31/12/2017, de R\$ (14.385.977,74) é de natureza transitória, já que, conforme consta no “Atestado de Conformidade e validação das informações técnicas referentes aos investimentos do Plano de Benefícios I / BD”, realizado pelo Sr. Marcos Prandi, Diretor de Finanças da Fundação São Francisco, em 05/03/2018, que “O valor do ajuste de precificação, ainda que conhecido, não servirá para ser incorporado às demonstrações contábeis, pois, por definição legal, o mesmo só adviria da existência de ativos marcados a “Vencimento”. No entanto, a sua apuração nos parece racional, haja vista que muitos desses ativos estavam marcados a “Vencimento” e voltarão a sê-los, depois de ajustados os fluxos do Plano, alterado pela cisão das massas de participantes. O conhecimento por estimativa do excesso de recurso entre a carteira precificada como está no fechamento do exercício e, como seria se procedida ao ajuste de precificação dos ativos, poderá explicar, ainda, a não implantação de novos reajustes de contribuições...”, iremos verificar, diante deste cenário, quando da vigência do novo Plano de Custeio, em 1º de abril de 2018, se ao avaliarmos atuarialmente o Plano de Benefícios I na data base de março/2018, e tendo já dimensionado o valor do ajuste de precificação nesta mesma data base, se o mesmo irá apresentar um resultado positivo como Equilíbrio Técnico Ajustado ou não, para que possamos analisar respectivamente a manutenção do Plano de Custeio constante desta Demonstração Atuarial, ou a sua revisão através de ajustes na Contribuição Normal, em função de se estar utilizando, na Avaliação Atuarial deste Plano, o Método Agregado no Regime de Capitalização, onde conceitualmente, tem-se a necessidade de se ajustar periodicamente a Contribuição Normal a fim de que se mantenha o Plano em Equilíbrio Técnico.

V.7. - Adequação dos métodos de financiamento aplicados no caso do regime financeiro de capitalização:

Considerando tratar-se de um Plano de Benefício Definido fechado a novas adesões de participantes, o regime financeiro de Capitalização adotado no financiamento dos Benefícios de Aposentadoria e de Pensão por Morte, que são Benefícios de Grande Expressão, é o Agregado, o qual mostra-se plenamente adequado. Já para os demais benefícios, que são Benefícios de Pequena Expressão (Auxílio-Doença / Pecúlio por Morte / Resgate de Contribuições) o regime financeiro adotado é o de Repartição na versão simples, que tem se mostrado adequado dado ao pequeno porte desses Benefícios.

Rio de Janeiro, 12 de março de 2018


José Roberto Montello
Atuário MIBA 426

20

7. Pareceres Atuariais Plano de Benefício II



**Anexo 2 ao JM/0463/2018 de 12/03/2018****DEMONSTRAÇÕES ATUARIAIS (D.A.)****PLANO DE BENEFÍCIOS II DA FUNDAÇÃO SÃO FRANCISCO****I - INFORMAÇÕES CADASTRAIS:**

CNPB: 20130008-47
CPF do atuário: 405.910.507/49
CNPJ da empresa de atuária: 30.020.036/0001-36

II - INFORMAÇÕES SOBRE A AVALIAÇÃO ATUARIAL:

Motivo da Avaliação: Avaliação Atuarial Anual de encerramento do exercício de 2017.
Data do Cadastro: 31/12/2017
Data da Avaliação: 31/12/2017
Observações: Tanto para os Benefícios de Contribuição Definida (Programados), quanto para os Benefícios de Risco, a atualização é feita pela variação das cotas.

III - DEMONSTRATIVO DA AVALIAÇÃO ATUARIAL:

Grupo de Custeio: 2

Patrocinadores e Instituidores: CNPJ da FUNDAÇÃO SÃO FRANCISCO: 01.635.671/0001-91
CNPJ da CODEVASF: 00.399.857/0001-26

Participantes Ativos: 1008.

Folha de Salário de Participação: *1 13 × R\$ 17.186.124,27 = R\$ 223.419.615,51
*1: Corresponde a Folha de Salário de Participação dos Participantes Não Assistidos a preços de 31/12/2017.

Tempo médio de Contribuição para o Plano:

Tempo médio para Aposentadoria:

a) Seção das hipóteses atuariais:**a.1) Hipótese: Taxa Real Anual de Juros**

Valor: 13,56%

Quantidade esperada no exercício seguinte: -

Quantidade ocorrida no exercício encerrado: -

Comentário sobre divergência entre esperado e ocorrido: A variação do valor das cotas no ano de 2017, foi de 13,56%, representando uma taxa real de retorno de 0% em relação ao indexador do Plano, que corresponde, exatamente, à própria variação do valor das cotas, sendo que, pela natureza do Plano, não há divergência entre esperado e ocorrido no exercício encerrado.



Opinião do Atuário: Por se tratar de Plano em que os Benefícios, exceto os de Risco a Conceder, são concedidos na modalidade de Contribuição Definida e em que os Benefícios de Risco a Conceder são avaliados pelo Regime de Repartição Simples, a Hipótese de Taxa Real Anual de Juros é de 0% ao ano, considerando como indexador a variação do valor das cotas, tanto para a atualização dos Benefícios Concedidos na modalidade de Contribuição Definida, quanto para a atualização dos Benefícios de Riscos a Conceder (na modalidade de Benefício Definido), avaliados pelo Regime de Repartição Simples.

Justificativa EFPC: Efetivamente, conforme explicado pelo atuário, não há imperativo de rentabilidade no âmbito desse Plano.

a.2) Hipótese: Projeção de Crescimento Real de Salário (Anual)

Valor: Não Aplicável

Quantidade esperada no exercício seguinte: -

Quantidade ocorrida no exercício encerrado: -

Comentário sobre divergência entre esperado e ocorrido: -

Opinião do Atuário: Não Aplicável.

Justificativa EFPC: Não Aplicável.

a.3) Hipótese: Fator de Determinação do valor real ao longo do tempo dos salários

Valor: Não Aplicável.

Quantidade esperada no exercício seguinte: -

Quantidade ocorrida no exercício encerrado: -

Comentário sobre divergência entre esperado e ocorrido: -

Opinião do Atuário: Não Aplicável.

Justificativa EFPC: Não Aplicável.

a.4) Hipótese: Fator de Determinação do valor real ao longo do tempo dos Benefícios da Entidade

Valor: Não Aplicável.

Quantidade esperada no exercício seguinte: -

Quantidade ocorrida no exercício encerrado: -

Comentário sobre divergência entre esperado e ocorrido: -

Opinião do Atuário: Não Aplicável.

Justificativa EFPC: Não Aplicável.

**a.5) Hipótese: Rotatividade**

Valor: Não Aplicável.

Quantidade esperada no exercício seguinte: -

Quantidade ocorrida no exercício encerrado: -

Comentário sobre divergência entre esperado e ocorrido: Não Aplicável por ter sido adotada a hipótese de rotatividade nula, merecendo destaque o apresentado na Opinião do Atuário.

Opinião do Atuário: Por se tratar de um Plano em que os Benefícios, exceto os de Risco a Conceder, são concedidos na modalidade de Contribuição Definida e em que os Benefícios de Risco a Conceder são avaliados pelo regime de Repartição Simples, está sendo adotada a Rotatividade Nula, ou seja, não está sendo adotada Rotatividade, o que não causa qualquer risco ou distorção nos resultados.

Justificativa EFPC: Efetivamente, conforme explicado pelo atuário, não causa qualquer risco ou distorção nos resultados a adoção de hipótese de Rotatividade Nula.

a.6) Hipótese: Tábua de Mortalidade Geral

Valor: " q_x da AT-83 (masculina) agravada em 25%".

Quantidade esperada no exercício seguinte: 6,88

Quantidade ocorrida no exercício encerrado: 0

Comentário sobre divergência entre esperado e ocorrido: A diferença de 6,88 entre a quantidade ocorrida e a esperada no exercício encerrado, mostra ser segura a adoção da Tábua de Mortalidade " q_x da AT-83 (masculina) agravada em 25%", levando-se em consideração a natureza do Benefício pago por Morte do Participante Ativo e o quantitativo de participantes envolvidos nesse risco.

Opinião do Atuário: Por se tratar de benefício a ser pago pela ocorrência de morte do participante ativo e não em decorrência da sua sobrevivência, por conservadorismo, estamos indicando a manutenção, para esta D.A., da Tábua de Mortalidade Geral AT-83 (masculina) com o agravamento de 25%, de forma a dar continuidade para a cobertura de desvios de sinistralidades que possam vir a ocorrer principalmente nos primeiros anos de vigência do Plano. Ressaltamos que o saldo registrado como Fundo Coletivo de Benefícios de Risco (a conceder), em 31/12/2017, foi de R\$ 5.008.150,91, sendo que, em 31/12/2016, esse saldo era de R\$ 3.468.871,73.

Justificativa EFPC: Com base nas colocações do atuário, nos posicionamos pela manutenção da Tábua Geral de Mortalidade " q_x da AT-83 (masculina) com o agravamento de 25%", para avaliar o Benefício de Risco sob a forma de Benefício por Morte em Atividade.

**a.7) Hipótese: Tábua de Mortalidade de Inválidos**

Valor: Não Aplicável.

Quantidade esperada no exercício seguinte: -

Quantidade ocorrida no exercício encerrado: -

Comentário sobre divergência entre esperado e ocorrido: Não Aplicável.

Opinião do Atuário: Não Aplicável.

Justificativa EFPC: Não Aplicável.

a.8) Hipótese: Tábua de Entrada em Invalidez

Valor: " i_x da LIGHT (MÉDIA) agravada em 25%".

Quantidade esperada no exercício seguinte: 10,86

Quantidade ocorrida no exercício encerrado: 0

Comentário sobre divergência entre esperado e ocorrido: A diferença de 10,86 entre a quantidade ocorrida e a esperada no exercício encerrado, mostra ser segura a adoção da Tábua de Entrada em Invalidez " i_x da LIGHT (MÉDIA) agravada em 25%", levando-se em consideração a natureza do Benefício de Incapacidade para o Trabalho e o quantitativo de participantes envolvidos nesse risco.

Opinião do Atuário: Por se tratar de benefício a ser pago em consequência da Incapacidade para o Trabalho do participante ativo, por conservadorismo, estamos indicando a manutenção, para esta D.A., da Tábua de Entrada em Invalidez LIGHT-MÉDIA com o agravamento de 25%, de forma a dar continuidade para a cobertura de desvios de sinistralidades que possam vir a ocorrer principalmente nos primeiros anos de vigência do Plano. Ressaltamos que o saldo registrado como Fundo Coletivo de Benefícios de Risco (a conceder), em 31/12/2017, foi de R\$ 5.008.150,91, sendo que, em 31/12/2016, esse saldo era de R\$ 3.468.871,73.

Justificativa EFPC: Com base nas colocações do atuário, nos posicionamos pela adoção da Tábua de Entrada em Invalidez " i_x da LIGHT MÉDIA com o agravamento de 25%", para avaliar o Benefício de Incapacidade para o Trabalho.

a.9) Hipótese: Composição de Família de Pensionistas

Valor: Não Aplicável.

Quantidade esperada no exercício seguinte: -

Quantidade ocorrida no exercício encerrado: -

Comentário sobre divergência entre esperado e ocorrido: Não Aplicável.

Opinião do Atuário: Não Aplicável.

Justificativa EFPC: Não Aplicável.

**a.10) Hipótese: Indexador do Plano**

Valor: Variação das Cotas
Quantidade esperada no exercício seguinte: -
Quantidade ocorrida no exercício encerrado: -
Comentário sobre divergência entre esperado e ocorrido: Não Aplicável.

Opinião do Atuário: Pela natureza do Plano de Benefícios II da Fundação São Francisco, a rentabilidade expressa pela variação das Cotas é o índice que atualiza monetariamente os compromissos do Plano.

Justificativa EFPC: Concordamos com as colocações apresentadas na Opinião do Atuário.

b) Seção dos Benefícios:**b.1) Benefício: Aposentadoria sem ser por Incapacidade para o Trabalho**

Quantidade de benefícios concedidos: -
Valor médio do benefício: R\$ -
Idade média dos assistidos: -

b.2) Benefício: Incapacidade para o Trabalho

Quantidade de benefícios concedidos: 1
Valor médio do benefício: R\$ 521,00
Idade média dos assistidos: 67

b.3) Benefício: Por Morte de Participante Ativo

Quantidade de benefícios concedidos: -
Valor médio do benefício: R\$ -
Idade média dos assistidos: -

PMBC**CD**

Saldo de Conta dos Assistidos: R\$ 34.212,10

BD

VABF Programados – Assistidos: R\$ -
VABF Não Programados – Assistidos: R\$ -

PMBaC**CD**

Saldo de Contas - parcela Patrocinador ou Instituidor: R\$ 25.736.309,25
Saldo de Contas - parcela Participantes: R\$ 62.474.385,25

BD Capitalização Programado:

VABF: R\$ -
VACF Patrocinadores: R\$ -
VACF Participantes: R\$ -

**BD Capitalização Não Programado:**

VABF: R\$ -
VACF Patrocinadores: R\$ -
VACF Participantes: R\$ -

Custo do Ano

% Custo Normal Carregado (*) × (13 × Folha de Salário dos participantes em 31/12/2017)

12,96% × (13 × R\$ 17.186.124,27) = 28.955.182,17.

(*) Inclui Sobrecarga Administrativa.

c) Seção das provisões matemáticas a constituir e contratos:**Déficit Equacionado**

Patrocinador:
Valor: -
Prazo: -

Participantes ativos:
Valor: -
Prazo: -

Assistidos:
Valor: -
Prazo: -

Serviço Passado

Patrocinador:
Valor: -
Prazo: -

Participantes ativos:
Valor: -
Prazo: -

Assistidos:
Valor: -
Prazo: -

Outras Finalidades:

Patrocinador:
Valor: -
Prazo: -

**Participantes ativos:**Valor: -
Prazo: -**Assistidos:**Valor: -
Prazo: -**d) Seção do Patrimônio de Cobertura:**Patrimônio de Cobertura: R\$ 88.244.906,60
Insuficiência de Cobertura: -**e) Seção dos fundos previdenciais atuariais:****e.1) Fundo Patronal Não Comprometido:**

Finalidade: O Fundo Patronal Não Comprometido guarda relação com a perda da condição de participante do Plano, deixando disponíveis recursos que não mais serão passíveis de alocação na Provisão Matemática Programada de Benefícios a Conceder - Subconta Patrocinador. Caso necessário, o Plano de Custeio Atuarial destinará, parcial ou totalmente, o saldo existente no Fundo Patronal não Comprometido para participar do custeio dos benefícios do Plano de Benefícios II da Fundação São Francisco.

Fonte de Custeio:

- i) Saldo, devidamente atualizado, de recursos oriundos da Provisão Coletiva de Contribuição Patronal a Apropriar em razão de não mais serem alocáveis à Provisão Matemática Programada de Benefícios a Conceder - Subconta Patrocinador; e
- ii) outros saldos, devidamente atualizados, existentes e não discriminados anteriormente, compatíveis com a natureza desse Fundo e previstos em Nota Técnica Atuarial.

Recursos Recebidos no Exercício: R\$ 38.063,25

Recursos Utilizados no Exercício: R\$ 2,80

Saldo: R\$ 93.144,33

e.2) Fundo Coletivo de Benefícios de Risco:

Finalidade: O Fundo Coletivo de Benefícios de Risco, face à Instrução MPS/PREVIC nº 5, de 08/09/2011, assumiu as funções da "Provisão Matemática Coletiva de Benefícios de Risco a Conceder", definidos no Regulamento do Plano de Benefícios II da Fundação São Francisco, guardando relação com as oscilações nos níveis de sinistralidades dos Benefícios de Risco.

**Fonte de Custeio:**

- i) Saldo, devidamente atualizado, das contribuições destinadas ao Custeio dos Benefícios de Risco, realizadas pelos Participantes Ativos Normais e pelos Patrocinadores, incluindo as realizadas por Participantes na condição de Autopatrocinados e pelos Participantes Ativos, bem como por todos aqueles que contribuem para o custeio desses benefícios; e
- ii) outros saldos, devidamente atualizados, existentes e não discriminados anteriormente, previstos no Plano de Custeio, compatíveis com a natureza desse Fundo e estabelecidos em Nota Técnica Atuarial.

Recursos Recebidos no Exercício: R\$ 1.539.279,18

Recursos Utilizados no Exercício: -

Saldo: R\$ 5.008.150,91

f) Subseção dos fundos previdenciais de destinação e utilização de reserva especial para revisão de plano:Patrocinador: -
Participantes Ativos: -
Assistidos: -Resultado positivo do exercício: R\$ -
Resultado negativo do exercício: R\$ -
Déficit Técnico: R\$ -
Reserva de Contingência: R\$ -
Reserva Especial para Revisão de Plano: R\$ -**IV - PLANO DE CUSTEIO:****1) Contribuições Previdenciais Normais do Patrocinador:**

% Contribuição Normal do Patrocinador × (13 × Folha de Salário dos Participantes Ativos em 31/12/2017)

$$6,24\% \times (13 \times R\$ 17.186.124,27) = R\$ 13.941.384,01$$

2) Contribuições Previdenciais Extraordinárias do Patrocinador - Equacionamento de Déficit: -**3) Contribuições Previdenciais Extraordinárias do Patrocinador - serviço passado: -****4) Contribuições Previdenciais Extraordinárias dos Participantes - Outras Finalidades: -**



5) Contribuições Previdenciais Normais dos Participantes Ativos:

% médio de Contribuição Normal do Participante Ativo × (13 × Folha de Salário dos Participantes Ativos em 31/12/2017).

$$6,72\% \times (13 \times R\$ 17.186.124,27) = R\$ 15.013.798,16$$

6) Contribuições Previdenciais Extraordinárias dos Participantes Ativos - Equacionamento de Déficit: -

7) Contribuições Previdenciais Extraordinárias dos Participantes Ativos - Serviço Passado: -

8) Contribuições Previdenciais Extraordinárias dos Participantes Ativos - Outras Finalidades: -

9) Contribuições Previdenciais Extraordinárias dos Assistidos - Equacionamento do Déficit: -

10) Contribuições Previdenciais Extraordinárias dos Assistidos - Serviço Passado: -

11) Contribuições Previdenciais Extraordinárias dos Assistidos - Outras Finalidades: -

12) Utilização de fundo de reversão de saldo por exigência regulamentar: -

13) Utilização de fundo de destinação de Reserva Especial - Patrocinador: -

14) Utilização de fundo de destinação de Reserva Especial - Participantes: -

15) Utilização de fundo de destinação de Reserva Especial - Assistidos: -

16) Início de vigência do plano de custeio: 1º de junho de 2018.



V - PARECER ATUARIAL:

V.1. - Custos para o exercício seguinte em relação ao anterior:

- 1) A aplicação da metodologia de cálculo atuarial estabelecida para o Plano de Benefícios II da Fundação São Francisco, utilizando as hipóteses atuariais apresentadas nestas Demonstrações Atuariais (D.A.) e o cadastro de participantes fornecido pela Fundação São Francisco, resultou no custo total de 12,96%, conforme abaixo descrito:

TIPO DE BENEFÍCIO	CUSTO (%)	
	Ano Anterior	Ano Atual
APOSENTADORIAS	10,23%	11,27%
INCAPACIDADE PARA O TRABALHO	-%	-%
POR MORTE DE PARTICIPANTE ATIVO/ASSISTIDO	-%	-%
Benefício POR MORTE / Incapacidade para o trabalho (*1)	1,18%	1,30%
RESGATES	-%	-%
OUTROS BENEFÍCIOS	-%	-%
SUB-TOTAL (1)	11,41%	12,57%
	-%	-%
	-%	-%
CUSTO ADMINISTRATIVO (*2)	0,35%	0,39%
SUB-TOTAL (2)	0,35%	0,39%
TOTAL (1)+(2)	11,76%	12,96%

(*1) Custo igual a 10,00% do Custo Total Carregado (que inclui sobrecarga para o Custeio Administrativo), ou seja: 10,00% de 12,96% = 1,30%.

(*2) 3,00% do Custo Total Carregado (que inclui sobrecarga para o Custeio Administrativo), ou seja: 3,00% de 12,96% = 0,39%.

NOTA: Na Avaliação Atuarial de 2017, a idade média dos participantes ativos é de 50 anos.

- 2) O custo total reavaliado de 12,96% será custeado, no exercício de 2018, pelas alíquotas descritas abaixo, dentro dos parâmetros definidos no Regulamento do Plano de Benefícios II da Fundação São Francisco, que mantém as alíquotas vigentes tanto para os participantes quanto para o Patrocinador, correspondendo a:

Contribuições Normais	Em %	
	Ano Anterior	Ano Atual
Referência		
Contribuição Normal Média dos Ativos (alíquotas variáveis) (*1)	5,88%	6,72%
Contribuição Normal da Patrocinadora (*1)	5,88%	6,24%
Sub-total	11,76%	12,96%
Custo Suplementar	-%	-%
Total Contribuições (Patrocinadoras + Partic. Ativos):	11,76%	12,96%
Contribuições Normais dos Participantes Assistidos:		
Aposentados (*3)	1,5%	1,5%
Pensionistas (*3)	1,5%	1,5%

(*1) Inclui a contribuição destinada ao custeio administrativo, de responsabilidade paritária dos participantes ativos e do Patrocinador.

(*3) A totalidade da contribuição dos participantes assistidos e dos pensionistas assistidos se destina ao Custeio Administrativo.



**V.2. - Variação das Provisões Matemáticas no exercício encerrado em relação ao exercício anterior:**

- 1) A decomposição do Passivo Atuarial (Provisões Matemáticas) deste Plano, do final do ano de 2016 para o final do ano 2017, considerando a evolução das suas principais grandezas, é a seguinte:

Referência	Valores em R\$		Variação
	31/12/2016	31/12/2017	
Provisão de Benefícios Concedidos	R\$ 37.185,56	R\$ 34.212,10	(0,07)%
Provisão de Benefícios a Conceder	R\$ 34.250.872,07	R\$ 88.210.694,50	15,75%
Provisão Matemática a Constituir	-	-	-
Provisões Matemáticas (Passivo Atuarial)	R\$ 34.288.057,63	R\$ 88.244.906,60	157,36%

V.3. - Principais riscos atuariais e, se for o caso, medidas para sua mitigação:

- 1) O Plano de Benefícios II (Plano Misto) da Fundação São Francisco é um Plano enquadrado na definição de Contribuição Definida adotada pela PREVIC, já que os benefícios programados são na modalidade de contribuição definida e os benefícios de risco são na modalidade de benefício definido, merecendo destaque que todos os benefícios, a partir da sua concessão, são pagos na modalidade de contribuição definida.
- 2) Os custos dos Benefícios de Incapacidade para o Trabalho e por Morte em Atividade do Plano de Benefícios II (Plano Misto) foram avaliados de forma conservadora, incluindo agravamento desses custos em 25%, de forma a dar cobertura a desvios de sinistralidades que possam vir a ocorrer principalmente nos primeiros anos de vigência do Plano.
- 3) O Plano de Custeio em vigor, desde o início da vigência desse Plano, é o seguinte:

i) Contribuição Carregada (incluindo sobrecarga para o Custeio Administrativo) dos Participantes Ativos (Normal e Especial):

- A% do Salário Real de Contribuição, sendo A% = 2% ou 3% ou 4% ou 5% ou 6% ou 7% ou 8% por escolha do Participante Ativo.

As destinações dessa Contribuição Carregada são as seguintes:

- 3% da Contribuição Carregada se destina ao Custeio Administrativo, tanto no caso do Participante Ativo Normal, quanto no caso do Participante Ativo Especial.
- 10,00% da Contribuição Carregada se destina ao Custeio dos Benefícios de Risco dos Participantes Ativos Normais; e
- 0,0000% da Contribuição Carregada se destina ao Custeio dos Benefícios de Risco dos Participantes Ativos Especiais (já que eles não fazem jus aos Benefícios de Risco);
- 87,00% = 100% - 3% - 10,00% da Contribuição Carregada dos Participantes Ativos Normais se destina ao Custeio dos Benefícios Programados; e



- 97,00 % = 100% - 3% da Contribuição Carregada dos Participantes Ativos Especiais se destina ao Custeio dos Benefícios Programados.

ii) Contribuição Carregada (incluindo sobrecarga para o Custeio Administrativo) das Patrocinadoras:

- Paritária com a Contribuição Carregada de cada Participante Ativo Normal ou Especial, inclusive nas respectivas aberturas para Custeio Administrativo, Custeio dos Benefícios de Risco e Custeio dos Benefícios Programados.

iii) Contribuição dos Assistidos (Participantes e Pensionistas):

- 1,5% do valor do benefício recebido do Plano.

NOTA: O Custeio Administrativo será complementado por uma parcela dos retornos dos investimentos, definida no respectivo Programa de Gestão Administrativa (PGA).

4) Destaca-se que em relação a massa utilizada, observamos as seguintes estatísticas:

- 322 são do sexo feminino;
- 686 são do sexo masculino;
- R\$ 17.066,66 é o salário de participação médio; e
- R\$ 17.186.124,27 é a folha de salário de participação.

V.4. - Qualidade da Base Cadastral Utilizada:

Os dados cadastrais que nos foram enviados pela Fundação São Francisco, foram objeto de análise de consistência, a qual submetemos à referida Entidade Fechada de Previdência Complementar para os ajustes necessários e posterior validação, tendo sido, tão somente após tal validação, utilizados na elaboração da avaliação atuarial, refletida nesta D.A..

V.5.- Variação do Resultado Superavitário no exercício encerrado, apontando as causas mais prováveis:

Pela natureza do Plano de Benefícios II da Fundação São Francisco ser do tipo Contribuição Definida, o mesmo não registra, ao longo do tempo, superávit ou déficit atuarial.

V.6. - Natureza conjuntural ou estrutural do Resultado Acumulado:

Pela natureza do Plano de Benefícios II da Fundação São Francisco ser do tipo Contribuição Definida, o mesmo não registra, ao longo do tempo, superávit ou déficit atuarial, ou qualquer resultado acumulado.

**Anexo 3 ao JM/0463/2018 de 12/03/2018****DEMONSTRACÕES ATUARIAIS (D.A.)****PLANO DE BENEFÍCIOS III (PLANO SALDADO) DA FUNDAÇÃO SÃO FRANCISCO****I - INFORMAÇÕES CADASTRAIS:**

CNPB: 2017.0013-92
CPF do atuário: 405.910.507-49
CNPJ da empresa de atuária: 30.020.036/0001-06

II - INFORMAÇÕES SOBRE A AVALIAÇÃO ATUARIAL:

Motivo da Avaliação: Avaliação Atuarial referente à posição de 31/12/2017.
Data do Cadastro: 31/12/2017
Data da Avaliação: 31/12/2017
Observações: Base novembro de 2017, com a provisão de reajuste do INPC de nov/2017, em 0,18%, para colocar a preços de dez/2017 nos Benefícios a Conceder, sendo informado o benefício já reajustado em dezembro/17 para os Benefícios Concedidos. No encerramento do prazo de transferência de participantes ativos e de assistidos (aposentados e pensionistas) do Plano de Benefícios I para o Plano de Benefícios III, este último, objeto desta Demonstração Atuarial, passou a ser um Plano Previdenciário Fechado a novas adesões a partir de 01/12/2017.

III - INFORMAÇÕES SOBRE A DURATION DO PASSIVO DO PLANO DE BENEFÍCIOS:

Duration do passivo: 158,76 meses ou 13,23 anos
Observações: Duração do passivo, equivalente a média ponderada dos prazos dos fluxos de pagamentos de benefícios do Plano, líquidos de contribuições incidentes sobre esses benefícios, calculado por meio de planilha eletrônica divulgada na página da PREVIC.

IV - DEMONSTRATIVO DA AVALIAÇÃO ATUARIAL:

Grupo de Custeio:
Patrocinadores e Instituidores: CNPJ da CODEVASF: 00.399.857/0001-26
CNPJ da FUNDAÇÃO SÃO FRANCISCO: 01.635.671/0001-91
Participantes Ativos: 339 (Benefícios Saldados).
Folha de Salário de Participação *1: 13 x R\$ - = R\$ -
*1: Não há Folha de Salário de Participação por se tratar de um Plano Saldado fechado a novas adesões de Participantes.
Tempo de Contribuição à Entidade (médio) = 337,08 meses ou 28,09 anos
Tempo remanescente para aposentadoria programada (médio) = 34,32 meses ou 2,86 anos

**a) Seção das hipóteses atuariais:****a.1) Hipótese: Taxa Real Anual de Juros**

Valor: 4,90% ao ano
Quantidade esperada no exercício seguinte: 4,90%
Quantidade ocorrida no exercício encerrado: -
Comentário sobre divergência entre esperado e ocorrido: Não há registro, no exercício encerrado, de quantidade ocorrida ou esperada, uma vez que o Plano de Benefícios III foi iniciado em 01/12/2017.

Opinião do Atuário: A taxa real de juros escolhida foi de 4,90% ao ano, em conformidade com o apresentado no JM/0421/2018, de 06/03/2018, através do Relatório de nossa Consultoria Atuarial referente ao Estudo de Adequação e Convergência da Taxa Real Anual de Juros, para a Avaliação Atuarial do ano de 2017, que considerou a Taxa Interna de Retorno da Carteira apontada pelo Estudo realizado pelo Sr. Marcos André Prandi com base na carteira de investimento registrada na apuração das demonstrações contábeis do exercício encerrado em 31/12/2017, encaminhado pelo AETQ da entidade através do ATESTADO DE CONFORMIDADE E VALIDAÇÃO DAS INFORMAÇÕES TÉCNICAS, por ele emitido, em 05 de março de 2018, acompanhado da respectiva planilha, devidamente preenchida, para fins de atendimento a Instrução PREVIC nº 23 de 26/06/2015. O resultado encontrado dos ativos a vencimento foi de rentabilidade estimada em 5,14% a.a. pelo prazo da "duration" do passivo de 13,23 anos. Assim sendo, a Fundação São Francisco, em seu Plano BD, optou por adotar a taxa real de juros de 4,90% a.a. (determinação contida no atestado aqui discriminado) para esta Avaliação Atuarial, uma vez que a mesma está compreendida entre o mínimo 4,37% a.a. e o máximo 6,65% a.a. (em conformidade com o estabelecido pela Portaria PREVIC nº 375 de 27/04/2017, considerando a "duration" do passivo de 13,23 anos), bem como abaixo da TIR calculada no estudo de 5,14%.

Justificativa EFPC: Considerando que o Relatório de Estudo de Adequação e Convergência da Taxa Real Anual de Juros, apresentado através do JM/0421/2018, de 06/03/2018, utilizou como subsídio o estudo de alocação do Plano de Benefícios Definidos (BD) realizado pela FUNDAÇÃO SÃO FRANCISCO, devidamente atestado pelo AETQ quando aos dados utilizados, nos termos contidos no art. 3º parágrafo 2º da Instrução nº 23 de 26/06/2015, PREVIC, nos posicionamos de forma favorável, dentro do cenário esperado para os anos futuros, à perspectiva de obtenção de retornos reais compatíveis com a meta atuarial de INPC + juros reais de 4,90% ao ano, levando em consideração os fluxos de receitas e de despesas, as rentabilidades dos títulos já existentes em carteira e as aplicações/reaplicações de recursos a serem realizadas no futuro, estando



o referido Estudo em conformidade com a Instrução PREVIC nº 23 de 26/06/2015.

a.2) Hipótese: Projeção de Crescimento Real de Salário (Anual)

Valor: Não aplicável.

Quantidade esperada no exercício seguinte: -

Quantidade ocorrida no exercício encerrado: -

Comentário sobre divergência entre esperado e ocorrido: Não aplicável.

Opinião do Atuário: Não aplicável.

Justificativa EFPC: Não aplicável.

a.3) Hipótese: Fator de Determinação do valor real ao longo do tempo dos salários

Valor: Não aplicável.

Quantidade esperada no exercício seguinte: -

Quantidade ocorrida no exercício encerrado: -

Comentário sobre divergência entre esperado e ocorrido: Não Aplicável.

Opinião do Atuário: Não aplicável.

Justificativa EFPC: Não aplicável.

a.4) Hipótese: Fator de Determinação do valor real ao longo do tempo dos Benefícios da Entidade

Valor: 97%

Quantidade esperada no exercício seguinte: 97 %.

Quantidade ocorrida no exercício encerrado: -

Comentário sobre divergência entre esperado e ocorrido: Não há registro, no exercício encerrado, de quantidade ocorrida ou esperada, uma vez que o Plano de Benefícios III foi iniciado em 01/12/2017.

Opinião do Atuário: Esse fator é compatível com uma inflação média anual da ordem de 5,5%, que está entre o centro da meta de inflação no Brasil (4,5% ao ano) e o Limite Superior dessa Meta (6,0% ao ano). Em todo caso, deve-se ficar atento à tendência de evolução ao longo do tempo da referida inflação brasileira para, se necessário, ajustar a projeção de inflação média anual.

Justificativa EFPC: No momento, o Fator de 97% se mostra aceitável, mas estaremos acompanhando a tendência da inflação para os anos futuros para, quando se configurar necessário, ajustar tal Fator as novas expectativas de inflações anuais futuras.



a.5) Hipótese: Rotatividade (Saída sem direito a benefício)

Valor: Nula.

Quantidade esperada no exercício seguinte: Nenhuma saída (já que se está trabalhando com rotatividade nula).

Quantidade ocorrida no exercício encerrado: 0

Comentário sobre divergência entre esperado e ocorrido: Não aplicável por ter sido adotada a hipótese de rotatividade nula, conforme explicado na opinião do atuário.

Opinião do Atuário: Considerando que este Plano Saldado está fechado foi fechado em 01/12/2017, é de se esperar que os empregados participantes, que venham a perder o vínculo empregatício com a Patrocinadora antes de preencher as condições para entrar em gozo de benefício, optem pelos institutos a ele disponíveis, o que representa uma expectativa de que não deva ocorrer saída sem direito a benefício.

Justificativa EFPC: Em concordância com a justificativa do Atuário apresentada acima.

a.6) Hipótese: Tábua de Mortalidade Geral

Valor: "q_x da SUSEP EMSsb 2010 (masculina)".

Quantidade esperada no exercício seguinte: 0

Quantidade ocorrida no exercício encerrado: -

Comentário sobre divergência entre esperado e ocorrido: Não há registro, no exercício encerrado, de quantidade ocorrida ou esperada, uma vez que o Plano de Benefícios III foi iniciado em 01/12/2017.

Opinião do Atuário: Em virtude do recente processo de migração de participantes e assistidos do Plano de Benefícios I para o Plano de Benefícios III, os mesmos ainda se encontram fortemente correlacionados (como se fosse um cordão umbilical) em relação a análise das hipóteses atuariais, e, portanto, para esta hipótese, estamos respectivamente indicando a mesma recomendada por nossa Consultoria Atuarial no Plano de Benefícios I da Fundação São Francisco, que se baseou no estudo de aderência de Tábuas de Mortalidade Geral, apresentado pelo Anexo 1 ao JM/1410/2015 de 30/06/2015 para o Plano de Benefícios I, que se encontra dentro da validade de 3 anos conforme o parágrafo 6º do item II do Artigo 3º da Instrução PREVIC nº 23, de 26/06/2015.

Justificativa EFPC: Concordamos com os procedimentos elaborados pelo atuário, onde nos posicionamos favorável à sua indicação que considerou o estudo de aderência de Tábuas de Mortalidade Geral, apresentado pelo Anexo 1 ao JM/1410/2015 de 30/06/2015 para o Plano de Benefícios I, em razão dos Planos de Benefícios I e III ainda estarem fortemente correlacionados.

**a.7) Hipótese: Tábua de Mortalidade de Inválidos**

Valor: " $q_x^I = q_x$ da AT-2000 (masculina)".

Quantidade esperada no exercício seguinte: 0

Quantidade ocorrida no exercício encerrado: -

Comentário sobre divergência entre esperado e ocorrido: Não há registro, no exercício encerrado, de quantidade ocorrida ou esperada, uma vez que o Plano de Benefícios III foi iniciado em 01/12/2017.

Opinião do Atuário: Em virtude do recente processo de migração de participantes e assistidos do Plano de Benefícios I para o Plano de Benefícios III, os mesmos ainda se encontram fortemente correlacionados (como se fosse um cordão umbilical) em relação a análise das hipóteses atuariais, e, portanto, para esta hipótese, estamos respectivamente indicando a mesma recomendada por nossa Consultoria Atuarial no Plano de Benefícios I da Fundação São Francisco, que se baseou no estudo de aderência de Tábuas de Mortalidade Geral, apresentado pelo Anexo 1 ao JM/1410/2015 de 30/06/2015 para o Plano de Benefícios I, que se encontra dentro da validade de 3 anos conforme o parágrafo 6º do item II do Artigo 3º da Instrução PREVIC nº 23, de 26/06/2015.

Justificativa EFPC: Concordamos com os procedimentos elaborados pelo atuário, onde nos posicionamos favorável à sua indicação que considerou o estudo de aderência de Tábuas de Mortalidade Geral, apresentado pelo Anexo 1 ao JM/1410/2015 de 30/06/2015 para o Plano de Benefícios I, em razão dos Planos de Benefícios I e III ainda estarem fortemente correlacionados.

a.8) Hipótese: Tábua de Entrada em Invalidez

Valor: LIGHT (MÉDIA).

Quantidade esperada no exercício seguinte: 5,97

Quantidade ocorrida no exercício encerrado: -

Comentário sobre divergência entre esperado e ocorrido: Não há registro, no exercício encerrado, de quantidade ocorrida ou esperada, uma vez que o Plano de Benefícios III foi iniciado em 01/12/2017.

Opinião do Atuário: Em virtude do recente processo de migração de participantes e assistidos do Plano de Benefícios I para o Plano de Benefícios III, os mesmos ainda se encontram fortemente correlacionados (como se fosse um cordão umbilical) em relação a análise das hipóteses atuariais, e, portanto, para esta hipótese, estamos respectivamente indicando a mesma recomendada por nossa Consultoria Atuarial no Plano de Benefícios I da Fundação São Francisco, que se baseou no estudo de aderência de Tábuas de Entrada em Invalidez, apresentado pelo Anexo 2 ao JM/1410/2015 de 30/06/2015 para o Plano de Benefícios I, que se encontra dentro da validade de 3 anos conforme o parágrafo 6º do item II do Artigo 3º da Instrução PREVIC nº 23, de 26/06/2015.



Justificativa EFPC: Concordamos com os procedimentos elaborados pelo atuário, onde nos posicionamos favorável à sua indicação que considerou o estudo de aderência de Tábuas de Entrada em Invalidez, apresentado pelo Anexo 1 ao JM/1410/2015 de 30/06/2015 para o Plano de Benefícios I, em razão dos Planos de Benefícios I e III ainda estarem fortemente correlacionados.

a.9) Hipótese: Composição de Família de Pensionistas

Valor: Experiência Regional, revista periodicamente, nos Benefícios a Conceder aos Participantes Não Assistidos e Família Efetiva nos Benefícios Concedidos de Aposentadorias e Pensões por Morte.

Quantidade esperada no exercício seguinte: 1

Quantidade ocorrida no exercício encerrado: -

Comentário sobre divergência entre esperado e ocorrido: Não há registro, no exercício encerrado, de quantidade ocorrida ou esperada, uma vez que o Plano de Benefícios III foi iniciado em 01/12/2017.

Opinião do Atuário: Em virtude do recente processo de migração de participantes e assistidos do Plano de Benefícios I para o Plano de Benefícios III, os mesmos ainda se encontram fortemente correlacionados (como se fosse um cordão umbilical) em relação a análise das hipóteses atuariais, e, portanto, para esta hipótese, estamos respectivamente indicando a mesma recomendada por nossa Consultoria Atuarial no Plano de Benefícios I da Fundação São Francisco, que se baseou no estudo realizado através do JM/2366/2017, de 12/12/2017, para o Plano de Benefícios I, que se encontra dentro da validade de 3 anos conforme o parágrafo 6º do item II do Artigo 3º da Instrução PREVIC nº 23, de 26/06/2015.

Justificativa EFPC: Concordamos com os procedimentos elaborados pelo atuário, onde nos posicionamos favorável à sua indicação que considerou o estudo realizado através do JM/2366/2017, de 12/12/2017 para o Plano de Benefícios I, em razão dos Planos de Benefícios I e III ainda estarem fortemente correlacionados.

a.10) Hipótese: Indexador do Plano

Valor: INPC do IBGE (aplicado com 1 mês de defasagem).

Quantidade esperada no exercício seguinte: 5,5%

Quantidade ocorrida no exercício encerrado: -

Comentário sobre divergência entre esperado e ocorrido: Não há registro, no exercício encerrado, de quantidade ocorrida ou esperada, uma vez que o Plano de Benefícios III foi iniciado em 01/12/2017.

Opinião do Atuário: O indexador em questão se baseia no fato de que o INPC do IBGE é o indexador regulamentar para os reajustes dos benefícios da prestação continuada do Plano e corresponde ao índice de inflação que mede a



variação de preços ao consumidor calculado pelo órgão governamental competente (IBGE).

Justificativa EFPC: Concordamos com as colocações apresentadas na Opinião do Atuário.

a.11) Hipótese: Entrada em Aposentadoria

Valor: Calculado considerando que a entrada em gozo de aposentadoria programada do participante não assistido se dará 1 (um) ano após o momento em que ele preencha as condições para recebimento do benefício pleno.

Quantidade esperada no exercício seguinte: 262

Quantidade ocorrida no exercício encerrado: -

Comentário sobre divergência entre esperado e ocorrido: Não há registro, no exercício encerrado, de quantidade ocorrida ou esperada, uma vez que o Plano de Benefícios III foi iniciado em 01/12/2017.

Opinião do Atuário: Em virtude do recente processo de migração de participantes e assistidos do Plano de Benefícios I para o Plano de Benefícios III, os mesmos ainda se encontram fortemente correlacionados (como se fosse um cordão umbilical) em relação a análise das hipóteses atuariais, e, portanto, para esta hipótese, estamos respectivamente indicando a mesma recomendada por nossa Consultoria Atuarial no Plano de Benefícios I da Fundação São Francisco, que se baseou no estudo realizado através do JM/0013/2016, de 06/01/2016, para o Plano de Benefícios I, que se encontra dentro da validade de 3 anos conforme o parágrafo 6º do item II do Artigo 3º da Instrução PREVIC nº 23, de 26/06/2015.

Justificativa EFPC: Concordamos com os procedimentos elaborados pelo atuário, onde nos posicionamos favorável à sua indicação que considerou o estudo realizado através do JM/0013/2016, de 06/01/2016, para o Plano de Benefícios I, em razão dos Planos de Benefícios I e III ainda estarem fortemente correlacionados.



b) Seção dos Benefícios:

	BENEFÍCIOS				
	TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO	IDADE	ESPECIAL	INVALIDEZ	PENSÃO
ESTATÍSTICAS					
Qtd de benefícios concedidos	0	0	0	0	1
Valor médio do benefício	-	-	-	-	R\$ 1.034,21
Idade média dos assistidos (em anos)	-	-	-	-	58
Provisão Matemática Benefícios Concedidos					
VABF Programados - Assistidos	R\$ -	R\$ -	R\$ -	-	R\$ -
VABF Não Programados - Assistidos	-	-	-	R\$ -	R\$ 195.502,61
Provisão Matemática Benefícios a Conceder					
BD Capitalização Programado					
VABF	R\$ 275.558.009,57	-	-	-	-
VACF Patrocinadores	R\$ -	-	-	-	-
VACF Participantes	R\$ -	-	-	-	-
BD Capitalização Não Programado					
VABF	-	-	-	R\$ 7.970.432,94	R\$ 2.282.344,48
VACF Patrocinadores	-	-	-	R\$ -	R\$ -
VACF Participantes	-	-	-	R\$ -	R\$ -

c) Seção das provisões matemáticas a constituir e contratos:

Déficit Equacionado

Patrocinador:
Valor: -
Prazo: -

Participantes ativos:
Valor: -
Prazo: -

Assistidos:
Valor: -
Prazo: -

Serviço Passado

Patrocinador:
Valor: -
Prazo: -

Participantes ativos:
Valor: -
Prazo: -

Assistidos:
Valor: -
Prazo: -

**Outras Finalidades:**

Patrocinador: CODEVASF
Valor: R\$ 44.587.391,25
Prazo: A ser amortizado em 108 prestações mensais a contar (inclusive janeiro/2018).

Participantes ativos:
Valor: -
Prazo: -

Assistidos:
Valor: -
Prazo: -

d) Seção do Patrimônio de Cobertura do Plano:

Patrimônio de Cobertura do Plano: R\$ 277.113.456,14 **(*1)**
Insuficiência de Cobertura do Plano:
(*1) Patrimônio de Cobertura do Plano informado pela FUNDAÇÃO SÃO FRANCISCO.

e) Seção dos fundos previdenciais atuariais:

Finalidade:
Fonte de Custeio:

Recursos Recebidos no Exercício:

Recursos Utilizados no Exercício:

Saldo:

f) Subseção dos fundos previdenciais de destinação e utilização de reserva especial para revisão de plano:

Patrocinador: -
Participantes Ativos: -
Assistidos: -
Resultado positivo do exercício: R\$ -
Resultado negativo do exercício: R\$ -
Déficit Técnico: R\$ 8.892.833,46
Reserva de Contingência: R\$ -
Reserva Especial para Revisão de Plano: R\$ -

**Apuração do Equilíbrio Técnico Ajustado**

Resultado Realizado: R\$ (8.892.833,46)
Superávit Técnico Acumulado: R\$ -
Déficit Técnico Acumulado: R\$ (8.892.833,46)
Ajuste de Precificação: R\$ - (*)
Equilíbrio Técnico Ajustado: R\$ (8.892.833,46)

(*) Considerando que todos os títulos da Carteira estão marcados a valor de mercado, não há registro de ajuste de precificação a ser apurado conforme os termos da Instrução PREVIC nº 19 de 04/02/2015.

V - PLANO DE CUSTEIO:

- 1) Contribuições Previdenciais Normais do Patrocinador: -
- 2) Contribuições Previdenciais Extraordinárias do Patrocinador - Equacionamento de Déficit: -
- 3) Contribuições Previdenciais Extraordinárias do Patrocinador – Serviço Passado: -
- 4) Contribuições Previdenciais Extraordinárias do Patrocinador – Outras Finalidades: -
- 5) Contribuições Previdenciais Normais dos Participantes Ativos: -
- 6) Contribuições Previdenciais Extraordinárias dos Participantes Ativos - Equacionamento de Déficit: -
- 7) Contribuições Previdenciais Extraordinárias dos Participantes Ativos - Serviço Passado: -
- 8) Contribuições Previdenciais Extraordinárias dos Participantes Ativos - Outras Finalidades: -
- 9) Contribuições Previdenciais Normais dos Participantes Assistidos: -
- 10) Contribuições Previdenciais Extraordinárias dos Assistidos - Equacionamento do Déficit: -
- 11) Contribuições Previdenciais Extraordinárias dos Assistidos - Serviço Passado: -
- 12) Contribuições Previdenciais Extraordinárias dos Assistidos - Outras Finalidades: -
- 13) Utilização de fundo de reversão de saldo por exigência regulamentar: -
- 14) Utilização de fundo de destinação de Reserva Especial - Patrocinador: -
- 15) Utilização de fundo de destinação de Reserva Especial - Participantes: -
- 16) Utilização de fundo de destinação de Reserva Especial - Assistidos: -
- 17) Início de vigência do plano de custeio: 1º de abril de 2018.



VI - PARECER ATUARIAL:

VI.1. - Custos para o exercício seguinte em relação ao anterior:

- 1) No Plano de Benefícios III da Fundação São Francisco, objeto desta Demonstração Atuarial, não há registro de quaisquer custos ou custeio, devida a sua concepção.
- 2) Na Avaliação Atuarial de 31/12/2017, a idade média dos participantes ativos é de 60 anos.

VI.2.- Variação das Provisões Matemáticas no exercício encerrado em relação ao exercício anterior:

Em função do Plano de Benefícios III ter se iniciado em 01/12/2017, não há registro de Provisões Matemáticas do exercício anterior e, conseqüentemente, não há como apurar a referida variação do exercício anterior para o exercício encerrado.

VI.3. - Principais riscos atuariais e, se for o caso, medidas para sua mitigação:

- 1) Com relação à situação financeiro-atuarial do Plano de Benefícios III vigente na Fundação São Francisco, a mesma apresentou um Equilíbrio Técnico (Deficitário), registrado contabilmente, de R\$ (8.892.833,46), sendo de igual valor o Equilíbrio Técnico Ajustado, uma vez que todos os títulos da Carteira de Investimento do Plano foram marcados a valor de mercado em razão do processo de saldamento do Plano de Benefícios I, que efetivou a segregação patrimonial entre o Plano de Benefícios I e o Plano de Benefícios III, assim sendo, não houve qualquer registro de ajuste de precificação apurado conforme os termos da Instrução PREVIC nº 19 de 04/02/2015.
- 2) Assim, considerando a Resolução CGPC Nº 26/2008 (atualizada), o Equilíbrio Técnico Ajustado do Plano de Benefícios III da Fundação São Francisco, apresentou um Resultado Deficitário de R\$ (8.892.833,46), que corresponde a 3,11% do valor total das Provisões Matemáticas de R\$ 286.006.289,60, em 31/12/2017.
- 3) Nesse contexto, o Limite de Déficit Técnico Acumulado, para se tornar imperativa a elaboração e a aprovação de um Plano de Equacionamento de Déficit até o final do exercício subsequente, corresponde a: $1\% \times (\text{duração do passivo} - 4) \times \text{Provisão Matemática}$. Portanto, em 31/12/2017, o Limite de Déficit Técnico Acumulado, apurado para o Plano de Benefícios III da Fundação São Francisco, foi de R\$ 26.398.380,53 = $1\% \times (13,23 - 4) \times \text{R\$ } 286.006.289,60$, sendo 13,23 (anos) a duração do passivo calculada em 31/12/2017.
- 4) Isso significa que, com base no Equilíbrio Técnico Ajustado, em realidade, a situação financeiro-atuarial do Plano, em 31/12/2017, é Deficitária em R\$ (8.892.833,46), correspondente a 3,11% das Provisões Matemáticas. Como esse valor é inferior ao



referido Limite de Déficit Técnico Acumulado de R\$ 26.398.380,53, não há imperativo de se elaborar e aprovar um Plano de Equacionamento de Déficit até o final do ano 2018.

- 5) Em razão do Plano de Benefícios III ter sido iniciado em 01/12/2017, não houve como apurar qualquer rentabilidade no exercício de 2017.
- 6) Foram utilizadas as seguintes hipóteses atuariais:
 - i) Tábua de Mortalidade Geral: “qx da SUSEP EMSsb 2010 (masculina)”.
 - ii) Tábua de Mortalidade de Inválidos: “ $q_x^i = q_x$ da AT-2000 (masculina)”.
 - iii) Tábua de Entrada em Invalidez: “LIGHT (MÉDIA)”.
 - iv) Rotatividade: Considerada Nula.
 - v) Taxa real de juros/desconto: 4,90% ao ano.
 - vi) Em relação à Composição Familiar, continuou sendo adotada a Experiência Regional com atualização periódica para os Benefícios a Conceder. E está sendo adotada a Família Efetiva para os Benefícios de Pensões por Morte e Benefícios Concedidos de Aposentadorias e seus respectivas reversões em Pensão por Morte.
 - vii) Fator de determinação do valor real dos benefícios da entidade ao longo do tempo: 97% (compatível com uma inflação anual média de 5,5% ao longo dos anos remanescentes de existência desse Plano).
 - viii) Entrada em Aposentadoria: Calculado considerando que a entrada em gozo de aposentadoria programada do participante não assistido se dará 1 (um) ano após o momento em que ele preencha as condições para recebimento do benefício pleno, ou seja, sem aplicação de qualquer redução.

VI.4. - Qualidade da Base Cadastral Utilizada:

Com relação aos valores registrados como Provisões Matemáticas de Benefícios Concedidos e a Conceder, e como Resultado Técnico Acumulado, atestamos que os mesmos foram avaliados por esta Consultoria Atuarial Independente, adotando as hipóteses atuariais apresentadas nesta DA e o regime atuarial de financiamento de Capitalização na versão Agregado para o conjunto dos benefícios de aposentadoria e de pensão por morte, bem como utilizando os dados contábeis e cadastrais que nos foram enviados pela Fundação São Francisco, sendo que os dados cadastrais foram objeto de análise de consistência e de comparação com os dados cadastrais do exercício anterior, a qual submetemos à referida Entidade Fechada de Previdência Complementar para os ajustes necessários e posterior validação, tendo sido, tão somente após tal validação, utilizados na elaboração da avaliação atuarial de 31/12/2017, refletida nesta DA.



VI.5. - Variação do resultado superavitário ou deficitário no exercício encerrado, apontando as causas mais prováveis:

Em função do Plano de Benefícios III ter se iniciado em 01/12/2017, não há registro de resultado superavitário ou deficitário do exercício anterior e, conseqüentemente, não há como apurar a evolução do resultado do Plano, do exercício anterior para o exercício encerrado.

VI.6. - Natureza conjuntural ou estrutural do Resultado Acumulado:

Independente da natureza do Resultado Acumulado, a cada final de exercício que for apurado Déficit Técnico Acumulado, se este for superior ao limite estabelecido pela Resolução CGPC 26/2008 e suas alterações, deverá ser equacionado conforme a referida legislação.

Da mesma forma, a cada final de exercício que seja apurado Superávit Técnico Acumulado superior ao limite estabelecido pela mencionada legislação, tal Reserva Especial de Revisão de Plano poderá ser objeto de destinação e utilização.

VI.7. – Soluções para Equacionamento do Déficit:

Considerando a Resolução CGPC Nº 26/2008 (atualizada), o Equilíbrio Técnico Ajustado do Plano de Benefícios III da Fundação São Francisco, apresentou um Resultado Deficitário de R\$ (8.892.833,46), que corresponde a 3,11% do valor total das Provisões Matemáticas de R\$ 286.006.289,60, em 31/12/2017.

Nesse contexto, o Limite de Déficit Técnico Acumulado, para se tornar imperativa a elaboração e a aprovação de um Plano de Equacionamento de Déficit até o final do exercício subsequente, corresponde a: $1\% \times (\text{duração do passivo} - 4) \times \text{Provisão Matemática}$. Portanto, em 31/12/2017, o Limite de Déficit Técnico Acumulado, apurado para o Plano de Benefícios III da Fundação São Francisco, foi de R\$ 26.398.380,53 = $1\% \times (13,23 - 4) \times \text{R\$ } 286.006.289,60$, sendo 13,23 (anos) a duração do passivo calculada em 31/12/2017.

Portanto, com base no Equilíbrio Técnico Ajustado, em realidade, a situação financeiro-atuarial do Plano, em 31/12/2017, é Deficitária em R\$ (8.892.833,46), correspondente a 3,11% das Provisões Matemáticas. Como esse valor é inferior ao referido Limite de Déficit Técnico Acumulado de R\$ 26.398.380,53, não há imperativo de se elaborar e aprovar um Plano de Equacionamento de Déficit até o final do ano 2018.



VI.8.- Adequação dos métodos de financiamento aplicados no caso do regime financeiro de capitalização:

Considerando tratar-se de um Plano Saldado estruturado na modalidade Benefício Definido, fechado a novas adesões de participantes a partir de 01/12/2017, o regime financeiro de Capitalização na versão Agregado continuou sendo adotado no financiamento dos Benefícios Saldados, Benefícios de Aposentadorias em Geral e Reversão de Pensão por Morte de Aposentadoria Normal, o que é plenamente adequado ao financiamento do Plano.

Rio de Janeiro, 12 de março de 2018


José Roberto Montello
Atuário MIBA 426

8. Relatório Auditoria & Externa

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DE 31 DE DEZEMBRO DE 2017.

Ilmos. Srs.
Administradores e Conselheiros da
FUNDAÇÃO SÃO FRANCISCO DE SEGURIDADE SOCIAL - SÃO FRANCISCO
Brasília - DF

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da FUNDAÇÃO SÃO FRANCISCO DE SEGURIDADE SOCIAL - SÃO FRANCISCO, que compreendem o balanço patrimonial consolidado representado pelo somatório de todos os planos de benefícios administrados pela FUNDAÇÃO SÃO FRANCISCO DE SEGURIDADE SOCIAL - SÃO FRANCISCO em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações consolidadas da mutação do patrimônio social e do plano de gestão administrativa, e as demonstrações individuais por plano de benefício que compreendem as demonstrações do ativo líquido, da mutação do ativo líquido, e das provisões técnicas, para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas, apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da FUNDAÇÃO SÃO FRANCISCO DE SEGURIDADE SOCIAL - SÃO FRANCISCO e individual por plano de benefício em 31 de dezembro de 2017, e o desempenho consolidado e por plano de benefício de suas operações para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar - CNPC.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Fundação, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que

Conhecimento que Gera Valor

www.AudiLink.com.br



a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Fundação em continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

Conhecimento que Gera Valor

www.AudiLink.com.br

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Fundação.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Fundação a não mais se manter em continuidade operacional.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações de auditoria, inclusive as eventuais deficiências nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Brasília, 19 de março de 2018.



AudiLink & Cia. Auditores
CRC-RS 003688/F-3
Roberto Caldas Bianchessi
Contador CRC/RS 040078/07 S-DF

Conhecimento que Gera Valor

www.AudiLink.com.br



Relatório Anual *Exercício de 2017*

